

{em pauta

Teoria social e realidade contemporânea • Vol. 22 - Nº 57 Especial - Dez 2024

ISSN 2238-3786 (Online)



Questão social, trabalho e políticas sociais



**Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro Rio de Janeiro – v. 22, n. 57 Especial, dez 2024 – p. 1-230
ISSN 2238-3786 (Versão online)**

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gulnar Azevedo e Silva

Reitora

Antonio Soares da Silva

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Elizabeth Fernandes de Macedo

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Ana Maria de Almeida Santiago

Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3

Renato dos Santos Veloso

Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ana Paula Procópio da Silva - **Diretora**

Simone Lessa - **Vice-diretora**

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Ney Luiz Teixeira de Almeida - **Coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Diego Martins Dória Paulo, Elziane Olina Dourado, Graziela Scheffer, Juan Pablo Sierra Tapiro, Marilda Villela Iamamoto, Monica de Jesus Cesar e Ney Luiz Teixeira de Almeida.

Editora Responsável: Monica de Jesus Cesar

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Bolsista de extensão: Rafaela Bezerra da Silva

Bolsista de estágio interno complementar: Emanuelle de Almeida Alexandre

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Zeppelini Publishers

Foto de capa: Maria Perdigão

Fotografias: Maria Perdigão

Agradecimentos: Ivanete Boschetti, Javier Blank, Marcos Barreira, Maria Perdigão e Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

APOIO: PROEX-CAPEs, FAPERJ



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001 - Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ– Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

E-mail: revistaempauta.uerj@gmail.com. Telefones: 2334-0299; 2334-0291– ramal 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE: UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A



ISSN 2238-3786 (Versão online)

dez. 2024 – n. 57, v. 22

EQUIPE EDITORIAL

Diego Martins Dória Paulo

Elziane Olina Dourado

Graziela Scheffer

Juan Pablo Sierra Tapiro

Marilda Villela Iamamoto

Monica de Jesus Cesar

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Editora Responsável: Monica de Jesus Cesar

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta — Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download.

Está também indexada e/ou resumida em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

DIADORIM

EBSCO

CAPES - Portal de Periódicos

CENGAGE Learning

LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas

Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

OAJI - Open Academic Journals Index

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). Nacionais: Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula(UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); LauraTavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Silvia Gerschman (ENSP/ FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).

PRODUÇÃO EDITORIAL



ZEPPELINI
PUBLISHERS

SUMÁRIO

Editorial

25 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	10
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, Ney Luiz Teixeira de Almeida	

Artigo

A pós-graduação <i>stricto sensu</i> brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade.....	22
Hamida Assunção Pinheiro, Mônica de Castro Maia Senna, Ricardo Lara	

Contrarreforma do Estado e disputa pelo fundo público: reflexões no Brasil contemporâneo	36
Ingred Lydiane de Lima Silva Miranda, Márcia da Silva Pereira Castro, Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino, Rivânia Lúcia Moura de Assis	

Mercado de trabalho de assistentes sociais na Paraíba: expansão e precarização.....	50
Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Maria Clara Ezequiel Marinho, Moema Amélia Serpa, Mônica Barros da Nóbrega	

Precarização do trabalho do(a) assistente social na saúde: análise dos desafios e estratégias de resistência	64
Denise Carmen de Andrade Neves, Carla Agda Gonçalves, Francisca Bezerra de Souza	

A (des)proteção social das mulheres negras: estratégias e resistências.....	80
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Thais Helena Modesto Villar de Carvalho	

O ataque aos conselhos gestores como estratégia de desdemocratização no governo Bolsonaro	94
Nilo Carlos Bandeira Honda, Maurício Ferreira Silva	

A contrarreforma trabalhista e a situação da classe trabalhadora no Brasil	107
César Albenes de Mendonça Cruz, Janice Gusmão Ferreira de Andrade, Carlos Gabriel Arpini, Ricardo de Lima Soares	

Trabalho e questão social na consolidação do receituário neoliberal no Brasil	119
Alfredo Aparecido Batista, Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago, Cristiane Carla Konno, Marize Rauber Engelbrecht	

Particularidades e contradições dos direitos humanos no Brasil em tempos de neoliberalismo	134
Kannanda Emilly Padilha da Silva, Cecilia Nunes Froemming, Eliane Marques de Menezes Amicucci	

La mercantilización del sufrimiento psíquico 148

Mariana Paulín Devallis

Tecnologia, capital e trabalho..... 162

Silvio Redon

A “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira pós-golpe de 2016177

Caroline Magalhães Lima

Entrevista

Outros tempos exigem outros conceitos 193

Marcos Barreira (Tradutor)

Resenha

Uma pauta necessária: questão ambiental e questão social e sua intrínseca relação 200

Debora Holanda Leite Menezes

Uma ameaça tão inimaginável quanto real..... 205

Javier Blank

Homenagem de vida

Humanismo, militância e compromisso intelectual em Vicente de Paula Faleiros 213

Ivanete Boschetti

Mostra fotográfica

Mostra fotográfica do trabalho artístico de Maria Perdigão 224

Maria Perdigão

CONTENTS

Editorial

25 years of the Postgraduate Program in Social Work.....	16
--	----

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, Ney Luiz Teixeira de Almeida

Articles

Brazilian stricto sensu postgraduate studies in social work: advances and challenges in an era of austerity	22
---	----

Hamida Assunção Pinheiro, Mônica de Castro Maia Senna, Ricardo Lara

State counter-reform and dispute over the public fund: reflections in contemporary Brazil.....	36
--	----

Ingred Lydiane de Lima Silva Miranda, Márcia da Silva Pereira Castro, Maria do Perpétuo

Socorro Rocha Sousa Severino, Rivânia Lúcia Moura de Assis

The labor market for social workers in Paraíba (Brazil): expansion and precarization.....	50
---	----

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Maria Clara Ezequiel Marinho, Moema Amélia Serpa, Mônica Barros da Nóbrega

Precarious work of social workers in health care: analysis of challenges and resistance strategies.....	64
---	----

Denise Carmen de Andrade Neves, Carla Agda Gonçalves, Francisca Bezerra de Souza

The social (un)protection of black women: strategies and resistance.....	80
--	----

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Thais Helena Modesto Villar de Carvalho

The attack on management councils as a de-democratization strategy in the Bolsonaro administration	94
--	----

Nilo Carlos Bandeira Honda, Maurício Ferreira Silva

Labor counter-reform and the situation of the working class in Brazil.....	107
--	-----

César Albenes de Mendonça Cruz, Janice Gusmão Ferreira de Andrade, Carlos Gabriel Arpini, Ricardo de Lima Soares

State counter-reform and dispute over the public fund: reflections in contemporary Brazil	119
---	-----

Alfredo Aparecido Batista, Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago, Cristiane Carla Konno, Marize Rauber Engelbrecht

Particularities and contradictions of human rights in Brazil in times of neoliberalism.....	134
Kannanda Emilly Padilha da Silva, Cecilia Nunes Froemming, Eliane Marques de Menezes Amicucci	
The commodification of psychological suffering.....	148
Mariana Paulín Devallis	
Technology, capital, and work	162
Silvio Redon	
The “insecurity of existence” of the Brazilian working class after the 2016 coup	177
Caroline Magalhães Lima	

Interview

Other times require other concepts.....	193
Marcos Barreira (Tradutor)	

Reviews

A necessary agenda: environmental issues and social issues and their intrinsic relationship.....	200
Debora Holanda Leite Menezes	
A threat as unimaginable as it is real	205
Javier Blank	

Homage

Humanism, militancy and intellectual commitment in Vicente de Paula Faleiros	213
Ivanete Boschetti	

Photography Exhibition

Photographic exhibition of Maria Perdigão’s artistic work.....	224
Maria Perdigão	

25 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

25 years of the Postgraduate Program in Social Work

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa* 

Ney Luiz Teixeira de Almeida** 

Esse número da revista vem a público quando o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) completa 25 anos e a comemoração desse processo histórico ocorre através desta publicação, dedicada à veiculação da produção acadêmica de Programas de Pós-Graduação (PPG) coirmãos, integrantes do estrato inicial na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), classificados com nota 3. Essa divulgação científica colabora com o esforço coletivo da área de Serviço Social na Capes (Área 32) para alavancar a qualificação do conjunto da pós-graduação do Serviço Social brasileiro, ampliando o número de programas com avaliação elevada. Dedicamos esse número especial da revista aos PPGs com nota 3, viabilizando a maior circulação da produção acadêmica em veículo editorial conceituado com o fim de provocar impacto positivo para eles na avaliação da Capes, na conclusão do presente quadriênio (2019-2024), quando todos os programas serão avaliados.

Nesse sentido, a iniciativa responde ao desafio de viabilizar atos de solidariedade que possam favorecer a correção de assimetrias no acesso a revistas Qualis A, na contratendência do gerencialismo que hoje abrange também a produção de conhecimentos e a universidade. Paradoxalmente, em meio ao excesso de iniciativas de produtivismo no ambiente científico, com esse número especial, selamos nossa efetiva disposição em manter os laços que nos enredam no projeto intelectual crítico e sustentado na sociabilidade coletiva, implicada com os outros.

O PPGSS/Uerj foi criado em 1999 – com curso de mestrado e desde 2005 também com curso de doutorado –, em resposta à requisição da conjuntura política de ampliação da diplomação pós-graduada

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88444>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: rosangelancb@uol.com.br

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: neylta@hotmail.com

Como citar: BARBOSA, R. N. C.; ALMEIDA, N. L. T de. Editorial. 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 10-15, dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88444>



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

no país e ao movimento de educação continuada dos/as profissionais da área. Desde então, recebe graduados/as e mestres/as em Serviço Social e de outras áreas interessados/as na teoria social crítica acerca dos estudos sobre “Trabalho e Políticas Sociais” (a área de concentração do programa), a partir da qual oferece suas atividades, guiando professores/as e estudantes em suas pesquisas. A órbita de influência do programa não é nada desprezível, afinal, o PPGSS-Uerj diplomou cerca de 308 mestres/as e 170 doutores/as, vindos/as de diferentes regiões do país, assim como de diferentes países da América Latina, da América Central e da África. Por meio dos/as egressos/as e com eles/as, o PPGSS-Uerj foi moldando um movimento intelectual de excelência que tem capilaridade em muitos e diferentes lugares através da vida docente, profissional e politicamente engajada de nossos/as ex-estudantes. Por isso, hoje, não seria possível saudar essa efeméride de 25 anos sem cortejar aqueles/as que tornaram nosso programa possível e capaz de agora apoiar iniciativas de superação de assimetrias acadêmicas.

Ao longo desse tempo, o PPGSS-Uerj firmou-se na formação de pesquisadores/as e profissionais qualificados/as para a atuação no ensino superior e em instituições no âmbito das políticas sociais, em paralelo ao engajamento nas lutas contra as fraturas sociais que atravessam a sociabilidade capitalista. Um projeto acadêmico público e gratuito direcionado a três linhas de pesquisa que o estruturam: a) Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social; b) Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; c) Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social. Em torno delas, o PPG reúne um importante portfólio de pesquisas e aparatos de divulgação científica que alimentam a formação acadêmica em seus cursos. Ao compor o sistema nacional de pós-graduação ao lado de outros 36 programas da área de Serviço Social, pouco a pouco avançou para nota 6, o que o caracteriza como um programa de excelência acadêmica (Proex), de acordo com a avaliação da Capes/MEC.

Essa trajetória de 25 anos, no entanto, não foi marcada pela endogenia acadêmica, ao contrário, grifou-se no itinerário de lutas pela universidade pública qualificada, com a afirmação de um projeto de formação intelectual e profissional articulado às entidades científicas e políticas do Serviço Social, assim como à agenda de insurgências de estudantes, técnicos/as e docentes, e, dos movimentos sociais mais gerais. Uma trajetória que se soma a outras ações da Faculdade de Serviço Social da Uerj, que completou 80 anos, reverberando um projeto público, laico, qualificado e inclusivo de educação superior.

A consolidação do PPGSS-Uerj como um centro de formação de excelência, igualmente, não é resultado de uma ação docente isolada, mas desdobramento do trabalho combinado e dedicado de inúmeros/as docentes, estudantes e técnico-administrativos que passaram e que estão no programa hoje. Isso pode ser visto na contínua atuação qualificada de professores/as, estudantes e egressos/as em eventos científicos nacionais e internacionais; na fecunda colaboração de intelectuais renomados/as que atuaram como

professores/as visitantes; ou mesmo, no volume e qualidade das publicações em livros, artigos, teses e dissertações, que, em conjunto, dinamizam a divulgação da ciência para a sociedade, descortinando as relações sociais por detrás das práticas aparentemente isoladas, provocando e desafiando debates acerca do trabalho e das políticas sociais.

Com essa perspectiva, a revista especial – *Em Pauta* 57 – acolhe produções acadêmicas sobre três eixos temáticos representativos dos núcleos de fundamentos do Serviço Social brasileiro que, em verdade, recortam um campo de conhecimento formativo e investigativo de relevância para a profissão: *Questão Social, Trabalho e Política Social*. O conjunto dos artigos acionam reflexões nesse âmbito, cotejando aspectos da realidade concreta e recursos teóricos críticos sobre a era do capitalismo em crise e seus dispositivos barbarizantes por compulsiva e dilacerante valorização do valor, enquanto arquiteta, contraditoriamente, saídas negativas que aprofundam os limites internos do seu metabolismo social, com severas agruras à vida humana e à natureza.

Abrimos o dossiê com uma importante apreciação dos avanços e desafios da área de Serviço Social no sistema de pós-graduação brasileiro no contexto de austeridade, com a contribuição de Hamida Assunção Pinheiro, Mônica de Castro Maia Senna e Ricardo Lara, representantes do Serviço Social na Capes. A colaboração mostra que, mesmo nesse quadro socialmente regressivo do neoliberalismo, a área Serviço Social tem avançado qualitativa e quantitativamente na direção da ampliação dos programas de pós-graduação, da elevação do número de titulados/as e na qualidade da formação e pesquisa científica. Tomando por base indicadores acadêmicos do período de 2021 e 2022, o artigo nos oferece um rico panorama para reflexões e debates. Por sua vez, também municia o/a leitor/a a entender o lugar dos demais artigos apresentados pelos programas nota 3/Capes, como parte dessa tendência mais geral de qualificação da pós-graduação do Serviço Social brasileiro.

Em seguida, o artigo *Contrarreforma do Estado e disputa pelo fundo público: reflexões no Brasil contemporâneo* focaliza a precariedade das políticas públicas em razão do desfinanciamento, quando o Estado é acionado para responder mais robustamente à queda da lucratividade do capital. Para as autoras – Ingrid Lydiane de L. S. Miranda, Márcia da Silva Pereira Castro, Maria do Perpétuo Socorro R.S. Severino e Rivânia Lúcia Moura de Assis –, no contexto neoliberal são implementados instrumentos de ajustes fiscais que se dirigem favoravelmente aos interesses econômicos, capturando maiores fatias do orçamento público.

Depois, o traço da precarização do trabalho de assistentes sociais é problematizado no artigo *Mercado de trabalho de assistentes sociais na Paraíba: expansão e precarização*, de autoria de Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Maria Clara Ezequiel Marinho, Moema Amélia Serpa e Mônica Barros da Nóbrega. O texto apresenta análise das configurações do mercado de trabalho e a repercussão sobre as condições e relações de trabalho, acenando a expansão da política de assistência social, que elevou a oferta de trabalho na

Paraíba, desde o início dos anos 2000, e que isso ocorreu, no entanto, aprofundando o processo de precarização do trabalho.

Esse tema é retomado no artigo *Precarização do trabalho do(a) assistente social na saúde: análise dos desafios e estratégias de resistência*, que complementa o debate expondo estudo específico sobre a área de saúde. As autoras Denise Carmem de Andrade Neves, Carla Agda Gonçalves e Francisca Bezerra de Souza abordam como o tema é tratado em periódicos consultados, situando que a tendência contemporânea de terceirização, baixos salários e sobrecarga de trabalho impactam negativamente as condições laborais dos/as assistentes sociais da área da saúde.

A dominação colonial racializada sobre as mulheres negras é o foco do artigo *A (des)proteção social das mulheres negras: estratégias e resistências*, de Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e Thais Helena Modesto Villar de Carvalho, trazendo luz às práticas organizativas pouco conhecidas das mulheres insurgentes contra a escravidão, que angariaram mecanismos protetivos peculiares. As autoras sugerem a importância de dar visibilidade a essas reminiscências, deslocando a história da proteção social para bem antes da Lei Eloy Chaves de 1923.

No artigo *O ataque aos conselhos gestores como estratégia de desdemocratização no governo Bolsonaro*, de Nilo Carlos Bandeira Honda e Maurício Ferreira Silva, nos mostram as consequências do desmonte dos colegiados da administração pública federal pelo Decreto nº 9759/2019, expondo a amplitude da ação e, ao mesmo tempo, sua seletividade, na medida em que a ênfase foi maior sobre os conselhos da área social que realizavam embate com o governo. A medida revela-se como uma manobra autoritária da gestão governamental na contramão da previsão da Constituição Federal, pois provoca a desdemocratização no país.

Posteriormente, a problematização sobre a regulação do trabalho é abordada no artigo *A contrarreforma trabalhista e a situação da classe trabalhadora no Brasil*, apresentando dimensões importantes da repercussão da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. César Albenes de M. Cruz, Janice Gusmão F. de Andrade, Carlos Gabriel Arpini e Ricardo de Lima Soares demonstram que a referida legislação alterou profundamente o estatuto do trabalho assalariado no país, provocando a degradação das condições e relações de trabalho.

A forma do trabalho no contexto neoliberal é o eixo do artigo *Trabalho e questão social na consolidação do receituário neoliberal no Brasil*, escrito por Alfredo Aparecido Batista, Cleonilda Sabaini T. Dallago, Cristiane Carla Komo e Marize Rauber Engelbrecht. O texto apresenta o aguçamento da exploração capitalista na atual quadra histórica, com ocupações incertas, baixa cobertura de direitos e proteção social.

A perspectiva histórica dos direitos humanos é a direção da reflexão de Kannanda Emilly P. da Silva, Cecília Nunes Froemming e Eliane Marques de M. Amiucci. As au-

toras enfatizam a relação entre as classes sociais e a institucionalização de direitos, como campo de conflito e disputa política.

A seção tema livre é formada por três textos. O primeiro é uma contribuição além-fronteira intitulado *La mercantilización del sufrimiento psíquico*, de autoria de Mariana Paulin Devallis. A mercantilização-medicalização do sofrimento psíquico é a chave da problematização do capitalismo hoje, em fase de acumulação residual originária terminal. A reflexão se vale do arrolamento das políticas econômicas na Argentina para situar a expropriação dos modos de vida na região do Alto do Rio Negro, provocadora de sofrimento psíquico e correspondente medicalização, que favorece a indústria farmacêutica.

O segundo artigo, *Tecnología, capital e trabalho*, de Silvio Redon, toma o domínio do tempo como imanente ao modo de produção capitalista, condição da própria forma valor, portanto inexoravelmente motivo do permanente aperfeiçoamento das formas de dominação e apropriação do tempo, conhecido hoje, sobretudo, como inovações tecnológicas, automação e microeletrônica. Esse cenário coloca o capital diante da compulsiva necessidade de diminuir o trabalho vivo no processo produtivo, impactando a ampliação da superpopulação relativa, manifesta em desemprego.

O último artigo desta seção, intitulado “A ‘insegurança da existência’ da classe trabalhadora brasileira pós-golpe de 2016”, de Caroline Magalhães Lima, aborda as perdas sofridas pela classe trabalhadora a partir das medidas adotadas pelo Estado num contexto de aprofundamento do neoliberalismo, regressão no campo dos direitos vinculados ao trabalho e contundentes ameaças à democracia liberal.

Na seção Entrevista, a revista publica, nesta edição especial, o emblemático diálogo com Moishe Postone sobre o alcance da crítica marxista e o desafio de reposicionar a categoria valor na elaboração teórica marxiana, anteriormente reproduzido em outro veículo editorial. Como se sabe, Moishe Postone, falecido em 2018, apresentou crítica contundente às ideias baseadas centralmente na distribuição de renda no capitalismo, contrapondo com o debate da centralidade da dominação abstrata (valor) e do fetiche da mercadoria sobre as entranhas da vida social. Com a nova publicação, pretende-se fazer chegar ao Serviço Social as inquietações desse intelectual e ampliar a reflexão sobre a obra marxiana.

A revista apresenta, na seção dedicada às resenhas, dois textos que problematizam títulos bibliográficos em torno da questão ambiental e das atrocidades provocadas pelo capitalismo, sendo um de autoria de Javier Blank e outro de Carla Alessandra da S. Nunes. A leitura das resenhas permite perceber que o *deserto do real* bate à nossa porta e parece, só agora, ser possível pensar sobre a destruição socioambiental do capitalismo, em sua sanha compulsiva por valor, exatamente quando as saídas estão crescentemente embarreiradas. As resenhas inquietam o pensamento sobre a possibilidade ou não de ainda haver tempo para reverter o quadro climático, por exemplo.

A Homenagem de Vida apresenta um belo texto de Ivanete Boschetti sobre o mestre Vicente de Paula Faleiros, flagrando cenas do seu percurso político e acadêmico no âmbito do Serviço Social e na vida social abrangente, tanto no país como fora, quando viveu exilado em razão da ditadura empresarial-militar. A produção científica de Faleiros é um marco no Serviço Social latino-americano e a revista reconhece a sua atuação nos debates fundamentais das políticas sociais e da profissão. Trata-se de uma homenagem relevante para os nossos arquivos históricos, sobretudo porque o texto nos permite associar a figura humana ao intelectual e político atormentado com nossas mazelas sociais.

Na seção Mostra Fotográfica, a revista apresenta o garboso trabalho de Maria Perdigão, mineira de nascimento, que reside no Rio de Janeiro e o toma como inspiração para a composição de suas montanhas. Entramos em contato com a obra da artista a partir das belas fotografias de Alê Silva. Maria Perdigão nos oferece com *Montanhas Cósmicas: desejo de uma Ecologia Profunda* uma experiência sensorial amalgamada às profundas e necessárias reflexões sobre a vida, a natureza e as ameaças iminentes à atual condição do metabolismo societal do capital, abordadas nesta edição.

A projeção da revista no cenário acadêmico e profissional orientou nosso trabalho editorial para fazer chegar até um público maior as produções científicas desses PPGs, solidificando o propósito do PPGSS-Uerj no apoio à qualificação do Serviço Social brasileiro e do pensamento crítico. Como o texto é um fio, desejamos que a boa leitura nos leve a tecer outras linhas de modo a bem armar a crítica.

25 years of the Postgraduate Program in Social Work

25 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa* 

Ney Luiz Teixeira de Almeida** 

This issue is made public when the Postgraduate Program in Social Work at UERJ (PPGSS/UERJ) turns 25 years old and the celebration of this historical process takes place through this publication, dedicated to the dissemination of academic production from sister postgraduate programs, members of the initial stratum in the evaluation by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), classified with a rating of 3. This scientific dissemination collaborates with the collective effort of the Social Work area at CAPES (area 32) to boost the qualifications of Brazilian social work postgraduate courses, increasing the number of programs with high evaluations. We dedicate this special issue of the journal to postgraduate programs with a rating of 3, enabling greater circulation of academic production in a reputable editorial vehicle with the aim of causing a positive impact for them in the CAPES evaluation, at the conclusion of the present four-year period (2019-2024), when all programs will be evaluated.

In this sense, the initiative responds to the challenge of enabling acts of solidarity that can favor the correction of asymmetries in access to Qualis A journals, in the counter-trend of the managerialism that today also encompasses the production of knowledge and the universities. Paradoxically, amidst the excess of productivism initiatives in the scientific environment, with this special issue, we seal our effective willingness to maintain the ties that entangle us in the critical intellectual project, sustained in collective sociability, involved with others.

The PPGSS/UERJ was created in 1999 – with a master's degree course and since 2005 also with a doctorate course –, in response to the request of the political situation to expand postgraduate qualifica-

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88444>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: rosangelancb@uol.com.br

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: neylta@hotmail.com.

Como citar: BARBOSA, R. N. C.; ALMEIDA, N. L. T de. Editorial. 25 years of the Postgraduate Program in Social Work. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 16-21, dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88444>



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

tions in the country and the continued education movement of professionals in the area. Since then, it has received graduates and masters in social work and other areas interested in critical social theory regarding studies on “Work and Social Policies” (the program’s area of concentration), from which it offers its activities, guiding teachers and students in their research. The program’s orbit of influence is not negligible, after all, PPGSS/UERJ has graduated around 308 masters and 170 doctors, coming from different regions of the country, as well as from different countries in Latin America, Central America, and Africa. Through the graduates and with them, PPGSS/UERJ has shaped an intellectual movement of excellence that has reached many different places through the lives of our former students, whether in teaching, in the profession, or in political engagement. Therefore, today, it would not be possible to celebrate this 25-year anniversary without *courting* those who made our program possible and capable of now supporting initiatives to overcome academic asymmetries.

Over this time, PPGSS/UERJ has established itself in the training of researchers and qualified professionals to work in higher education and in institutions within the scope of social policies, in parallel with engagement in struggles against social fractures that permeate capitalist sociability. It is a free, public academic project aimed at the three lines of research that structure it: a) Work, Social Relations, and Social Work; b) Social Issues, Public Policies, and Social Work; c) Identities, Culture, Public Policies, and Social Work. Around them, the program brings together an important portfolio of research and scientific dissemination devices that feed academic training in its courses. As part of the national postgraduate system alongside 36 other programs in the area of Social Work, it gradually progressed to a score of 6, which characterizes it as a program of academic excellence (PROEX), according to the assessment by CAPES/MEC.

This 25-year trajectory, however, was not marked by academic endogeny. On the contrary, it was highlighted in the itinerary of struggles for a qualified public university, with the affirmation of an intellectual and professional training project articulated with the scientific and political entities of social work, as well as the agenda of insurgencies of students, technical professionals, and teachers, and more general social movements. A trajectory that adds to other actions of the School of Social Work at UERJ, which completed 80 years, reverberating a public, secular, qualified, and inclusive higher education project.

The consolidation of PPGSS/UERJ as a training center of excellence is also not the result of isolated action by the teachers, but rather the result of the combined and dedicated work of countless teachers, students, and technical professionals who have been and are part of the program today. This can be seen in the continuous qualified performance of teachers, students, and graduates in national and international scientific events; in the fruitful collaboration of renowned intellectuals who acted as visiting professors; or even in the volume and quality of publications in books, articles, theses, and dissertations, which,

together, boost the dissemination of science to society, revealing the social relations behind apparently isolated practices, provoking and challenging debates about work and social policies.

With this perspective, the special issue – Em Pauta 57 – welcomes academic productions on three thematic axes representing the core foundations of Brazilian social work that, in truth, outline a field of formative and investigative knowledge of relevance to the profession: “Social Issue, Work, and Social Policy”. These articles trigger reflections in this context, comparing aspects of concrete reality and critical theoretical resources about the era of capitalism in crisis and its barbarizing devices for compulsive and heartbreaking valorization of value, while contradictorily architecting negative solutions that deepen the internal limits of its social metabolism, with severe hardships on human life and nature.

We open the dossier with an important appreciation of the advances and challenges in the area of Social Work in the Brazilian postgraduate system in the context of austerity, with the contribution of Hamida Assunção Pinheiro, Mônica de Castro Maia Senna, and Ricardo Lara, representatives of Social Work in CAPES. The collaboration shows that, even in this socially regressive framework of neoliberalism, the Social Work area has advanced qualitatively and quantitatively towards expanding postgraduate programs, increasing both the number of graduates and the quality of training and scientific research. Based on academic indicators from the period 2021 and 2022, the article offers us a rich panorama for reflections and debates. In turn, it also equips the reader to understand the place of other articles presented by the rating 3 CAPES programs, as part of this more general trend of qualification of postgraduate studies in Brazilian social work.

Next, the article “State counter-reform and dispute over the public fund: reflections in contemporary Brazil” focuses on the precariousness of public policies due to defunding, when the state is called upon to respond more robustly to the drop in the profitability of capital. For the authors – Ingrid Lydiane de L. S. Miranda, Márcia da Silva Pereira Castro, Maria do Perpétuo Socorro R.S. Severino, and Rivânia Lúcia Moura de Assis – in the neoliberal context, fiscal adjustment instruments are implemented that favorably address economic interests, capturing larger shares of the public budget.

Afterwards, the precariousness of the work of social workers is problematized in the article “The labor market for social workers in Paraíba (Brazil): expansion and precarization”, authored by Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Maria Clara Ezequiel Marinho, Moema Amélia Serpa, and Mônica Barros from Nóbrega. The text presents an analysis of the configurations of the labor market and the repercussions on working conditions and relations, highlighting the expansion of social assistance policy, which has increased the job supply in Paraíba since the beginning of the 2000s, and that this occurred, however, while deepening the process of precarization of labor.

This theme is revisited in the article “Precarious work of social workers in health care: analysis of challenges and resistance strategies”, which complements the debate by exposing a specific study on the health care area. The authors Denise Carmem de Andrade Neves, Carla Agda Gonçalves, and Francisca Bezerra de Souza address how the topic is treated in the journals consulted, stating that the contemporary trend of outsourcing, low wages, and work overload negatively impact the working conditions of social workers of the health sector.

The racialized colonial domination over black women is the focus of the article “The social (un)protection of black women: strategies and resistance” by Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, and Thais Helena Modesto Villar de Carvalho, bringing light to little-known organizational practices of women insurgents against slavery, who enlisted peculiar protective mechanisms. The authors suggest the importance of giving visibility to these reminiscences, moving the history of social protection in Brazil to well before the Eloy Chaves Law of 1923.

In the article “The attack on management councils as a de-democratization strategy in the Bolsonaro administration”, by Nilo Carlos Bandeira Honda and Maurício Ferreira Silva, they show us the consequences of the dismantling of the federal public administration collegiate bodies by Decree no. 9,759/2019, exposing the scope of the action and, at the same time, its selectivity, in that the emphasis was greater on the councils in the social area that were in conflict with the government. The measure reveals itself to be an authoritarian maneuver by government administration that goes against the provisions of the Federal Constitution, as it causes de-democratization in the country.

Subsequently, the problematization of labor regulation is addressed in the article “Labor counter-reform and the situation of the working class in Brazil”, presenting important dimensions of the repercussion of Law no. 13,467 of 13 July 2017. César Albenes de M. Cruz, Janice Gusmão F. de Andrade, Carlos Gabriel Arpini, and Ricardo de Lima Soares demonstrate that the aforementioned legislation profoundly altered the status of salaried work in the country, causing the degradation of working conditions and relations.

The form of work in the neoliberal context is the axis of the article “Work and social issue in the consolidation of the neoliberal prescription in Brazil”, written by Alfredo Aparecido Batista, Cleonilda Sabaini T. Dallago, Cristiane Carla Komo, and Marize Rauber Engelbrecht. The text presents the intensification of capitalist exploitation in the current historical period, with uncertain occupations, low coverage of rights and social protection.

The historical perspective of human rights is the direction of reflection by Kannanda Emilly P. da Silva, Cecília Nunes Froemming, and Eliane Marques de M. Amiucci. The authors emphasize the relationship between social classes and the institutionalization of rights, as a field of conflict and political dispute.

The free theme section is made up of three texts. The first is a cross-border contribution entitled “La mercantilización del sufrimiento psíquico”, written by Mariana Paulin Devallis. The commodification-medicalization of psychological suffering is the key to the problematization of capitalism today, in a phase of terminal original residual accumulation. The reflection uses the list of economic policies in Argentina to situate the expropriation of ways of life in the Alto do Rio Negro region, the cause of psychological suffering and corresponding medicalization, which favors the pharmaceutical industry.

The second article “Technology, capital, and work” takes the domain of time as immanent to the capitalist mode of production, a condition of the form of value itself, and therefore inexorably the reason for the permanent improvement of the forms of domination and appropriation of time, known today, above all, as technological innovations, automation, and microelectronics. This scenario places capital in the face of the compulsive need to reduce live labor in the production process, impacting the expansion of relative overpopulation, manifested in unemployment.

The last article in this section, entitled “The ‘insecurity of existence’ of the Brazilian working class after the 2016 coup”, by Caroline Magalhães Lima, addresses the losses suffered by the working class as a result of the measures adopted by the State in a context of deepening neoliberalism, regression in the field of labor rights and forceful threats to liberal democracy.

In the Interview section, the journal publishes in this special edition the emblematic dialogue with Moishe Postone about the scope of Marxist criticism and the challenge of repositioning the value category in Marxian theoretical elaboration, previously reproduced in another editorial vehicle. As we know, Moishe Postone, who passed away in 2018, presented a scathing critique of ideas based centrally on income distribution in capitalism, contrasting with the debate on the centrality of abstract domination (value) and the fetish of merchandise over the bowels of social life. The new publication aims to bring this intellectual’s concerns to social work and expand reflection on Marx’s work.

The journal presents, in the section dedicated to reviews, two texts that problematize bibliographic titles around the environmental issue and the atrocities caused by capitalism, one written by Javier Blank and the other by Carla Alessandra da S. Nunes. Reading the reviews allows you to see that the *desert of the real* knocks on our door and it seems, only now, that it is possible to think about the socio-environmental destruction of capitalism, in its compulsive drive for value, exactly when exits are increasingly blocked. The reviews disturb thoughts about whether or not there is still time to reverse the climate situation, for example.

Life Homage presents a beautiful text by Ivanete Boschetti about the master Vicente de Paula Faleiros, capturing scenes from his political and academic career within the scope of social work and comprehensive social life, both in the country and abroad when

he lived in exile due to the business-military dictatorship. Faleiros's scientific production is a milestone in Latin American social work and the journal recognizes his role in fundamental debates on social policies and the profession. This is a relevant tribute to our historical archives, especially because the text allows us to associate the human figure with the intellectual and politician tormented by our social ills.

In the “Photographic Exhibition” session, the journal presents the elegant work of Maria Perdigão. Born in Minas Gerais, she lives in Rio de Janeiro and takes the composition of its mountains as inspiration. We came into contact with the artist's work based on Alê Silva's beautiful photographs. Maria Perdigão offers us “Cosmic Mountains: desire for a Deep Ecology”, a sensorial experience combined with deep and necessary reflections on life, nature, and the threats inherent to the current condition of the societal metabolism of capital, addressed in this edition.

The journal's projection in the academic and professional scenario guided our editorial work to make the scientific productions of these postgraduate programs reach a larger audience, solidifying the purpose of PPGSS/UERJ in supporting the qualification of Brazilian social work and critical thinking. As the text is a thread, we hope that a good reading will lead us to weave other lines in order to better arm criticism.

A pós-graduação *stricto sensu* brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade

Brazilian stricto sensu postgraduate studies in social work: advances and challenges in an era of austerity

Hamida Assunção Pinheiro* 

Mônica de Castro Maia Senna** 

Ricardo Lara*** 

RESUMO

O artigo discute avanços e desafios que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem enfrentado na conjuntura atual. Para isso, apresenta brevemente a trajetória da pós-graduação da área no Brasil e destaca dados e informações referentes ao desempenho dos programas da área no biênio 2021-2022, com base no Relatório do Seminário de Meio Termo realizado em 2023. O texto é fruto de pesquisa bibliográfica e documental direcionada por uma perspectiva crítica com objetivo de perceber as contradições da realidade e suscitar estratégias de diálogos e reflexões para o futuro da pós-graduação e da produção de conhecimento da área de Serviço Social.

Palavras-Chave: Serviço Social; pós-graduação; pesquisa.

ABSTRACT

This article discusses the advances and challenges that *stricto sensu* postgraduate studies in social work have faced in the current context. To this end, it briefly presents the trajectory of postgraduate studies in the area in Brazil and highlights data and information regarding the performance of programs in the 2021-2022 biennium, based on the Mid-Term Seminar Report held in 2023. The text is the result of bibliographic and documentary research guided by a critical perspective with the aim of perceiving the contradictions of reality and raising strategies for dialogue and reflection for the future of postgraduate studies and knowledge production in social work.

Keywords: social work; postgraduate programs; research.

Introdução

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem seguido uma trajetória de avanços quantitativos e qualitativos, contribuindo para a formação qualificada de docentes, pesquisadores e profissionais

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>

*Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM - Brasil.
E-mail: hamida@ufam.edu.br.

**Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil. E-mail: monica.senna@pq.cnpq.br.

***Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC - Brasil.
E-mail: ricardolarauf@gmail.com.

COMO CITAR: PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. C. M.; LARA, R. A pós-graduação *stricto sensu* brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 22-35, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>

Recebido em 14 de junho de 2022.

Aprovado para publicação em 28 de abril de 2023.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

e para a produção de conhecimentos sobre temáticas relacionadas à questão social em suas múltiplas expressões e determinações, à realidade brasileira, às políticas sociais e ao trabalho profissional, além do desenvolvimento de ações extensionistas e de cooperação técnico-científica junto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições governamentais e de pesquisa nacionais e internacionais.

A maturidade acadêmico-científica alcançada pela área pode ser, de um lado, creditada à capacidade de indução de políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico no país. Por outro, não se pode esquecer que resulta do esforço coletivo da categoria de assistentes sociais, sobretudo por meio de suas instituições organizativas, com destaque para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso).

Ao mesmo tempo, a consolidação desse processo tem sido atravessada por constrangimentos e desafios múltiplos, principalmente aqueles relacionados ao contexto de austeridade que vem sendo imposto por “soluções” neoliberais para a crise estrutural do capitalismo e resultando em desfinanciamento das políticas públicas, dentre elas as de educação e de ciência e tecnologia. No último decênio, esse quadro se aprofundou com o processo de desmonte das políticas públicas iniciado com o Golpe de 2016 e acirrado na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), agravado ainda pela irrupção da pandemia de Covid-19.

Os programas de pós-graduação foram duramente afetados por esse cenário e as implicações disso não só foram sentidas durante a Avaliação Quadrienal 2017-2020 realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como também se estendem para o quadriênio em curso (2021 - 2024).

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a contribuir para o debate em torno dos avanços e desafios que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem enfrentado, bem como das perspectivas que se colocam diante desse cenário de austeridade. Inicialmente, o artigo tece algumas considerações sobre a trajetória da pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social no Brasil e traça um pequeno balanço da Avaliação Quadrienal 2017-2020. Em seguida, apresenta uma análise preliminar dos dados referentes ao biênio 2021-2022, apontando tendências e nós críticos. A última seção, em tom de considerações finais, se dedica à proposição de alguns pontos para debate no sentido de trazer perspectivas para fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação em Serviço Social articulada a um projeto ético-político pautado na defesa intransigente dos direitos sociais e da emancipação humana.

A pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa em Serviço Social no Brasil em perspectiva histórica: breves apontamentos

O Serviço Social contemporâneo se configura simultaneamente como área de conhecimento e profissão. No Brasil, sua regulamentação data do ano de 1957 e desde então tem

se destacado por meio de três competências profissionais, quais sejam: (a) atuação no âmbito das políticas públicas e privadas, incluindo gestão, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas e serviços sociais; (b) planejamento, desenvolvimento e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para o subsídio de ações profissionais; e (c) formação de recursos humanos para produzir conhecimento científico crítico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional (Capes, 2019).

Os primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado em Serviço Social no Brasil surgem na década de 1970, com a implantação, em 1972, do curso da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), seguido, no mesmo ano, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo esses os primeiros na América Latina. Até o final dos anos 1970, outros cursos de mestrado na Área foram criados: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1977, Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa (UFPB-JP), em 1978, e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979. O primeiro curso de Doutorado em Serviço Social no Brasil foi implantado em 1981 na PUC-SP e as décadas experimentariam a expansão de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social.

Esse processo está associado a dois movimentos distintos. De um lado, tem-se a profunda reforma universitária de 1968, levada a cabo durante a Ditadura Militar no Brasil, em que foram criados os níveis de mestrado e doutorado de forma similar ao modelo norte-americano, substituindo as cátedras pela organização departamental e adotando o sistema de créditos, além de definir a universidade como instituição caracterizada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Mendes *et al.*, 2017). Capes e CNPq, agências criadas nos anos 1950, têm suas atribuições fortalecidas neste contexto, ocupando lugar estratégico no projeto desenvolvimentista então adotado, tornando-se responsáveis por promover a formação e o aperfeiçoamento de pessoal docente do ensino superior e a compor uma política nacional e regional de pós-graduação (Cury, 2020).

De outro lado, registra-se o movimento protagonizado pela categoria profissional de assistentes sociais que desde os anos 1960 vinha questionando suas bases fundantes, inaugurando, por meio de referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, na perspectiva de articulação de um projeto profissional crítico no Serviço Social, como aponta Abepss (2015),

Além disso, cabe destacar que a redemocratização do país no início dos anos de 1980, em meio à luta dos movimentos sociais e sindicais, contribuiu para desencadear a afirmação do compromisso do Serviço Social enquanto profissão e área do conhecimento, nos *Códigos de Ética* de 1986 e 1993, com as demandas da população pobre e excluída, com valores técnicos e científicos que objetivam uma sociedade em que os direitos humanos e sociais sejam amplamente reconhecidos e oferecidos universalmente.

De fato, a partir dos anos 1980, a pós-graduação em Serviço Social ganhou espaço junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Capes e às demais agências de fomento (Lara, 2011), sendo reconhecida como área de conhecimento situada no âmbito das ciências sociais aplicadas e respondendo por significativa produção de conhecimentos na interlocução interdisciplinar com as mais diversas áreas das ciências sociais e humanas. A qualidade e o volume da produção científica revelam uma área do conhecimento que alcançou significativa relevância desde sua inserção no cenário científico nacional e internacional, mas que precisa de constantes atualizações e avaliações de acordo com as transformações sociais em curso.

No Serviço Social, a dimensão interventiva e a investigativa coexistem numa relação de reciprocidade, fato este que coloca a pesquisa como atividade permanente para a intervenção e vice-versa. É dessa forma que a pós-graduação, como espaço de excelência para a pesquisa e para a produção do conhecimento, ganha relevância como *locus* privilegiado para aprimoramento e qualificação dos profissionais de Serviço Social e de áreas afins.

Nos anos de 1980 e 1990, a área já apresentava densidade na produção teórica, o que gerou uma maior visibilidade acadêmica e científica. A pesquisa que até então não era uma realidade determinante no Serviço Social passou a ser uma necessidade em todos os níveis de formação. A aproximação crítica do Serviço social com as diversas teorias sociais proporcionou avanços em seu arsenal teórico-metodológico, propiciando ao Serviço Social ampliar sua inserção na universidade e na produção de conhecimentos, pois o aprofundamento científico foi um imperativo interior e exterior para a profissão e área de conhecimento no Brasil, tanto para avançar nas análises sobre as determinações e particularidades da questão social no Brasil e as demandas postas às políticas sociais, como para assegurar maior reconhecimento no mercado de trabalho.

Desde os anos 1970, mas principalmente nas décadas de 1990 e 2000, há uma significativa expansão dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, sobretudo nas universidades federais, em consonância ao processo de ampliação da pós-graduação brasileira previsto nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e seguindo o movimento de expansão das instituições de ensino superior no país. No ano de 2022, a área de Serviço Social contava com 36 programas de pós-graduação *stricto sensu*, dos quais 55,6% (20 programas) possuíam cursos de mestrado e doutorado, distribuídos nas cinco regiões do país, o que é um importante indicador da expansão e consolidação da área. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos 36 programas da área de Serviço Social por região e a nota ao final da Quadrienal 2017-2020.

Tabela 1. Programas de Pós-Graduação em atividade na área de Serviço Social no ano de 2022 e nota obtida na última avaliação (2017-2020)

Região/ies	Programa de pós-graduação	Nota
Região Norte		
1.UFAM(M)	Serviço Social	4
2.UFPA(M/D)	Serviço Social	5
3. UFT (M)	Serviço Social	3
Região Nordeste		
1.UFMA(M/D)	Políticas Públicas	6
2.FUFPI(M/D)	Políticas Públicas	5
3.UECE(M)	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	4
4.UFRN(M/D)	Serviço Social	4
5.UERN(M)	Serviço Social e Direitos Sociais	3
6.UFPB/JP(M)	Serviço Social	4
7.UEPB(M)	Serviço Social	3
8.UFPE(M/D)	Serviço Social	6
9.UFAL(M/D)	Serviço Social	5
10.FUFSE(M)	Serviço Social	4
11.UFBA (M)	Serviço Social	3
12.UFRB (M)	Política Social e Territórios	3
Região Sudeste		
1.UFES(M/D)	Política Social	6
2.EMESCAM(M)	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	3
3.UFRJ(M/D)	Serviço Social	5
4.UFF (M)	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	4
5.UFF(M/D)	Política Social	5
6.UERJ(M/D)	Serviço Social	6
7.PUC-Rio(M/D)	Serviço Social	6
8.UFV(M/D)	Economia Doméstica	5
9.UFJF(M/D)	Serviço Social	5
10.UNESP/FR(M/D)	Serviço Social	5
11.PUC-SP(M/D)	Serviço Social	7
12.UNIFESP(M)	Serviço Social e Políticas Sociais	3
Região Sul		
1.UEL(M/D)	Serviço Social e Política Social	4
2.UNIOESTE(M)	Serviço Social	3
3.UFSC(M/D)	Serviço Social	5
4.UFRGS(M)	Política Social e Serviço Social	4
5.PUC-RS(M/D)	Serviço Social	7
6.UCELP(M/D)	Política Social e Direitos Humanos	5
Região Centro Oeste		
1.UFMT(M)	Política Social	4
2. PUC-GOIÁS(M)	Serviço Social	3
3.UnB(M/D)	Política Social	6
Total de programas		36

Fonte: Capes, 2021.

Nota-se no quadro que o Serviço Social abarca em seus programas as seguintes áreas básicas: Serviço Social (26), política social (6), políticas públicas (3) e economia doméstica (1). a área, pela natureza dos cursos, recebe profissionais de outras áreas de conhecimento nos cursos de pós-graduação, como, por exemplo, pedagogos, psicólogos, geógrafos, jornalistas, advogados, economistas, cientistas sociais, historiadores etc., promovendo também o diálogo interdisciplinar e contribuindo para formação qualificada em diferentes áreas do conhecimento.

Todos os cursos em funcionamento na área de Serviço Social são de natureza acadêmica e ofertados na modalidade presencial. Dentre as 50 áreas de conhecimento reconhecidas pelas Capes, a área de Serviço Social é a única que não possui cursos profissionais.

Ao longo de sua trajetória, a pós-graduação em Serviço Social, como a pós-graduação brasileira em geral, tem lidado com uma série de desafios e constrangimentos, os quais são decorrentes da adoção de medidas de austeridade assumidas pela agenda neoliberal como única saída para a crise do capital que se arrasta desde fins dos anos 1970, além do avanço do conservadorismo mais radical que vem crescendo no país de forma avassaladora nestes últimos anos. Ao subfinanciamento crônico que atinge a educação, a ciência e a tecnologia como um todo, se soma a desvalorização das ciências humanas e sociais em detrimento da área tecnológica, a mercantilização do ensino e da pesquisa, o aligeiramento da formação e o predomínio de uma lógica produtivista e concorrencial na construção do conhecimento. Esses traços característicos foram aprofundados a partir do Golpe de 2016 que depôs a presidente Dilma Rousseff e deu espaço para o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas, com cortes de recursos e linhas de fomento à pesquisa, congelamento de bolsas e extinção de diferentes programas de fomento.

Foi na gestão Bolsonaro que o processo de desmonte se intensificou, com cortes nas bolsas para pesquisas científicas e para formação docente na ordem de 17,5% (Sobrinho, 2022), congelamento dos valores das bolsas, não abertura de novos editais e até ameaça de calote no pagamento. A essas medidas se associa o negacionismo científico como política de Estado, particularmente intenso com a irrupção da pandemia de Covid-19, aproveitando-se do contexto social brasileiro para propagar ideias conservadoras e atinentes a uma política ultraliberal, entreguista e voltada aos interesses de grupos com efetivo poder de captação de capital. Como afirmam Duarte e César (2020, p. 9): “[...] o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos”.

Os programas de pós-graduação sofreram fortes impactos decorrentes da pandemia e com as medidas adotadas pelo governo federal. Além das limitações financeiras, os programas da área de Serviço Social registraram dificuldades na aplicação dos recursos em face da impossibilidade de intercâmbios, mobilidade docente e estudantil e eventos presenciais com pesquisadores de diferentes instituições, afetando, inclusive, o processo de

internacionalização; interrupção de pesquisas envolvendo trabalho de campo; ampliação dos prazos de defesa; atraso e adaptações nos processos seletivos (Capes, 2022); além da suspensão de aulas presenciais; adaptação de disciplinas, orientações, desenvolvimento de pesquisas e outras atividades ao ambiente remoto; comprometimento da saúde física e mental de docentes, alunos e técnico-administrativos.

A própria dinâmica da Avaliação Quadrienal 2017-2022 conduzida pela Capes foi afetada, tendo sido realizada integralmente em modo remoto, além de sofrer interrupção no meio do processo, em função de uma Ação Civil Pública que questionou os parâmetros de avaliação adotados, vistos como pouco definidos, o que poderia acarretar em falta de isonomia das avaliações bem como a aplicação retroativa de tais parâmetros sob pena de violar o princípio da segurança jurídica e a previsibilidade da avaliação. Somente após a assinatura do Termo de Autocomposição (TAC) é que o processo de avaliação quadrienal foi retomado, três meses depois.

Na última Avaliação Quadrienal, de 2017-2020, foram analisados 36 programas da área de Serviço Social, sendo 33 em avaliação e 3 em situação de acompanhamento. A área reconhece que, não obstante os desafios impostos pelo cenário descrito, alcançou avanços importantes no quadriênio 2017-2020, dos quais se destacam: a) implantação de três cursos novos em 2018, sendo um na região Norte e dois no Nordeste (ambos na Bahia), os quais passaram por sua primeira avaliação; b) houve avanços tanto em termos quantitativos quanto qualitativos da produção intelectual de discentes, egressos e docentes permanentes; c) houve também avanços com a adoção do *Qualis* único para os periódicos e maior qualificação dos periódicos em que o Serviço Social é área-mãe; d) a área desenvolveu diversas ações para a sociedade, confirmando ampla inserção social dos programas da área durante a pandemia; e) comparativamente ao quadriênio anterior (2013-2016), nenhum programa diminuiu de nota, enquanto 15 programas subiram suas notas. A Tabela 2 demonstra a distribuição percentual dos programas da área de Serviço Social por nota nos dois últimos quadriênios.

Tabela 2. Distribuição Percentual de PPG por nota área de Serviço Social nos dois últimos quadriênios

Nota	Qtd. de PPG (2013-2016)	% Quadriênio 2013-2016	Qtd. de PPG (2017-2020)	% Quadriênio 2017-2020**
2	1	2,9	0	-
3	12	35,3	9	25,0
4	12	35,3	11	30,5
5	3	8,8	8	22,2
6	5	14,7	6	16,7
7	1	2,9	2	5,6
Total	34	100%	36	100%

Fonte: Capes, 2021.

Enquanto área de conhecimento, o Serviço Social tem contribuído para a sociedade brasileira no que tange à defesa de uma formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com ênfase nas análises sobre a realidade social e suas múltiplas determinações, bem como sobre os processos de formulação, gestão, implementação e avaliação de políticas sociais. Nesse sentido, os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social assumem lugar de destaque na produção de conhecimentos, dada à centralidade da pesquisa científica em seu interior, priorizando temáticas diversas relacionadas às múltiplas expressões da questão social, às políticas sociais na contemporaneidade e ao avanço teórico-metodológico do Serviço Social.

Retrato preliminar da Área 32 – Serviço Social no biênio 2021-2022

Apesar do fim da emergência de saúde pública pela pandemia de Covid-19 e das mudanças no quadro político brasileiro, os impactos do período anterior ainda são percebidos no quadriênio em curso (2021-2024). Buscando trazer um retrato aproximado, ainda que preliminar, dos programas de pós-graduação da área nos dois primeiros anos do quadriênio. Esta seção apresenta alguns dados levantados para subsidiar o debate no Seminário de Meio Termo, ocorrido em novembro de 2023¹.

Indicadores da Área 32 – Serviço Social em relação aos discentes e docentes no biênio 2021-2022

Os dados do biênio 2021-2022 disponíveis pelo Sistema Nacional de Pós-graduação da Capes apresentam a área composta por 36 programas, sendo 16 com cursos de mestrado e 20 com cursos de mestrado e doutorado. O *status* jurídico das Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos na área é distribuído da seguinte forma: 22 (62,86%) instituições federais, 7 (20%) instituições estaduais e 6 (17,14%) instituições particulares (comunitárias), indicando a forte participação da universidade pública na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

A distribuição quantitativa dos programas por região é: 12 no Nordeste (33,3%), 12 no Sudeste (33,3%), seis no Sul (16,7%), três no Centro-Oeste (8,3%) e três no Norte (8,3%). Essa distribuição aponta para a persistência de assimetrias regionais na pós-graduação em Serviço Social, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste. Mas, também cabe registrar a existência de vazios em áreas do interior ou periféricas nas demais regiões, sendo a redução de assimetrias e a interiorização da pós-graduação aspectos valorizados nas Análises de Propostas de Cursos Novos (APCN).

1 O Relatório do Seminário de Meio Termo realizado pela área de Serviço Social em 2023 tem informações mais detalhadas. Ver: Pinheiro, Senna, Lara (2023).

O corpo docente, de acordo com dados de 2022, é composto por 656 professores, sendo 80,36% de docentes permanentes, 18,72% colaboradores e 0,91% de visitantes. A Tabela 3 revela que a ampla maioria dos docentes foi titulada a partir dos anos 2000, indicando um corpo docente relativamente jovem em termos de titulação.

Os vínculos empregatícios estão assim distribuídos: 514 são servidores públicos, 77 são contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 36 são colaboradores, 25 são aposentados e 5 possuem bolsa de fixação. A faixa etária do corpo docente está distribuída por 139 com idade entre 55 e 59 anos, 113 entre 50 e 54 anos, 94 entre 60 e 65 anos, 79 entre 45 e 49 anos, 77 entre 40 e 44 anos, 63 com 70 anos ou mais, 45 entre 35 e 39 anos, 41 entre 65 e 69 anos, 6 entre 30 e 34 anos. A composição por sexo é de 500 pessoas do sexo feminino (76,1%) e 156 do sexo masculino (23,9%) (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

O corpo discente, em 2021, foi de 2.831 e, em 2022, foi de 2.926. Ao considerar o ano de 2022, a área teve 790 ingressantes. Do universo discente por grau acadêmico, registram-se 1.839 mestrandos e 1.087 doutorandos, sendo 2.343 matriculados, 519 titulados, 47 desligados e 17 abandonos. A composição por raça/cor está assim distribuída: 830 de cor branca, 510 pardos, 391 pretos, 17 indígenas e 10 de cor amarela. Nesse quesito, 1.168 discentes não tiveram a raça/cor informada, sendo, portanto, necessário que os programas atualizem as informações e preencham essa informação no ato da matrícula/cadastro do discente. A distribuição por sexo em 2022 é de 2.265 (77,41%) do sexo feminino e 661 (22,59%) do sexo masculino (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

Na observação dos dados gerais sobre a área, no biênio 2021-2022, observa-se pouca variação do corpo docente (permanentes, colaboradores e visitantes), nota-se pequeno acréscimo dos permanentes (em 2021 foi de 523 e em 2022 foi de 528), o que pode estar relacionado também à criação de três novos cursos. Houve também pouca variação do

Tabela 3. Distribuição dos docentes da área de Serviço Social pelo período de titulação

Período de titulação	Quantidade de docentes
1980-1984	1
1985-1989	6
1990-1994	16
1995-1999	34
2000-2004	102
2005-2009	175
2010-2014	139
2015-2019	167
2020-2024	16
Total	656

Fonte: Pinheiro; Senna; Lara, Capes, 2023 (elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira).

corpo discente (em 2021 foi de 2.831 e em 2022 foi de 2.926). A composição de docente e discente da área pode ser observada nas Tabelas 3 e 4.

Um aspecto que chama atenção diz respeito aos indicadores relativos aos trabalhos de conclusão (teses e dissertações) e às orientações em andamento por docente permanente. No biênio, a área registrou, no primeiro caso, um índice de 1,31 em 2021, diminuindo ligeiramente para 1,17 em 2022, o que pode estar relacionado aos impactos da pandemia em termos de necessidade de ampliação dos prazos de defesa das dissertações e teses. Já em relação à média de orientações em andamento por docente permanente na área, o índice foi de 3,86 em 2021 e de 4,07 em 2022, o que está associado à retenção provocada pela pandemia de Covid-19.

Vale registrar que uma questão que vem preocupando os programas diz respeito à diminuição da demanda nos processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos de mestrado e de doutorado, questão essa que atravessa as diversas áreas do conhecimento e que não está dissociada da conjuntura do país no último quadriênio.

Indicadores da Área 32 – Serviço Social em relação à produção acadêmica no biênio 2021-2022

Em relação aos indicadores de produção acadêmica, a área teve produção total de 10.624 produtos no ano de 2021, sendo 55,02% técnica, 44,95% bibliográfica e 0,04 artística cultural. No ano de 2022 a produção total foi de 10.791 produtos, sendo 51,1% técnicos, 48,8% bibliográficos e 0,1% artísticos e culturais. A distribuição por subprodutos pode ser observada na Tabela 5.

Na análise da produção bibliográfica e técnica, observa-se que a área apresenta maior produção técnica em relação à bibliográfica no biênio. Na comparação entre os biênios de

Tabela 4. Composição docente e discente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social. Brasil 2019-2022

Categoria / Ano	2019	2020	%	2021	2022	%
	Total	Total	2019/2020	Total	Total	2021/2022
Programas	36	36	0	36	36	0
Mestrado	36	36	0	36	36	0
Doutorado	20	20	0	20	20	0
Docentes	613	620	1,14	642	657	0,76
Permanentes	483	489	1,24	523	528	0,95
Colaboradores	118	118	0	112	123	9,8
Visitantes	12	13	8,33	7	6	14,2
Discentes	2.566	2.581	0,58	2.831	2.926	3,35
Mestrado	1.650	1.649	- 0,06	1.817	1.839	1,21
Doutorado	916	932	1,75	1.014	1.087	7,19

Fonte: Pinheiro; Senna; Lara, Capes, 2023 (elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira).

Tabela 5. Produção da área por tipos e subtipos

Categoria /Ano	2019	2020	2021	2022
Produção total	11.313	10.262	10.624	10.791
Produção Bibliográfica	4.586	4.052	4.775	5.264
Trabalhos em Anais	2.092	837	1.228	1.991
Livro / Capítulo	1.354	1.907	1.954	1.792
Artigos em periódicos	992	1.166	1.268	1.164
Artigo em jornal ou revista	-	-	205	188
Tradução	-	-	5	15
Outra	148	142	115	114
Produção Técnica	6.714	6.205	5.845	5.518
Apresentação de trabalho	2.520	1.794	1.810	2.035
Serviços técnicos	1.291	1.188	1.040	1.188
Org. de evento	681	523	592	691
Curso de curta duração	435	389	391	379
Programa de Rádio ou TV	323	744	415	223
Editoria	119	202	168	164
Relatório de Pesquisa	142	170	169	162
Des. Mat. Did. Intr.	58	84	59	54
Des. De técnica	17	16	11	9
Cartas, mapas ou sim.	9	4	4	4
Des. de produto	7	7	3	4
Outro	944	826	1.181	605
Produção Artístico-Cultural	13	5	4	9

Fonte: Pinheiro; Senna; Lara, Capes, 2023 (elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira).

2019/2020 e de 2021/2022, houve oscilação de algumas produções técnicas (ex.: programa de rádio ou TV), em razão principalmente dos efeitos da pandemia e das formas de intervenção e divulgação do conhecimento do período.

A área, no biênio 2021-2022, registrou 1.268 (2021) e 1.164 (2022) artigos em periódicos. Apesar dos avanços em relação a esse tipo de produção, a publicação da área em periódicos ainda pode crescer nacional e internacionalmente. Além disso, os periódicos da área ainda não estão em sua maioria acessíveis nas plataformas de maior alcance para a comunidade acadêmica, o que indica também ser outro esforço que a área deve perseguir.

Ademais, no atual ciclo de avaliação (2021-2024) uma preocupação por parte dos coordenadores da Área e dos coordenadores de programas manifestada no Seminário de Meio Termo se refere ao impacto da pandemia de Covid-19 no quadriênio vigente.

Considerações finais: os desafios da área diante de uma ciência global

A principal contribuição de uma nação, região e seus pesquisadores é interpretar, compreender e agir na história para os devidos protagonismos e trocas igualitárias, principalmente no âmbito econômico e cultural. A relevância dessa reflexão, como coordenadores da Área 32, é de reconhecer a importância dos conhecimentos produzidos pelas regiões e pensadores do sul global, numa perspectiva de diálogo com as ciências produzidas em âmbito internacional. Com isso, buscar caminhos científicos globalmente articulados para compreender e intervir nas desigualdades regionais.

As respostas para o desenvolvimento econômico e social de cada país exigem diagnósticos precisos e estes necessitam ainda mais de cuidadosos estudos dos principais problemas econômicos e sociais produzidos e/ou herdados dos países e regiões ao longo de sua história e formação socioeconômica. Uma das tarefas principais da Área 32, Serviço Social.

Um dos desafios da Área 32, Serviço Social, conforme já anunciado anteriormente, em relação às pesquisas e à produção de conhecimento, é priorizar temas de investigação que proporcionam compreender as questões histórico-estruturais do Brasil, com suas particulares contradições e reservadas às devidas proporções locais. Aqui reside o desafio do desenvolvimento econômico, social e regional soberano em consonância com as principais potências mundiais.

Entretanto, compreendemos que se torna oportuno adotar, por meio da investigação científica e de suas agências reguladoras, uma proposta de desenvolvimento científico que priorize universidades e conhecimentos locais que se internacionalizem reciprocamente. Esse procedimento é um passo seguro para pensarmos o Brasil e sua tradição cultural e elaborarmos projetos de desenvolvimento científico, econômico e social com soberania e protagonismo regionais e locais, com reconhecimento das temáticas históricas que foram produzidas ao longo do tempo e que ainda hoje estão presentes como problemáticas nas desigualdades econômicas, étnico-raciais, sociais e regionais. Isso será uma das tarefas da Área 32, Serviço Social, que, possivelmente, por meio de uma visão global, possa assegurar a tradição cultural e científica que se orienta por uma genuína emancipação humana dos indivíduos e nações.

Destacamos alguns pontos centrais para continuar fortalecendo e prospectar possíveis ações coletivas à Área 32 no atual contexto: a) reconhecer o protagonismo do Serviço Social brasileiro, sua significativa inserção científica e formação de recursos humanos; b) criar canais institucionais de diálogo plural entre os PPGs para oferecer maior visibilidade, integração e internacionalização da área; c) conferir

importância ao pensamento latino-americano com seu singular universo cultural e histórico para elaboração de conhecimentos científicos sobre as desigualdades sociais e pobreza; que respaldem projetos para o desenvolvimento econômico e social da região; d) dar relevância ao conhecimento produzido que prioriza as demandas históricas e emergentes da população usuária das políticas sociais (objeto constante das pesquisas da área); e) ampliar a visibilidade das questões regionais como estratégicas para o conhecimento produzido pela área; f) considerar a história e a particularidade das regiões para o desenvolvimento científico do Brasil é uma estratégia prioritária em razão da ampla diversidade e dimensão geográfica; g) considerar o desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação em cada região e o seus esforços no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais e regionais; h) observar e revelar atentamente os impactos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos produzidos pelos programas no diálogo científico com suas regiões; i) dar relevância às pesquisas aplicadas que suscitem melhoria da qualidade de vida e resultem em impactos para determinados segmentos da sociedade e populações usuárias mais vulneráveis; j) considerar os aspectos regionais nos processos avaliativos de novos cursos; l) formar pesquisadores que atuem em todas as instituições da sociedade civil, não se resumir a formar mestres e doutores para as universidades; m) articulação constante entre os ensinos infantil, fundamental, médio, graduação e pós-graduação das instituições formadoras dos cinco níveis, por meio de projetos específicos dos programas e instituições escolares básicas; n) estabelecer canais constantes de diálogo com as agências locais de fomento para apoio a projetos de longa duração para o desenvolvimento científico local e nacional; o) oferecer espaço de debate com os programas e a sociedade civil para construção de critérios que legitimem a avaliação da sociedade civil em relação às instituições científicas e suas maneiras específicas de inserção regional.

Diante disso, fica evidente que os indicadores acima são reflexões e projetos a serem debatidos, mas que podem oferecer condições para processos avaliativos e produção de indicadores de impacto que não importem modelos externos que desconsiderem as especificidades dos programas em suas regiões, mas que considerem a inserção da pesquisa e da ciência dos programas nas mais diversas regiões do país.

Os esforços da Capes nas últimas décadas para aprimorar e definir critérios objetivos de avaliação da pós-graduação no Brasil promoveram avanços e resultados mensuráveis e qualitativos que estão em constantes processos de revisão e redefinição, pois a ciência produzida nas mais diversas áreas do conhecimento sofre as exigências das transformações constantes da realidade social e o desafio de construção de novos saberes.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Contribuição da Abepss para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social*. Brasília: Abepss, 2015.

CAPES. *Documento de área Serviço Social 2019*. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_area_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

CAPES. *Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2021 da Área 32 – Serviço Social*. Brasília: Capes, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

CURY, C. R. J. A pós-graduação no Brasil: itinerários e desafios. *Movimento – Revista de Educação*, v. 7, n. 14, 27 nov. 2020.

DUARTE, A. de M.; CÉSAR, M. R. de. A. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. *Educação e Realidade*, v. 45, n. 4, 2020.

LARA, R. *A produção de conhecimento no Serviço Social*. São Paulo: Unesp, 2011.

MENDES, J. M. R.; WERLANG, R.; SANTOS, A. M. dos. Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 20, n. 2, maio/ago. 2017.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. de C. M.; LARA, R. *Relatório do seminário de meio termo Serviço Social Área 32*. Capes, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatrio_SMT_32verso2.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

SOBRINHO, W. P. *UOL Educação*, 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/04/22/bolsas-de-pesquisa-educacao-cnpq-capes-governo-bolsonaro-dilma-temer>. Acesso em: 29 jun. 2024.

Contrarreforma do Estado e disputa pelo fundo público: reflexões no Brasil contemporâneo

State counter-reform and dispute over the public fund: reflections in contemporary Brazil

Ingred Lydiane de Lima Silva Miranda* 

Márcia da Silva Pereira Castro** 

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino*** 

Rivânia Lúcia Moura de Assis**** 

RESUMO

O capitalismo, em sua busca incessante por lucro, tende a gerar crises permanentemente. Historicamente o Estado tem sido um ator determinante para atuar na perspectiva de reaver a acumulação do capital. A partir da crise iniciada em meados da década de 1960, o Estado, principalmente por meio da dívida pública, ganha centralidade nas estratégias de combate à crise. As respostas comumente recaem sobre a retração dos investimentos em políticas sociais. No Brasil a submissão à política neoliberal a partir dos anos 1990 tem concretizado o ajuste fiscal que exigiu uma série de contrarreformas nas políticas sociais, especialmente na previdência social. A pesquisa qualitativa de base documental empreendida verificou que a disputa pelo fundo público no Brasil tem significado um processo ampliado de destinação de recursos para a dívida pública em detrimento do investimento em saúde, educação, assistência social e previdência social.

Palavras-Chave: contrarreforma do Estado; Fundo Público; Previdência Social.

ABSTRACT

Capitalism, in its incessant search for profit, tends to permanently generate crises. Historically, the state has been a determining actor to act with a view to recovering capital accumulation. From the crisis that began in the mid-1960s, the state, mainly through public debt, gained centrality in strategies to combat the crisis. The answers commonly fall on the retraction of investments in social policies. In Brazil, submission to neoliberal policy since the 1990s has resulted in fiscal adjustment that required a series of counter-reforms in social policies, especially social security. The qualitative documentary-based research undertaken found that the dispute over public funds in Brazil has meant an expanded process of allocating resources to public debt to the detriment of investment in health, education, social assistance, and social security.

Keywords: state counter-reform; public fund; social security.

Introdução

O presente artigo traz uma análise teórica ancorada na literatura especializada e em documentos oficiais que apontam algumas consequências do capitalismo, sobretudo a partir da inserção/

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88446>

*Bacharela em Serviço Social e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS), ambos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). E-mail: ingrid_sil@outlook.com.br.

**Docente permanente do PPGSSDS/Uern. Mestra e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). E-mail: marciasilva@uern.br

***Docente permanente do PPGSSDS/UERN. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ambos pela UFRN. E-mail: socorroseverino@uern.br.

****Docente permanente do PPGSSDS/Uern. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: rivaniamoura@uern.br.

Como citar: MIRANDA, I. L. S.; CASTRO, M. S. P. J.; SEVERINO, M. P. S. R. S.; ASSIS, R. L. M. Contrarreforma do Estado e disputa pelo fundo público: reflexões no Brasil contemporâneo. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 36-49, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88446>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

submissão do Brasil ao neoliberalismo e da redemocratização do país, destacando-se, para o que interessa nesse trabalho, as contrarreformas do Estado, a disputa pelo fundo público e os rebatimentos dessa arquitetura para as políticas sociais e em particular para a previdência social.

Sabe-se que é inerente ao capitalismo gerar suas próprias crises, decorrentes da queda da taxa de lucro. Todavia, seu enfrentamento encontrou terreno fecundo na suposição de que elas são crises potencializadas pelo Estado, portanto, responsabilizando-o e exigindo respostas condizentes com o ideário neoliberal sob o pseudoargumento de que a crise deriva de gastos estatais com o social difundindo, assim, a ideologia do Estado mínimo para o social. Seguindo essa lógica, o Estado impulsionado e pressionado pelos organismos financeiros internacionais e nacionais precisa criar mecanismos para conter gastos através de reformas e ajustes fiscais. O Estado perdulário precisa enxugar seu orçamento, preferencialmente com as políticas sociais, deixando o Fundo Público sem amarras para que possa ser disputado pelo capital financeiro, dentre outras injunções.

Sob esses pretextos, desde os anos de 1990, muitas contrarreformas e ajustes fiscais foram sucessivamente implementados no país. Partindo dessas constatações, o presente texto formula a seguinte questão de partida: como a contrarreforma do Estado e a disputa do fundo público reverberam no desmonte das políticas sociais e em particular na Previdência Social brasileira?

Buscou-se responder a essa indagação estruturando o texto com as reflexões desenvolvidas nos seguintes enunciados: contrarreforma do Estado e a disputa pelo fundo público no Brasil; a disputa pelo fundo público e a política social: uma equação possível; desafios para a política de Previdência Social; considerações finais e referências. Vejamos.

Contrarreforma do Estado e a disputa pelo fundo público no Brasil¹

Nos últimos decênios, especificamente após os anos de 1980, no período de abertura democrática e ascensão dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda, o Estado brasileiro alargou, constitucionalmente, suas funções no que diz respeito aos direitos e políticas sociais. Fruto de um amplo processo de mobilização no Brasil, se desenhava, com a Constituição Federal de 1988, um sistema de proteção social amplo que englobava diversas reivindicações da classe trabalhadora. Mesmo com esse processo, é possível afirmar que aqui não se consolidou o Estado de Bem-Estar Social como nos moldes dos países do centro da economia capitalista em seus anos de ouro. Quando essas conquistas se consolidam no Brasil, o mundo capitalista já experienciava a orientação neoliberal do Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalho. Nesse contexto,

1 Ver a esse respeito, para mais aprofundamento, o estudo de Elaine Behring (2003).

ganha destaque, principalmente para os países de economia dependente, a política do ajuste fiscal corporificada na necessidade de formação do superávit primário².

O Estado brasileiro, em resposta à crise do capitalismo, sob a égide neoliberal, pressionado pelos organismos financeiros internacionais e nacionais, passou a adotar um rol de medidas consubstanciadas no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) e que se materializavam em diversas políticas de ajuste fiscal. O discurso da crise fiscal tão propagado vem ancorado na narrativa da ineficiência estrutural da administração pública burocrática (Pereira, 1999). Para tanto, a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso, foram implementadas medidas que se apresentavam com a justificativa de maximizar a eficiência da máquina estatal e, entre políticas econômicas e políticas sociais, estas últimas têm sido as maiores penalizadas nos ajustes fiscais dos gastos públicos nos sucessivos governos a partir de então. Não se pode olvidar que, durante os governos de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-08/2016), algumas políticas e programas sociais tiveram um tímido desenvolvimento; e esse é o caso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e outras políticas, programas e benefícios que lhes são transversais. Contudo, esses avanços se deram muito mais no âmbito das normativas do que na garantia orçamentária e estrutural para uma efetivação da política.

Uma das principais medidas exigidas pelos organismos financeiros internacionais diz respeito à imposição de contrarreformas na previdência social. O discurso da falência da previdência pública, que embalou esse processo, revela também a necessidade do capital, em seu processo de financeirização, de expandir a previdência privada e as mercadorias financeiras que a previdência pode movimentar a exemplo dos fundos de pensão e do crédito consignado.

Para conter o famigerado gasto público com as políticas sociais, o “xeque-mate” dessas medidas de ajuste foi a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 (Brasil, 2016) no governo de Michel Temer, que, estrategicamente, conseguiu driblar normativamente o que a Constituição Federal de 1988 havia assegurado como direito à política social. A citada Emenda Constitucional, ao instituir um Novo Regime Fiscal, garantiu, por 20 anos, o congelamento dos investimentos da área social, atingindo as principais políticas sociais, dentre outras, a Saúde e Educação consideradas de acesso universal. É de convir que essas decisões são reflexo de um contexto mundial que transcende os limites do cenário nacional, pois estão articuladas com as estratégias da capital imperialista internacional e vêm se constituindo em tendência global que penaliza, especificamente, os países de economia dependente.

2 O superávit primário é compelido do orçamento público e as demais despesas não obrigatórias ficam na dependência do seu cumprimento e, ainda, conforme comportamento das variáveis macroeconômicas, como juros e câmbio, podem levar à decisão de aumentar o superávit primário, com adoção de controle rígido das despesas discricionárias (Salvador, 2010, p. 384).

O que se viu ao longo dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) foi a lapidação do ultraneoliberalismo³, que intensificou, principalmente, o desfinanciamento de políticas e ações no campo social, expressando, no cenário brasileiro, o avanço da extrema direita mundial. Dentre outros aspectos, objetivou a retração das políticas e programas de redução da pobreza, a não realização de concursos públicos, a extinção de cargos públicos e a crescente privatização/mercadorização de serviços públicos, bem como um apelo ao voluntariado para atuar em espaços que deveriam ser destinados a trabalhadores concursados/efetivos. No Brasil, esses governos de extrema direita operaram com um duplo movimento: implementação da política neoliberal, podendo ser caracterizada como ultraneoliberalismo, e acirrado conservadorismo, que passou a contestar todos os avanços obtidos nas políticas para as mulheres, população LGBTQIA+, políticas afirmativas e de combate ao racismo, assim como outras iniciativas de preservação dos direitos humanos e ambientais.

Mais recentemente, o que corresponde aos meses iniciais do segundo ano de governo do 3º mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), ao fazermos uma análise das políticas sociais, sumariamos algumas medidas que, se observadas ligeiramente, parecem sinalizar na direção de mitigar os retrocessos sociais que pavimentaram nossa história recente, mas com um olhar mais aprofundado, focalizando a crônica crise do capitalismo e a voracidade dos “tentáculos do ornitorrinco”, como Oliveira (2003) adjetivou, o capitalismo, na sua ininterrupta busca de valorização, revela a continuidade estrutural da política econômica, apenas com algumas mudanças sutis.

Nessa direção, referenciando dados do IBGE do primeiro trimestre de 2024, vemos que a renda do trabalhador subiu 1,5% e outros 4,7% na comparação anual; a taxa de desemprego foi de 7,5 % (8,2 milhões), a menor nos últimos dez anos; a taxa de empregados no setor privado foi de 57,3% (100,8 milhões), sendo 38,188 milhões com carteira assinada e 13,6 milhões sem carteira assinada, e 38,7% na informalidade (ou seja, 39 milhões) e 25,5 milhões por conta própria. Ainda a respeito da política econômica, registram-se também seguidas reduções nas taxas de juros, controle da inflação e a volta dos concursos públicos na rede federal, agora unificado, nomeado de “Enem dos concursos”, com tendência de ampliação de emprego no setor público. Contudo, a centralidade dessa política é a Reforma Tributária aprovada por meio da EC nº 132/2023 e o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) instituído pela Lei Complementar nº 200/2023.

A EC nº 132/2023, modificou a redação do Art. 145, parágrafo 3º, ao prever que “o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplificação, da transparên-

3 Ultraneoliberalismo compreendido como uma radicalização do neoliberalismo que no Brasil ficou marcado também pela associação ao governo de extrema-direita.

cia, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente”. Em outros termos, simplifica a cobrança de impostos sobre o consumo, unifica impostos que passam, a partir de então, para Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual e municipal), sob o argumento de implementação de políticas públicas e promoção do crescimento econômico.

A referida EC no Art. 9º, parágrafo 3º, prevê a isenção de serviços de transporte público coletivo, redução em 100% das alíquotas dos tributos para medicamentos; dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência; produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; produtos hortícolas, frutas, ovos, serviços prestados por Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos, compra de automóveis de passageiros para pessoas com deficiência e pessoas com transtorno autista, para taxistas e para serviços de educação superior nos moldes do Programa Universidade para todos (Prouni). Está previsto também a criação de *cashback* (dinheiro de volta), pelo poder público, de parte do imposto pago pelas famílias de baixa renda e, compulsoriamente, sobre energia elétrica e botijão de gás.

Contudo, a mais recente Reforma Tributária (2023) não toca em tributações que ampliariam a base de arrecadação para o orçamento público e para o fundo público, mas mantém isenta, desde 1996, o Imposto de Renda sobre Lucros Dividendos, inclusive os que são remetidos para o exterior, baixa tributação sobre Patrimônio e para Pessoa Jurídica.

Corroboram com as afirmações acima dados apresentados por Salvador e Ribeiro (2023), que mostram que do montante de R\$ 883,19 bilhões de tributos diretos sobre a renda, R\$ 447,10 bilhões (50,62%) advém da carga tributária direta sobre a renda dos trabalhadores e 59,2% da tributação sobre bens e serviços, ou sobre o consumo. Assim, a classe trabalhadora é duplamente tributada, diretamente pelo IR e descontos das contribuições sociais e previdenciárias, assim como dos tributos sobre o consumo. Enquanto a carga tributária para pessoa jurídica foi de 11,54%, em 2022, e, de 5,11% de tributação sobre patrimônio, do total da Carga Tributária.

Seguindo com o estudo de Salvador *et al.* (2023), vemos que eles constataam uma queda na faixa de isenção de IR descontado sobre o salário, como se pode verificar por meio da faixa de isenção que, em 1995, era equivalente a 9,67 salários mínimos e, em janeiro de 2022, caiu para 1,57 do salário mínimo (SM) correspondendo à isenção de quem recebia até R\$ 1.903.98. A queda da faixa de isenção alcança, cada vez mais, rendas mais baixas, assim, os pobres pagam mais IR. Esses dados revelam de maneira inequívoca e indisfarçável a regressividade do sistema tributário nacional, alimentados também por incentivos fiscais e a não cobrança de impostos sobre lucros e dividendos e baixa tributação sobre patrimônio e pessoa jurídica.

Associando-se à estrutura tributária, retomamos a reflexão sobre o novo Regime Fiscal Sustentável (RFS), ou o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Segundo Salvador (2024, p. 10), “o NAF constrói uma criativa engenharia financeira para garantir a captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida pública [...] e para limitar o crescimento das despesas sociais no orçamento público”. Isso porque, no enunciado da Lei nº 200/2003, RFS volta-se para as receitas e despesas primárias do orçamento fiscal e da seguridade social, evidenciando, assim, a restrição dos limites aos gastos sociais, mas liberando-os para juros, amortizações e encargos da dívida pública, conforme Art. 1, parágrafo 2º da Lei nº 200/2003.

Dessa forma, as medidas aprovadas no mais recente governo Lula acenam algumas conquistas para a classe trabalhadora, mas são insuficientes para se contrapor ao ataque voraz do capital, expresso também na estrutura tributária que limita o orçamento público, contingencia despesas discricionárias para os gastos sociais, mas libera para o pagamento de juros e encargos da dívida pública, isenta IR sobre lucros dividendos, baixa tributação sobre patrimônio e para pessoa jurídica. Em síntese, a EC nº 132/2023 continua com renúncia de receitas tributárias em prol do capital, enquanto extrai duplamente contribuições dos trabalhadores. Por isso, a tendência é para a continuidade do desmonte das políticas sociais; a orientação é para a focalização e a seletividade, com impulso à gestão por meio do *mix* público-privado e organizações sociais do setor público não estatal.

A disputa pelo fundo público e a política social: uma equação possível?

A disputa pelos recursos do fundo público⁴ impacta na configuração da política social, tendo em vista que seria o Estado o responsável por assegurar os direitos sociais e do trabalho. No contexto atual de acumulação capitalista, o capital portador de juros, agente privilegiado de sucção do fundo público por meio de títulos e, especialmente, da dívida pública, opera com mais força no sentido de pressionar a contrarreforma do Estado e, consequentemente, a reconfiguração da política social.

A lógica da financeirização imposta pelo capital como sopro para a saída de suas crises, mais constantes após 1970, vai encontrar no fundo público o aporte necessário e imprescindível. A formação e distribuição do fundo público vai estar no centro das políticas de ajuste fiscal e da correlação de forças entre capital e trabalho. A dívida pública ganha expressão, nesse contexto, por tornar o próprio Estado um investidor e negociador de títulos públicos, além de criar mecanismos que favoreçam a sucção do fundo público pelo capital financeiro.

No Brasil, é possível afirmar que os recursos do fundo público não têm diminuído; ao contrário, há um aumento expressivo na arrecadação via impostos regressivos e uma

4 Sobre este assunto ver: Behring (2008; 2010; 2012); Salvador (2010; 2012); Brettas (2020).

alta taxa tributária. Porém, esse aumento também expressa, em contrapartida, uma divisão bastante desigual do fundo público entre capital e trabalho. Ou, como afirma Behring (2008, p. 43): “[...] a política real é a de redirecionar (e atenção, não diminuir!) o fundo público como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo sua alocação e impacto junto às demandas do trabalho”.

De acordo com Granemann (2011), o uso do fundo público pelo capital talvez seja, nos tempos presentes, a contratendência⁵ mais forte para incidir no aumento da taxa de lucro. Para Behring (2010, p. 32), “[...] o fundo público tem um papel estrutural no circuito do valor, criando contratendências à queda da taxa de lucro, atuando permanente e visceralmente na reprodução ampliada do capital”. O argumento falacioso de crise do Estado e, portanto, da sua impossibilidade de prover políticas sociais universais, justifica a diminuição dos investimentos com a proteção social, bem como abre mais espaço para que o capital avance sobre o fundo público.

A contrarreforma do Estado brasileiro, iniciada a partir da década de 1990, representou mais um momento de derrota do trabalho e de vitória do capital na disputa pelo fundo público. As políticas de ajuste fiscal, defendidas como moralização do Estado, fazem parte de um projeto concebido mundialmente pelos detentores do capital e seus representantes para garantir que os recursos públicos fiquem livres para a apropriação dos capitais.

Um fator preponderante para a implementação das políticas de ajuste fiscal nos países de economia dependente tem sido o crescimento exacerbado da dívida pública. Essa forma peculiar de remuneração do capital financeiro mundializado tem atuado fortemente sobre a formação e distribuição do fundo público no Brasil. Tanto as legislações quanto as contrarreformas liberam a parte do orçamento que serve aos encargos e juros da dívida pública e limitam os investimentos com as políticas sociais.

O endividamento público estrondoso foi uma peça-chave para o desenvolvimento do neoliberalismo, pois a dívida pública se tornou o caminho para a pressão fiscal dos organismos multilaterais, já que a “reforma” do Estado se tornou um critério para inserção no mercado e liberalização de crédito. “Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral” (Harvey, 2014, p. 126). Ou seja, interesses capitalistas estão na essência das ações dos organismos multilaterais, a contrarreforma do Estado pautada em valores neoliberais contribui para o redimensionamento

5 Marx (1988) aponta seis elementos para evitar a queda da taxa de lucro: elevação do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior e aumento do capital por ações. Além desses elementos, o fundo público também se constitui como mecanismo imprescindível para amortecer os efeitos das crises para o capital.

dos recursos públicos, que passa a contribuir com a valorização do mercado financeiro e, portanto, com a reprodução ampliada do capital através do pagamento da dívida pública.

A Auditoria Cidadã da Dívida Pública⁶ tem demonstrado ao longo dos anos que a divisão do fundo público brasileiro tem privilegiado o pagamento da dívida pública que fica com cerca de 50% de todo o orçamento do Estado em detrimento das políticas sociais. Além desse montante aviltante da parcela do fundo público brasileiro que vai para os rentistas da dívida pública, o país é também um dos que paga os maiores juros mundialmente.

Para garantir a credibilidade dos investidores, a palavra de ordem é ajuste fiscal que lança os países em uma situação de vulnerabilidade social/econômica, aprofundando as relações de dependência. Ao passo que a política de juros atrai investimentos estrangeiros, ela provoca uma redução nos gastos públicos, paralisa a produção e desvaloriza a moeda (Salama; Camara, 2005). Como argumenta Harvey (2014), a liberalização não produz uma situação harmoniosa, mas desigualdade social e instabilidade econômica.

É nesse sentido do aprofundamento da desigualdade social que diversas contrarreformas serão implementadas no âmbito das políticas sociais com o intuito de alargar o espaço do mercado via privatizações. A preservação do fundo público para o capital financeiro vem acompanhada de medidas jurídicas, legislativas e políticas que permitem desobrigar o Estado do atendimento das necessidades sociais das trabalhadoras e trabalhadores. No bojo dessas medidas, a contrarreforma da previdência social aparece como urgente e inevitável.

Desafios para a política de Previdência Social

O Estado, guiado pela política neoliberal, tem tratado de racionalizar os recursos para as políticas sociais e ampliar a fatia do orçamento público que fica disponível para os credores da dívida pública. Nesse sentido, a Previdência Social tem sido uma das políticas que mais fortemente sofreu impacto do neoliberalismo, por meio de um processo intenso de contrarreformas.

Como já apontado, as contrarreformas na Previdência Social se materializam na retirada de direitos das trabalhadoras e trabalhadores, cuja gênese é a necessidade do capital portador de juros – com a intensificação da financeirização mundial da economia – de ver, na citada Previdência Social, um nicho importante de recursos a serem canalizados para o mercado financeiro: seja ampliando a previdência privada e/ou mesmo remunerando

6 A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação criada em 2000 a partir de um plebiscito popular e que tem como um dos objetivos realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais. Para acompanhar a auditoria basta acessar: <https://auditoriacidadada.org.br/>.

bancos e instituições financeiras com dinheiro das aposentadorias e pensões. Nesse processo intenso de contrarreformas, especificamente, nos anos de 1998, 2003, 2012, 2015 e 2019, a Previdência Social sofreu seus maiores impactos.

Desmontar a Previdência Social foi um passo determinante para transformar o Brasil numa plataforma de valorização financeira, como afirmou Paulani. Para a autora, a partir dos anos 1990, o Brasil foi desafiado pelo capital financeiro internacional a tornar-se atrativo e, para tanto, uma série de medidas de ajustes foi necessária, incluindo nesse pacote a Previdência Social.

Na questão previdenciária, havia mais um sério obstáculo para que o país se integrasse de imediato na nova etapa de mundialização financeira. Nosso sistema previdenciário era marcado pelo regime de repartição simples, caracterizado pela solidariedade intergeracional e pela posição do Estado como seu principal ator. Esse sistema não combinava com os novos tempos, não só por conta do peso inaceitável dessas despesas no orçamento público, como pela falta, sentida no setor privado, de um mercado substantivo e promissor, até então praticamente monopolizado pelo Estado. (Paulani, 2008, p. 95).

A necessidade de impor novas regras para as aposentadorias e reestruturar a política de Previdência Social fez parte do pacote de medidas exigidas pelo grande capital para transformar o país numa – diz a autora – plataforma de valorização financeira. Abrir a previdência ao mercado de capitais tornou-se garantia de que o país estava preparado para expandir e diversificar esse mercado e, ademais, estava disposto a manter os compromissos de superávit primário e pagamento dos encargos da dívida pública.

Porém, o que a aparência ideologizada apresenta como justificativa para as “reformas” da Previdência Social é o argumento do déficit previdenciário que levaria a uma insustentabilidade dela. O déficit é produzido, tendo por objetivo convencer as trabalhadoras e os trabalhadores que as “reformas” são inevitáveis e que somente estas garantiriam a continuidade da Previdência Social para as futuras gerações. Um projeto eminentemente do capital é posto como de interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras num exemplo clássico do que Marx elaborou como ideologia, especificamente, mistificação da realidade.

Historicamente, os recursos arrecadados pela Previdência Social com contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras, dos empregadores e do Estado estiveram em disputa entre capital e trabalho e foram grandemente utilizados pelo Estado para favorecimento do capital sob o discurso da necessidade de desenvolvimento econômico do país. É importante essa ressalva para lembrar que a arrecadação da Previdência Social, no regime de repartição, não fica guardado como poupança, mas sim passa a ser injetado na movimentação econômica do país.

A primeira grande contrarreforma da Previdência Social aconteceu em 1998, consolidada na EC nº 20/98, e aprovou, dentre outras mudanças: a alteração do tempo de serviço por tempo de contribuição; o teto para as aposentadorias; o fim da paridade e integralidade; a instituição do fator previdenciário para fins de cálculo das aposentadorias. As contrarreformas que vieram depois já iriam recair sobre uma Previdência Social rebaixada e precarizada, aprofundando o quadro regressivo.

A EC nº 41/2003, regulamentada pela Lei nº 12.618, vai incidir de forma mais incisiva na previdência do regime geral dos servidores públicos federais com a regulamentação do teto das aposentadorias e pensões, instituição de cobrança da contribuição de aposentados e pensionistas para a previdência e aprovação da instituição da previdência complementar que foi regulamentada, em 2013, criando o Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais (Funpresp). Em 2015, mais uma mudança na Previdência Social afetou diretamente o direito à pensão que deixou de ser vitalícia e passou a ser por uma regra escalonada que vai estabelecer o prazo para recebimento da pensão de acordo com a idade do cônjuge dependente.

A contrarreforma da Previdência Social de 2019 com a EC nº 103/2019 alterou ao mesmo tempo o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais, além de instituir a obrigatoriedade de “reformas” pelos estados e municípios. Dentre outras medidas, a EC nº 103/2019 fixou uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para o homem e de 62 anos para a mulher; alterou o cálculo do benefício que iria se basear na média de todos os salários; reduziu o valor das pensões que passou a ser de 50% do valor do salário ou aposentadoria mais 10% por cada dependente.

As injunções das contrarreformas dizem respeito ao movimento do capital em busca de lucro que, por meio da financeirização, objetiva atrair capital portador de juros para os bancos e instituições financeiras, encontrando na Previdência Social um local privilegiado. A diminuição da previdência pública está aliada diretamente à expansão do mercado de previdência privada em suas diversas modalidades. Os fundos de pensão, em particular, se apresentam como investidores que arrecadam dos trabalhadores e trabalhadoras para investir em empresas lucrativas e, nesse sentido, alimentam o perverso sistema de ter trabalhadores e trabalhadoras a financiar o lucro. A vulnerabilidade dos fundos de pensão está associada ao movimento de crise e quebra de capitais que é próprio da dinâmica econômica do capitalismo. Não são raros os exemplos em que a falência de empresas significou também a falência de fundos de pensão.

Aliado a esse processo, vivenciamos também um avanço do capital financeiro sobre o dinheiro das aposentadas e aposentados, principalmente, via crédito consignado. Esse tipo de crédito conjugou sua justificativa em ser, por um lado, um negócio seguro para os bancos e instituições financeiras; por outro, um empréstimo com juros baixos para

os/as aposentados/as e pensionistas. O negócio se expandiu rapidamente ao ponto de ser apontado, após dois anos de implementação, pelo Banco Central, como a modalidade de crédito que mais cresceu no Brasil.

Podemos afirmar que o crédito consignado se tornou também uma forma privilegiada do capital se apropriar do dinheiro das aposentadorias e pensões para remunerar com juros os bancos e instituições financeiras. Esse processo atinge de modo mais forte os/as aposentados/as e pensionistas com aposentadorias menores e que hoje se encontram envolvidos no circuito de endividamento e empobrecimento. O crédito consignado passou a ser um novo achado do capital para avolumar o lucro bancário com dinheiro que circula no âmbito da Previdência Social. Essa também é uma das formas de violência contra a pessoa idosa que, dado o processo de envelhecimento, já se depara com uma série de restrições e em inúmeras situações em que são lesadas ou mesmo extorquidas e envolvidas num esquema perverso de expropriação financeira.

Como exposto, as contrarreformas incidiram negativamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras e em suas condições de aposentadoria e/ou beneficiados da Previdência Social. Significou, em linhas gerais, o rebaixamento dos seus benefícios, a restrição de vários direitos e a insegurança de uma aposentadoria pelo regime de capitalização.

Considerações finais

A Reforma do Estado, embora tenha sido posta como estratégia para ampliação do um Estado Social no Brasil, em um pseudodistanciamento do neoliberalismo (Bresser-Pereira, 2017), tornou-se um importante instrumento para o leque de contrarreformas que se sucederam no cenário brasileiro nas últimas décadas. Em função de uma gestão por resultados e maximização do mercado, a classe trabalhadora tem arcado com o financiamento da dívida no processo de ajuste fiscal conduzido pelo Estado.

Como o projeto do capital é transferir a atuação do Estado para o mercado, a lógica financeira é desresponsabilizar o ente público de gerir as políticas sociais com os recursos públicos. Essa desmoralização do Estado é, na verdade, uma forma de alargar o fundo público em benefício do capital. O que se materializa com o neoliberalismo não é a redução da sua atuação, mas uma reorientação a serviço do capital financeiro e desse novo padrão de acumulação. Quando analisamos a conjuntura brasileira, um indicativo da análise é a aprovação da recente reforma tributária que materializa o aumento da arrecadação do fundo público e, como diria Oliveira (2003), a continuação da política distributiva em favor dos tentáculos do capital.

Apesar do discurso sedutor do neoliberalismo que coloca o crédito público como mediador do bem-estar social, o que vem se materializando é a sujeição do país a acordos

políticos que resultaram no seu endividamento e submetendo a capacidade de investimento nacional ao pagamento da dívida pública. O colapso da dívida passou a contribuir com a sangria dos recursos públicos para o financiamento da reestruturação produtiva.

Para garantir a credibilidade dos investidores, as palavras de ordem são: “reformas” e ajuste fiscal que lançam o Brasil em uma aguda situação de vulnerabilidade social/econômica, aprofundando as relações de dependência. Ao passo que a política de juros atrai investimentos, ela provoca uma redução nos gastos públicos com as políticas sociais (Salama; Câmara, 2005). Portanto, a liberalização não produz uma situação harmoniosa, mas sim, desigualdade social e instabilidade econômica.

Em suma, o direito à Previdência Social, previsto na Constituição Federal de 1988, é uma importante conquista das lutas populares presentes no período de redemocratização do Brasil, porém a sua efetivação foi paralelamente impactada pela agenda neoliberal, através da desregulamentação estatal e consecutivas contrarreformas no RPPS e RGPS. É necessário considerar que os recursos previdenciários são de grande relevância na composição do fundo público e possuem uma importância econômica histórica para o capital. Com isso, a arrecadação e distribuição dos recursos previdenciários encontram-se em disputa pelos anseios antagônicos da classe burguesa e da trabalhadora, essa tensão se acentuou com o contexto de recessão econômica e reestruturação do sistema capitalista.

A criação de novos nichos de acumulação foi uma das respostas encontradas pelo capital em seu processo de reestruturação na busca pela retomada das taxas de lucro. Desse novos nichos, destaca-se o processo mercantilização das políticas sociais. As mudanças que vêm ocorrendo no sistema público de previdência social têm uma relação direta com o projeto da classe burguesa que é a expansão da previdência privada, novo nicho de acumulação que responde aos anseios de um capital em crise com dificuldade de ampliar sua valorização. A análise das contrarreformas do sistema previdenciário brasileiro demonstra a relação entre a retração da política social de Previdência Social e a expansão da previdência complementar por capitalização.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In: Crise do capitalismo e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas públicas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. *In: Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Distribuição da população por grandes grupos de idade*. Censo 2022. 2022. Disponível em: <https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-grandes-grupos-de-idade.html>. Acesso em: 1 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Distribuição percentual da população por sexo. Censo 2022. 2022. Disponível em: <https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. *Lei nº 8.842*, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.741*, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 95*, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 31 maio. 2024.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 132*, de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc132.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do Estado social. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/al/b3VNr8KRsgTBM4Hfktj3skn/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CAMARA, M.; SALAMA, P. A inserção dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. *In: CHESNAIS, F. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LUPATINI, M. *Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, E. et al. (org.). Financeirização, fundo público e política social.* São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. *O capital.* Vol. I. Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULANI, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.* São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, L. C. B. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. *Revista do Serviço Público*, ano 50, n. 4, out./dez. 1999.

SALAMA, P.; CAMARA, M. Son peligrosos los pobres? Análisis económico y social de la violencia en America del Sur. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, 2005.

SALVADOR, E. *Fundo público e seguridade social no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, E. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. *Rev. Argumentum*, Vitória, v. 16, n. 1, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44218>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SALVADOR, E.; RIBEIRO, I. R. Dependência, ciclo do capital e limites do fundo público no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 164, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/YM4nFBvNCDRZFbKSxM9n6pr/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Mercado de trabalho de assistentes sociais na Paraíba: expansão e precarização

The labor market for social workers in Paraíba (Brazil): expansion and precarization

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas* 

Maria Clara Ezequiel Marinho** 

Moema Amélia Serpa*** 

Mônica Barros da Nóbrega**** 

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das atuais configurações do mercado de trabalho de assistentes sociais e seus desdobramentos para as condições e relações de trabalho desses profissionais, com ênfase no estado da Paraíba. Partimos da hipótese central de que as atuais características do mercado de trabalho guardam relação particular com a expansão da Política de Assistencial Social (PAS) no país, no início dos anos 2000. Para tanto, recorremos a procedimentos metodológicos tais como: pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Destacamos que a realização da pesquisa e a apresentação de seus resultados buscou incorporar as contribuições do método materialista histórico-dialético. Conclui-se que a crise estrutural do capital e todas as suas consequências societárias compõem os fundamentos mais importantes do novo cenário posto para a profissão e que irão produzir importantes transformações em seu mercado de trabalho, impondo o marcante traço da precarização.

Palavras-Chave: assistentes sociais; mercado de trabalho; condições de trabalho; precarização; Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the current configurations of the labor market for social workers and its consequences for the working conditions and relationships of these professionals, with an emphasis on the state of Paraíba (Brazil). We start from the central hypothesis that the current characteristics of the labor market have a particular relationship with the expansion of the Social Assistance Policy (PAS) in the country, in the early 2000s. To this end, we resort to methodological procedures such as: bibliographical, documentary and empirical researches. We highlight that we sought to incorporate the contributions of the dialectical historical materialist method while carrying out the research and presenting its results. It is concluded that the structural crisis of capital and all its societal consequences make up the most important foundations of the new scenario posed for the profession and that will produce important transformations in its labor market, imposing the striking feature of precariousness.

Keywords: social workers, labor market, working conditions, precariousness, Social Assistance Policy.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88450>

*Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB - Brasil.
E-mail: barbara@servidor.uepb.edu.br

**Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB - Brasil.
E-mail: claraezequiel@hotmail.com

***Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB - Brasil. E-mail: moemaserpa@hotmail.com

****Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB - Brasil. E-mail: monica.barros@servidor.epb.edu.br

COMO CITAR: CHAGAS, B. R. F.; MARINHO, M. C. E.; SERPA, M. A.; NÓBREGA, M. B da. Mercado de trabalho de assistentes sociais na Paraíba: expansão e precarização. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 50-63, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88450>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A precarização das condições de trabalho a que estão submetidos os assistentes sociais não se explica apenas por uma particularidade do Serviço Social. Os assistentes sociais compõem uma categoria profissional majoritariamente contratada pelo Estado, e suas condições de trabalho devem ser compreendidas através da precarização em um sentido mais amplo, tanto com relação às “condições de acesso e inserção no mercado de trabalho protegido, quanto às condições de trabalho no espaço institucional propriamente dito” (Santos; Manfro, 2015, p. 186).

Uma mediação importante para que essa precarização seja entendida são as políticas sociais, pois são estas que determinam, precipuamente, as funções e configurações do exercício profissional, que é majoritariamente voltado para a execução dessas políticas sociais, que vêm sendo duramente atacadas desde o advento do neoliberalismo. Esse que afeta diretamente a profissão.

Assim, o presente artigo apresenta uma análise das atuais configurações do mercado de trabalho de assistentes sociais e seus desdobramentos para as suas condições e relações de trabalho na Paraíba. Partimos da hipótese central de que essas condições de trabalho, no referido estado, passam por um forte processo de precarização, que guarda relação com a expansão da Política de Assistência Social (PAS) no país – desde a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em 2005, espaço ocupacional que atualmente mais incorpora assistentes sociais.

Os dados e reflexões aqui apresentados partem de pesquisa realizada no âmbito de doutoramento, desenvolvido de 2017 a 2020. A referida pesquisa utilizou-se de procedimentos metodológicos como as pesquisas bibliográfica, documental e empírica realizada em 2019 no estado da Paraíba. Como informantes, a pesquisa contou com 241 assistentes sociais que trabalhavam em 73 municípios das quatro regiões que compõem o estado paraibano. A pesquisa empírica coletou dados sobre formação profissional, exercício profissional, participação sindical e política, e avaliação dos profissionais sobre suas condições de trabalho. Neste artigo, dedicamo-nos à análise parcial dos dados, com ênfase nas particularidades das condições de trabalho na política de assistência social. Enfim, na investigação, na análise e na exposição dos dados, incorporou-se as contribuições do método materialista histórico-dialético.

Contrarreforma das políticas sociais e inflexões na política de assistência social e no mercado de trabalho de assistentes sociais

A crise capitalista instaurada na década de 1970, que se arrasta até os dias atuais, embora com novas configurações e estratégias de enfrentamento, constitui-se como porta de entrada para o processo de contrarreforma do Estado e das políticas sociais. No Brasil,

especificamente a partir da década de 1990, observa-se uma ofensiva política contra o Estado, acusando-o de responsabilidade sobre a crise econômica e requerendo reformar as suas funções. Essas reformas, entretanto, diferentemente do caráter que possuíam no contexto da redemocratização do país e da promulgação da Constituição de 1988, configuram-se como reformas voltadas para os interesses do mercado. Nesse sentido, foi nos anos de 1990 que se apresentaram fortes sinais da política neoliberal no Brasil, através do Governo Collor (1990-1992) e, sobretudo, dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002).

Apesar de todos os limites e contradições postos nesse contexto, a efetivação de alguns direitos sociais ocorreu, tais como a garantia da saúde pública universal, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a expansão da proteção à infância e à adolescência, expressa por meio da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990a); o reconhecimento da assistência social como direito social – e, neste marco, a garantia constitucional do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. Destaca-se, ainda, no marco das alterações na política social brasileira a partir da Constituição de 1988, a sua descentralização.

A partir dos direitos garantidos constitucionalmente, foram elaboradas as Leis Orgânicas para sua efetivação, por meio da regulação de suas ações e serviços. No caso da política de saúde, “esta foi uma das áreas em que os avanços constitucionais foram mais significativos” (CFESS, 2010, p. 18). Em 1990, há a sanção da Lei nº 8.080/1990 (Brasil, 1990b), a Lei Orgânica da Saúde (LOS), que estabelece, entre outras coisas, os princípios, as diretrizes e os objetivos do SUS.

Em termos do mercado de trabalho de assistentes sociais, podemos considerar que a implementação do SUS foi um dos principais mecanismos de consolidação do espaço sócio-ocupacional desses profissionais na década de 1990, mantendo a tendência existente há décadas, momento em que essa área se destacou como a principal empregadora da categoria. A implantação do SUS no Brasil na década de 1990, entretanto, traz novas requisições para o Serviço Social, pois sua implementação se deu de maneira articulada à descentralização das políticas sociais, mecanismo previsto na Constituição Federal de 1988.

Aqui reside uma significativa alteração no mercado de trabalho profissional, possibilitada pela descentralização e interiorização das políticas sociais promovidas pela diretriz constitucional. Na década de 1990, isso se deu, sobretudo, na política de saúde, que, além de expandir o mercado de trabalho, apresentou novas requisições e competências para a profissão, que cada vez mais assume ações de planejamento, gestão e avaliação, e não somente de execução das políticas sociais.

O processo de descentralização fica evidente na pesquisa *Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*, ao registrar que:

[...] 40,97% das(os) assistentes sociais estão atuando em instituições públicas municipais, quase o dobro das(os) que atuam nas públicas estaduais (24%). As instituições públicas federais ocupam a terceira posição (13,19%), *reafirmando que a descentralização das políticas sociais no Brasil tem transferido a sua execução da esfera federal para a municipal, a partir dos anos 1990*. Isso rebate na esfera de prestação direta de serviços sociais públicos, assumidos, então, pelas instituições públicas municipais. (CFESS, 2005, p. 26 – grifo nosso).

Todavia, é nos anos 2000 que acontecem as mudanças mais profundas nas políticas sociais e que impactaram o mercado de trabalho de assistentes sociais, particularmente, a partir de 2003, sob os dois primeiros mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

No início do século XXI, o discurso e as estratégias de enfrentamento da crise constroem o ideário do capitalismo “*sério, real, produtivo, democrático e redistributivo*” (Mota, 2012, p. 33 – grifo do autor), no qual se enquadram os governos de centro-esquerda latino-americanos, cuja pauta econômica e social sustentava-se na lógica de “*crescimento econômico com desenvolvimento social*” (Mota, 2012, p. 33 – grifo do autor). Essa perspectiva enquadra-se na tentativa de construção do consenso em torno da atualização da antiga retórica, segundo a qual seria possível compatibilizar os ganhos do capital com os ganhos do trabalho.

Essa tentativa político-ideológica, embora tenha parecido “uma súbita tomada de consciência social das classes dominantes frente à degradação do mundo do trabalho e do meio ambiente” (Castelo, 2012, p. 47), constituiu-se, na verdade, como estratégia de reconstituição da hegemonia burguesa frente à degradação do mundo do trabalho. É nesse cenário que se enquadra a tendência das políticas sociais dos governos de Lula e o atendimento das demandas dos trabalhadores em seu governo, que teve ênfase no combate à pobreza por meio dos programas de transferência de renda.

Foi no marco das tendências ditadas pelos organismos multilaterais que se enquadrou, particularmente, a expansão da assistência social no Brasil. Em meio ao quadro geral de precarização das condições de vida e de trabalho da população, e, ainda, em meio à privatização e precarização das políticas e serviços públicos, surge a tendência à focalização da pobreza e seu enfrentamento por meio de projetos assistencialistas e restritivos. Assim, a assistência social assume centralidade no trato das contradições sociais e, dentro dessa política social, assumem protagonismo os programas de transferência de renda, entre os quais, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), que ocupava quase todo o orçamento da assistência social nesse contexto. Constitui-se uma “política focal que cumpre um papel apassivador frente à precarização do trabalho e ao desemprego” (Mota, 2012, p. 40), atestando a impossibilidade de geração de emprego e renda, nos marcos da crise estrutural do capital.

Nesse contexto, temos como marco a construção do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em 2005, com o objetivo de materializar a assistência social, conforme consignada na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas, 1993). O Suas operacionaliza a Política Nacional de Assistência Social¹ (PNAS, 2004), por meio de um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais. Para a execução dos programas da Assistência Social por parte dos estados e municípios, foram criados os equipamentos públicos organizados, prioritariamente, na forma dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), que requisitam a obrigatória contratação de assistentes sociais para a composição das equipes multiprofissionais em cada um desses espaços, conforme a Norma Operacional Básica (NOB-Suas/2012). Tal normativa estabelece, inclusive, a relação entre a quantidade de profissionais e sua população e aponta o não cumprimento das exigências como fator que concorre para a suspensão do repasse de recursos da União e dos estados aos municípios.

Em um cenário de desestruturação das políticas sociais e de retração no papel do Estado, bem como de profundos ataques aos direitos trabalhistas e de precarização geral das condições de vida e trabalho da população, essa significativa expansão da assistência social – e, portanto, do mercado de trabalho de assistentes sociais – se dá como reprodução desse quadro geral de precarização.

Ademais, o enfoque dessa política em programas de combate à pobreza desvincula-a dos fundamentos da “questão social”, “tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias” (Mota, 2012, p. 37). Essas medidas afastam o “combate” à pobreza de um referencial classista, de socialização da riqueza, na medida em que mantém intocados os ganhos e acúmulos de capitais, ignorando as contradições de classe e afastando a noção de desigualdade social de um referencial crítico da sociabilidade burguesa. Assim, “algumas necessidades da pobreza são atendidas sem que isso signifique romper com a desigualdade e colocar em questão a exploração capitalista” (Mota, 2012, p. 38).

Essa expansão no campo da assistência social, através de programas específicos de combate à pobreza, segundo Netto (2007, p. 38-39), “opera a efetiva redução do Serviço Social à profissão da assistência”, o que se torna ameaçador ao projeto profissional crítico, já que muitos setores da categoria absorvem a perspectiva social-liberal das classes dominantes sobre a Assistência Social como solução para combater a pobreza.

1 A PNAS prevê gestão e atuação descentralizada, ou seja, suas ações são organizadas em um processo participativo, entre entidades e organizações de assistência social. Assim, essa política tem sua organização estendida para cada nível da Federação, União, estados, Distrito Federal e municípios, na condição de um comando único. À esfera federal competem a coordenação e o estabelecimento de normas gerais, e aos estados, Distrito Federal e municípios, a coordenação e execução dos programas.

Portanto, compreende-se a importância da assistência social como política que integra a Seguridade Social: “o que está em discussão é o estatuto que ela assume nessa conjuntura” (Mota, 2010, p. 141), visto que, ao passo que a assistência social cresce, crescem também a mercantilização e a privatização da Saúde e da Previdência, desfigurando-se a Assistência Social e a transformando no principal mecanismo de proteção social (Mota, 2010).

Assim, nessa conjuntura, os programas sociais “compensatórios” e o massivo apelo à Assistência Social fetichizam essa política como principal meio de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, que são reduzidas à retórica da “inclusão social”, produzindo efeito pacificador entre as classes, sem alterar a desigualdade social estrutural no país. Acerca disso, Castelo (2012, p. 70 – grifo nosso) aponta que: “[...] o pagamento dos juros das dívidas externa e interna às oligarquias financeiras – aqui entendido como *o maior programa de transferência de renda do país*, quase vinte vezes maior que o Bolsa Família – ficariam intocados [sic]”.

Com a descentralização, as políticas sociais e a execução da política de assistência social no universo municipal, a força de trabalho de assistentes sociais passou a ser ainda mais absorvida por esse nível de gestão. Seguindo a mesma tendência do SUS, o Suas passou a requerer um quantitativo, agora, ainda maior de força de trabalho de assistentes sociais, tornando-o cada vez mais, um profissional da assistência e trabalhador da esfera municipal.

Observa-se que a expansão do mercado de trabalho se deu, principalmente, pela via da interiorização da assistência social. É importante considerar que o traço histórico da assistência social no Brasil, antes do estatuto de política social, por parte dos governos, sobretudo municipais, era marcado pelo clientelismo. A reprodução dessa tendência é usada não apenas na gestão dos serviços, programas e benefícios, mas também na gestão da força de trabalho.

Nesse sentido, a precarização das condições de trabalho está diretamente ligada não apenas à expansão da assistência, mas também à necessária vinculação entre expansão e interiorização. Conforme os resultados da pesquisa de Santos (2010)², a ocupação dos postos de trabalho de assistentes sociais nos Cras tem se dado, frequentemente, “por meio de indicação dos gestores do poder público, tais como secretários da assistência social, vereadores, prefeitos ou correligionários políticos dos partidos a que os gestores estão vinculados [...]” (Santos, 2010, p. 67-68).

Nesse processo de criação de novos postos de trabalho, a autora demonstra os mesmos traços de precarização já assinalados, constituindo-se, para o Serviço Social, num

2 Segundo Santos (2010), em pesquisa realizada no estado do Rio Grande do Norte, sobre a expansão e interiorização do Serviço Social na Política de Assistência Social, apenas cinco dos 89 municípios pesquisados possuíam assistentes sociais antes da criação do Suas.

movimento de seu mercado de trabalho, nesse primeiro quartel do século XXI, que necessariamente implica na indissociável tríade *expansão-interiorização-precariização*.

Não obstante, a tendência de a área da Saúde ser, historicamente, a que absorve majoritariamente a categoria profissional, essa realidade é reconfigurada dada a relação direta entre “a implantação da Política de Assistência Social, com a criação do SUAS, e a ampliação do mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais” (Santos, 2014, p. 153). Isso talvez não seja uma situação isolada na Paraíba, pois esse fenômeno parece acompanhar a significativa ampliação da categoria no mercado de trabalho, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1. Número de assistentes sociais inscritos no CFESS

Ano	Nº de profissionais
2006	65.000
2009	82.000
2011	102.000
2013	150.000
2017	166.000
2019	190.000

Fonte: Pesquisa bibliográfica (elaboração própria, 2019).

Essa mudança assinalada é, certamente, a mais notável: a expansão da categoria profissional no país, num processo que parece ainda estar em curso e que guarda seus fundamentos mais particulares e suas alterações mais significativas na conjuntura recente. A contradição, no entanto, reside no fato de que, à medida que cresciam os postos de trabalho na área, cresciam também os cursos de graduação em Serviço Social (com destaque para o ensino a distância), numa dinâmica combinada à expansão do mercado. Yamamoto (2007, p. 440) sinalizava, em seu prognóstico, que “o crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza”. E completa, apontando a tendência de que se pode “[...] antever um *crescimento acelerado do desemprego nessa área*, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional” (Yamamoto, 2007, p. 440 – grifos da autora).

Esse cenário aponta para desafios que repõem lastros conservadores na profissão, na medida em que reconfiguram não apenas suas condições de trabalho, mas também suas funções, dadas as características da política social nessa conjuntura. E, ainda, suas condições de formação profissional.

Outra mediação apreendida nesse processo foi a compreensão do papel do Estado, tanto no desenvolvimento de seu processo de reconfiguração do trabalho e ataque aos direitos de sua força de trabalho, implicando em alterações nas condições de trabalho de as-

sistentes sociais, como também nas respostas profissionais às novas e velhas expressões da “questão social”. Todo esse cenário impõe à *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2013), além do marcante traço da precarização laboral, que repercute em todas as esferas da vida social, novas manifestações da questão social. Na particularidade brasileira, com seu mundo do trabalho historicamente precário (e as heranças do longo período de trabalho escravo), com sua classe trabalhadora desprovida de direitos e com um Estado subserviente aos interesses do capital internacional, autocrático na política interna e negligente em suas funções sociais, esse cenário impõe-se enquanto devastação para os direitos sociais e o mundo do trabalho.

Coloca-se, nesse cenário, uma face do *processo de reconfiguração* do trabalho profissional do assistente social contrária à direção teórico-metodológica e ético-política nos marcos do projeto ético-político do Serviço Social. O que se encontra em andamento antagoniza-se com o amadurecimento teórico da profissão, sua cultura intelectual e seu legado histórico no campo da criticidade, e retoma traços conservadores que remontam à origem da profissão. É, portanto, a partir desses elementos que analisaremos as características recentes do mercado de trabalho dos assistentes sociais na Paraíba.

O mercado de trabalho dos assistentes sociais na Paraíba

Considerando a expansão do mercado de trabalho, identificamos que o estado da Paraíba segue a tendência nacional de maior incorporação de profissionais, após a implantação da Política de Assistência Social. Segundo os dados fornecidos pelo Conselho Regional de Serviço Social da Paraíba (Cress/PB)³, havia, em 2006, 1.487 profissionais inscritos e, em 2017, 4.485, demonstrando um crescimento de cerca de 201% no número de assistentes sociais inscritos, superando os percentuais do crescimento nacional.

Nesse caso, entendemos que o quantitativo de profissionais inscritos no Cress/PB é um importante indicador, visto que esse registro é obrigatório para o exercício da profissão e, sendo pago, observa-se que os assistentes sociais quase sempre estão trabalhando. Contudo, considerando os dados da pesquisa empírica que também norteia nossas reflexões, identificamos que 7,3% dos questionários foram descartados pela ausência de registro desses profissionais no Conselho (nem na regional paraibana, nem em nenhuma outra região). Esses números representam, possivelmente, um dado da realidade: o exercício ilegal da profissão.

No tocante aos dados levantados acerca do período de inserção do Serviço Social nas instituições, observamos que 46% indicam que o campo de trabalho profissional passou a existir a partir dos anos 2000, confirmando a tendência apontada por Santos (2010) e anteriormente mencionada, enquanto 24% não souberam informar, e 30%

3 Dados fornecidos pelo Cress/PB, em atendimento à solicitação de informações para realização da pesquisa.

informaram que o Serviço Social já existia na instituição antes dos anos 2000. Entre os profissionais da assistência social, o percentual que afirma que o Serviço Social passou a existir na instituição a partir dos anos 2000 é de 59%, 20% antes dos anos 2000 e 21% não souberam informar.

Na Paraíba, assistentes sociais também se encontram predominantemente inseridos na esfera pública estatal. Segundo os dados da pesquisa, 90% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas, 5% em instituições privadas, 2% em instituições de economia mista e 3% em organizações não governamentais. Nesse sentido, entende-se que se encontram prevalentes e atuais os fundamentos da profissão, em que o Serviço Social se apresenta como parte integrante (e essencial) do aparato estatal, “constituindo um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia, para legitimação do seu poder de classe, no cenário contraditório em que se movem as classes sociais antagônicas” (Trindade, 2015, p. 123).

Desde a criação do Suas, a Política de Assistência Social na Paraíba tem se constituído como protagonista no que diz respeito à absorção da força de trabalho de assistentes sociais. Essa tendência foi confirmada em nossa pesquisa, ao constatarmos que 45% dos profissionais trabalham na referida política, seguidos de 21% na Política de Saúde e 19% na educação. As áreas de Saúde Mental (4%), Habitação (3%), Previdência Social (3%), Judiciário (2%) e outros (3%) também estão presentes nas respostas como espaços ocupacionais para os(as) profissionais paraibanos(as).

A municipalização dos serviços sociais e– nesse espectro – o crescimento do mercado de trabalho pela via da expansão da assistência social nos municípios da Paraíba se confirmam com os dados que apontam um percentual significativo de profissionais: 67%, inseridos na esfera municipal, 18% na estadual, 10% na federal e 5% na regional.

Outro aspecto que evidencia a interiorização do Serviço Social é o percentual de respostas por região do estado: 64% dos assistentes sociais trabalham nas três regiões que compõem o interior da Paraíba e, por consequência, 36% trabalham na Mata Paraibana, região metropolitana, e na capital do estado, João Pessoa.

Sendo o assistente social predominantemente um servidor público, poder-se-ia supor que a gestão de sua força de trabalho se dar-se-ia por meio de vínculos empregatícios na modalidade de estatutário/estável. Entretanto, o processo de reestruturação produtiva do capital e suas repercussões para o mundo do trabalho de maneira geral atingem também a esfera dos serviços públicos de forma particular. Raichelis (2011) observa que as novas formas de mercantilização da força de trabalho no país, embora heterogêneas, demonstram a intensificação de modalidades laborais precárias “em todos os setores, atividades e regiões, produzindo desestabilização dos trabalhadores estáveis com perda de direitos e vínculos, por um lado, e uma condição ‘provisória’ de precarização que se torna

permanente, de outro” (Raichelis, 2011, p. 430). Essa condição “provisória” de precarização parece cada vez mais constituir, estruturalmente, o mercado de trabalho de assistentes sociais, expressando-se, entre outros fatores, pela forma de vínculos empregatícios instáveis, temporários ou mesmo inexistentes.

Segundo nossa pesquisa, na Paraíba, apenas 45% dos assistentes sociais possuem vínculo efetivo oriundo de ingresso por concurso público, apesar de 90% dos profissionais estarem inseridos na esfera pública. Os vínculos mais frequentes no estado são estatutário (45%), contratado (29%), celetista (10%) e prestador de serviço (8%). Temos, ainda, 5% de profissionais atuando em cargos comissionados e 3% que não possuem vínculo formal com o contratante. Apesar do grande quantitativo de profissionais estáveis, nota-se que a maioria, 55%, está submetida a vínculos de trabalho precários.

Ao realizarmos o cruzamento de dados relativos aos tipos de vínculo empregatício, tanto com política social na qual o profissional trabalha, quanto com a abrangência institucional/esfera de governo à qual se vincula, observam-se as tendências apontadas na particularidade da expansão do Suas: municipalização e precarização, associadas na expansão do mercado de trabalho. Os dados apontaram que o vínculo estatutário é menos frequente na PAS do que nas demais políticas que protagonizam a contratação de assistentes sociais. E, ainda, diferentemente da saúde e da educação, a Política de Assistência Social, apesar de ter muitos estatutários, é a única das três que possui um outro tipo de vínculo, o contrato temporário, como principal forma de contratação, além de apresentar um número significativo de prestadores de serviço e cargos comissionados, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 2. Vínculo empregatício por política social

	Cargo comissionado	Celetista	Contrato	Estatutário	Prestador de Serviço	Sem vínculo formal
Assistência	8%	3%	47%	31%	9%	2%
Educação	-	16%	11%	73%	-	-
Saúde	-	10%	17%	52%	15%	6%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2019).

Ao relacionarmos vínculo empregatício e abrangência institucional, apresenta-se a realidade cruel dos municípios, que, embora tenham grande número de estatutários, possuem outras formas de contratação precárias, como o contrato temporário, enquanto predominantes.

Acerca da jornada de trabalho, identificamos que, apesar de haver jornadas variadas, que oscilam entre 6 e 60 horas semanais, estas são exceções à regra, na medida em que 65,1% possuem carga horária de 30 horas semanais, 15,3% de 20 horas semanais e, ainda, 14,9% de 40 horas semanais. Nesse sentido, observamos a implementação da Lei das 30 horas, na medida em que 82,8% possuem jornada igual ou inferior à regulamentação profissional. Restam, no entanto, 17,2% de profissionais que ultrapassam o limite legal

estabelecido. Nesse item, o cruzamento de dados não revelou nenhuma particularidade entre as políticas sociais.

Em relação ainda à jornada de trabalho, há que se considerar que um dos traços mais latentes da contemporaneidade, no quesito desenvolvimento tecnológico e trabalho, relaciona-se à tendência da integral disponibilidade para o trabalho, situação em que o trabalhador se encontra “acessível” às demandas laborais, levando trabalho para casa, trabalhando cada vez mais fora de sua jornada, com limites cada vez menos nítidos entre o horário de trabalho e o horário fora do trabalho. Esse cenário é comum também para os assistentes sociais. Constatamos que 78,3% dos profissionais disseram desenvolver, fora do horário de trabalho, atividades relacionadas ao emprego.

Assim, foi possível observar que o/a trabalhador/a tem seu tempo e sua vida completamente consumidos pela atividade laboral, que cada vez mais ocupa todos os espaços da vida social. Há, ainda, um outro dado a se considerar: 30% dos assistentes sociais que responderam à pesquisa não residem na mesma cidade em que trabalham. Esse dado pode ser um indicativo de que – chegando o Serviço Social às pequenas cidades do interior do estado – os profissionais, muitas vezes, necessitam de locomoção intermunicipal diária para irem ao local de trabalho. Isso se torna, assim, um elemento de precarização do trabalho, já que, além das horas estritamente trabalhadas na instituição, contabilizam-se outras muitas horas dedicadas ao trabalho, no processo diário de locomoção.

Outro dado relevante diz respeito ao nível salarial. A produção “sobrante” de força de trabalho do Serviço Social e as atuais tendências do mundo laboral trazem consigo diversos problemas que se traduzem nos insatisfatórios salários ofertados pelos órgãos empregadores. Os dados coletados demonstram que 55% dos(as) profissionais possuem rendimentos brutos entre um e dois salários mínimos, seguidos de 14% que recebem entre dois e três salários mínimos e 13% que recebem entre três e quatro salários mínimos⁴. Ao cruzarmos os dados de remuneração e abrangência institucional, identificamos que os piores salários se encontram na esfera municipal e os maiores na esfera federal. Os rendimentos profissionais encontram maior predominância nas faixas salariais mais baixas, o que, possivelmente, explica o “desejo” (ou a necessidade) da busca por mais de um vínculo empregatício. Essa é uma tendência existente entre os profissionais que possuem todos os tipos de vínculo, na medida em que, entre todos os pesquisados, 40,9% dos assistentes sociais disseram estar em busca de um segundo vínculo empregatício, 24,5% possuem mais de um vínculo como assistente social, 11,5% possuem mais de um vínculo empregatício, mas não como assistente social e, por fim, apenas 23,1% dos profissionais disseram possuir apenas um vínculo e não desejarem outro.

4 Cabe assinalar que o valor do salário mínimo, no momento da realização da pesquisa, era de R\$ 954,00.

Outros cruzamentos de dados acerca do salário são interessantes para explicitar os motivos dessa tão contundente expressão de precarização na categoria. Nota-se que, apesar de haver muitos profissionais estatutários perfazendo a pior faixa salarial, de um a dois salários mínimos, o tipo de vínculo predominante nessa faixa salarial é o contrato temporário. Por outro lado, são quase inexistentes outros tipos de vínculo, a não ser o estatutário, para rendimentos na média entre quatro e cinco salários mínimos e acima dessa faixa, demonstrando que, se não é garantido um bom salário pela via dos concursos públicos, tampouco seu antagonismo é verdade: os salários mais altos são pagos unicamente para os funcionários públicos estáveis.

Realizamos, ainda, o cruzamento de dados entre salário e política social de inserção profissional, o que nos proporcionou identificar a realidade negativa nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais na Política de Assistência Social, fato que se repete nas Políticas de Saúde Mental e Habitação, mas que não influi com grande relevância na média salarial geral, por oferecer poucos postos de trabalho. A partir desse cruzamento, foi possível apreender, ainda, que a Política de Previdência Social é a que mantém as melhores remunerações, com a maior incidência na faixa acima de dez salários mínimos e nenhuma abaixo de cinco. Por fim, é necessário afirmar que a Política de Educação é a que mais se equilibra entre as faixas salariais, o que, em nosso entendimento, explica-se pelo fato de essa política ser executada de forma diversificada entre os entes municipais, estaduais e federal.

Em relação ao nível de satisfação profissional considerando a remuneração, as respostas confirmam nossa análise até o momento: o nível de insatisfação entre os profissionais da assistência social é superior aos das demais políticas sociais: 88% de insatisfeitos, enquanto na Educação esse percentual é de 50% e na Saúde, de 76%. Quanto à abrangência institucional, a tendência é semelhante: 86% dos servidores municipais insatisfeitos com seus níveis salariais, enquanto, entre os servidores estaduais, esse percentual é de 60% e federais, de 17%.

Desse modo, os dados apresentados sinalizam um cenário de profunda precarização das condições de trabalho de assistentes sociais na Paraíba, o que, acredita-se, faz parte do cenário nacional posto à categoria e é coerente com as atuais tendências do mundo do trabalho, no contexto de crise estrutural do capital. Portanto, evidencia-se como um dado da realidade a precarização do mercado de trabalho para assistentes sociais, por meio do ingresso no exercício profissional, dos vínculos empregatícios, dos níveis salariais, bem como do conteúdo e da direção social do trabalho, cada vez mais destinados à administração pontual das expressões da questão social, dado o caráter atual das políticas sociais, sobretudo da política de assistência social.

Considerações finais

É consensual que o Serviço Social vive um momento extremamente desafiador, posta a profunda precarização a que está submetido, que se inicia no mercado de trabalho, passa pela formação profissional e repercute diretamente no *éthos* profissional.

No que diz respeito ao projeto ético-político da profissão, entendemos que este – por seu próprio caráter anticapitalista – nunca viveu uma conjuntura favorável para o seu fortalecimento, desde sua consolidação nos anos 1990. Entretanto, os desafios postos neste momento são inúmeros, enormes e inéditos. Por isso, o protagonismo histórico das vanguardas profissionais, a coerência ética e política das entidades da categoria e a produção de conhecimento são fundamentais para enfrentar tais desafios.

A reversão do quadro de precarização da formação e do exercício profissional da categoria, bem como de suas repercussões para o fortalecimento do projeto profissional, só encontra saída na luta geral da classe trabalhadora, que deverá passar pela radicalidade, sem ilusões em relação ao reformismo ou à conciliação de classes, que já mostraram seus limites e suas funções em um tempo recente. Essa conjuntura traz a importância para o protagonismo das vanguardas profissionais, que precisam estar articuladas aos movimentos sociais, em defesa dos direitos da classe trabalhadora – onde se situa o/a assistente social.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: Almedina, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, A.E. (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. Das ameaças à crise. *Revista Inscrita*, Brasília, ano 7, n. 10, nov. 2007.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

SANTOS, M. B. J. dos. A expansão e interiorização das competências profissionais na política de Assistência Social do Rio Grande do Norte. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). *Serviço social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelexas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SANTOS, M. B. J. dos. A interiorização e a expansão dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no RN (2004-2008): um estudo das competências profissionais. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

SANTOS, M. T. dos; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, 2015.

TRINDADE, R. L. P. Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de Alagoas (1998 a 2010). In: TRINDADE, R. L. P.; LINS, M. A. T. (org.). *Assistente social: trabalhador/a assalariado/a*. Maceió: Edufal, 2015.

Precarização do trabalho do(a) assistente social na saúde: análise dos desafios e estratégias de resistência

Precarious work of social workers in health care: analysis of challenges and resistance strategies

Denise Carmen de Andrade Neves* 

Carla Agda Gonçalves** 

Francisca Bezerra de Souza*** 

RESUMO

Este artigo analisa a precarização do trabalho dos(as) assistentes sociais na área da saúde, utilizando uma abordagem fundamentada no materialismo histórico e dialético e na teoria social crítica. A partir de um levantamento bibliográfico em revistas qualificadas, foram identificadas e analisadas categorias como compreensão de saúde, precarização do trabalho, desafios enfrentados e estratégias de enfrentamento. A pesquisa revela como a lógica capitalista contemporânea, marcada pela terceirização, baixos salários e sobrecarga de trabalho, impacta negativamente as condições laborais desses profissionais. Apesar das adversidades, os(as) assistentes sociais desenvolvem estratégias de resistência, articulando suas ações às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, para garantir os direitos dos(as) usuários(as) e a efetividade do SUS. O estudo destaca a importância da luta contínua pela democratização do acesso à saúde e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reafirmando o compromisso dos(as) assistentes sociais com a classe trabalhadora.

Palavras-Chave: saúde; Serviço Social; precarização do trabalho.

ABSTRACT

This article analyzes the precariousness in the work of social workers in the health sector, utilizing an approach based on historical and dialectical materialism and critical social theory. Through a bibliographic survey in qualified journals, essential categories such as understanding health, labor precariousness, challenges faced, and coping strategies were identified and analyzed. The research reveals how the contemporary capitalist logic, marked by outsourcing, low wages, and work overload negatively impacts these professionals' working conditions. Despite the adversities, social workers develop resistance strategies, aligning their actions with the profession's theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operative dimensions to ensure users rights and the effectiveness of the SUS (Unified Health System). The study highlights the importance of the ongoing struggle for democratized access to health care and the construction of a more just and equal society, reaffirming the social workers' commitment to the working class.

Keywords: health, social work, labor precariousness.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88452>

*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO - Brasil. E-mail: denise.andradeneves@gmail.com.

**Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO - Brasil. E-mail: carlaagdaufg@gmail.com.

***Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO - Brasil. E-mail: bezerra.fran@gmail.com.

Como citar: NEVES, D. C. A., GONÇALVES, C. A.; DE SOUZA, F. B. Precarização do trabalho do(a) assistente social na saúde: análise dos desafios e estratégias de resistência. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 64-79, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88452>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O trabalho é o elemento central da sociabilidade humana, o fundamento da condição de existência do ser social. Nos marcos da sociedade capitalista, é assumido na forma de mercadoria, remetendo à força de trabalho – vendida pelo trabalhador – sua condição criadora de valor para a obtenção do lucro; gerando contradições na (re)produção das relações sociais que irradiam para os processos de alienação e de exploração humana. Desta forma, não se pode dissociar a questão social do movimento de acumulação e, sendo tributária das configurações assumidas pelo trabalho, constitui diferentes expressões da desigualdade e da pobreza, rebatendo diretamente na classe trabalhadora que, ao mesmo tempo, vai gestando elementos de resistência e de enfrentamento diante das condições objetivas de vida que se deparam.

É neste prisma que se constituem as políticas sociais e, dentre elas, as políticas de saúde, assumindo configurações que atendam à hegemonia burguesa, mas também como resultante de disputas. Ou seja, ao mesmo tempo em que a saúde pública vai sendo sucateada para atender aos interesses da lógica do mercado, ela também é constitutiva e constituinte das expressões de luta e garantia pelo direito universal à classe trabalhadora.

O objetivo do presente estudo é analisar a relação entre a política de saúde e a precarização do trabalho do(a) assistente social nas produções da área de Serviço Social. Para isso, foi realizado o levantamento de artigos disponíveis nas revistas da área de Serviço Social classificadas no estrato Qualis A1 da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no momento da pesquisa, quais sejam: *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*; *Revista O Social em Questão*; *Revista Katálysis*; *Revista Argumentum*; e *Revista Serviço Social e Sociedade*. Foi incluída, ainda, a *Revista Serviço Social e Saúde*, em razão da temática do estudo.

A escolha dessas revistas baseou-se em critérios de relevância para as políticas públicas, saúde e serviço social, obedecendo um recorte temporal de 2014 a 2024, a partir da leitura dos títulos e dos resumos com foco nos seguintes descritores: trabalho do(a) assistente social, atuação/intervenção profissional, totalizando 45 artigos. Diante do objetivo proposto, optou-se pela seleção de artigos que apresentassem resultados de pesquisas empíricas sobre o trabalho do(a) assistente social na saúde, permanecendo 17 artigos. Observou-se, na leitura desses artigos, aspectos relacionados ao processo de precarização do trabalho do(a) assistente social na área da saúde, os desafios vivenciados e as estratégias de enfrentamento.

Os dados foram analisados com base no materialismo histórico e dialético, articulando aportes teóricos com a conjuntura atual da crise do capital, que impacta diretamente as condições de trabalho dos profissionais de serviço social. A pesquisa fundamentou-se na teoria social crítica, proporcionando uma compreensão aprofundada da Política de

Saúde e do Serviço Social em seu movimento contraditório. A relevância deste enfoque possibilitou uma discussão detalhada sobre a precarização do trabalho do(a) assistente social, num contexto marcado por múltiplas contradições, que se manifestam na precariedade da oferta de trabalho, terceirização, baixos salários, sobrecarga de trabalho, entre outras questões.

A política de saúde no Brasil e o trabalho do(a) assistente social: o movimento da (des)construção entre compromissos assumidos pelos projetos em disputa

Na realidade brasileira, a política de saúde tem sua arquitetura expressa por avanços e retrocessos provenientes de lutas frente aos (des)compromissos dos projetos em disputas que denotam a correlação de forças estabelecidas no interior da sociedade. Em sua trajetória sócio-histórica, se constituiu pela regulação entre ações curativas e ações preventivas, com focos emergenciais expressos por campanhas sanitárias sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Segundo Bravo e Matos (2004, p. 26), a política de saúde pública estava “[...] organizada nos dois setores (saúde pública e medicina previdenciária)”.

A predominância do setor privado sobre o público gerou tensões que desencadearam lutas e desafios nas décadas de 1970 e 1980, manifestados pela precarização das condições de trabalho e pelo sucateamento dos serviços prestados. Esse contexto deu origem a Reforma Sanitária, que, segundo Paim (2008), deve ser entendida como um longo processo político de conquistas da sociedade rumo à democratização da saúde, ultrapassando os limites de uma reforma administrativa e financeira para dimensões políticas, socioeconômica e culturais.

As lutas empreendidas deram as bases para uma nova arquitetura que se institucionalizou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, rompendo com a lógica dualista vigente e cancelando o dever de Estado na garantia dos direitos de saúde à toda população brasileira. Esses compromissos foram regulamentados a partir das Leis Orgânicas nº 8.080 e 8.142 (ambas de 1990) com a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS) calcado por princípios e diretrizes como universalidade, equidade, integralidade, descentralização, hierarquização e regionalização e participação popular.

Tais direcionamentos demandaram uma cadência de responsabilidades e de compromissos aos entes federados no interior das contradições da sociedade burguesa. As decorrências denotam que, se por um lado, a política de saúde pública galgou patamares importantes na defesa de um projeto que a compreende de forma ampliada na perspectiva da democratização e garantia dos direitos; por outro lado, este projeto tem sido tensionado e esmorecido diante da lógica privatista que tem em seu sustentáculo a primazia do mercado.

Essa lógica decorre na desconstrução dos direitos, assumindo contornos diferenciados de retrocessos ao longo das últimas décadas que, no esteio da ofensiva neoliberal, não garante a política de saúde como centralidade das ações governamentais, trazendo em seu bojo cortes, congelamentos, desfinanciamento e, recentemente, requintes neofascistas. Longe de uma postura fatalista, evidencia-se que a saúde pública não está circunscrita às conjunturas e/ou momentos históricos definidos e pré-determinados diante dos governos que a assumem,

Trata-se de reconhecer a dimensão da crise de saúde pública como parte integrante da crise do capitalismo em suas formas sociais determinantes: a crise da forma mercadoria, no que diz respeito à acumulação e à valorização do valor; a crise da forma política estatal, sobre crescentes 'modalidades privatizantes de gestão das políticas sociais' e dos ajustes fiscais permanentes [...]. (Mendes; Carnut, 2020, p. 11 – grifos dos autores).

As decorrências deste processo imprimem à política de saúde contradições que ganham materialidade no SUS, tendo como expoentes a precarização e sucateamento dos serviços, a falta de qualificação dos(as) profissionais, o número exíguo de exames e consultas, a demora no atendimento, dentre outras configurações que repercutem tanto na vida da população que acessa os serviços, quanto no cotidiano dos(as) trabalhadores(as) que se inserem nos diferentes níveis de complexidades constituídos neste modelo de saúde.

O(a) assistente social, embora com formação generalista, se insere na área da saúde como um(a) dos(as) profissionais de nível superior e é interpelado por essa dinâmica, recebendo as insurgências advindas das disputas entre os projetos que imprimem os avanços e os retrocessos para a política de saúde pública. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), tais projetos expressam, por um lado, o projeto privatista, que vem requisitando ações na lógica do mercado, tendo como fio condutor orientações de caráter seletivo, fiscalizatório, psychologizante e assistencialista com predomínio de ações individuais; e por outro lado, o projeto de reforma sanitária que, em consonância com o projeto ético político do Serviço Social, defende ainda a:

[...] democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulos à participação popular. (CFESS, 2010, p. 25).

Esses direcionamentos demarcam as profundas contradições da sociedade, entre a lógica do mercado e as garantias sociais. No movimento dialético que o Serviço Social faz com a realidade, emergiram saldos positivos que se materializaram no trabalho dos(as) assistentes sociais ante as conquistas e as lutas expressas com ênfase aos direitos,

assumido pelo compromisso de defesa radical da classe trabalhadora. Mas, também revelam limites na efetivação de seu exercício cotidiano, desencadeando desafios frente aos contornos assumidos e requerendo um olhar atento às dimensões constitutivas da profissão, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com vistas à garantia dos direitos.

Na particularidade da política de saúde, a categoria de assistentes sociais elaborou, a partir dos esforços capitaneados pelo Conjunto CFESS-Cress, um documento denominado Parâmetros ou Subsídios para a atuação de assistentes sociais na saúde (2010), tendo

[...] como finalidade referenciar a intervenção dos profissionais de Serviço Social na área da saúde [...] e expressa a totalidade das ações que são desenvolvidas pelos assistentes sociais na saúde, considerando a particularidade das ações desenvolvidas nos programas de saúde, bem como na atenção básica, média e alta complexidade em saúde. (CFESS, 2010, p. 11-12).

Reitera-se que este documento é resultado de um debate coletivo realizado por assistentes sociais e não tem como pressuposto constituir-se como único material utilizado nos processos de trabalho, bem como não pretende romper com o caráter generalista da profissão, mas evidenciar elementos significativos à formação profissional (compreendida pela dinâmica entre o trabalho profissional e o processo formativo-acadêmico) com vistas à construção de conhecimentos nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Para tanto, à luz do projeto ético-político, com destaque dos direcionamentos expressos na Lei de Regulamentação Profissional 8.662/1993 e no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, evidenciam quatro grandes eixos na efetivação o trabalho do(a) assistente social compreendidos em sua totalidade, quais sejam: atendimento direto aos(às) usuários(as); mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; e assessoria, qualificação e formação profissional.

Vale ressaltar que estes eixos não podem ser vistos isoladamente, mas em sua unidade do diverso diante das contradições e mediações necessárias requeridas no bojo da realidade sócio-histórica que lhe dá concretude. Este documento apresenta, ainda, como as demandas são explicitadas no cotidiano, bem como demarca os desdobramentos destes eixos a partir do trabalho coletivo e/ou individual, seja no atendimento junto aos(às) usuários(as) ou nas desenvolvidas com as equipes profissionais e multiprofissionais.

Pelo exposto, a política de saúde no Brasil expressa movimentos incessantes de lutas e mobilizações que tem no projeto de Reforma Sanitária a garantia de saúde com qualidade, mas também que possa representar “[...] um projeto de reforma social” (Paim, 2008, p. 30), com vistas ao Estado democrático na garantia dos direitos. Esses direcionamentos ganham similitude ao projeto profissional construído coletivamente pela categoria de assistentes sociais que, nos marcos da ofensiva neoliberal, entram em disputa com o

projeto privatista hegemônico na sociedade do capital, imbuído de contrarreformas que precarizam e sucateiam as políticas de saúde. As decorrências incidem em gargalos tanto para a população que utiliza os serviços, quanto aos(as) profissionais de diferentes áreas que trabalham no SUS; dentre eles(as) o(a) assistente social, que vem sofrendo todas as insurgências apresentadas na lógica burguesa, sobretudo pela precarização do trabalho ante a nova morfologia que se constitui.

No capitalismo contemporâneo, a flexibilização e a precarização são estratégias do capital para maximizar a exploração da força de trabalho, fragmentando e fragilizando a classe trabalhadora, como argumenta Antunes (2005) ao analisar as metamorfoses do trabalho. O autor denomina esse processo de “precarização estrutural”, que implica uma degradação das condições de vida dos trabalhadores e uma intensificação da exploração. Esta precarização é estrutural, porque está enraizada nas novas formas de organização do trabalho que surgem com o capitalismo contemporâneo, suas principais características incluem a flexibilização das relações de trabalho, terceirização e subcontratação, desregulamentação e redução dos direitos trabalhistas, informalização do trabalho e automação e digitalização (Antunes, 2009).

A desregulamentação do trabalho objetiva o desmonte das proteções legais conquistadas pelos trabalhadores ao longo do século XX. Isso inclui a flexibilização das leis trabalhistas, a redução dos benefícios sociais e a diminuição da segurança no emprego. A redução dos direitos trabalhistas é um dos principais aspectos da precarização estrutural, que busca adaptar as condições de trabalho às exigências do capital globalizado (Antunes, 2009).

No Brasil, a precarização do trabalho não é recente, mas assume novas configurações e manifestações, sobretudo a partir da década de 1990, com a contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais que vem promovendo a redução dos gastos públicos especialmente nas áreas sociais, como saúde, educação e previdência. A flexibilização do mercado de trabalho foi uma característica marcante da política neoliberal no Brasil. Reformas trabalhistas promoveram a flexibilização das relações de trabalho, facilitando a adoção de contratos temporários e a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Na conjuntura do início da década de 1990, marcada pela crise e instabilidade econômica, as empresas adotaram a terceirização como uma “estratégia de sobrevivência” mediante a reestruturação e redefinição das bases de competitividade no plano internacional e nacional. Ainda que esses cenários tenham se alterado nos anos 2000, o movimento da terceirização continuou a crescer em todas as atividades, atingindo também o setor público. A “epidemia” da terceirização, como é denominada por Druck (2011), é uma modalidade de gestão e organização do trabalho comandado pela acumulação financeira que “no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões (Druck, 2011, p. 49).

A autora argumenta que a terceirização não apenas precariza as condições de trabalho, mas também contribui para a degradação das relações laborais, uma vez que os trabalhadores terceirizados frequentemente são remunerados com salários mais baixos, carecem de benefícios sociais e estão expostos a condições de trabalho mais perigosas e insalubres.

Antunes (2018), nesse mesmo sentido, argumenta que a “nova era de precarização estrutural do trabalho” é marcada pela crescente flexibilização dos contratos de trabalho, nas formas atípicas de emprego (como trabalho temporário, por conta própria e *freelancer*), e na informalidade. O autor denomina de “uberização” essa forma altamente precarizada de trabalho caracterizada pela ausência de vínculos empregatícios, benefícios sociais ou segurança laboral. Os riscos são todos do trabalhador.

Um evento que agravou a crise do capital é a pandemia do novo Coronavírus iniciada em 2020. Para Antunes (2020), trata-se de uma crise sanitária e econômica em que os trabalhadores foram forçados a aceitar condições de trabalho mais precárias, como contratos de trabalho temporários, trabalho informal e trabalho por conta própria. Raichelis (2021) amplia a análise, destacando que se trata de uma tríplice crise – econômica, política e sanitária. O argumento é que não há recursos no orçamento para que os direitos sociais sejam garantidos, uma vez que oneram o fundo público.

A situação de pandemia expõe com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise. (Raichelis, 2021, p. 143).

No contexto do Serviço Social, a precarização estrutural do trabalho agravada pela pandemia vem atingindo diretamente as condições laborais do(a) assistente social, que está sujeito às mesmas formas de precarização que os demais trabalhadores. Como afirma Raichelis, o trabalho do(a) assistente social na sociedade contemporânea é

parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços. (Raichelis, 2011, p. 246).

A precarização que assola a classe trabalhadora se reflete no serviço social em diferentes configurações, expressas pelos baixos salários, sobrecarga de trabalho e a pressão para cumprir metas institucionais que podem estar conflitantes com os princípios éticos da profissão.

Observa-se uma intensificação dos processos de terceirização e subcontratação de serviços individuais prestados por assistentes sociais. Esses serviços são frequentemente contratados por empresas de serviços ou de assessoria (conhecidas como empresas do “eu sozinho” ou PJs) e por “cooperativas” de trabalhadores. Essas práticas são utilizadas na prestação de serviços a governos e organizações não governamentais, promovendo um modelo de exercício profissional que é privado (autônomo), temporário, baseado em projetos ou tarefas específicas, refletindo as novas formas de gestão das políticas sociais (Raichelis, 2011). Essa mesma autora complementa em outra publicação que:

assistentes sociais terceirizados/as experimentam, assim, como trabalhadores/as eventuais e intermitentes, a angústia de relações de trabalho não protegidas pelo contrato, a insegurança laboral, o sofrimento e o adoecimento, o assédio moral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, a denegação de direitos, ou seja, a precarização do trabalho e da vida. (Raichelis, 2020, p. 26).

Essa nova morfologia do trabalho na conjuntura atual é desafiadora, requerendo dos(as) assistentes sociais um debate profundo para apreender como essas reconfigurações se expressam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais diante da perda e da degradação dos direitos. Exige, ainda, apreender os desafios apresentados no cotidiano institucional e as estratégias construídas pelos(as) profissionais com vistas ao projeto profissional construído coletivamente pela categoria. Desta forma, o levantamento dos artigos demonstrou a materialidade deste processo de precarização no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais, bem como os desafios apresentados e as estratégias impressas em seus diferentes espaços institucionais; apresentados a seguir.

Na análise dos 17 artigos selecionados, observou-se que a precarização se manifesta de diversas formas, desde as condições de trabalho decorrentes das políticas de saúde, até a infraestrutura inadequada dos locais de trabalho. Primeiramente, as condições de trabalho se constituíram em um dos aspectos mais presentes nos artigos investigados, representadas pelos vínculos de trabalho instáveis, como contratos temporários, terceirização e subcontratação, promovem a alta rotatividade de pessoal e falta de continuidade nos serviços. A redução no número de servidores concursados e sua substituição por trabalhadores temporários é uma prática comum, exacerbada pelas políticas de desfinanciamento e privatização da saúde. Um dos artigos analisados revelou que

[...] 74,2% dos profissionais possuem vínculo de estatutários, indicando vínculos formais com garantias trabalhistas e estabilidade, conforme prevista em Lei. crescimento deste tipo de vínculo tem ocorrido em função da inserção de profissionais em Projetos/ Programas executados nos serviços de saúde, a exemplo do NASF, UPAs e CAPS, que se constituem em possibilidades de

expansão precarizada do mercado de trabalho profissional. São nestes espaços ocupacionais que se evidenciam os contratos precários. (Davi *et al.*, 2015, p. 290-291).

A implementação da política neoliberal acarreta o desfinanciamento do SUS com impacto direto na precarização do trabalho dos(as) assistentes sociais. Em outros termos, a privatização e o sucateamento dos serviços públicos de saúde resultam na redução de recursos financeiros e humanos e comprometem o trabalho do(a) assistente social. Por um lado, a mercantilização da saúde e a redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos converte-se na desvalorização dos profissionais, por outro, esta mercantilização limita o acesso da população aos atendimentos, os quais ela tem direito, agravando ainda mais as desigualdades.

Além da precarização, a infraestrutura das unidades de saúde frequentemente não atende às necessidades básicas para um serviço de qualidade. Problemas como a falta de privacidade, a insuficiência de recursos materiais e a ausência de ambientes adequados para a realização das atividades dos(as) assistentes sociais são recorrentes. Esse cenário compromete não apenas a qualidade do atendimento, mas também a privacidade e a dignidade dos(as) usuários(as) dos serviços, como demonstrado por Silva e Gomes (2019).

Gonçalves e Moraes (2023), ao analisarem a precarização imposta aos trabalhadores de um hospital de grande porte, referem que, além da falta de investimento em infraestrutura, há carência de recursos humanos e materiais, precarizando os serviços essenciais. Segundo os autores, os trabalhadores “[...] sofrem com a precarização de sua estrutura física e terceirização de serviços, por não ter recursos para a manutenção, além da falta de materiais e insumos básicos para seu funcionamento e falta de pessoal qualificado para o atendimento à população” (Gonçalves; Moraes, 2023, p. 8).

A sobrecarga de trabalho é outro fator crítico no que se refere à precarização. Com a crescente demanda por serviços e a escassez de profissionais, os(as) assistentes sociais se veem obrigados a atender um número excessivo de usuários(as), muitas vezes sem o tempo necessário para discutir os “casos” e planejar adequadamente os atendimentos. Esse cenário é agravado pela desqualificação dos gestores, que frequentemente não reconhecem ou não valorizam as especificidades do trabalho do(a) assistente social.

A formação profissional também é afetada pela precarização. A falta de programas de capacitação contínua e/ou a desconexão entre os cursos de qualificação e as necessidades reais dos(as) usuários(as) limitam o desenvolvimento das competências dos(as) assistentes sociais.

Além da precarização, os profissionais enfrentam em seu cotidiano inúmeros outros desafios que impactam o trabalho. A efetivação do direito à saúde pública com qualidade é um desafio constante, especialmente em um contexto de desfinanciamento

e desmonte do SUS. Impõe-se também como desafios destacados em vários artigos: a dificuldade de articulação entre as políticas públicas, a fragilidade da intersetorialidade, a falta de compreensão das equipes multiprofissionais (e por vezes dos próprios profissionais) sobre as atribuições do(a) assistente social; a burocracia dos serviços; e pressão para atendimentos aligeirados.

Os desafios atuais revelam a destruição de direitos e a desumanização do ser social, afetando significativamente a saúde e as profissões, especialmente o Serviço Social. As profissões ganham sentido na sociedade em que estão inseridas, e o trabalho do(a) assistente se encontra no real e, portanto, tem na história sua base imanente de justificativa e fundamentação, ganhando materialidade, sobretudo pela matriz de pensamento assumida de forma hegemônica, em que as ações profissionais compreendem a vida social no movimento no bojo da sociedade capitalista. Os desafios estão enraizados na lógica burguesa e nas bases sócio-históricas que a sustentam, mas podem ser superados. Essa análise possibilita identificar estratégias nos artigos para enfrentar os obstáculos enfrentados pelos(as) assistentes sociais.

O levantamento indica que as propostas dos artigos não são isoladas ou descontextualizadas, “[...] mas em seus condicionantes, sejam eles ‘internos’ – os que dependem do desempenho do profissional – ou ‘externos’ – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social” (Iamamoto, 2000, p. 94 – grifo da autora). Embora não sejam interdependentes, apresentaremos esses elementos dentro do arcabouço dos condicionantes, usando como fio condutor o documento do CFESS (2010), *Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde*.

A pesquisa destacou, entre os condicionantes internos, a relevância das dimensões constitutivas do Serviço Social na construção de estratégias cotidianas. Em um dos artigos, essa análise surgiu de uma pesquisa empírica com assistentes sociais, que revelou que “as estratégias desenvolvidas [...] foram forjadas no terreno das dimensões da competência profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (Gonçalves; Moraes, 2023, p. 21).

Acreditamos que as três dimensões representam consubstancial o exercício profissional em sua totalidade, compondo a unidade do diverso, sem perder as particularidades que as constituem. No entanto, notamos que os outros artigos que abordam as estratégias profissionais no cotidiano tendem a focar na dimensão técnico-operativa, possivelmente porque esta reflete a “forma de aparecer da profissão” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 27).

Embora muitos artigos não mencionem o documento do CFESS (2010), observa-se a predominância de estratégias voltadas para o atendimento direto aos usuários(as). Essas ações socioassistenciais incluem acolhimento, intervenção para conhecer a realidade dos usuários, sensibilização sobre direitos sociais e rotinas institucionais, além do primeiro

contato e a socialização de informações. Também se destacam as ações socioeducativas com grupos, que enfatizam a dimensão pedagógica, uma estratégia que diferencia os assistentes sociais de outros profissionais.

Outro eixo que se revelou nos artigos foi denominado no documento do CFESS (2010) enquanto ações de articulação com a equipe de saúde, posto que esta estratégia possibilita: “[...] ampliar seu campo de atuação e qualificar suas ações, invertendo a lógica de fragmentação dos saberes [...] visando uma atenção mais integral do usuário” (Leal; Castro, 2017, p. 218). Destaca-se nos artigos que estas ações coletivas não se apresentam circunscritos aos(as) profissionais de saúde, mas à necessidade de articulação com a rede de serviços na intersetorialidade com outras políticas diante das demandas apresentadas na realidade; ressaltaram, ainda, a importância de articulação com as entidades da categoria de assistentes sociais, como o conjunto CFESS-Cress, fortalecendo os(as) profissionais diante dos desafios cotidianos.

Outro eixo expresso pelo CFESS (2010) denomina-se assessoria, qualificação e formação. Na pesquisa dos artigos, sinalizou-se a importância da qualificação e da formação com vistas ao conhecimento da realidade nos processos de saúde e em suas necessidades; contribuindo com informações fundamentais para uma intervenção de qualidade. Nos artigos, as exigências à capacitação para superar desafios e construir estratégias apareceram, ainda, diante da necessidade de conhecimento das atribuições e das competências profissionais (com destaques para as particularidades das ações na área da saúde), bem como da imprescindibilidade em reconhecer a realidade para estabelecer ações que extrapolem a aparência e transponham a imediatividade expressa nas demandas, contribuindo para novas abordagens que aprofundem as análises em sua totalidade.

O eixo Planejamento (CFESS, 2010) se presentifica nos artigos diante da necessidade de construir “[...] instrumentos organizativos que orientam a atuação profissional, o planejamento das atividades e os momentos de reflexões acerca das ações” (Néo; Pinto, 2022, p. 14). Evidenciaram, ainda, a importância do planejamento tanto para o atendimento humanizado, quanto para reflexões que impulsionam a legitimação do SUS e o reconhecimento da saúde como direito social.

Os artigos assinalaram, também, o eixo mobilização, participação e controle social que “[...] envolve um conjunto de ações voltadas para a mobilização e participação social de usuários, familiares, trabalhadores de saúde e movimentos sociais em espaços democráticos de controle social” (CFESS, 2010, p. 57).

Dentre os aspectos pautados como condicionantes externos, as estratégias adotadas pelos(as) assistentes sociais para superar os desafios enfrentados são diversas e abrangem várias dimensões do trabalho. Dentre as estratégias contidas nos artigos analisados, aparecem com frequência aquelas que defendem a contribuição do(a) assistente social na luta

pela saúde como direito social, focando nos condicionantes e determinantes da saúde. Ao mesmo tempo, o trabalho profissional deve estar alinhado com o projeto ético-político da profissão e dialogar com os demais projetos da classe trabalhadora, sobretudo, o projeto de reforma sanitária, como afirmam Fagundes e Wünsch (2020).

No mesmo sentido, figuram entre as estratégias a contribuição do assistente social na compreensão da saúde de forma ampliada, que envolve reconhecer as condições sociais como parte essencial desse processo. De acordo com Castro e Andrade (2014, p. 120), essa abordagem promove a integralidade do cuidado, conforme os princípios do SUS, e direciona a intervenção do(a) assistente social “para a compreensão dos sujeitos não como seres isolados, mas articulados a fenômenos sociais”.

No que tange à exploração do trabalho, um dos artigos aponta a necessidade de se decifrar os processos de precarização em curso e estabelecer estratégias coletivas que fortaleçam a defesa dos interesses dos(as) usuários(as) do SUS, trabalhando na garantia de seus direitos e tornando o projeto profissional efetivo no cotidiano de trabalho, como já mencionado. Davi *et al.* (2015) defendem que

[...] para além da apreensão da atual lógica de exploração da força de trabalho, é preciso ações coletivas dos trabalhadores, que visem enfrentar a estabelecida ofensiva do capital em relação ao trabalho. Indiscutivelmente os (as) assistentes sociais precisam decifrar os processos de precarização do trabalho em curso, com o objetivo de produzir conhecimento crítico sobre o movimento da realidade e, assim, instrumentalizar e fortalecer as ações de resistência que, mesmo nessa conjuntura adversa, as entidades da categoria vêm, aguerridamente, implementando. (Davi *et al.* 2015, p. 293).

Por fim, propõe-se como estratégia, a reorganização dos serviços de saúde para garantir a integralidade, a intersetorialidade e o controle social. Isso fortalece e legitima a concepção ampliada de saúde e a universalização do acesso. Mesmo diante das limitações para uma ação reflexiva e planejada, os(as) assistentes sociais encontram possibilidades no agir profissional, impulsionando o processo de legitimação do SUS, enquanto direito social.

Desta forma, faz-se necessário a construção de respostas coletivas frente aos desafios, identificando as contradições e sinalizando estratégias de enfrentamento, numa relação dialética entre os(as) sujeitos(as) envolvidos(as) e a realidade apresentada, demarcando que os condicionantes externos requerem respostas coletivas que caminhem para além de uma categoria profissional, mas que seja a defesa da classe trabalhadora.

Pelo exposto, mesmo que de forma indireta e não presente em todos os artigos pesquisados, os eixos fundantes no trabalho dos(as) profissionais apresentados no documento coordenado pela CFESS (2010), Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais

na Política de Saúde, ganham materialidade diante do trabalho profissional cotidiano, sobretudo quando sinalizam as ações como estratégias para o enfrentamento dos desafios que a realidade os impõe.

Considerações finais

O trabalho, sendo o elemento central da sociabilidade humana e a base da existência do ser social, assume no capitalismo a forma de mercadoria, remetendo à força de trabalho vendida pelo trabalhador como criadora de valor para a obtenção de lucro. Essa dinâmica gera contradições profundas na (re)produção das relações sociais, manifestando-se em alienação e exploração. A questão social decorrente desse processo está intrinsecamente ligada ao movimento de acumulação capitalista, resultando em diversas expressões de desigualdade e pobreza que impactam diretamente a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, desenvolve elementos de resistência e enfrentamento às condições adversas de vida. Neste contexto, as políticas sociais, incluindo as de saúde, se constituem como arenas de disputa. A saúde pública, frequentemente sucateada para favorecer os interesses do setor privado e a lógica de mercado, também é palco de lutas pela garantia do direito universal.

Com o objetivo de compreender a política de saúde e o trabalho do(a) assistente social a ela vinculado, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos de revistas da área de Serviço Social. Por meio dessa pesquisa, identificamos e analisamos categorias relevantes, tais como: precarização do trabalho, desafios e estratégias de enfrentamento. Os dados extraídos desses artigos foram analisados, sendo possível compreender como se configuram as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais na saúde mediante a atual crise do capital.

O estudo revela que a precarização do trabalho do(a) assistente social na saúde é uma realidade marcada por contratos temporários, terceirização, sobrecarga de trabalho, desfinanciamento e falta de infraestrutura adequada. Esses elementos comprometem a qualidade do atendimento prestado e a dignidade dos profissionais, refletindo a crise estrutural do capital. No entanto, estes profissionais desenvolvem estratégias de resistência baseadas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, buscando garantir os direitos dos(as) usuários(as) na efetivação do SUS.

A análise evidencia que, apesar dos desafios e da precarização, os(as) assistentes sociais continuam lutando pela democratização do acesso à saúde. As estratégias identificadas apontam para a importância da articulação com outras políticas públicas, da formação contínua e do planejamento das ações, sempre com foco na defesa dos direitos.

Em síntese, afirma-se que o trabalho do(a) assistente social na saúde é fundamental para a defesa do SUS e dos direitos, apesar das condições adversas impostas pela lógica do capital. A luta pela saúde pública de qualidade é uma luta pela dignidade humana e pela justiça social, e os(as) assistentes sociais desempenham um papel extremamente relevante nesse processo, reafirmando seu compromisso ético-político.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, R. *O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural*. Buenos Aires: Theomai, 2009.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. *Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 05/06/2024.

BRASIL. *Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. de. Reforma Sanitária e Projeto Ético-Político do Serviço Social: elementos para debate. In: BRAVO, M. I. S. (org.). *Saúde e Serviço Social*. São Paulo; Cortez, 2004.

CASTRO, J. S. de O.; ANDRADE, L. S. de. Serviço social e o SUS: desafios na prática do assistente social. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 13, n. 1, Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634923>. Acesso em: 14 set. 2024.

CFESS. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CE2011.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

CFESS. *Parâmetros para atuação de Assistente Sociais na Política de Saúde*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010.

DAVI, J. *et al.* As particularidades da precarização de trabalho dos(as) assistentes sociais na política de saúde. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 123, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wZWpZjNGZFYzFZW5SZTw63j/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2024.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FAGUNDES, A. S.; WÜNSCH, D. S. Processos de trabalho coletivo em saúde e o trabalho do/a assistente social: os fios (in)visíveis que materializam o conceito ampliado de saúde. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665367/26518>. Acesso em: 25 maio 2024.

GONÇALVES, J. F.; MORAES, C. A. de S. Estratégias de trabalho do Serviço Social no Hospital de Bonsucesso/RJ, no contexto da pandemia da Covid-19. *Serviço Social e Saúde*, São Paulo, v. 22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8672932/32641>. Acesso em: 20 maio 2024.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez. 2000.

LEAL, L. M.; CASTRO, M. M. de C. e. Política Nacional de Atenção Hospitalar: impactos para o trabalho do assistente social. *Serviço Social e Saúde*, São Paulo, v. 16, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651464/17510>. Acesso em: 15 maio 2024.

MENDES, Á.; CARNUT, L. Capital, Estado, crise e saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. *Ser Social: Estado, Democracia e Saúde*, Brasília, v. 22, n. 46, jan./jul. 2020.

MINAYO, M. C. de S. O. *Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008.

NÉO, D. M. V.; PINTO, R. M. P. O trabalho do/a assistente social junto às pessoas em situação de rua atendidas na Emergência do IJF (Instituto Doutor José Frota, hospital de urgência e emergência). *Serviço Social e Saúde*, São Paulo, v. 21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8668398/32532>. Acesso em: 13 maio 2024.

PAIM, J. S. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Vol. 2. Brasília: CFESS, 2020.

RAICHELIS, R. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, jan./abr. 2021.

SANTOS, C. M., BACKX, S. FILHO, R. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M. et al. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, R. S. da; GOMES, V. L. B. Contrarreforma psiquiátrica e o trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Atenção Psicossocial Belém-PA. *Serviço Social e Saúde*, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8657454/22183>. Acesso em: 01 jun. 2024.

A (des)proteção social das mulheres negras: estratégias e resistências

The social (un)protection of black women: strategies and resistance

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz* 

Thais Helena Modesto Villar de Carvalho** 

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões a partir da referência da formação social brasileira, ressaltando as contradições sociais e econômicas das desigualdades que se gestam sob heranças coloniais e racializadas, enfatizando o custo dessa história de desigualdades sobre as mulheres negras. Examina as ações e respostas protetivas, principalmente tendo como sujeito coletivo histórico as mulheres negras e suas experiências organizativas de resistência à opressão da escravidão. Resultado de pesquisa qualitativa, com ênfase em estudo bibliográfico e de indicadores sociais, apresenta notas finais reafirmando os mecanismos de lutas e resistências das mulheres negras, no resgate do exercício da política para fortalecer uma outra sociabilidade sob uma visão social de mundo anticapitalista.

Palavras-Chave: mulheres negras; proteção social; racismo; desigualdades.

ABSTRACT

This article aims to bring reflections based on the history of Brazilian social formation, highlighting the social and economic contradictions of inequalities that arise from colonial and racialized legacies and the cost of this history of inequalities on black women in Brazil. It highlights protective actions and responses, mainly having, as a historical collective subject, black women and their organizational experiences of resistance to the oppression of slavery. Resulting from qualitative research, with emphasis on bibliographical study and social indicators, in its final notes the mechanisms of struggle and resistance of black women are reaffirmed, in the rescue of the exercise of politics to strengthen another sociability under an anti-capitalist social worldview.

Keywords: black women; social protection; racism; inequalities.

Introdução

Autores diversos trazem a emergência da proteção social, como respostas protetivas estratégicas articuladas pelo Estado, como expres-

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88453>

*Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP - Brasil.
E-mail: tgdiniz@uol.com.br.

**Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP - Brasil.
E-mail: helena.thais30@unifesp.br.

Como citar: DINIZ, T. M. R. G.; DE CARVALHO, T. H. M. V. A (des) proteção social das mulheres negras: estratégias e resistências. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 80-93, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88453>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

são das relações sociais contraditórias que se originaram da luta de classes entre capital e trabalho, que “aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais” (Vieira, 1992, p. 19). Em termos mundiais, o capitalismo monopolista substituiu a livre concorrência, assinalando o interesse em outros campos de investimentos, conferindo às colônias maior valor econômico, principalmente a partir da segunda metade do século XIX (Vieira, 1992).

Como uma possibilidade de “proteger o capitalismo do próprio capitalismo” (Pereira, 2011, p. 60-66), a construção da proteção social deslança com o denominado Estado de Bem-Estar nesse período histórico, ainda que se destaquem referências a diferentes regulações sociais, no contexto da relação entre o Estado e os pobres, desde os anos de 1300, tanto para conter conflitos e desordens quanto para, diretamente, responder às exigências de exploração mercantil do trabalho.

Todavia, na particularidade brasileira, o movimento da história da escravidão é muito mais imprescindível à análise sobre a proteção social, principalmente com relação à especificidade do regime de produção escravista, no contexto do capitalismo, no Brasil. Conforme Moura (2019), ainda que modificações profundas tenham tido lugar no capitalismo mundial no século XIX, no Brasil essas mudanças são marcadas por duas principais transições. A primeira foi a transição entre o trabalho cativo/escravo e o trabalho livre; a segunda foi a economia comercial que se configurou numa economia industrial ainda incipiente, sob estruturas escravistas, alimentando contradições profundas diante do desenvolvimento das forças produtivas (Helena, 2023). Vivia-se um processo de modernização sem mudança social, entrecruzando relações escravistas e capitalistas, sob um capitalismo subordinado. Não podemos nos esquecer que o governo brasileiro financiou a vinda de imigrantes europeus, abandonou os escravizados e libertos à sua própria sorte e emitiu decretos proibindo a entrada de africanos a partir de 1890.

O desenvolvimento capitalista no Brasil ocorreu pela denominada por Chasin (1978), via colonial, consolidada nas transformações ocorridas pelo alto, sem participação popular. A burguesia brasileira não conseguiu realizar um projeto nacional, sob parâmetros democráticos. Ao contrário, podemos identificar na formação social brasileira, uma organização política que se forja na escravidão e se faz presente atualmente nos grandes latifúndios, nos mecanismos de um Estado violento, que garante a concentração de renda e aprofunda a pobreza (Góes, 2022).

Por sua vez, o deslocamento forçado e a escravização de seres humanos originários do continente africano para o Brasil permanecem como determinantes no modo atual de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores negres e negros e de suas lutas e resistências na defesa da liberdade, e os seus significados foram e são mutáveis ao longo do tempo, a depender das conjunturas econômicas e políticas.

Sob a referência desses breves parágrafos, o desafio que se coloca diante dessa realidade é identificar as contradições sociais e econômicas e qual é o custo dessa história de desigualdades (Helena, 2023) nas perspectivas de ações e respostas protetivas, principalmente tendo como sujeito coletivo histórico, as mulheres negras e suas experiências organizativas e práticas de resistência à opressão da escravidão e suas heranças (Oliveira, 2021). No Brasil, em 2022, o Censo Demográfico IBGE apontou 203.062.512 milhões de habitantes, dos quais cerca de 119,75 milhões de pessoas (ou 56% da população) se declararam pretas e pardas. E as mulheres negras são o maior grupo populacional, com 60,6 milhões, ou 28% da população brasileira (PNAD Contínua, 2022)

Todavia, pessoas negras e mulheres são os grupos menos representados nas instâncias de tomada de decisão. As mulheres negras têm uma representatividade pouco significativa no Senado, na Câmara dos Deputados, nas prefeituras brasileiras. Mulheres negras convivem com precariedade habitacional e insegurança alimentar; têm risco maior de morte durante o parto e no puerpério, num índice de quase duas vezes mais do que mulheres brancas e pardas; são responsáveis por 62% das 11 milhões de mães solas chefes de família; enfrentam as piores condições no mercado de trabalho, com o desemprego, a informalidade, a discriminação no mercado de trabalho, inclusive, na diferença salarial (em média 42% do que recebe o homem não negro); são vítimas de estupros (56,8% ou 71.930 em 2022) e de feminicídio (Relatório do Observatório, 2023; Dieese, 2022; Anuário Brasileiro, 2022).

São números significativos para mostrar como a herança da escravidão e a ideologia racista forjada para justificá-la fizeram “com que negros e negras entrassem no capitalismo moderno numa situação ao mesmo tempo desigual (pelo peso da opressão racial) e combinada (pelos mecanismos de exploração de classe” (Silva, 2016, p. 17). Sendo um elemento fundante da sociabilidade do capital, o racismo “amplia o processo de exploração da classe trabalhadora como um todo” (Góes, 2022, p. 28) e se estrutura em uma sociedade cuja formação sócio-histórica legitima suas origens coloniais e escravocratas, na qual o lugar de negras e negros nas cidades brasileiras tem sido atravessado pela violência nas relações de produção e reprodução social. Conforme expressão de Leandro (2019, p. 1), “do quilombo à favela, das irmandades aos terreiros, das feiras aos mercados, das festas de rua aos paredões, das senzalas aos quatinhos de empregada, do mocambo às grandes torres envidraçadas: não há um fora ou um espaço isento da racialização nas cidades brasileiras”.

Assim, situando o debate no campo da teoria social marxista e subsidiado em pesquisa bibliográfica, esse artigo tematiza as mulheres negras na construção social e política da sociedade brasileira, como “sujeitos e seres ativos que, historicamente, vem fazendo resistências e reexistências” no seu interior, forjando formas de combater o racismo e inscrevendo no chão da história outras formas de relações sociais (Ribeiro, 2019, p. 16), tendo em vista a construção de proteção social pública. As reflexões desenvolvidas estão

organizadas em duas seções, além dessa introdução e das notas finais. Na primeira seção, apresentamos breves notas sobre a sociedade brasileira, que se estrutura sob a sociabilidade do capital, fortalecendo práticas racistas e autoritárias; e, na segunda seção, apoiadas em estudo realizado por Ferreira (2020), Mattoso (2016), Almeida (2009) e Santos (1996), destacamos alguns mecanismos que materializaram respostas às demandas por proteção social dadas pelas mulheres negras. Nas notas finais, reforçamos o principal ensinamento da perspectiva crítica marxista, concernente às lutas e resistências das mulheres negras como parte das lutas anticapitalistas.

O racismo estrutural brasileiro: um combate necessário

A ação de indivíduos no sistema capitalista responde a regras de ordem política, econômica, jurídica e social que alimentam e estruturam desigualdades de classes e violências racistas e sexistas, explicitando “um nexos estrutural entre as relações de classe e a constituição social de grupos raciais e sexuais que não pode ser ignorado” (Almeida, 2019, p. 97). As expressões do racismo e do sexismo estão na estrutura da sociedade e do Estado brasileiros, cuja formação econômico-social se constituiu sob heranças e marcas escravistas e patriarcais e se mantém nas formas contemporâneas do capitalismo moderno sob a racionalidade neoliberal (Almeida, 2019).

Identificando no conceito de formação sócio-histórica as possibilidades de compreender as especificidades de cada sociedade, em um determinado tempo histórico e sob determinado modo de produção (Marx; Engels, 1984), concordamos com Almeida (2019, p. 56) ao afirmar que “os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos não foram produzidos apenas pelo acaso, mas por projetos políticos”. Esses projetos têm diferentes matizes ideológicos que se concretizam no Brasil em uma história de colonização, que mostra os processos de destruição e desfiguração da cultura, de submissão dos corpos, de enquadramento e controle das mentes, com a imposição da supremacia de determinados grupos – brancos – sobre outros – negros. “O Brasil é um típico exemplo de como o racismo converte-se em tecnologia de poder e modo de internalizar as contradições... tornando-o parte do imaginário nacional” (Almeida, 2019, p. 107). Ou, nas palavras de Lélia Gonzalez (*apud* Oliveira, 2021, p. 45), “o racismo é uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial”.

Almeida (2019) nos apresenta pistas para apreender os caminhos percorridos pela burguesia brasileira e sua influência na institucionalização de interesses que são impostos a toda a sociedade, particularizando a formação social brasileira, na qual grupos sociais, formados por homens brancos, têm o domínio e a manutenção do poder, impondo padrões estéticos, culturais e práticas de poder e opressão de raça e gênero, que asseguram sua hegemonia sobre corpos negros, femininos e pobres.

Assim, o fundamental é conhecer a realidade da vida cotidiana de negros e negras, “que possuem suas próprias origens históricas, características especiais, formas de desenvolvimento e métodos de ação” (James, 1948 *apud* Silva, 2016, p. 67), entender sua história de vida e como essa história influenciou suas potencialidades.

Conforme Oliveira (2021), citando Gonzalez, uma das heranças da colonização portuguesa foram as estruturas hierárquicas institucionalizadas na sociedade brasileira que, marcadas pelo escravismo, determinam os lugares sociais a serem ocupados por brancos e negros. São relações raciais estabelecidas dentro de um sistema de produção e reprodução social capitalista, “não apenas como uma expressão da luta de classes no sentido mais geral, mas dentro da singularidade de como se realiza a acumulação capitalista num país como o Brasil” (Oliveira, 2021, p. 176). Portanto, “é na base material das sociedades que se deve buscar os fundamentos do racismo estrutural [...] como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas” (Oliveira, 2021, p. 65).

Reafirma-se, pois, a interpretação materialista histórica do racismo, na sua vinculação com a dominação capitalista, “entendendo que ele desenvolve uma dinâmica própria que incide nas relações sociais, reproduzindo hierarquias raciais, mesmo quando a dominação de classe não está em jogo” (Miguel, 2024, p. 88), em um país que criou diferentes mecanismos de barragem para colocar negros e negras em “espaços restritos e controláveis pela classe dominante” (Moura, 2019, p. 131).

As áreas periféricas das cidades brasileiras, com suas favelas e loteamentos irregulares, são testemunhas das formas sofisticadas dos processos de despossessão, de extermínio do povo negro, com a expulsão escolar, a pobreza endêmica, a ausência de saneamento básico, a negligência com a saúde da mulher negra.

Portanto, numa perspectiva de totalidade, o racismo “é uma realidade social objetiva que está diretamente vinculada a determinações históricas” (Oliveira, 2021, p. 150), e é sob essas referências que incorporamos algumas afirmativas de Silva (2016): a) a escravidão moderna surgiu inserida no modo de produção capitalista e foi fundamental para os processos de despossessão, no qual o Estado teve e tem papel fundamental (Harvey, 2012); b) se, como escravizados, homens e mulheres negros e negras foram considerados mercadoria, na atualidade, a venda da sua força de trabalho tem enorme diferença valorativa quando comparados com trabalhadores(as) brancos(as); a completa emancipação de trabalhadores(as) brancos(as) só se efetivará quando trabalhadores(as) negros(as) conquistarem liberdade.

Mulheres negras e as estratégias de “proteção social”

As experiências de vida das mulheres negras no Brasil mostram seu sofrimento permanente diante de uma tripla discriminação, de gênero, raça e classe, evidenciadas pelo

patriarcado e pelo machismo, marcadas por um racismo que naturaliza seu lugar na pobreza e na ausência de acesso aos serviços sociais e acentuadas pelas desigualdades de classe e pela violência nas áreas periféricas das cidades que é infringida contra elas, seus companheiros e filhos e denunciada nos índices de homicídios.

A periferia, local onde está concentrada a maior parte da população de baixa renda, vivendo em habitações irregulares nos assentamentos subnormais, é o espaço relegado às mulheres negras...a maioria delas são mães solteiras, com baixa escolaridade, que se viram obrigadas a entrar antecipadamente no mundo do trabalho para subsistir e das condições de subsistência à sua família. E quando se trata de mobilidade urbana, são condicionadas à transportes públicos lotados, à dificuldade de deslocamento na cidade e ao constante medo de serem vítimas de violência sexual (A cor do Recife é negra. Mulheres negras pelo direito à cidade no Recife e região metropolitana). (Rede de Mulheres Negras, 2019, p. 9).

A presença da mulher negra na construção social do Brasil demarca papéis fundamentais na preservação de tradições, na luta por direitos e na criação de espaços de proteção e pertencimento e, desde as práticas de juntar pecúlios em *esusos* no continente africano, até a organização dos quilombos, das irmandades religiosas e das zungus no Brasil colonial, as mulheres negras encontraram formas de resistência e de proteção social de seu povo (Ferreira, 2020; Almeida, 2009; Santos, 1996). Desde África, registram-se práticas culturais de solidariedade protagonizadas por mulheres negras. Essas práticas protetivas que aconteciam em solo africano pré-colonização foram reinventadas nas Américas e contribuíram significativamente para a construção de sistemas de proteção social que visavam suprir as lacunas deixadas pelas instituições formais.

Nos quilombos, as mulheres negras responsáveis pela transmissão de conhecimentos tradicionais, práticas religiosas e estratégias de sobrevivência, desafiaram a narrativa histórica que, muitas vezes, as relegou ao papel de coadjuvantes na luta pela liberdade. Os quilombos, constantes no cenário brasileiro desde o século XVI, representaram não apenas territórios de liberdade e resistência contra a escravidão, mas também espaços de construção de novas formas de sociabilidade e organização social, onde as lideranças femininas desempenharam papéis fundamentais na manutenção da coesão social, na transmissão de saberes ancestrais e na preservação das práticas culturais africanas que seriam fundamentais para a construção da identidade afro-brasileira.

A partir do final do século XVII, começam a surgir as primeiras irmandades de pretos e pardos, principalmente formadas por homens. A importância da participação estava na possibilidade de usufruir da convivência da religião católica, do direito a uma morte digna e a uma sepultura. Sua organização se estruturava nos chamados *Compromissos*, estatutos estabelecidos em capítulos, com os objetivos propostos pela irmandade.

Voltadas para os interesses dos homens, às mulheres cabia o cuidado com os objetos da irmandade e preparativos de festas.

As irmandades espelhavam a sociedade em que se encontravam inseridas, na dupla disposição de estar a serviço do projeto do governo absolutista português e a serviço dos interesses da população negra que não se coadunavam com o primeiro, reproduzindo, nesses processos contraditórios, a dissimulação, tão presente nos espaços de religiosidade afro-brasileiros. Por exemplo, não eram explícitas as ações que desenvolviam internamente, como o empréstimo de dinheiro para compra de alforria de escravizados, ou mesmo a possibilidade de servirem de abrigo para aqueles que não tinham para onde ir, quando libertos.

Segundo Boschi (1986), às necessidades do espírito eram somadas as exigências do corpo que se materializavam na ajuda mútua intergrupar, nas beneficências temporais, muitas vezes funcionando como veículo de liberdade de seus associados, por meio de socorro financeiro, além do socorro assistencial que o Estado lhes transferiu. Em síntese, as irmandades, principalmente as negras, podiam exercer diversas atividades, a solidariedade grupar, cuja inscrição significava compromisso, envolvimento e participação ativa. Assim, amparavam seus associados na velhice e na morte. Por todas essas atividades e influências, estavam sob a mira do Estado que observava de perto a atuação das irmandades, de forma a impedir que pudessem representar organizações fortalecidas politicamente.

Embora as irmandades negras incorporassem elementos religiosos de matriz africana em suas práticas – como rituais, festas e celebrações –, elas iam além do aspecto religioso, o que não se traduzia em um sincretismo religioso (Ferreira, 2020, p. 170-171), porque a religiosidade dos escravizados era vivida em cultos que respondiam a diferentes valores, em momentos religiosos que se justapunham (Mattoso, 2016).

As irmandades negras constituíram significativos espaços de estratégia para manifestação religiosa de raízes africanas, acesso ao sepultamento e compra de alforrias. Podem ser vistas também com uma forma de rejeição e protesto contra o peso da escravidão. Mesmo porque, ainda que a escravidão tenha conseguido destruir as estruturas originais dos povos escravizados, forma resguardados os valores religiosos das civilizações africanas.

Uma exceção e um exemplo da luta das mulheres negras por meio de irmandades religiosas, foi a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte no Recôncavo Baiano, fundada por mulheres negras escravizadas oriundas do Golfo do Benin, que conseguiram sua alforria através de arrecadação coletiva de pecúlios e que organizaram essa irmandade. O nome remete a uma peculiaridade qual seja, o negro no Brasil tinha a preocupação de morrer bem, com a proteção devida para o repouso de sua alma (Mattoso, 2016).

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte se organiza, ao que tudo indica, no final do século XVIII, na cidade de Salvador, na igreja da Barroquinha, por negras forras de origem nagô. Esta irmandade tornou-se a maior responsável pela grande festa da Boa

Morte e Assunção de Nossa Senhora, celebrada pela Igreja a 15 de agosto, tendo por último registro em Salvador o ano de 1935.

Conforme Almeida (*apud* Ferreira, 2020, p. 166), “a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundada por mulheres negras africanas alforriadas, devotas de Nossa Senhora da Boa Morte, e possuidoras de um propósito eminentemente político. Tinha como principal objetivo garantir a alforria e sobrevivência dos negros libertos”. Conforme Nascimento (*apud* Ferreira, 2020, p. 166), “houve relatos quanto à suspeita de que a Irmandade de Boa Morte enviava para o Quilombo Malaquias as escravizadas que fugiam, até que se levantasse a quantia necessária para comprar a liberdade destas”.

A Irmandade da Boa Morte era formada por mulheres negras adeptas do candomblé. A irmandade foi instalada em uma residência, local conhecido por ser o espaço onde “negras do partido alto”, ligadas ao candomblé e à Irmandade da Boa Morte, se reuniam. Ainda que seja uma corporação religiosa católica, a influência maior é de cunho africano (Nascimento, 2010).

Outro exemplo de mecanismo de proteção é a organização em zungus, conhecidos por serem locais de encontro de livres e escravizados africanos ou nascidos no Brasil, espaços de sociabilidade e resistência da cultura afro-brasileira, onde se permitia às mulheres negras expressarem sua identidade, suas crenças e suas tradições. Foi nesse contexto que surgiram manifestações culturais como o samba, que nasceu das vivências cotidianas das mulheres negras nas senzalas, nos quilombos, terreiros e nas ruas das cidades, e que eram manifestados nas rodas de samba dos zungus (Ferreira, 2020; Mattoso, 2016).

Zungus eram espaços de relativa liberdade, para realização do profano e do sagrado. Ao mesmo tempo em que esses espaços eram usados como terreiro¹, também era usado para festas profanas e para moradia coletiva. Situados no espaço urbano, também eram elos importantes com a realidade rural, devido às fugas das senzalas e à migração da população negra quilombola para os zungus nos centros urbanos. Desses zungus, nasceu o samba, popularmente conhecido hoje. O mais corrente zungu foi o da Tia Ciata na cidade do Rio de Janeiro. A casa de Tia Ciata, considerada um zungu, foi o lugar onde nasceram os chamados de ranchos, que mais tarde se tornaram as primeiras escolas de samba. Foi lá também que nasceu o primeiro samba gravado e tocado no rádio, “Pelo telefone”, composto pelo Pixinguinha.

Tia Ciata, cujo nome verdadeiro era Hilária Batista de Almeida, é uma figura histórica fundamental na cultura afro-brasileira, especialmente reconhecida por seu papel

1 “Terreiro” é uma palavra comumente utilizada no contexto da cultura afro-brasileira, especialmente nas religiões de matriz africana. Nesse contexto, “terreiro” refere-se ao local onde são realizados os rituais, cerimônias e cultos dessas religiões. É um espaço sagrado, onde ocorrem as danças, cânticos, oferendas e demais práticas religiosas.

central no desenvolvimento do samba no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Nascida na Bahia por volta de 1854, chegou ao Rio de Janeiro na virada do século, trazendo consigo conhecimentos profundos das tradições religiosas e musicais africanas, que foram fundamentais para a formação do samba carioca. Ela acolhia em seu zungu, localizado na Praça Onze/RJ, diversos músicos, sambistas e praticantes de religiões afro-brasileiras, proporcionando um ambiente propício para a criação e aperfeiçoamento dessa expressão cultural singular.

Tia Ciata é lembrada não apenas como uma importante líder comunitária, mas também como uma curandeira e guardiã das tradições africanas em seu zungu, em um contexto em que esse tipo de espaço e as manifestações culturais e religiosas que nasciam dele, eram criminalizados.

Fato registrado na história do país, quando o Presidente da República Venceslau Brás, no cargo durante os anos 1919-1922, enfrentou um problema de saúde persistente, sofrendo com uma ferida na perna que não cicatrizava e que, apesar de todos os tratamentos médicos convencionais disponíveis na época, o problema não era resolvido. Diante da falta de melhora e da ameaça de complicações severas, pessoas próximas ao presidente sugeriram que ele procurasse a ajuda de Tia Ciata, conhecida por seus feitos como curandeira.

Desesperado pela situação, o presidente concordou em consultar a Tia Ciata. Ela foi chamada para aplicar seus métodos tradicionais, baseados em práticas ancestrais africanas, e o tratamento foi bem-sucedido. Após esse episódio, a perseguição policial e as tentativas de repressão cultural que afetavam o zungu de Tia Ciata cessaram.

Gracyelle Costa Ferreira (2020), em sua tese “Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros”, cita que as esusos, as irmandades e as zungus, eram práticas protetivas da população negra no Brasil. Isso significa que, embora a consolidação das políticas sociais no Brasil, tradicionalmente tenha sido associada à promulgação da Lei Eloy Chaves em 1923, que estabeleceu as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), esse marco institucional, que é frequentemente destacado como o ponto de partida das políticas formais de proteção social no país, seja pelo Serviço Social e por outras literaturas correlatas, enfatizando a contribuição de imigrantes europeus nas indústrias fabris e organização sindical, negligencia uma história anterior de práticas de proteção social desenvolvidas pela população negra e pelos povos originários.

Ferreira (2020, p. 127; p. 147) traz a provocação ao afirmar que, anteriormente à institucionalização da proteção social no Brasil, as pessoas negras organizavam-se coletivamente para prover necessidades materiais, criando fundos de pecúlio, esusos, mais precisamente entre os iorubás (povos minas, nagôs, jejes e bantos), que eram da região onde hoje é a atual Nigéria.

O ato de juntar pecúlios, chamado de *esusus*, era uma prática comum em solo africano antes da colonização e sequestro da população africana para as Américas, o que demonstrava não apenas a capacidade de poupança e planejamento financeiro das mulheres negras, mas também suas habilidades em criarem mecanismos de proteção social diante das adversidades. Essa estratégia de poupança coletiva permitia às mulheres acumularem recursos financeiros para situações emergenciais ou para investimentos futuros. No sistema escravocrata, as *esusus* evidenciaram a capacidade de planejamento e organização das mulheres negras: o juntar pecúlios como forma de resistência econômica diante das limitações impostas pelo sistema escravocrata.

No Brasil, a população escravizada vai se organizar com as *esusus*, principalmente, quando surge a possibilidade da escravização por ganho ou por aluguel de pessoas negras escravizadas. No contexto brasileiro, durante o período de escravidão, emergiu a prática das “escravas de ganho”, que se referia à modalidade na qual pessoas negras escravizadas eram alugadas por seus senhores para realizar trabalho remunerado adicional além das tarefas habituais, visando a geração de recursos financeiros. As mulheres negras, nomeadas escravas de ganho, começaram a trabalhar muito mais do que o que já trabalhavam para pagar aos seus senhores a sua subsistência, e para juntar dinheiro de forma coletiva para comprar alforria e, até mesmo, tentativas de retorno ao continente africano.

A história brasileira registra a criação da Caixa Econômica, em 1861, com o objetivo de receber as economias dos trabalhadores(as) escravizados(as), com serviços de depósitos em poupança e de empréstimos, tendo a garantia da penhora de bens. Todavia, a poupança teria que ser aberta em nome dos donos dos escravizados, ou seja, reafirmava o controle dos donos com a tutela do Estado. E uma pergunta resta sem resposta, que diz respeito ao que foi feito do dinheiro dos(as) trabalhadores(as) escravizados(as), após a abolição, já que suas poupanças estavam em nome dos seus antigos senhores.

As *esusus* representavam um sistema de poupança coletiva entre as comunidades africanas antes mesmo da diáspora africana para as Américas, assemelhando-se, de certa forma, ao modelo contemporâneo de previdência social do Brasil, porque as *esusus* eram um sistema intergeracional, quando os mais jovens contribuíam regularmente para um fundo comum que era utilizado para atender necessidades coletivas, refletindo uma prática registrada em várias regiões da África pré-colonial. No entanto, os princípios de solidariedade e proteção social estabelecidos e mantidos na Diáspora Africana nas Américas se diferenciavam significativamente da abordagem institucionalizada pelo capitalismo.

Nesse sentido, segundo Ferreira (2020), embora o Estado brasileiro tenha afirmado ter-se apoiado em modelos eurocêntricos na elaboração da Lei Eloy Chaves, Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) e, mais tarde, nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), essas formas de proteção social não foram uma criação original dessas instituições. A autora

argumenta que a prática de contribuição coletiva para a proteção social, envolvendo a arrecadação de fundos, era amplamente difundida em várias regiões da África antes da colonização, sendo trazida por africanos que foram sequestrados e mantidos em território brasileiro.

As modalidades de proteção social que foram institucionalizadas pela política social no período Vargas, segundo a autora, foram essencialmente copiadas – termo empregado por ela – de práticas já bastante arraigadas entre a população negra trazida durante a diáspora. Nesse sentido, Ferreira (2020, p. 187-190) se baseia no conceito de “Amefricanidade”, desenvolvido por Lélia Gonzalez (2018), para discutir as experiências coletivas construídas e reconstruídas pela Diáspora Africana. Este conceito destaca como o Brasil frequentemente nega essa “Amefricanidade”, ao atribuir toda sua base de formação cultural, crenças e políticas à Europa, ao mesmo tempo que tenta branquear aspectos culturais afro-brasileiros, reconhecendo sua origem apenas de maneira superficial, como no caso do samba e da culinária.

Essas reflexões apontam para a necessidade de uma revisão crítica das narrativas históricas e culturais dominantes, visando reconhecer e valorizar as contribuições e legados das práticas africanas e afro-brasileiras na formação da identidade nacional e na configuração das políticas sociais contemporâneas, principalmente, a contribuição das mulheres negras nesse processo.

Considerações finais: resistências e reexistências

O movimento de resistência da população negra inicia-se na África, na resistência transatlântica e na chegada ao Brasil. “Nossos passos vêm de longe...” a clássica frase de Jurema Werneck se refere à importância das mulheres negras no decorrer da história do Brasil (*apud* Helena, 2022) e, principalmente, demonstra que a história do povo negro está presente nas lutas de resistências, na organização por meio dos quilombos, das irmandades pretas, e mesmo utilizando-se do banditismo e saques. São enfrentamentos que contribuíram para desagregar a ordem escravocrata e é preciso ler esses movimentos nas suas contradições, pelas escolhas políticas para desgastar o regime.

Contestam os valores de uma sociedade capitalista emergente denominada branca, os quais Moura interpreta como uma redoma ideológica, cujas consequências são barreiras institucionalizadas impostas pelas estruturas de poder (Moura, 2021, p. 314).

A barragem da sociedade competitiva à interação social do negro escravo e posteriormente livre causou – ao lado *do traumatismo da escravidão* – a necessidade dele, usando elementos religiosos, artísticos ou organizacionais, de se conservar organizado, não sendo destruído, assim, pelo processo de marginalização em curso. Tudo ou quase tudo que o negro escravo fez no Brasil, usando elementos das suas culturas matrizes, objetivava a um fim social: preservar o

escravo e, posteriormente, o ex-escravo do conjunto de forças opressivas existentes contra eles. Isto se realizava através da criação de valores sociais de sobrevivência ou autoafirmação capazes de municiá-lo de elementos ideológicos aptos a se contraporem aos das classes dominantes.

Portanto, é na ação da história que os movimentos de resistência ganham substância (Campos, 2013). As organizações das mulheres negras no Brasil têm sido incansáveis e estratégicas no diálogo com o Estado e com a sociedade desde os anos 1970, na defesa de políticas sociais que atendam às necessidades do povo negro, ainda que com tensões e conflitos (Ribeiro, 2022). E, é nessa direção que finalizamos esse artigo, ressaltando a relevância da Carta das Mulheres Negras, “fruto da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) sobre a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, as Violências e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015” (Moreira, 2022, p. 90). Em texto que reforçam o legado ancestral, “capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório”, defendem a reconstrução de utopias, chamam para uma outra forma de intervir no mundo e oferecem suas experiências acumuladas com vistas a construir uma outra ordem política, rejeitando o modelo capitalista e suas violências. Uma luta que é permanente e a preparação para a segunda Marcha Nacional de Mulheres negras, denominada Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, está planejada para ocorrer em 25 de novembro do presente ano.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, M. S. Das irmandades negras dos séculos XVII a XIX às políticas sociais contemporâneas: uma necessária reflexão sobre a invisibilidade do negro como sujeito histórico. In: BABAWALE, T. *et al.* (org.). *Teaching and propagating African and diaspora history and culture*. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization, 2009.

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANUÁRIO BRASILEIRO de segurança pública de 2022. *In*: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2022.

BOSCHI, C. C. *Os leigos e o poder*: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CAMPOS, A. Entre a pessoa e o sujeito do conhecimento: algumas considerações sobre o movimento negro no contexto socioespacial. *In*: OLIVEIRA, R. J. (org.). *A cidade e o negro no Brasil*: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *A política do branqueamento e a poupança dos escravos*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

DIEESE. A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho. *Boletim Especial*. São Paulo: Dieese, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FERREIRA, G. C. *Raça e nação na origem da política social brasileira*: união e resistência dos trabalhadores negros. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOES, W. L. Racismo e eugenia na formação social brasileira. *In*: EURICO, M. C. *et al.* *Antirracismo e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2022.

GONZALEZ, L. *Primavera para rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Trad. Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HELENA, T. *Eu não tinha condições de pagar um aluguel decente*. A política habitacional e urbana segundo a perspectiva da(s) mulher (es) negra(s). Praia Grande: Periferia Tem Palavra, 2023.

IBGE. *Censo demográfico de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LEANDRO, G. Direito à cidade e questões raciais. *Coletivo Dossiê*, n. 24, 2019. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-direito-a-cidade-e-questoes-raciai>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*: séculos XVI-XIX. Trad. Sonia Furhmann. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

MIGUEL, L. F. *Marxismo e política*: modos de usar. São Paulo: Boitempo, 2024.

- MOREIRA, N. R. Feminismo negro: ações antirracistas o mundo contemporâneo. In: EURICO, M. C. et al. (org.). *Antirracismo e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2022.
- MOURA, C. *O negro: de bom escravo a mau cidadão*. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, L. C. *Bitedô, onde moram os nagôs: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé Jejê-Nagô no Recôncavo Baiano*. Rio de Janeiro: Ceap, 2010.
- OLIVEIRA, D. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Ed. Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, D. Apresentação. Reposicionando conceitualmente o negro brasileiro no olhar de um intelectual negro. In: MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- PEREIRA, P. A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PNAD. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- REDE DE MULHERES NEGRAS. *A cor do Recife é negra: mulheres negras pelo direito à cidade no Recife e região metropolitana*. Recife: Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, 2019.
- RELATÓRIO DO OBSERVATÓRIO Brasileiro das Desigualdades. *Pacto nacional pelo combate às desigualdades*. São Paulo: Cebrap, 2023.
- RIBEIRO, D. Apresentação. In: ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polén, 2019.
- RIBEIRO, M. O protagonismo do movimento negro e das organizações de mulheres negras na construção de políticas de igualdade racial. In: WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O. (org.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa*. São Paulo: Educ, 2022.
- SANTOS, A. S. A. *A dimensão africana da morte, resgatada nas irmandades negras, candomblés e culto de Baba Egum*. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1996.
- SILVA, W. H. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sandermann, 2016.
- VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

O ataque aos conselhos gestores como estratégia de desdemocratização no governo Bolsonaro

The attack on management councils as a de-democratization strategy in the Bolsonaro administration

Nilo Carlos Bandeira Honda* 

Maurício Ferreira Silva** 

RESUMO

Este artigo discute o processo de desdemocratização no Brasil a partir do desmonte ativo propiciado pela elaboração do Decreto n. 9759 de abril de 2019 durante o governo de Jair Bolsonaro, que atuou sobre os colegiados da administração pública federal. A pesquisa foi realizada a partir de análise documental e revisão bibliográfica, resultando no entendimento de que o desmonte oriundo da medida funcionou de maneira seletiva junto à rede de proteção, tendo maior impacto nos conselhos das áreas sociais que protagonizavam embate programático com o governo. Além de precarizar o funcionamento dos conselhos que se estabeleceram após a Constituição de 1988, o ataque às representações da sociedade civil ampliou o nível de desdemocratização do país, ratificando o perfil autoritário e reacionário da gestão governamental.

Palavras-Chave: desdemocratização; Decreto n. 9759/2019; conselhos gestores; governo Bolsonaro; representação social.

ABSTRACT

This article discusses the process of de-democratization in Brazil based on the active dismantling brought about by the drafting of Decree no. 9,759 of April 2019 during the Jair Bolsonaro's presidency, which acted on the federal public administration collegiate bodies. The research was carried out based on document analysis and bibliographic review. The results indicate that the dismantling resulting from this measure worked selectively within the protection network, having a greater impact on the councils of social areas that were involved in a programmatic clash with the government. In addition to making the functioning of the councils that were established after the 1988 Constitution precarious, the attack on civil society representations increased the level of de-democratization in the country, ratifying the authoritarian and reactionary profile of government management.

Keywords: de-democratization; Decree 9,759; management councils; Bolsonaro administration; social representation.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88513>

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Território (POSTERR) da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Cruz das Almas, BA - Brasil. E-mail: bandeirahonda@ufrb.edu.br.

**Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Território (POSTERR) da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Cruz das Almas, BA - Brasil. E-mail: mauriciosilva@ufrb.edu.br.

Como citar: HONDA, N. C. B.; SILVA, M. F. O ataque aos conselhos gestores como estratégia de desdemocratização no governo Bolsonaro. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 94-106, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88513>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O comportamento estatal, em torno das políticas sociais, no Brasil, atravessou etapas distintas, adequadas aos contextos políticos, sociais e econômicos nacionais e internacionais. A partir da década de 1930, o país apresentou iniciativas de perfil corporativo, caritativo e filantrópico. No final da ditadura militar, evidencia-se um perfil focado na reafirmação dos direitos sociais como preceito da cidadania, que foi consolidado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Silva; Jaccoud; Beghin, 2005). Portanto, foi a partir da Constituinte de 1988 que uma nova era democrática se instaurou no Brasil e com ela a expectativa de uma participação popular mais ativa nas deliberações políticas, tendo em vista uma nova perspectiva de espaços públicos ampliados e acessíveis à sociedade civil.

As chamadas instituições de participação popular, das quais fazem parte os conselhos de políticas públicas, foram concebidas como uma forma de democracia participativa, resultado de um ciclo de organização e maturidade dos movimentos sociais. A iniciativa, que se desenvolveu, sobretudo, durante os governos progressistas do início do século XXI, disponibilizou instrumentos de deliberação e controle social para a sociedade civil e, logo, os conselhos inseriram-se como instâncias de decisão, com a finalidade de promover, no âmbito da gestão das políticas públicas, um novo patamar no que diz respeito às relações entre Estado e sociedade, na implementação, gerenciamento e execução das políticas públicas.

Contudo, a ascensão do governo interino de Michel Temer (2016-2018) após a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016, estabeleceu um novo cenário. As reformas impopulares em torno de direitos sociais e do orçamento público impactaram a rede de proteção social, sobretudo no que tange à organização da administração pública. Iniciou-se, assim, um contexto de retrocesso das conquistas oriundas dos governos progressistas, que se consolidou na gestão seguinte. De perfil reacionário, o governo de Jair Bolsonaro emplacou medidas de desmonte da estrutura que envolvia as políticas públicas, retratando uma mudança de rumo político para o Estado brasileiro, com agravante afastamento dos princípios basilares e pactos consagrados pela Carta Constitucional de 1988.

A principal medida nesse sentido foi a edição do Decreto nº 9759 de abril de 2019 (Brasil, 2019), que previa a revogação imediata de todos os colegiados que foram criados via decreto e limitava a criação de órgãos colegiados no âmbito da administração federal, incluindo muitos que contavam com a presença da sociedade civil. Sob o argumento de desburocratização e eficiência da administração pública, o governo investiu contra a representação popular nos conselhos, reduzindo-os em termos de composição, gerando sucateamento e dificuldade de funcionamento para os que permaneceram ativos. O que

aqui denominamos como desmonte ativo (Bauer e Knill, 2014) visa mostrar a desestruturação de um campo de participação ativa da sociedade organizada, de forma seletiva, uma vez que os principais alvos foram direcionados às áreas de maior embate programático com o governo, pois essa manobra foi utilizada por Bolsonaro como instrumento de reafirmação ideológica junto à sua base de apoiadores.

O artigo em tela resulta de pesquisa qualitativa desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação de Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; baseada em análise documental e revisão bibliográfica. O texto está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta parâmetros analíticos da relação estabelecida pelo processo de democratização das políticas públicas no Brasil. A segunda aborda os fatores históricos propiciadores da mudança de perspectiva em torno da representação social nos conselhos gestores. Por fim, a última seção apresenta o diagnóstico do desmonte ativo provocado pelo Decreto n. 9759/2019.

Democracia e políticas públicas no Brasil

O debate público sobre a questão democrática no Brasil foi afetado pelos percalços autoritários impostos por conturbados períodos de seu processo histórico. Com isso, a efetivação de uma sociedade plural, representativa e com instituições sociais consolidadas demorou a se efetivar. Pelo contrário, mesmo o sufrágio universal, categoria central para o estabelecimento da conceituação de uma sociedade democrática, precisou ser adequado a situações de conformidade autoritária, como no caso do bipartidarismo do regime militar.

Definir um regime como democrático pressupõe algumas categorias centrais. Em uma perspectiva simplificada, nos mostra Charles Tilly (2013, p. 28), “um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes”. Entende-se assim, portanto, que o papel desta relação de troca entre os atores sociais e as instituições que os representam são fundamentais à constituição de um regime democrático. Tais relações se manifestam, sobretudo, através dos canais de participação abertos no processo de gestão. O contrário disso gera, por consequência natural, o que Tilly denomina como desdemocratização, ou seja, “um movimento real no sentido de uma consulta mais estreita, mais injusta, menos protegida e menos vinculante” (Tilly, 2013, p. 28).

Por essência autoritária, o regime militar fechou canais de participação existentes no embrionário retorno à democracia após o fim do Estado Novo. Este movimento de desdemocratização ocorreu a partir, sobretudo, da instauração de legislações restritivas (ausência de mecanismos de consulta popular, imposição do sistema bipartidário, censura, perseguição política aos opositores, fossem eles atores sociais ou instituições representativas). Esses fatores, atrelados a um forte e intimidador aparato de segurança que

sobrevivia nas entranhas do sistema, impediu a organização da sociedade civil de forma ampla. Apenas a partir do processo de abertura política no início da década de 1980 foi possível repensar os mecanismos de ampliação da participação. A pressão social e a reorganização das forças de defesa da democracia impulsionaram a criação de uma nova carta constitucional para recriar, ou mesmo inaugurar, um novo contrato social.

Portanto, o processo constituinte de 1988 representou a eclosão de uma nova era democrática conduzida por preceitos institucionais capazes de sanar o anseio à participação popular mais ativa nas deliberações políticas, tendo em vista a perspectiva de espaços públicos mais amplos e acessíveis à sociedade civil. Esta noção de espaço público e de participação mais ativa encontrou guarida na Carta Constitucional em função, sobretudo, da ação de diversos movimentos sociais. Por este entendimento, os espaços públicos adquirem a conotação de “instâncias deliberativas que reconhecem e dão voz a novos atores e questões, que não são monopolizadas por nenhum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneas, ou seja, refletem a pluralidade social e política” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p. 23 – tradução própria).

A Constituição Federal sacramenta, assim, os esforços da sociedade civil na institucionalização dos instrumentos de participação a partir de uma nova ótica em torno do espaço público. Em termos organizativos, configuraram-se as denominadas instituições de participação popular das quais fazem parte os conselhos de políticas públicas enquanto resultado do ciclo de expansão e solidez dessas instâncias participativas, que foram colocadas à disposição da sociedade como suporte de deliberação e controle social em face da máquina estatal. Em suma, tais conselhos surgiram como instâncias de decisão, com a finalidade de promover, no âmago da gestão das políticas públicas, um novo patamar no que diz respeito às relações entre Estado e sociedade, na implementação, gerenciamento e execução das políticas públicas. Esta orientação determinará a ação estatal a partir da década de 1990.

No contexto dos anos 1990, a participação passou a ser vista sob o prisma de um novo paradigma – como Participação Cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado. A participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque as políticas públicas ganharam destaque e centralidade nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social. (Gohn, 2006, p. 7).

A década de 1990 foi protagonizada por dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que, inserido em um amplo contexto neoliberalizante mundial, adotou instrumentos reformistas em diversas áreas, adequando a administração pública ao apelo do chamado “Estado mínimo” (Pereira, 2010). Nesse sentido, é possível

considerar os dois mandatos iniciais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o mandato completado por Dilma Rousseff (2001-2014) como um interregno progressista no processo histórico brasileiro. Apesar dos acordos políticos estabelecidos com setores mais conservadores da sociedade, sobretudo no que tange à agenda econômica, que possibilitaram a musculatura necessária para o êxito eleitoral, tais mandatos conseguiram incorporar à agenda governamental pautas importantes e históricas dos movimentos sociais, resultando em avanços fundamentais.

As análises e os questionamentos debatidos mostraram a complexidade do tema: como construir pontes que possibilitem um diálogo efetivo entre a sociedade civil e o Estado? Quais propostas possibilitam uma vida mais justa para o Brasil, seus governos e sua gente? [...] No Brasil, o atual governo federal, eleito em 2002, propôs-se a abrir vias para esta inédita participação social acontece: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, incumbiu seus ministérios e secretarias de dialogarem, permanentemente e de várias formas, com a sociedade civil brasileira. (Abong, 2003, p. 7-8)

De visão crítica ao preceito neoliberal de enxugamento das funções sociais do Estado que embasou os governos anteriores, as gestões progressistas proporcionaram reformas de fundamental importância para os índices de desenvolvimento social, incluindo nestes a participação social nos fóruns decisórios. Contudo, o golpe de Estado de 2016 determinou a suspensão desse período no país. O governo interino de Michel Temer, oriundo de uma articulação de segmentos da sociedade interessados nas mudanças dos rumos adotados durante o período progressista, sobretudo, em termos dos investimentos públicos em políticas sociais, atuou firmemente na mudança da orientação governamental em áreas estratégicas.

O governo Temer caracterizou-se pela implementação de medidas impopulares – sobretudo em torno da rede de proteção social – e por uma avalanche de denúncias de corrupção em diversos níveis da administração. Como resultado alcançou índices históricos de impopularidade, dificultando a relação política com o Congresso Nacional. Apesar disso, contando com apoio parlamentar pontual que refletia o empenho de grupos de interesse, obteve êxitos localizados significativos, destacando a reforma trabalhista, as regras de limitação dos gastos públicos e, naquilo que condiz ao objeto mais direto deste estudo, a imposição de ações conservadoras de cunho neoliberal em relação às representações sociais nos conselhos e fóruns representativos (Silva, 2019).

O caminho do desmonte

Portanto, pode-se aferir que o golpe que resultou na deposição de Dilma Rousseff propiciou uma releitura governamental à razão de existir das instituições participativas,

dando-lhes novos rumos e colocando-as à mercê das vontades políticas ocasionais no processo das reformas impostas pelo governo interino de Temer. Nesse sentido, o fechamento de ministérios com o argumento de reestruturação orçamentária dos gastos públicos ocasionou o reexame do orçamento necessário para manter o funcionamento dos conselhos, como mostrou estudo específico desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas.

Os colegiados, nesse contexto, ficam com a difícil tarefa de reafirmar a necessidade de fortalecimento das políticas públicas diante de uma administração pública com menos recursos à sua disposição. O próprio funcionamento dos colegiados é alvo dessa tendência de contração de despesas. A pesquisa detectou, na maior parte dos casos, a falta de autonomia desses espaços para dispor dos recursos necessários à sua manutenção, o que não permitiu quantificar a parcela de reduções e contingenciamentos que afetou suas atividades. Ainda assim, esse resultado, em si, é bastante significativo, porque mostra o grau de dependência que existe na prática entre o colegiado e o órgão ordenador de suas despesas, o que levanta questões importantes sobre independência e autonomia. Foi importante notar como, naqueles casos em que há mais autonomia – por meio de designação de ação orçamentária específica, por exemplo –, as atividades puderam ser mantidas com menos interrupções. (Avelino *et al.*, 2017, p. 57).

Além da questão orçamentária, a estrutura de alguns conselhos também foi alterada por meio de ação interventora do governo interino, como foram os casos do Conselho Nacional da Juventude e do Fórum Nacional de Educação; ocorreu, ainda, a extinção total do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação. Como ação complementar com vistas ao desmonte do sistema, houve uma súbita diminuição das conferências nacionais. No período corresponde aos anos de 2016 e 2018 ocorreram apenas sete destas, número bem inferior às setenta e duas ocorridas durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nos casos em que a sociedade civil promoveu por sua conta as conferências, elas se tornaram espaços de oposição ao novo governo (Bezerra *et al.*, 2024).

Nesse sentido, a sistêmica sabotagem ao governo Dilma foi um divisor de águas no que diz respeito ao rompimento com o *status* de normalidade institucional, cujo efeito colateral resultou numa imensa crise econômica e social deflagrada no processo de *impeachment*. A retomada de proposições conservadoras no âmbito das questões sociais fez com que algumas conquistas democráticas advindas do período posterior à ditadura militar fossem impactadas, culminando com o desgaste e paralisação total de muitas delas. Este cenário, atrelado ao contexto de conflitos políticos inaugurados a partir de 2013, ao questionamento da legitimidade da vitória eleitoral de Dilma Rousseff no pleito de 2014 e à inelegibilidade de Lula, constituem os principais fatores para o êxito eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. Nesse sentido, é possível afirmar que tanto a ascensão de Bolsona-

ro quanto a eclosão do bolsonarismo resulta do “que foi tornado possível em função da catarse provocada pelas jornadas de junho de 2013, a experiência golpista de 2016 e a profunda desorganização institucional que tomou o país nesses anos tumultuados” (Sena Júnior, 2022, p. 41).

Os quatro anos de mandato de Bolsonaro à frente da Presidência da República inauguraram outro capítulo complicado em relação à representação popular. As travas impostas pelo sistema político às ações de Temer perderam relevância durante esse período, mesmo porque, balizado em uma ação política populista reacionária (Lynch; Cassimiro, 2022), Bolsonaro atacou frontalmente as instituições democráticas, culminando, no final da gestão, no estímulo a um processo de invasão e destruição das instalações dos três poderes na capital federal (Pimentel, 2024). Mesmo emplacando discursos de legitimidade, as ações antidemocráticas oriundas tanto do governo quanto dos apoiadores espalhados pelo território nacional sacramentam o viés autoritário de combate à estrutura democrática nacional assegurada na Constituição Federal. O Decreto n. 9759, como demonstrado a seguir, exemplifica a vertente antissistema bolsonarista que atuou fortemente contra a rede de proteção social, com o claro propósito de desmontar instrumentos de participação e sucatear a estrutura que envolve a dinâmica das políticas públicas.

Desdemocratização dos conselhos gestores

O abrigo institucional da participação social na gestão das políticas públicas deriva da ratificação de um preceito democrático mais inclusivo que transcende o papel atribuído às representações políticas formais. Assim, os conselhos gestores situam-se como importantes agentes de elaboração de políticas que impactam grande parte da população, com potencial de transformação política e social. Surgindo como novidade nas políticas públicas e com caráter interinstitucional, os conselhos “têm o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988, e em outras leis de país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população” (Gohn, 2007, p. 83).

Tal preceito constitucional sofreu forte abalo a partir da publicação do Decreto n. 9759 de abril de 2019, que previa a revogação imediata de colegiados criados anteriormente. A nova normativa limitou a criação de órgãos colegiados no âmbito da administração federal, incluindo muitos que contavam com a presença da sociedade civil. Tal medida também revogou de maneira explícita o decreto da Política Nacional de Participação Social (PNPS), sancionado em 2014 por Dilma Rousseff. Este ato de retrocesso em face da participação social trouxe mais riscos para a democracia brasileira do que se poderia imaginar, visto que, para além da insegurança jurídica por ele gerada, provocou abalo organizativo e funcional em várias instâncias e políticas sociais.

O decreto foi a primeira ação abrangente do governo Bolsonaro, que levou à extinção por revogação de mais de 700 colegiados nacionais. (Faria, 2024). Os conselhos extintos atuavam sobre uma ampla gama de políticas públicas, incluindo meio ambiente, direitos humanos, combate à corrupção, defesa civil, segurança pública e transporte. Em função do papel estratégico que exercem em torno da participação social e da elaboração e fiscalização das políticas sociais, esta iniciativa retroagiu ao período pré-constituição e criou condição de confronto com os movimentos sociais que pressionaram por maior participação popular nas decisões governamentais.

De certo a ação governamental de ataque aos órgãos representativos foi seletiva. E isso se configura pelo fato de o impacto do Decreto n. 9759 ter atingido de forma mais direta e densa aquelas áreas que possuíam maior embate programático com as perspectivas advindas das vertentes ideológicas do governo. Nesse sentido, ressalta-se o impacto na área de meio ambiente e nos colegiados de direitos humanos e políticas sociais, enquanto “a área de desenvolvimento econômico e infraestrutura foi a menos afetada, face ao maior alinhamento com as preferências do governo, mesmo contando com colegiados com menor resiliência” (Bezerra *et al.*, 2024, p. 41).

De orientação econômica neoliberal e postura ideológica reacionária, o governo Bolsonaro atuou fortemente na defesa de um modelo de Estado que, na prática, não se consolidou. Mesmo defendendo pressupostos básicos da aproximação com o preceito capitalista de “Estado mínimo”, que afetaria diretamente as políticas sociais, o grupo governante bolsonarista deparou-se com a Pandemia da Covid-19 e a consequente retração econômica, que forçou investimentos estatais emergenciais e, dentro desses, subsídios financeiros para setores produtivos e para parte da população (Behnke, 2021). Chama a atenção, contudo, a enfática defesa de manutenção dos investimentos públicos na principal política de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, mesmo com a sugestão de mudança de nome e consequente criação de uma nova identidade.

O auxílio emergencial está chegando ao fim. Nós já acertamos o novo valor do Bolsa Família, que chama-se agora Auxílio Brasil. A média do Bolsa Família era de R\$ 192 e muita gente recebia R\$ 40, R\$ 60, R\$ 80 por mês. Nós acertamos que o novo Bolsa Família será de R\$ 400 para todo mundo, sem exceção. [...] Decidimos então, os números serão apresentados nos próximos dias. Nós vamos atender aos caminhoneiros autônomos. Em torno de 750 mil caminhoneiros receberão uma ajuda para compensar o aumento do diesel. (Behnke, 2021, n.p.)

Essas políticas são frequentemente criticadas por setores conservadores, que se utilizam da narrativa de que o investimento social representa um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Em contrapartida, a ação política articulada com vistas às satisfações das aspirações sociais em torno das políticas públicas comprova o caráter legitimador adotado

pelo Estado em torno da manutenção e reprodução do sistema capitalista. A manutenção da política de distribuição de renda e os auxílios a setores produtivos evidenciam que “algumas das condições necessárias à reprodução estão ausentes nas sociedades capitalistas contemporâneas” (Przeworsky, 1995, p. 89). Longe de benevolência, a manutenção e ampliação das políticas sociais coadunaram-se ao preceito de dependência do sistema em relação ao Estado, já que, em função da ausência das condições necessárias, “todas as políticas públicas podem ser compreendidas e previstas em referência aos pré-requisitos de preservação da produção capitalista. A função do Estado é reproduzir o capitalismo e esse é o objetivo das políticas públicas” (Przeworsky, 1995, p. 89).

Nesse sentido, Mello (2022) certifica que as políticas públicas não estão isentas das mudanças de rumo nos cenários políticos, sociais e econômicos, posto que aspectos relacionados ao âmbito institucional, à alternância na convergência de forças entre as esferas de poder e fatores emergenciais de crise (políticas, sanitárias, econômicas etc.) têm o potencial de impactarem diretamente sobre os rumos e as condições de conservação da ação governamental, orientando o prosseguimento das políticas públicas e seus aspectos gerenciais.

Apesar de uma suposta contradição adotada pelo governo Bolsonaro em divulgar engajamento a uma premissa socioeconômica de defesa do chamado “Estado mínimo” e em paralelo atuar no sentido de ampliar as políticas sociais de distribuição de renda, a realidade demonstra racionalidade no processo. O governo nada fez de diferente do que justificar a premissa central de que a força do Estado é fundamental à preservação do neoliberalismo. (Pereira, 2016). Se por um lado o investimento social foi utilizado para ajustar as rédeas do sistema, por outro houve forte investimento para barrar o alcance transformador que tais políticas podem gerar. Nesse sentido, desmontar a estrutura que abriga a rede de proteção, fragilizando-a pelo ponto de vista da representação social, fornece subsídios para um controle mais centralizado no grupo do poder político formal.

Na tentativa de compreender as motivações que sustentam o desmonte da estrutura que envolve a rede de proteção social, Bauer e Knill (2014) apresentam quatro hipóteses: desmonte por opção, por deslocamento de arena, por ação simbólica e desmonte ativo. No nosso entendimento, as medidas normativas desdemocratizantes adotadas pelo governo Bolsonaro se adequam em maior grau ao que consideram como desmonte ativo, uma vez que, nesta definição, os políticos vinculam o desmonte de uma determinada política pública ao fato de serem reconhecidos por tal desmonte, ou seja, visam a identificação pessoal pelo ato cometido, seja por fatores políticos ou ideológicos.

A estratégia final, pelo contrário, apresenta grande visibilidade, com uma forte e clara preferência por dismantelar. Os políticos podem não só querer ser vistos como dismanteladores, mas podem, na verdade, realmente desejarem

desmantelar as políticas existentes. [...] Mais uma vez, a seleção desta estratégia de desmantelamento pode ser desencadeada por muitos fatores. O desmantelamento pode ser gratificante, não só por causa das exigências políticas, mas também porque os políticos estão ideologicamente convencidos de que o desmantelamento é a solução mais adequada. (Bauer; Knill, 2014, p. 40 – *tradução própria*).

O desmonte ativo proporcionado por Jair Bolsonaro em relação aos Conselhos Gestores enquadrou-se no rol de ações reacionárias de seu governo em termos dos ataques às instituições democráticas. Com o objetivo de coadunar suas ações aos interesses de grupos políticos e gerar identificação com a parcela conservadora de seu eleitorado, o ex-presidente da República atuou no desaparelhamento das instituições democráticas de participação social que são os conselhos, visando ser recompensado não só em relação a benefícios políticos e gerenciais mais diretos, mas, sobretudo, pelo retorno ideológico que a repercussão gerou em seu grupo de apoio. Para além da gestão das contas públicas e da satisfação das necessidades do sistema, a ação serviu como instrumento auxiliar à integração da base ideológica bolsonarista.

Gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propositalmente o desenvolvimento do Brasil, não se importando com as reais necessidades da população’, escreveu o presidente nas redes sociais, ao compartilhar página de um blog que chama os conselhos de ‘soviets do PT’. (Fernandes; Fernandes, 2019).

Em síntese, é possível concluir que as ações adotadas contra órgãos representativos da sociedade civil durante o governo Bolsonaro podem ser consideradas como o maior retrocesso democrático da história recente do país. Tal objetivo político configura-se como contraponto à rede de proteção social estruturada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, evidenciando objetivos ideológicos caracterizados por seus “aspectos destrutivos, descompromissados e negligentes em relação às necessidades da maioria da população” (Zimmermann; Cruz, 2022, p. 29).

Considerações finais

Analisando o fenômeno bolsonarista no Brasil, Solano (2019) pondera sobre a complexidade inerente à sua compreensão. Além de integrar-se, pelo ponto de vista ideológico, a um processo de avanço de segmentos extremistas de direita, agrega elementos considerados corrosivos para a democracia, “como a retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado [...]” (Solano, 2019, p. 319-

320). Ora, como pudemos perceber, foi exatamente esta concepção de comportamento político que inspirou o ataque aos conselhos gestores.

Visto de forma isolada, a portaria transparece conduta gerencial de gestão administrativa. Contudo, o impacto da medida transcende a mera formalidade institucional uma vez que inaugura uma nova conduta comportamental em relação às políticas sociais. Além de fomentar um processo centralizador em torno da tomada de decisão, fecha as portas para representações oriundas de segmentos sociais. Excluir tais segmentos historicamente vinculados ao campo das políticas públicas nos parece a principal repercussão, uma vez que afeta o próprio processo democrático de construção das ações públicas que impactarão suas vidas. Ou seja, a medida retira da população a possibilidade de participar da construção de políticas direcionadas à própria população. Eis, portanto, a manifestação concreta de desdemocratização da organização política brasileira. Tal realidade foi superada apenas em 2023 com a decretação de um ato revogatório resultante das primeiras medidas adotadas por Lula no retorno à Presidência da República, pela terceira vez (Brasil, 2023).

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Abong, 2003.

AVELINO, D. P.; ALENCAR, J. L. O.; COSTA, P. C. B. Colegiados nacionais de políticas públicas em contexto de mudanças: equipes de apoio e estratégias de sobrevivência. *TD IPEA*, n. 2340, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8112/1/td_2340.pdf. Acesso em: 8 maio 2024.

BAUER, M. W.; KNILL, C. A conceptual framework for the comparative analysis of policy change: measurement, explanation and strategies of policy dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 16, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13876988.2014.885186#d1e217>. Acesso em: 7 maio 2024.

BEHNKE, E. Bolsonaro: novo Bolsa Família será de R\$ 400 para “todo mundo, sem exceção”. Poder 360. 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-novo-bolsa-familia-sera-de-r-400-para-todo-mundo-sem-excecao/>. Acesso em: 22 maio 2024.

BEZERRA, C. P. *et al.* Entre a desinstitucionalização e a resiliência: participação institucional no governo Bolsonaro. *Revista Dados*, v. 67, n. 4. Rio de Janeiro: Uerj/Iesp, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/sP75X9zY3PFxKVH9LYV7b9B>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019*. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. DOU de 11.4.2019 - Edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 11.371, de 1 de janeiro de 2023*. Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. DOU de 02.01.2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11371.html. Acesso em: 7 mar. 2024.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. La disputa por la construcción democrática en américa latina. Ensayo Introductorio. *Cuadernos para la Democratización*. D. R. Programa Interinstitucional de Investigación-Acción sobre Democracia, Sociedad Civil y Derechos Humanos. México: 2006. Disponível em: <https://controlatugobierno.com/archivos/bibliografia/olveradisputa.pdf>. Acesso: 4 jun. 2024.

FARIA, F. Entenda decreto que põe fim a conselhos federais com atuação da sociedade: Planalto diz que medida de Bolsonaro, criticada por ONGs e Procuradoria, visa reduzir custos. *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/entenda-decreto-que-poe-fim-a-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade.shtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

FERNANDES, A.; FERNANDES, T. Bolsonaro enaltece extinção de conselhos federais com atuação da sociedade civil. *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/bolsonaro-enaltece-extincao-de-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade-civil.shtml>. Acesso em: 14 mai. 2024.

GOHN, M. G. Conselhos gestores e gestão pública. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 42, n. 1, jan./abr. 2006.

GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. *O populismo reacionário: ascensão e legado do Bolsonarismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MELLO, J. Caminhos do desmonte de políticas no Brasil: condicionantes e hipóteses. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/pubpreliminar/220524_pub_preliminar_218760_aminhos_do_desmonte.pdf. Acesso em: 3 maio 2024.

PEREIRA, C. P. *Proteção social do capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 45, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIMENTEL, C. Detalhes sobre tentativa de golpe de Estado expõem Bolsonaro e aliados: Ex-presidente e seu entorno são investigados pela Polícia Federal. *Agência Brasil*. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/detalhes-sobre-tentativa-de-golpe-de-estado-expoem-bolsonaro-e-aliados#>. Acesso em: 14 maio 2024.

PRZEWORSKY, A. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SENA JÚNIOR, C. Z. *Onde nascem os monstros: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista*. Salvador: Quarteto, 2022.

SILVA, F.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro_Questao_Social.pdf. Acesso em: 3 maio 2024.

SILVA, M. F. Governo Temer: uma estratégia de retomada conservadora no Brasil. *Cuadernos de Política Exterior Argentina - CUPEA*, n. 130, dez. 2019. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/items/4dfe105c-ebca-4a1c-8c73-854fa158284c>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TILLY, C. *Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. da (org.). *Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes*. Buenos Aires: Clacso, 2022.

A contrarreforma trabalhista e a situação da classe trabalhadora no Brasil

Labor counter-reform and the situation of the working class in Brazil

César Albenes de Mendonça Cruz* 

Janice Gusmão Ferreira de Andrade** 

Carlos Gabriel Arpini*** 

Ricardo de Lima Soares**** 

RESUMO

Este estudo aborda as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e nas relações de trabalho a partir das mudanças promovidas na legislação trabalhista pela “Reforma Trabalhista de 2017” e demais alterações na legislação trabalhista propostas para o tempo de pandemia no ano 2020, destacando implicações para as políticas públicas e para o Serviço Social. Resulta de pesquisa qualitativa, desenvolvida dentro da perspectiva do materialismo histórico-dialético, realizado através de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: trabalho; contrarreforma trabalhista; Lei 13.467/2017.

ABSTRACT

This study addresses the changes that occurred in the labor market and in labor relations based on the changes promoted in labor legislation by the “2017 Labor Reform” and other changes in labor legislation proposed for the pandemic period in 2020, highlighting implications for public policies and social work. It is the result of qualitative research, developed within the perspective of historical-dialectic materialism, carried out through bibliographic and documentary research.

Keywords: work; labor counter-reform; Law 13,467/2017.

Introdução

A reestruturação produtiva da organização capitalista e o neoliberalismo forjam a chamada reforma do Estado, que matizam os fluxos e afluxos do capitalismo contemporâneo provocando, ao longo de

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88515>

*Graduado em filosofia, mestre em educação pela Ufes, doutor em Serviço Social pela Uerj e pós-doutor em Política Social pela Ufes. Docente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória/ES (Emescam). E-mail: cesar.cruz@emescam.br.

**Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP, docente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória/ES (Emescam). E-mail: janice.andrade@emescam.br.

***Economista, mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Emescam. E-mail: carlos.arpini@edu.emescam.br.

****Assistente social, graduado em direito, mestre em Políticas e Desenvolvimento Local da Emescam, doutorando em Serviço Social pela PUC/SP. E-mail: ricardoservicosocial@gmail.com.

Como citar: CRUZ, C. A. M.; ANDRADE, J. G. F.; ARPINI, C. G.; SOARES, R. L. A contrarreforma trabalhista e a situação da classe trabalhadora no Brasil. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 107-118, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88515>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

décadas, mudanças substanciais em todos os setores da sociedade. Em ordem globalizada, essas mudanças atingem diretamente o trabalhador, pois provocam sérios desdobramentos sobre as relações de trabalho pela flexibilização do aparato jurídico estatal, que tem se mostrado subserviente aos comandos do capital.

Como conhecido, o final da década de 1980, no Brasil, foi marcado por avanços constitucionais que apontaram para o reconhecimento de direitos, materializados, de certa forma, na Constituição Federal de 1988. Entretanto, no início da década de 1990, houve verdadeira retração do Estado no enfrentamento às expressões da questão social. Desde então, o Estado vem reformando seus aparelhos (contrarreforma) de modo a atender às exigências do capital.

O processo de contrarreforma do Estado brasileiro iniciado nas décadas finais do século XX parece se acirrar nestas primeiras décadas do século XXI. Tal análise se comprova com as medidas econômicas e sociais, consubstanciadas nas reformas realizadas pelos governos brasileiros, principalmente, entre os anos de 2011 e 2020, para dar maior flexibilidade ao mercado de trabalho e aumentar a lucratividade do capital.

A contrarreforma trabalhista em questão se propõe a ajustar o papel do Estado e regular as relações de trabalho às exigências do capitalismo contemporâneo que, por sua vez, anseia por maior produção de valores, desprovido de amarras reguladoras de proteção às condições e relações de trabalho, realçando cada vez mais a importância desta mercadoria na geração de superlucros, em sobreposição à importância da vida humana nesta sociedade.

Contrarreforma trabalhista de 2017 em tempo de pandemia: um golpe no trabalhador brasileiro

A Lei nº 13.467/17, instituída no governo do Presidente Michel Temer (2016-2018), que alterou a CLT – Consolidação da Legislação Trabalhista –, trata-se da maior alteração realizada na legislação trabalhista brasileira desde sua instituição pelo Decreto-Lei nº 5.452 de maio de 1943. Conforme o Dieese (2016), a Reforma Trabalhista de 2017 trouxe sérios riscos e perdas para os trabalhadores e suas organizações sindicais. As mudanças na lei revogaram princípios que protegiam o trabalhador de seu empregador e reduziram a participação do Estado na proteção aos trabalhadores, relaxando a cobertura pública protetiva para a parte mais fraca na relação de emprego.

A nova lei deu mais liberdade de ação das empresas nas relações de trabalho; reduziu o poder das organizações coletivas e sindicatos no momento em que permite a realização de acordos individuais entre trabalhador e empregador, inclusive acordos verbais; impondo forte restrição à atuação e ao poder normativo da Justiça do Trabalho, bem

como ao acesso dos trabalhadores ao judiciário trabalhista, criando uma série de condicionantes, limitando a gratuidade e impondo penalidades ao demandante caso perca a ação. A Lei ainda “estabelece uma série de garantias e proteções às empresas ao limitar o conceito de grupo econômico de forma a restringir a cobrança de passivos trabalhistas” (Dieese, 2016, p. 2).

Nesse sentido, a Reforma Trabalhista de 2017 constitui-se em perdas para a classe trabalhadora, permitindo que se estabeleça legalmente relações de trabalho favoráveis aos empresários. Nessa ação, “reverte-se a lógica que originalmente inspirou a criação da legislação trabalhista no país, de cunho mais protetivo ao trabalhador, ainda que permeada por uma visão conservadora a respeito dos direitos coletivos de organização e representação” (Dieese, 2016, p. 3). Por estes motivos que, em nosso texto, analisamos este movimento como uma *contrarreforma trabalhista*, pois poderíamos entender por reforma uma ação capaz de proporcionar melhorias para a classe trabalhadora, com mais direitos, mais dignidade, no entanto é o seu inverso.

Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. (Behring; Boschetti, 2006, p. 149).

Trazemos aqui alguns dos itens da Lei nº 13.467/17 que consubstanciam as mudanças (ou perdas para o trabalhador): o fracionamento das férias; ampliação da jornada diária de trabalho de 8 para até doze horas; a não obrigatoriedade de remuneração de todo o tempo de permanência do trabalhador dentro da empresa; negociação do tempo de intervalo para repouso ou alimentação durante a jornada mínima de 8 horas; a não obrigatoriedade do piso ou salário mínimo na remuneração por produção, podendo trabalhador e empregador negociarem entre si todas as formas de remuneração – como se esta relação fosse possível de ser materializada –, o plano de carreira passa a depender de acordo entre empregador e trabalhador, sem obrigatoriedade jurídica; o tempo de deslocamento não é mais computado como jornada de trabalho; e a remuneração por hora de trabalho na modalidade do trabalho intermitente, entre outros dispositivos.

A regulação que se estabelece com essa Lei nº 13.467/2017 parece ser a de diminuir, ignorar e confundir o real sentido e significado das relações sociais estabelecidas no modo

de produção capitalista, baseada na venda da força de trabalho e na produção de mercadoria, sendo ela mesma, a capacidade de trabalho, vendida como mercadoria.

A lei, ao longo dos anos – e das lutas sindicais – abriu espaço para que se realizasse negociação entre trabalhador e empregador, sendo que a relação que se estabelece entre o empregador – detentor dos meios de produção e comprador da mercadoria força de trabalho – e o trabalhador – o vendedor da força de trabalho – se realiza em condições assimétricas, podendo a legislação servir de anteparo para que não se extrapole o processo de coisificação do ser social, nos marcos da sociedade capitalista.

Logo, o que se observava era uma tentativa de imprimir um caráter menos desumano à relação entre empregador e trabalhador ou entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que a classe dominante, no uso do poder de Estado, criava mecanismos legais para se apropriar ainda mais, sem regulação, com maior liberdade, sem controle, sem limites e de forma legal, do direito à exploração e à apropriação ampliada da mais valia. O cerne do modo de produção, em si mesmo, revela seu caráter desumano, inclusive, com a ampliação da perversidade do sistema capitalista em tempos recentes.

Os mecanismos de sustentação da estrutura do sistema capitalista se apoiam no Estado para sua reprodução e ampliação da exploração, de modo legalizado. Trata-se, pois, da estrutura necessária ao metabolismo social do capital, anunciado por Antunes (2009),

O sistema do metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. [...] esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital. Os seres sociais tornaram mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido. Um sistema de mediações de segunda ordem sobredeterminou suas mediações primárias básicas, suas mediações de primeira ordem. (Antunes, 2009, p. 21).

Situação da classe trabalhadora: relação emprego/desemprego

Segundo Freire (2019), a Reforma Trabalhista de 2017, dentre outras reformas em curso, configura-se como uma *retroforma*, pois

Apesar de ter um significado idêntico ao de contrarreformas, o termo *retroformas*, além do sentido contrário ao do avanço, parece-me enfatizar mais fortemente a imensidão do atraso do que vem sendo aprovado pela maioria dos parlamentares brasileiros desde o ano de 2017. Atraso este que desconsidera as lutas históricas dos trabalhadores no mundo, notadamente no século XIX, re-

sultantes em conquistas desde o início do século XX, em particular, a do limite da jornada de oito horas de trabalho. (Freire, 2019, p. 23).

Pesquisas acompanhadas por Freire (2019) desde 1997 evidenciam um aumento da dificuldade de manutenção da qualidade de vida dos trabalhadores e de seu desempenho. “As reformas pretendidas no Brasil retrocedem a direitos conquistados há mais de 100 anos” (Freire, 2019, p. 28), o que justifica o termo retroformas.

Segundo Alves (2019), o Brasil, país de características industrial-capitalista hipertardia e dependente; de formação histórica escravista e colonial; e de extração político-oligárquica, vive na atualidade uma longa e profunda crise econômico-social, político-institucional e ético-moral (Alves, 2019, p. 55). A crise estrutural do capitalismo brasileiro

[...] encontra sua causalidade primeira no *big crash* de 2008 nos países capitalistas centrais, que atingiu na primeira metade da década de 2010, o crescimento da China, o carro-chefe do ciclo de expansão das economias periféricas exportadoras de *commodities* na década de 2000 (entre elas o Brasil de Lula e Dilma). O *big crash* não foi apenas ‘uma marolinha’ como imaginou o Presidente Lula em 2010. Naquele momento, sinalizava-se que a década de 2010 seria uma década de ‘acerto de contas’ radical entre o capitalismo neoliberal e os projetos desenvolvimentistas da América do Sul. (Alves, 2019, p. 56).

Em complemento, verifica-se que essa crise de 2008 abriu fissuras na ordem neoliberal, levando o capitalismo a uma crise de hegemonia quanto ao plano de desenvolvimento do capital no plano global.

A crise do capitalismo global desde 2008 abriu fissuras na ordem neoliberal (o que vinha desde meados da década de 1990 – o capitalismo global nasce explicando sua ingovernabilidade). No plano geopolítico mundial, presenciamos no século XXI uma disputa nada sutil entre ‘modelos’ de desenvolvimento do capital. Existe uma crise de hegemonia do capitalismo no plano global, pois se há disputa de ‘modelos’, existe crise de hegemonia (no sentido gramsciano). Assim, a luta de classes no plano externo e interno, possui nuances políticas que não podem ser desprezadas. O Brasil – e a América do Sul, *vide* Venezuela – é uma frente de batalha da disputa de hegemonia do capital no plano mundial envolvendo blocos geopolíticos de poder (Rússia e China, por um lado e EUA e União Europeia, por outro lado) [...]. (Alves, 2019, p. 59 — grifo do autor).

Desde a década de 1990, o Brasil se integrou à organização das reformas neoliberais sob hegemonia financeira, se tornando também vulnerável às condições internacionais. Mesmo os governos de características populares no Brasil (Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e Presidente Dilma Rousseff – 2003-2016), não se contrapuseram à dinâmica do capital financeiro global. Entretanto, o fizeram colocando na pauta de gover-

no o chamado neodesenvolvimentismo, com, também, a “inclusão social dos pobres”, o que não foi bem-visto pela classe dominante brasileira nem pela dinâmica do capital, cuja lógica da globalização neoliberal é de “produção destrutiva”.

[...] a irremediável integração à ordem global, colocando na pauta do neodesenvolvimentismo, a inclusão social dos ‘pobres’ (o que salientamos como sendo o ‘calcanhar de Aquiles’ do projeto lulista na administração da ordem burguesa. Desde o golpe de 2016, com os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-...), a burguesia retardatária (mas não retardada) apenas inverteu o sentido da integração à lógica do capital global. A classe dominante deixou de lado (ou ‘jogou ao mar’) as pretensões neodesenvolvimentistas de inclusão social dos pobres. Na ótica da burguesia brasileira, os pobres não cabem no orçamento. Na linha da evolução descendente do capital global em sua etapa de crise estrutural, o capitalismo periférico rebaixou-se alguns (ou muitos) degraus na escada da civilização do capital. (Alves, 2019, p. 59).

Nesse diapasão, compreendemos que o Brasil, frente à crise do capital, caminhou com o projeto de destruição /desintegração do Estado-nação responsável pela civilização brasileira, levando à destruição dos direitos de cidadania. Com a destituição da Presidente Dilma Rousseff em 2016, através do golpe jurídico-parlamentar, o projeto (ultra) neoliberal de hegemonia da classe dominante do Brasil foi colocado em curso começando pela contrarreforma da legislação do trabalho em 2017, paralelamente a outras reformas como a da Previdência Social, a administrativa e a tributária que foram interrompidas (ou aceleradas) através das medidas provisórias e proposta de emendas à Constituição, como medidas de contenção da crise, provocada pela pandemia da Covid-19.

Contrarreforma trabalhista e implicações para o Serviço Social

A análise dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, do mercado de trabalho profissional no contexto da reestruturação produtiva e de (retro)contrarreforma do Estado e das políticas sociais no Brasil no século XXI, especificamente nas décadas dos anos 2000, requer um esforço teórico-metodológico no sentido de compreender as novas configurações do trabalho diante das exigências do capital (Amaral, 2015).

Esforço teórico-metodológico com o qual nos comprometemos para realizar este estudo objetivou contribuir com reflexões e análises e problematizar acerca de alguns elementos que garantem à profissão do assistente social um lugar na divisão social e técnica do trabalho, sob o estatuto do assalariamento, abordando as implicações desta no seu exercício profissional que tende, por vezes, a reproduzir ações pragmáticas, messiânicas, fatalistas, vazias de criticidade em conformidade com a racionalidade burguesa capitalista.

O assistente social é um “trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas, resultante do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos

do capitalismo monopolista” (Raichelis, 2011, p. 423). Reconhecê-lo como tal implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais ou organizações não-governamentais.

Aquela dinâmica de flexibilização/precarização do trabalho, abordada antes, atinge o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, as precárias formas de contratação, a intensificação do trabalho, o aviltamento dos salários, a pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, a ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, a falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, além da ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros fatores (Raichelis, 2011, p. 422).

[...] Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental e que, no caso do assistente social, precisa ser mais bem conhecido, impondo-se o imperativo da pesquisa sobre a condição assalariada do assistente social e os seus impactos na saúde dos assistentes sociais. Torna-se urgente, pois, a formulação de uma agenda de pesquisa que possa produzir conhecimentos sobre essas situações de sofrimento do assistente social, pois é daí que poderão resultar subsídios fundamentais para a continuidade das lutas e embasamento de novas reivindicações e direitos que particularizem as específicas condições de trabalho do assistente social no conjunto da classe trabalhadora.

Esses elementos colocam a necessidade de ‘estudos e pesquisas concretas sobre situações concretas’, que desvendem o *processamento do trabalho* do assistente social (Iamamoto, 2007) e as formas por ele assumidas nos diferentes espaços ocupacionais, bem como as diversas atividades que desenvolvem no cotidiano das instituições públicas e privadas, na relação com os diferentes empregadores institucionais, exigindo um diálogo cada vez mais próximo entre formação, exercício profissional, pesquisa e produção de conhecimento. (Raichelis, 2011, p. 435).

O empenho investigativo é o de indicar elementos que possam contribuir para reflexão sobre o cotidiano de trabalho do assistente social nesse tempo de financeirização do capital, conhecendo e desvelando as particularidades e tensões entre o projeto ético-político profissional e o estatuto do assalariamento pós-reforma trabalhista de 2017, no Brasil. Desta forma, buscamos problematizar o impacto da reforma trabalhista sobre o processo de trabalho do assistente social no contexto das transformações e redefinições do trabalho, a partir dos anos 2000.

A conjugação entre projeto profissional e trabalho assalariado [...] permite atribuir visibilidade, do universo do Serviço Social brasileiro, à dupla determinação do trabalho do assistente social como trabalho útil e abstrato, dimensões indissociáveis para se pensar o trabalho na sociedade burguesa, cujo pressupos-

to é o reino mercantil, no qual se assenta a forma social da propriedade privada capitalista e a divisão do trabalho, que lhe é correspondente. (Iamamoto, 2007, p. 415).

O processo de flexibilização do trabalho e dos direitos daí derivados são elementos centrais da nova morfologia do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, a partir do receituário para o suposto enfrentamento à crise do capital, diante dos seus processos de mundialização e financeirização. Sobretudo, porque nesse movimento de profundas transformações, consolidou-se o binômio flexibilização/precarização do trabalho e a perda da sua razão social (Raichelis, 2011, p. 421).

Com efeito, a bibliografia já produzida sobre trabalho capitalista e o trabalho do assistente social não esgotam a temática, uma vez que a cada episódio de crise do grande capital novas configurações singulares são apresentadas. Trata-se de um processo complexo e multifacetado, que não atinge apenas a classe operária, mas todo o conjunto dos assalariados e dos grupos sociais que vivem do trabalho (Raichelis, 2011).

A institucionalização da profissão está relacionada à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, momento em que as sequelas e manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais, em dupla perspectiva: para garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privada em benefício do grande capital monopolista; e, simultânea e contraditoriamente, para responder, por vezes antecipar-se às pressões sociais e políticas. É a mobilização e a organização da classe operária que exigem o atendimento de necessidades sociais coletivas e individuais, derivadas dos processos de produção e reprodução social (Netto *apud* Raichelis, 2011, p. 423).

Com a regressão dessa perspectiva de Estado, evidencia-se também, ao longo da última década, precarização do trabalho do assistente social. Amaral (2015), estudando a valorização e desvalorização do trabalho do assistente social em usinas e destilarias de cana-de-açúcar de Alagoas, identifica que os profissionais do Serviço Social sofrem os “efeitos da acumulação por desapossamento”.

[...] São profissionais assalariados, com extensa carga de atividade e horas de trabalho exorbitantes, mesmo que seus salários sejam considerados por alguns profissionais do setor ‘os melhores do mercado’. Pode-se examinar nesse espaço ocupacional do assistente social o movimento oscilante do processo de produção sobre a condição de trabalho desse profissional. O setor ora valoriza alguns aspectos, ora desvaloriza outros, até chegar a sua dispensa, quando a crise da produção se agrava. (Amaral, 2015, p. 45).

As jornadas de trabalho extensas de 44 horas, comprometendo a saúde física e mental do profissional, são indícios da repercussão da contrarreforma trabalhista. Tendo por

referência a Tabela de Honorários publicada em 2011 pelo CFESS, com os dados da autora, vimos também uma grande defasagem/perda salarial, cujo avanço fica refém e dependente do alcance da rentabilidade da produção industrial da cana. E esse é um movimento identificado já antes da contrarreforma trabalhista e seu aprofundamento nesse novo contexto promete maior vilipêndio sobre os trabalhadores e, no caso do assistente social, vincula-se também à capacidade de respostas do processo de trabalho tendo em conta as transformações da relação capital-trabalho e do Estado.

Uma vez que se precarizam as condições de trabalho, precariza-se também o padrão de resposta às demandas que chegam para o assistente social, comprometendo a qualidade dos serviços e a atuação desse profissional. Concordamos com Amaral (2015) quando avalia esse quadro como um risco para toda a profissão caso ela não se mostre em condições de responder de modo qualificado, com as proposições que o projeto ético-político lhe ampara, perdendo o sentido de luta que incorporou na sua prática profissional.

O assistente social é forçado a viver uma situação paradoxal, quando sendo contratado pelo capital para servir ao trabalhador, está na realidade atendendo às necessidades do seu contratante, por ser ele, o assistente social, também um trabalhador cujos direitos são, muitas vezes, obscurecidos (Amaral, 2015). Com a flexibilização dos direitos trabalhistas, o resultado do trabalho do assistente social tende a ser de menor alcance.

Nesta trama social, os assistentes sociais são os executores das políticas sociais e de ações relativas às relações de trabalho, para isso, precisam ser estratégicos, dinâmicos e criativos. No entanto, são eles mesmos parte do cenário socialmente hostil como trabalhadores, também, com salários precários, condições degradantes de trabalho e de vida; e, por outro lado, também eles necessitam acessar a política pública e social brasileira para sobreviverem.

Considerações finais

O Brasil vive, nos últimos anos, um contexto de intensificação da agenda neoliberal e conservadora com desdobramentos prejudiciais à vida da população, principalmente para os setores mais vulneráveis. O cumprimento da agenda neoliberal na década de 1990, principalmente, a partir dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, com as políticas de ajuste fiscal, política de privatização, crescimento do terceiro setor, trouxera sérias perdas para a população, mesmo após a Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã. Três décadas após sua promulgação, não podemos afirmar que os direitos sociais estão garantidos e, tampouco, efetivados.

Como analisa Alves (2019), a crise do capitalismo financeiro que se processou na primeira década dos anos 2000 criou uma crise de hegemonia, abrindo espaço para a emergência de uma ala ultraneoliberal e ultraconservadora que coloca em disputa um projeto

de sociedade que significa um avanço ao passado. Parece um esforço pela reconstrução de uma sociedade nos moldes do que se processou por volta dos séculos IV a XVI, onde não existia o reconhecimento do direito de cidadania, da ciência e o Estado estava sob o comando das doutrinas religiosas, período este conhecido como tempo das trevas.

Tal projeto se evidencia na recente tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado democrático e ataques à democracia que culminaram em atos de violência e depredação de bens públicos no 8 janeiro de 2023, após o resultado das eleições presidenciais de 2022. Têm sido constantes as investidas em desacreditizar as instituições públicas, democráticas e laicas com a tentativa de convencimento das massas para a instauração de um Estado autoritário e religioso.

Na ordem prática do dia, temos assistido à proposição de um conjunto de medidas que nos faz concordar com Freire (2019) que vivemos um período de retroformas, principalmente, quando olhamos para ações dos últimos governos de Michel Temer (2016-2018), de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026). Em 2017, a Reforma Trabalhista, a partir da Lei nº 13.467/2017, alterou 201 artigos na lei, trazendo perdas para os trabalhadores e dando legalidade a modalidades de trabalhos antes consideradas ilegais, a exemplo do trabalho intermitente e sem vínculo empregatício, com longas jornadas de trabalho. A Reforma da Previdência de 2019 alterou as regras para cálculo do tempo de aposentadoria e mudou as regras para o benefício, aumentando o tempo de trabalho e de contribuição do trabalhador.

As reformas no campo da educação vêm impondo modelos de formação voltados para supervalorização da capacitação técnica em detrimento de uma formação técnico-científica e crítico-reflexiva, limitando o desenvolvimento de capacidades reflexivas sobre a realidade e até sobre o autocuidado, impondo aos jovens uma disciplina militar. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares instituído pelo Decreto nº 10.004/2019 implantou mais 200 escolas pelo Brasil. Outros projetos conservadores ganham a cena pública, como o projeto de Lei nº 1904/2024 de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante, cuja proposta busca modificar o Código Penal e propõe equiparar o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio, mesmo nos casos de estupro. Em acréscimo, temos a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2023 que criminaliza a posse e o porte de entorpecentes sem observar a distinção entre o traficante e o usuário, cujo mecanismo se constitui em formas de criminalizar ainda mais a população negra e pobre. O PL nº 191/2020 que deu margem para o garimpo ilegal e exploração das terras indígenas e de preservação chama nossa atenção pela proposição de legalização da pilhagem da natureza e dos povos originários em contraposição à Carta Constitucional.

A disputa pelo fundo público se acirra, desfavorecendo e penalizando ainda mais a camada mais pobre da classe trabalhadora, e esta afirmativa pode ser evidenciada nas propostas de emenda à Constituição para realização da Reforma Tributária (EC nº 132/2023),

que reforça a PEC nº 85/2015 de Desvinculação de Receita da União (DRU) que vem dando margem ao governo para o desfinanciamento da Seguridade Social. A Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como “o novo Regime Fiscal e PEC do teto de gastos”, engessou o orçamento da União por 20 anos e vem limitando a intervenção do Estado nas políticas sociais, coibindo a população do direito ao acesso a bens e serviços, aumentando a desigualdade social.

É nesta perspectiva que observamos, na pesquisa, o retrocesso social, legitimando-se a classe burguesa ultraconservadora misógina, preconceituosa, racista, homofóbica, desumana e destrutiva, a partir da aprovação dos seus projetos nos aparatos institucionais do legislativo e executivo do Estado. O avanço desenfreado das forças produtivas capitalista tem trazido também sérias consequências climáticas irreversíveis em adição aos demais vilipêndios sociais, que não poderíamos deixar de relacionar aqui, dada a severidade da repercussão da dinâmica capitalista sobre a vida humana e, também, sobre a natureza.

O Serviço Social, através das suas instituições CFESS, Cress, Abepss, dentre outras organizações, vem debatendo amplamente as mudanças em curso, e a elas nos juntamos, desenvolvendo estudos e pesquisas para reafirmar o compromisso com o projeto de sociedade livre, democrática, antirracista, sem preconceitos, que prima pela justiça e equidade social.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALVES, G. Neodesenvolvimentismo, Estado neoliberal e o colapso da “Nova República” no Brasil (2003-2018). ANDRADE, R. A.; CRUZ, C. A. de M. (org.). *Trabalho e políticas públicas*. Vitória: Milfontes, 2019.

ANTUNES, R. (org.). *Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

AMARAL, M. V. B.; ANCÂNTARA, N. (org.). *Trabalho, política, vida cotidiana e Serviço Social*. Maceió: Edufal, 2015.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

DIESSE. *Reforma trabalhista: riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical*. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.html>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FREIRE, L. M. de B. As re(tro)formas do século XXI no Brasil e a supressão dos direitos do trabalho. ANDRADE, R. A.; CRUZ, C. A. de M. (org.). *Trabalho e políticas públicas*. Vitória: Milfontes, 2019.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, jul./set., 2011.

Trabalho e questão social na consolidação do receituário neoliberal no Brasil

State counter-reform and dispute over the public fund: reflections in contemporary Brazil

Alfredo Aparecido Batista* 

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago** 

Cristiane Carla Konno*** 

Marize Rauber Engelbrecht**** 

RESUMO

Este artigo apresenta notas sobre a formação do Estado capitalista moderno na constituição da complexidade da divisão técnica e social do trabalho entre duas classes distintas, a burguesa e a trabalhadora, a partir de pesquisa bibliográfica. Objetiva-se demonstrar o movimento da venda da força de trabalho da classe trabalhadora na expressão de mercadoria que é apropriada pela classe burguesa, proprietária dos meios privados de produção. Essas relações de produção e reprodução se estabelecem e garantem a presença do Estado, às vezes como protetor, às vezes como previdenciário e, atualmente, sob a direção do receituário neoliberal, como gerencial, em que a classe trabalhadora luta pela sobrevivência em empregos vulneráveis, perde direitos e tem garantia mínima no campo da proteção social. É sobre esse contexto que versa este artigo, na perspectiva de reflexões e análises, incluindo o cenário brasileiro no contexto neoliberal.

Palavras-Chave: trabalho; Estado; classe trabalhadora; direitos.

ABSTRACT

Capitalism, in its incessant search for profit, tends to permanently generate crises. Historically, the state has been a determining actor to act with a view to recovering capital accumulation. From the crisis that began in the mid-1960s, the state, mainly through public debt, gained centrality in strategies to combat the crisis. The answers commonly fall on the retraction of investments in social policies. In Brazil, submission to neoliberal policy since the 1990s has resulted in fiscal adjustment that required a series of counter-reforms in social policies, especially social security. The qualitative documentary-based research undertaken found that the dispute over public funds in Brazil has meant an expanded process of allocating resources to public debt to the detriment of investment in health, education, social assistance, and social security.

Keywords: state counter-reform; public fund; social security.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88516>

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR - Brasil. E-mail: alfredobatista0304@gmail.com.

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR - Brasil. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

***Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR - Brasil. E-mail: cristiane.konno@unioeste.br.

****Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR - Brasil. E-mail: marize.engelbrecht@unioeste.br.

Como citar: BATISTA, A. A.; DALLAGO, C. S. T.; KONNO, C. C.; ENGELBRECHT, M. R. Trabalho e questão social na consolidação do receituário neoliberal no Brasil. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 119-133, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88516>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A centralidade da categoria trabalho se faz presente desde a gênese da constituição do ser social. O metabolismo efetivado do trabalho humano com a natureza orgânica e inorgânica permitiu que sociedades fossem criadas e desenvolvidas com particularidades que, assim, demarcam os períodos históricos. Formas de ser, determinações da existência individual e coletiva instituíram culturalmente o mundo nas instâncias econômica, política e social. Contudo, é a partir da passagem do modo de produção feudal para o capitalismo moderno que a categoria trabalho se torna mais complexa e centralizada.

Ao se tornar uma mercadoria, a principal fonte das transações cotidianas no mercado, o trabalho humano preencheu uma lacuna necessária para que seu conteúdo fosse apropriado pela classe burguesa na forma de valor-trabalho. Esse momento sócio-histórico, determinado pelo método de produção manufatureira, marcou o ponto de partida revolucionário que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento de novos métodos de produzir, com destaque para: a maquinaria, o fordismo/taylorismo e o toyotismo. Esses métodos trazem, em suas essências, momentos de criação e reprodução no campo da técnica e da ciência. Esses processos, marcados por avanços e retrocessos, consagraram o modo de produção capitalista como expressão única no mundo, a partir do final do século XX. Isso ocorreu a tal ponto que, hoje, a mundialização financeira e a globalização do capital se tornaram realidades concretas na vida de todos os seres sociais.

Demarcada por processos antagônicos e contraditórios, a sociedade capitalista moderna, constituída pela complexidade da divisão técnica e social do trabalho, efetiva a construção da classe burguesa, proprietária dos meios privados fundamentais de produção e da classe dos trabalhadores – simplesmente proprietários da força de trabalho. Para conviver minimamente, a partir das suas diferenças, as classes sociais conseguiram estabelecer pactos e contratos sociais, políticos e econômicos que estabeleceram regras mínimas de convivência. É nesse cenário que se cria a figura do Estado moderno: instância única de busca para responder aos campos dos direitos conquistados pela classe dominada – uma condição básica para que o próprio capitalismo não pereça e continue acumulando o trabalho excedente em forma de lucro.

As relações de classe ganharam contornos diferenciados, com formas de exploração do trabalhador e de acumulação de capital que se materializaram em diferentes quadran-tes geográficos, nos diferentes continentes. Ao mesmo tempo, essas relações e formas sociais delimitaram períodos históricos diferenciados, como de capitalismo concorrencial, de monopólio clássico e de monopólio tardio. Em todos os momentos, relações de produção e reprodução estabelecidas garantiram a presença do Estado – às vezes, como protetor, às vezes, como previdenciário e, atualmente, sob a direção do receituário neoliberal, como gerencial. É o receituário neoliberal entrando em todos os labirintos públicos e transfor-

mando-os em imagem e semelhança da cultura empresarial. Os sujeitos são transformados em meros indivíduos, responsáveis por encontrarem saídas para suas demandas no mercado. É o sucateamento da esfera pública e a exaltação da esfera privada.

Mergulhada nesse cenário tortuoso, a classe trabalhadora tem reagido com pouca expressividade, pois as forças das organizações que envolvem os trabalhadores estão socialmente fragmentadas, isoladas e fragilizadas. Nesse momento histórico, a resistência se encontra pautada em frentes na sociedade civil e política para se manter empregada e garantir as necessidades básicas de sobrevivência da classe trabalhadora. Mesmo assim, instauram-se, com expressão, formas de vínculo empregatício vulneráveis, sem garantias no campo da proteção social.

A centralidade da categoria trabalho e sua manifestação no modo de produção capitalista

Partimos do pressuposto material de que o ser social – desde o momento em que começou a se relacionar com a natureza para dar conta da sua sobrevivência, em princípio, e, ao mesmo tempo, almejar e conquistar o máximo de necessidades, enquanto busca realização e emancipação do meio natural – utilizou-se do trabalho e de instrumentos na forma de extensão de seu corpo para produzir e reproduzir sua existência. É por meio do trabalho que o homem se torna criatura e criador.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas e mãos a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (Marx, 1975, p. 202).

É por meio do trabalho que os homens conseguiram, no decorrer da formação das sociedades, diferenciar-se do ser inorgânico e, ao mesmo tempo, distanciar-se do ser orgânico natural, constituindo-se enquanto seres sociais. A sociabilidade humana se funda a partir do momento em que os homens planejam, dão direção e executam suas ações, registrando, paulatinamente, sua identidade. Uma identidade que se constrói não como uma igualdade, mas como uma unidade “[...] que nasce como resultado último da interação entre inúmeros processos heterogêneos [...]” (Lukács, 1969, p. 36).

O trabalho constitui e é constituído historicamente como ponto central nas relações estabelecidas na vida cotidiana. Foi o trabalho humano, enquanto categoria central, que criou possibilidades e efetivou a construção de sociedades inteiras, desde as mais religiosas até as mais ateias. É por meio do trabalho e sua relação com a natureza que

os homens diversificam seu relacionamento no cotidiano, chegando, no século XXI, a construir e desenvolver uma sociedade em que as relações de produção e reprodução social se materializaram globalmente. Ianni (1992, p. 34), em sua obra *A Sociedade Global*, adverte-nos que:

[...] as características da marcha da globalização incluem a internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a competição ambiental, que acelera esses processos [...].

A criação e o desenvolvimento humano, desde os períodos não civilizados até hoje, não são resultados quanti-qualitativos de ações lineares ou circulares, mas produções e reproduções da existência humana em um determinado tempo e espaço, envolvidos em ações e reações de conteúdos contraditórios. Esse cenário temporal e espacial é materializado em períodos predominantes: o primitivo, o antigo, o feudal e o capitalista¹.

Historicamente, no interior de cada período predominante, encontramos momentos de superação, de negação ou momentos isolados de experiências já superadas em sua totalidade, as quais registram situações determinantes e determinadas econômica, política e socialmente. Essas construções humanas se estruturam de elementos constitutivos e constituintes que as fazem se manter, se não intactas, pelo menos com seus pilares principais que as fundamentam.

Conforme nos ensina Marx (2007), em uma das mais contundentes constatações teóricas, metodológicas e históricas:

[...] Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então, uma época de revolução social. (Marx, 2007, p. 45).

É o capitalismo moderno emergindo, suplantando o modo de produção feudal e todas as suas relações nas instâncias econômica, política e social. Nesse contexto histórico determinado, as relações de trabalho e de produção tomam uma nova direção: o trabalhador deixa de pertencer ao senhor legalmente, enquanto posse total, para tornar-se um

1 A passagem do modo de produção feudal para o capitalista é explorada por importantes referências clássicas como a obra de Maurice Dobb, *A evolução do capitalismo* (1974); Karl Marx e F. Engels, *Formações pré-capitalistas* (1981); e Paul Sweezy et al., *A transição do feudalismo para o capitalismo* (1981). Este último compõe-se de um debate em que aborda diferentes interpretações e críticas.

assalariado no mercado capitalista. Assegurado juridicamente, o indivíduo tem liberdade para vender sua força de trabalho no mercado ou comprá-la de outrem.

Na história, constitui-se uma nova forma de conceber as relações sociais, isto é, a razão instrumental impõe-se e passa a dar direção às ações cotidianas materiais e do espírito, e tudo o que era “místico” foi profanado; tudo que prendia o homem a uma relação de ser criado e não criador foi questionado e negado. O homem passa a dar uma nova interpretação ao agir e pensar e o modo de produção feudal esgota todas as possibilidades de sua sobrevivência; e, ao entardecer, “[...] tudo o que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e suas relações recíprocas [...]” (Marx, 1998, p. 8).

Novos personagens entram em cena e, na condição de proprietários dos meios privados fundamentais de produção, transitam como pioneiros na busca da acumulação de capital produtivo e monetário. Personagens com diferentes raízes de procedência, de vinculação com o trabalho, se utilizam de métodos de produção e de organização do trabalho que os colocam, desde o início, em objetivos iguais, porém em posições diferenciadas enquanto acumulação primitiva.

Esses homens são [...] camponeses, lojistas, artesões, por vezes até mesmo empregados, funcionários públicos e operários altamente qualificados tentam tornar-se capitalistas e a explorar força de trabalho, ao conseguirem de uma maneira ou de outra (consumo excepcionalmente baixo; usura; roubo; fraude; herança; prêmios de loteria) apropriar-se de um volume inicial de capital. (Mandel, 1985, p. 30).

Nesse horizonte, repleto de oportunidades vantajosas, esses sujeitos históricos passam a ter interesses iguais, mas utilizam formas diferentes de se apropriarem do excedente presente nas mercadorias na forma de valor-trabalho. Imbuídos de espírito e prática capitalista, conseguem dar um passo histórico fundamental, decisivo, para que o modo de produção capitalista moderno criasse um dos pilares necessários para alavancar seus propósitos e efetivá-los, reunindo recursos para serem valorizados como capital por meio da acumulação primitiva. Este é um dos pressupostos fundamentais, contudo, não é o todo.

Isoladamente, o capital primitivo não consegue se multiplicar. É necessário para que esse capital inicial entre em movimento e produza valor excedente que ele tenha, inerente a este valor, uma certa quantidade expressiva e necessária de força de trabalho² disponível

2 Segundo Marx (1975, p. 187): “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. [...] Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é força de trabalho”.

no mercado. Essa nova conjugação coloca em movimento a produção e a reprodução de novos produtos que, após finalização na forma de mercadorias, são comercializados no mercado com a finalidade de produzir e se apropriar de valores excedentes, isto é, da mais-valia absoluta e relativa. Em seguida, ao efetivar o processo da rotação do capital, depois da circulação, atingem a condição de mais-valia social e finalizam com o lucro em forma de capital produtivo ou monetário.

A conquista dessas duas condições básicas marca os passos decisivos para colocar em movimento o modo de produção capitalista. Contudo, esse processo não encontra historicamente uma data e local específico de início, pois é a partir dos processos que resultaram no que se denomina revoluções tecnológicas³ que o modo de produção capitalista, paulatinamente, se constituiu como dominante. São as revoluções tecnológicas decisivas, delimitando um novo modo de produção e, depois, suas fases internas. As revoluções tecnológicas colocaram fim, por exemplo, em um primeiro momento, ao processo de desenvolvimento do capitalismo mercantil e, no decorrer da sua criação e desenvolvimento, acabaram com os negócios que ainda restavam enquanto saudosismo no interior da nova sociedade.

O novo suplantando o velho, como uma nova forma de os homens se relacionarem com a produção e entre si que começa a se estruturar em diferentes pontos do continente, sendo que seus primeiros passos ocorrem na Europa, pioneira do processo, especificamente no polo mais “avançado” naquele momento: a Inglaterra. Daí ser possível dizer que uma nova era rondava a Europa: a Era do Capital. O espectro em movimento, todavia, percorre o caminho da manufatura para se fundar no capitalismo industrial moderno, movido pela maquinaria.

Essa nova forma de produzir – isto é, de relações metabólicas entre os homens e deles com a natureza (Mészáros, 2002) –, estabelece mutações nas relações de produção e reprodução social, e funda, na sociedade civil, uma outra relação social entre classes determinadas. Uma classe social e fragmentos de outras classes emergem representadas por um número reduzido de homens que se apropriaram dos meios fundamentais privados de produção – matéria-prima e instrumentos de trabalho – e da mais-valia em sua forma social.

Concomitantemente, uma outra classe, composta por uma grande massa de homens, opera os instrumentos de trabalho. Estamos falando dos proprietários da força de trabalho; de todos os trabalhadores que foram expulsos de suas terras e de suas corpora-

3 Mandel, em *Capitalismo Tardio* (1985), descreve o modo de produção capitalista moderno como constituído em dois grandes períodos: o primeiro começa na Revolução Industrial e vai até o final do século XIX, o chamado capitalismo concorrencial. O segundo inicia-se no final do século XIX, com o emergir da segunda revolução tecnológica, e é denominado de capitalismo monopolista. Entre os anos de 1946 e 1972 se desenvolve a terceira revolução tecnológica, com forte ancoragem na automação, microeletrônica e energia nuclear.

ções, que perderam a posse de seus meios de produção e de seus instrumentos de trabalho, transformando-se em trabalhadores que participam no mercado para vender sua força de trabalho em troca de um salário. Na sociedade capitalista moderna, em que as relações de trabalho se manifestam por meio de um contrato legal, os trabalhadores, ao venderem sua força de trabalho, recebem um determinado salário⁴.

O novo modo de produção se estrutura sob uma nova forma social e, paulatinamente, com um direito social do trabalho. A relação homem-natureza passa por novas dimensões materiais. Cria-se uma forma legal para que as classes sociais se relacionem em torno do trabalho. Quebram-se todas as fronteiras que resguardavam os indivíduos no círculo da terra comum e da proteção servil. Todas as sociedades, inclusive as mais arcaicas, começam a conhecer “as proezas” da classe social burguesa em processo de efetivação de seu projeto (Marx, 1998).

Desvendar a lógica do movimento de derrocada da sociedade feudal e da ascensão da sociedade burguesa, bem como as buscas interpretativas para compreender o processo de acumulação engendrado, só se torna possível se apreendermos o processo como construção histórica, permeada por uma totalidade contraditória. Para trabalharmos esse ponto de partida, que é também ponto de chegada, compreendemos que

O capitalismo encontra as várias porções da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, cada uma com suas próprias e profundas contradições internas. A extrema diversidade no ritmo de desenvolvimento das diferentes parcelas do gênero humano ao longo de várias épocas, servem de ponto de partida ao capitalismo. Só gradativamente é que esta conquista se torna a supremacia em relação à desigualdade herdada, quebrando-a e alternando-a passando a empregar seus próprios recursos e métodos. (Mandel, 1985, p. 102).

Ao empregar seus próprios recursos e métodos, os proprietários dos meios fundamentais privados de produção estabelecem inovadoras regras nas relações sociais de produção, as quais, no decorrer do seu desenvolvimento e efetivação, apresentam resultados assustadores e temíveis. Conforme avança a produção de mercadorias, em quantidade e qualidade, desenha-se um quadro de novos proprietários capitalistas que se apropriam de um acúmulo gigantesco de trabalho excedente em forma de lucro; por outro lado, constata-se, no cotidiano dos trabalhadores, a precariedade reinante, com a presença em grande escala de fome, desemprego, ausência de moradias, de cuidados com a saúde, escolarização insuficiente e outras questões fundantes no campo das políticas sociais. Esse cenário foi denominado pelos representantes teóricos e políticos da classe burguesa como “questão social”.

4 De acordo com Marx (1975, p. 364), “[...] o valor do salário médio é determinado pelo que o trabalhador precisa para viver, trabalhar e reproduzir-se [...]”.

Para os críticos da concepção teórica e política da expressão “questão social”, a conotação é outra. Entendem que a categoria “questão social” é resultado imediato da relação antagonica e contraditória entre capital e trabalho que se estabeleceu no cenário europeu a partir da primeira quadra do século XIX. É nesse período que duas situações dão sentido à presença do projeto societário burguês: ao mesmo tempo, vivencia-se, em diferentes instâncias da vida cotidiana – nos lares, nas ruas, no chão das fábricas e em outros espaços das cidades europeias, com destaque na Inglaterra –, a presença da miséria humana em sua forma mais trágica, materializada na expressão concreta da fome, que se coloca a céu aberto, como resultado da relação cotidiana capital-trabalho nas esferas da produção e da reprodução social. Ao mesmo tempo, em reação às manifestações reais em si e buscando a negação do projeto societário burguês, os trabalhadores deixam no plano teórico-prático a condição de subordinados para demarcar, em todos os cenários presentes, enquanto portadores de um outro projeto de classe social, um projeto emancipatório (Marx; Engels, 1998; Netto, 2012).

O Estado de classe, por meio das instâncias de governo, deve cumprir um novo lado de suas atribuições: assumir, junto ao seu papel coercitivo, a função de integrador, atrelando-se à necessidade de permitir que o modo de produção capitalista moderno continue, permanentemente, acumulando capital em suas formas monetária e produtiva.

O capitalismo monopolista, em sua fase clássica e tardia, consolida as contradições explicitadas no seu estágio concorrencial, e acentua novas na viabilização de seu fim último: o acúmulo de lucros por meio do controle dos mercados, elevando ao máximo a contradição basilar desse sistema – a socialização da produção e a sua apropriação privada, ou seja, a contradição entre capital e trabalho. Para dar sustentação a esse estágio do capitalismo monopolista, o Estado se refuncionaliza e se redimensiona, passando a intervir na economia, fundindo suas funções econômicas e sociais e sendo inteiramente capitaneado pela lógica dos monopólios, ou seja: “[...] o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais [...]” (Netto, 2006, p. 26).

Com efeito, para Netto (2006, p. 27), foi no processo de internacionalização do capitalismo monopolista, subsidiado pelo Estado, agora redimensionado, que ocorreu “[...] um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores [...]”; porém, manteve-se inalterada a ordem econômica posta pelos monopólios. Ao indicar uma relação entre o Estado e a emergência de um processo democrático – dados os mecanismos e instrumentos de defesa e reivindicação de direitos dos trabalhadores –, o autor assinala que o capitalismo monopolista convive e necessita dessas condições para que possa se assegurar. Nessa relação, a partir do momento em que o Estado necessita de legitimidade e sustentação sociopolítica, emerge uma dinâmica contraditória em seu interior. E, de outro lado, não excluem o tensionamento e os conflitos entre as garantias cívicas e sociais. Assim, os direitos dos trabalhadores não advêm de um processo “natural”, pois

as respostas às demandas da classe trabalhadora ainda garantem, direta ou indiretamente, acréscimos aos lucros do capital.

Verifica-se, nesse contexto, que parte da riqueza socialmente produzida pelo conjunto da classe trabalhadora é revertida ao Estado por meio da cobrança de impostos e taxas públicas de toda a população. A parte do valor gerado pelos trabalhadores e apropriada pelo Estado e pelos capitalistas é redistribuída à população sob a forma de serviços sociais e investimentos empresariais, os quais representam a forma de devolução à classe trabalhadora de parte do valor do produto que ela criou/produziu, mas não apropriou, e que se apresenta transfigurado em serviço público.

Assim, o campo dos direitos significa conquistas sociais da classe trabalhadora no sentido de garantia por subsistência e, para os capitalistas, torna-se instrumento de legitimação de poder e um meio de manutenção da força de trabalho em condições de ser explorada; de dispensar a necessidade de alteração na política salarial; e, principalmente, constitui-se em mecanismo de controle e prevenção de futuras insubordinações e mobilizações políticas que ameçam a produtividade dos trabalhadores e a lucratividade da classe patronal.

Se, de um lado, as políticas sociais asseguram as condições de desenvolvimento do capitalismo monopolista em suas fases clássica e tardia, de outro, operam como um suporte da ordem sociopolítica na medida em que garantem legitimidade social ao Estado, evidenciando seu caráter social na mediação entre capital e trabalho, embora, nessa mesma função, o Estado oculte sua essência de classe. Devido a esse ocultamento, suas respostas às expressões da “questão social” operam de maneira fragmentada, imediatista e parcializada, criando, conseqüentemente, políticas sociais correspondentes aos recortes dados à “questão social”, pois considerar a perspectiva de classe e a totalidade da questão social implicaria admitir a luta por uma outra sociabilidade, em que o projeto societário burguês deixasse de existir (Netto, 2012).

Nossa apropriação teórico-prática indica que as respostas dadas às suas sequelas, sob a forma de políticas sociais, são resultado da capacidade de mobilização do conjunto de trabalhadores na correlação de forças com o Estado e o capital. Esse movimento representa um jogo de forças sociais, constituído por diferentes e conflitantes necessidades e projetos que definem alianças sociopolíticas e/ou consolidam tensões e rupturas. Sendo assim, as políticas sociais são resultantes de conflitos e tensões de interesses em disputa, definidas pelo seu caráter contraditório: ao mesmo tempo em que beneficiam o capital, garantindo ao acúmulo de lucros, estabelecem, aos trabalhadores, a conquista de direitos e garantias cívicas e sociais, mesmo que mínimas.

Foi no período de monopolização clássica do capital que o mercado e as grandes empresas passaram a depender dos volumes de investimentos decorrentes da fusão entre capital bancário e industrial, originando o capital financeiro. Porém, em um período de

intercorrência das duas grandes guerras mundiais, outro determinante que fragilizou as bases do projeto burguês pautou-se na crise de 1929-1932, conhecida como o período da Grande Depressão. Tal crise se deu no sistema financeiro americano, especificamente na Bolsa de Nova York, e se generalizou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço de sua capacidade. O ocorrido deflagrou a desconfiança e a insegurança nos pressupostos do liberalismo econômico, instaurando uma profunda crise econômica e desemprego em massa, colocando em xeque a legitimidade política do capitalismo.

Para Netto e Braz (2006), como consequência, nas sociedades em que a democracia estava mais arraigada ou o movimento operário e sindical estavam presentes, o Estado passou a intervir, evitando violações dessa democracia, como foi o caso da Europa Nórdica, Inglaterra, França e dos Estados Unidos. Do contrário, onde se registrava uma tradição democrática frágil (Itália), ou onde se pode dizer que o movimento operário foi mais duramente golpeado (Alemanha), com um Estado de natureza antidemocrática extremada pelos monopólios.

Para os países que não adotaram o fascismo como saída, foi gestada, pós-crise de 1929, e desenvolvida após 1945, uma ativa intervenção do Estado com o objetivo de regular os ciclos econômicos expressos no chamado keynesianismo. A política keynesiana previa a intervenção do Estado para amenizar os ciclos de crise por meio de um conjunto de táticas e estratégias, fundadas no pleno emprego e na maior igualdade social. O Estado deveria atuar para “[...] gerar emprego dos fatores de produção via produção dos serviços, além da produção privada e aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais [...]” (Behring; Boschetti, 2006, p. 86).

O modelo do *Welfare State* entra em colapso no final dos anos 1960, de modo que foram 30 anos gloriosos, ou anos de ouro. O Estado, então regulador das relações sociais e econômicas, entrou em decadência em virtude da impossibilidade de exercer suas funções mediadoras, tensionado pela grande demanda por emprego advinda das novas gerações que adentram o mercado de trabalho e pela consequente redução dos postos de emprego, dada pela introdução das novas tecnologias e automação e microeletrônica. Essas condições desafiaram a política keynesiana, que orientava a experiência do *Welfare State*, abrindo-se o caminho para a experiência do receituário neoliberal entrar em cena e implantar receitas em todo os quadrantes do mundo.

O receituário neoliberal em terras brasileiras

O contexto impõe um novo substrato político-econômico no início dos anos 1970 para a implementação de políticas sociais. O período de recessão, 1974-1975, conhecido como uma crise clássica de superprodução, complexificou os problemas já existentes,

alavancando um novo processo de crise, tendo como respostas governamentais a adoção de programas contra a inflação: os ajustes sociais. A crise assolou os Estados Unidos, refletindo em perda da hegemonia econômica, decorrente do aumento da competitividade dos países como o Japão e a Alemanha, mas mantendo intocada a sua influência política e militar.

Portanto, o capitalismo administrou a crise dos anos de 1970 com uma retomada lenta ao longo do período de 1976-1979, tendo como expressão máxima desse contexto os altos índices de desemprego gerados pela recessão sem condições de reversão. Entre 1980 e 1982, mais um período de crise atinge os Estados Unidos, dismantando as tímidas alternativas keynesianas existentes ao se deparar com a crise fiscal do Estado, conforme apontado pelos teóricos liberais e neoliberais e contestada pela teoria crítica.

Chesnais (1995) aponta o período de recessão de 1974-1975 como o período em que o capital alavancou um processo de contestação às leis e regulamentações às quais estava submetido desde 1914, analisando três intervenientes principais: a força acumulada, advinda dos 30 anos gloriosos; o desenvolvimento tecnológico; e a sustentação garantida pelos Estados capitalistas, por intermédio da implementação de receituários neoliberais baseados no processo de liberalização, desregulamentação e privatização.

No Brasil, desde os anos 1990, no campo da seguridade social, várias medidas contrarreformistas têm sido adotadas pelos governos, incidindo sobremaneira no âmbito das políticas sociais, atingindo seu caráter público, universal e democrático, tanto em relação àquelas que conformam o tripé da seguridade social, quanto na construção de novos direitos sociais.

Acontece que os princípios que orientam a Seguridade Social – democracia, universalidade, primazia do Estado, respeito ao pacto federativo, descentralização do poder, defesa da gratuidade no acesso e integralidade das ações dirigidas à cidadania – vêm sendo constantemente tensionados pelos ditames neoliberais e pelas recomendações dos organismos multilaterais internacionais que orientam o Estado na condução das políticas sociais. O receituário neoliberal entra em cena e é portador de um vírus letal: a destruição do público e a homogeneização de uma única forma de pensar-fazer, ou seja, a esfera privada. Tudo deve ser criado, desenvolvido e mantido sob a máxima da gerência privada. Esse conteúdo cria o Estado Gerencial, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, no Brasil.

O neoliberalismo e sua implementação no Brasil têm tido mais sucesso ideológico do que econômico, sobrevivendo com radicalidade e sem ameaças que o suprimam ou eliminem, e as bases que os sustentam têm sido construídas por um projeto de socialização do poder articulado com a crise fiscal do Estado, diante de um cenário de aumento da pobreza, desemprego e passividade política, em especial observando-se a velocidade das

perdas de direitos sociais nos últimos anos. Essa configuração contemporânea do neoliberalismo busca naturalizar e legitimar o neofascismo a partir dos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), o que repercutirá sobre os mais dispensáveis, ou seja, nos estratos mais baixos da classe trabalhadora.

No golpe político e jurídico-parlamentar de 2016, que colocou no governo federal Michel Temer, ficou claro que ele, prioritariamente, pretendia beneficiar com suas políticas outros segmentos que eram seus aliados no poder, oferecendo condições para que a acumulação de capital fosse sustentada, em grande medida, pelas transferências do Estado brasileiro às despesas financeiras. Para isso, foram realizados cortes nos gastos públicos, ampliação das receitas por meio de privatizações e concessões no interior do Estado. Conforme Frei Betto (2016, p. 33) apontou naquele momento histórico: “há sim que temer o governo Temer [...] e agora com o governo globocolonizado de Temer, tudo tende a se agravar [...]”.

Em 2018, por meio de eleições diretas e democráticas, assume Jair Bolsonaro (gestão 2019-2022), momento em que se aviva o agravamento da crise social, permeada pelo ajuste fiscal e medidas contrarreformistas – reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma do ensino médio, teto de gastos, carga tributária e ajuste fiscal. Tem-se um não desempenho de Bolsonaro na área da política social, caracterizado por seus aspectos destrutivos, descompromissados, negligentes e relegados em relação às necessidades da maioria da população em diversas áreas.

A eleição de 2018 foi, portanto, o marco divisor de águas, em que o governo Temer abandonou as já precárias políticas sociais, extinguiu os ministérios associados a uma agenda protetiva e empreendeu reformas na área tributária e previdenciária. Além disso, no governo Bolsonaro, como afirma Cruz (2022, p. 64), “[...] aprofundam[-se] as práticas em um modelo histriônico de fazer política e de gestão autoritária do Estado [...]”.

Bolsonaro representou a formalização eleitoral vitoriosa do pensamento conservador, de extrema direita e do retrocesso democrático, combinada a três elementos centrais: “[...] militarização da agenda pública, com forte participação das Forças Armadas e das polícias estaduais; e ódio na política, a partir de uma rede familiar e um gabinete particular instalado na presidência; a deslegitimação e desregulamentação das políticas sociais [...]” (Cruz, 2022, p. 54).

O Estado, por meio da focalização das políticas sociais, em especial as de combate à pobreza, com pouco ou nenhum investimento de recursos e condicionalidades, contribuiu para o gerenciamento e a sua não superação, consolidando a financeirização da política e favorecendo o capital hegemônico. Conforme Freire e Cortes (2020, p. 38), as estratégias presentes nas políticas sociais de enfrentamento da pobreza vêm desresponsabilizando o “[...] Estado pela manutenção da ordem republicana e delegam cada vez mais tarefas de

combate ao que chamam de exclusão ao mercado ou da própria sociedade capaz de legitimá-lo [...]”. Sob a lógica dos escassos recursos para a proteção social, houve um corte de 95% da verba do Sistema Único de Assistência Social (Suas), passando de R\$ 967,3 milhões para R\$ 48,3 milhões – uma diferença de R\$ 919 milhões a menos (CUT, 2022).

O governo Bolsonaro não pretendeu substituir a focalização de políticas sociais por uma agenda de universalização, mas acentuou medidas de políticas sociais para os segmentos empobrecidos e, portanto, mais demandantes da ação do Estado. “Trata-se da destruição e negação de todo o aparato social, alterando significativamente conceitos já consolidados no âmbito das políticas protetivas [...]” (Cruz, 2022, p. 69). Como sinaliza o autor, aniquila-se a rede protetiva constitucional e os direitos fundamentais, quebrando o pacto (contrato) social e de solidariedade entre as pessoas, decretando o fim conjuntural do ciclo de cidadania social. Um retrocesso sócio-histórico na vida cotidiana da classe trabalhadora.

Sob esse contexto, agrava-se ainda mais a proteção social, ampliando drasticamente a desigualdade social, considerando que 10% dos brasileiros mais ricos abrangem 43% da renda no país, explicitando claramente uma concentração de poder (Oxfam, 2021). É a partir desse modelo societário que, no Brasil, ao finalizar o governo Bolsonaro, o campo institucional torna-se expressão de destruição, de negação do que é público, e o mundo gerencial capitalista deixa, mais uma vez e de forma aprofundada, sua marca destruidora.

Considerações finais

Com o governo Bolsonaro finalizado, vemos um campo institucional marcado por vastas contrarreformas gerencialistas, de elevação do privado em detrimento e negação do público, aniquilando as possibilidades de universalidade previstas constitucionalmente para a proteção social. No contexto do capitalismo monopolista financeirizado, a permeabilidade à democracia decorre da estratégia de manutenção da produção e reprodução social do trabalho e do capital, bem como da legitimação social do Estado, imprescindível à acumulação e concentração do capital. O cenário de (não) enfrentamento das expressões da “questão social” – estas administradas como favores, consequência do marco histórico do clientelismo inscrito na cultura política brasileira, de caráter tutelador e conservador – omite a dimensão política democrática inerente às disputas por projetos societários que sustentam a resistência e as lutas sociais.

Esse processo reforçou as medidas de austeridade econômica e fiscal, consubstanciadas pelo “[...] viés neoliberal de corte dos gastos públicos na área social e utilização de sua fonte de financiamento para o fortalecimento da lógica do capital financeiro de característica especulativa e predatória [...]” (Santos, 2023, p. 262). Associa-se a isso o movimento antidemocrático e contrarreformista retomado no último governo ultraneoliberal

no Brasil, que manteve a lógica “parcial e incompleta” da Seguridade Social brasileira, pautada na focalização, em detrimento da universalização dos direitos sociais, tendo como consequência a desproteção social.

Na conjuntura do atual governo (Lula, 2023-2026), embora os limites sejam intransponíveis para superar os níveis de desproteção social que o estágio do capitalismo consolidou, é necessário o resgate, o fortalecimento e a permanente formação sociopolítica para a análise crítica da realidade social pela classe trabalhadora, na construção de seus propósitos de classe em si e para si, materializando, cotidianamente, conteúdos em que o mundo da liberdade esteja cada vez mais distante dos constrangimentos forjados na sociabilidade do capital.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. V. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e sociedade*, Campinas, n. 5, dez. 1995.

CUT. Bolsonaro corta 95% da verba e centros que cuidam do Auxílio Brasil podem fechar. São Paulo: CUT, 8 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-corta-95-da-verba-e-centros-que-cuidam-do-auxilio-brasil-podem-fechar-6a0b>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CRUZ, D. U. da. Políticas sociais e agenda conservadora do governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. da. *Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes*. Buenos Aires: Clacso, 2022.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FREI BETO. Golpe consumado, terra arrasada. *Revista Caros Amigos*, set. 2016.

FREIRE, S. de M.; CORTES T. L. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. F. (org.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

LUKÁCS, G. Conversando com Lukács. In: KOFLER, L. et al. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Cultura, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, Vol. 1-2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, v. 4, n. 1, jan./jun. Vitória: Ufes, 2012.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OXFAM. *Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população*. São Paulo: OXFAM Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SANTOS, M. S. “Questão social” e Estado na crise estrutural: precarização das políticas sociais brasileiras. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 23, n. 45, jan./jun. 2023.

SWEEZY, P. et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Particularidades e contradições dos direitos humanos no Brasil em tempos de neoliberalismo

Particularities and contradictions of human rights in Brazil in times of neoliberalism

Kannanda Emilly Padilha da Silva* 

Cecilia Nunes Froemming** 

Eliane Marques de Menezes Amicucci*** 

RESUMO

O artigo debate os Direitos Humanos – e a sua relação com as lutas entre as classes sociais –, atrelados às satisfações das necessidades humanas, por meio de pesquisa qualitativa de matiz bibliográfico. As contradições que atravessam o capitalismo e lhe são indissociáveis impulsionam a reflexão exposta neste texto sobre os Direitos Humanos, destacando os avanços e retrocessos pertinentes às disputas de poder entre as classes. Partindo do pressuposto de que o Estado burguês tem hegemonia de poder conservador e prioriza os interesses do capital, articulando a relação antagonista entre as classes por meio de dinâmicas de repressão e coerção, as políticas sociais são um instrumento de contenção para minimizar a barbárie intrínseca ao capitalismo. Os Direitos Humanos são relativos e não são naturalmente concedidos, de modo que são as tensões entre as classes sociais que forjam contextos de ampliação e permanência com repercussão sobre o papel do Estado, no que tange às legislações de cada sociedade da era dita moderna e democrática.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; neoliberalismo; políticas sociais.

ABSTRACT

This article discusses human rights – and their relationship with struggles between social classes – linked to the satisfaction of human needs, through qualitative research with a bibliographical focus. The contradictions that permeate capitalism and are inseparable from it drive the reflection presented in this text on human rights, highlighting the advances and setbacks pertinent to power struggles between classes. Assuming that the bourgeois state has conservative power hegemony and prioritizes the interests of capital, articulating the antagonistic relationship between classes through dynamics of repression and coercion, social policies are an instrument of containment to minimize the barbarity intrinsic to capitalism. Human Rights are relative and are not naturally granted, so it is the tensions between social classes that forge contexts of expansion and permanence with repercussions on the role of the state regarding the legislation of each society in the so-called modern and democratic era.

Keywords: human rights; neoliberalism; social politics.

Introdução

O presente artigo debate os direitos humanos e a sua relação com a lutas das classes sociais, entendendo que são atrelados às satisfações das necessidades humanas. Tais direitos não podem e não devem

ARTIGOS

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88518>

*Universidade Federal do Tocantins, Palmas, To - Brasil. E-mail: kannanda.padilha@mail.uft.edu.br.

**Universidade Federal do Tocantins, Palmas, To - Brasil. E-mail: cecilia.froemming@uft.edu.br.

***Universidade Federal do Tocantins, Palmas, To - Brasil. E-mail: eliane.amicucci@uft.edu.br.

Como citar: CRUZ, C. A. M.; ANDRADE, J. G. F.; ARPINI, C. G.; SOARES, R. L. Particularidades e contradições dos direitos humanos no Brasil em tempos de neoliberalismo. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 134-147, dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88518>

Recebido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

ser resumidos simplificando o seu surgimento na perspectiva liberal; assim, se caracterizam como mutáveis para além de históricos. Todos os direitos estão relacionados ao mesmo tempo em que se limitam, considerando que na sociedade capitalista as contradições do antagonismo de classes são inerentes aos seus fundamentos e forma de ser.

O Serviço Social apoia-se no compromisso ético-político da defesa intransigente dos direitos humanos e na luta pela garantia e permanência dos direitos em todos os âmbitos. O processo de trabalho do assistente social objetiva, em sua intervenção nas manifestações/expressões da questão social¹, o acesso dos usuários dos serviços aos direitos — em meio às resolutivas das demandas e suas especificidades —, sem distinção de nenhuma natureza, seja física, racial, social, de orientação sexual ou identidade de gênero e outros marcadores sociais. Daí a importância da reflexão sobre os direitos humanos apresentada aqui.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi assinada por 192 países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituída em 10 de dezembro de 1948 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Consolida, enquanto uma norma comum e universal, os direitos básicos e fundamentais para todos os indivíduos que vivem em sociedade.

No entanto, mesmo sendo política e fundamental para a construção das sociedades modernas, a declaração ainda não tem força de lei e não garante a sua efetivação, é apenas um direcionamento basilar e padronizado para tratados internacionais e para as construções constitucionais e jurídicas de cada país. Assim, expressa os limites do direito positivado na sociedade capitalista, considerando as múltiplas determinações da realidade social mediatizadas pelas relações de classe, gênero/sexualidades e etnias-raça que assumem contornos específicos na dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. Maria Lucia Barroco (2008, p. 2) destaca que:

A origem da noção moderna dos DH é inseparável da ideia de que a sociedade é capaz de garantir a justiça – através das leis e do Estado – e dos princípios que lhes servem de sustentação filosófica e política: a universalidade e o direito natural à vida, à liberdade e ao pensamento. Filha do Iluminismo e das teorias do direito natural, essa noção foi fundamental para inscrever os DH no campo da imanência, do social e do político.

Como um exemplo, elucida-se a análise da realidade do Estado brasileiro em que, via de regra, todos os cidadãos têm os mesmos direitos e garantias de acesso às satisfações

1 A Questão Social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais [...] (Iamamoto, 2008, p. 119).

das suas necessidades humanas. No entanto, nas relações de trabalho na qual perpassam as determinações de classe, raça/etnia e de gênero/sexualidades, alguns grupos estão em posições inferiores e marginalizadas em relação a outros grupos que se mantêm como dominantes na sociedade.

No livro *Os despossuídos*, Karl Marx (2017) reflete sobre a questão conflituosa entre campo e cidade no debate sobre a lei de posse privada da madeira, do processo tal qual como ocorreu em sua totalidade histórica, e em sua leitura é possível vislumbrar acerca da luta pelos direitos humanos por trás das lutas de classes que condensam as sociedades, qualificando-se como categorias explicativas das transformações sociais que ocorreram a partir das sociedades antigas até chegarmos nas sociedades globalizadas e capitalistas em que vivemos hoje. As leis criadas pelo Estado burguês para favorecer uma classe específica e proteger o direito à propriedade privada.

Como referencial bibliográfico, buscou-se os estudos de autoras e autores que versam sobre o surgimento das políticas sociais no Brasil e o Estado neoliberal (Behring; Boschetti, 2007; Couto, 2004; Bravo, 2000) para reunir subsídios teórico-críticos para a apreensão dos direitos humanos no capitalismo.

O percurso metodológico adotado parte da explanatória da análise histórica dos direitos humanos, as contradições, os limites e as possibilidades entre a positivação e a materialização dos direitos, abarcando contribuições dos autores Barroco (2008), Tosi (2004), Freitas (2004), Iasi (2005) e Telles (1999); correlacionando a noção e o surgimento dos direitos no Estado brasileiro e, por fim, as implicações causadas historicamente pelo neoliberalismo na agenda dos direitos humanos.

Como será exposto, reforçamos que as contradições estão presentes no capitalismo e indissociáveis desse sistema, e é neste campo que perpassam os direitos humanos, os avanços e retrocessos pertinentes nas disputas de poder entre as classes. Por isso, o terceiro tópico aborda a formação sócio-histórica brasileira, que é fundamentada pela hierarquia de classes e exploração étnico-racial, mantendo em sua raiz o conservadorismo decorrente do próprio processo de colonização.

O Estado na fase do neoliberalismo se expressa na contradição de desigualdades sociais que são socialmente legitimadas e ainda, na contemporaneidade, no seu aprofundamento com maiores retrocessos no campo dos direitos, em prol dos interesses privados que, somados às crescentes “Fake News”² por parte da extrema direita no Brasil e na América Latina, corroboram para além da retirada de direitos básicos também para o avanço do Estado mínimo para as políticas sociais. Essa conformação se mostra abertamente

2 “We define ‘fake news’ to be news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers. We focus on fake news articles that have political implications, with special attention to the 2016 US presidential elections (...)” (Allcott; Gentzkow, 2017, p. 219).

contra as camadas sociais empobrecidas, periféricas, pretas, indígenas e a população LGBTQIA+, ou seja, contra todos os grupos sociais que historicamente vivenciam processos de exploração, dominação e opressão.

Contradições inerentes aos direitos humanos

A sociedade em que vivemos é justificada pelas relações sociais de produção nas quais o trabalho é transformado, reduzindo as condições da práxis humana, referente à capacidade de pré-ideação do ser humano, especialmente à transformação da natureza resultante do processo do trabalho, que nos tornamos capazes de construir linguagens, códigos sociais, instrumentos necessários para estes intermédios e interações para atender determinadas necessidades humanas que são sempre sociais.

A partir do surgimento do capitalismo, os processos de trabalho, as relações de produção e reprodução tornam-se alienadas e os sujeitos assim como todos os meios necessários para a subsistência se tornam mercadorias. Condiciona, por exemplo, o antagonismo de classes, a criação de códigos morais, o Estado, as instituições e as leis normativas da sociabilidade.

A sociedade deixa de ser pensada como um somatório de indivíduos e implicitamente reconhece-se conformada por classes sociais; as organizações, representantes de interesses setoriais (não simplesmente de cidadãos), além de serem legitimadas, podem participar de pactos e relações que transcendem a democracia parlamentar. Os pactos corporativos assumem um papel central nas grandes decisões políticas do Estado. (De La Garza Toledo, 2002, p. 75).

A sociabilidade demanda regras e valores morais para que os homens possam viver em sociedade. Neste ponto, os direitos humanos se caracterizam como uma normativa ética e moral idealizada socialmente e de alcance global. O direito então é convertido em meios de ordenamento social dos indivíduos. “Não se trata simplesmente de ‘direitos’ no sentido estritamente jurídico da palavra, mas de um conjunto de ‘valores’ que implicam várias dimensões” (Tosi, 2004, p. 23).

Como um produto social, a noção do direito burguês já nasce alienado, pois é legítimo no capitalismo a exploração da força de trabalho pela classe dominante, além da divisão desigual das riquezas produzidas.

Os direitos são também uma forma de dizer e nomear a ordem do mundo, de produzir o sentido de experiências antes silenciados e de formalizar o jogo das relações humanas estabelecendo as regras da reciprocidade e de equivalências por referências a noções sempre em disputa e sempre reinventadas de um bem comum [...] do que se imagina como mundo que valha a pena ser vivido. (Telles, 1999, p. 11).

A democracia idealizada e os direitos humanos não são consensuais. Existem, na fundamentação dos direitos humanos e na DUDH, premissas que se contradizem e não contemplam um todo universalmente como inicialmente pretendidas. O direito no ideário liberal representa a autonomia e a liberdade basilares ao processo de exploração e manutenção do capitalismo. Autonomia, no sentido de constituir sujeitos livres de coerção de outros sujeitos nas relações sociais, já a liberdade, no sentido de compra e venda da força de trabalho de tais sujeitos.

A sociedade do capital é um produto da humanidade que a subjuga até torná-la desumana. O direito é um instrumento dos seres humanos em sociedade, mas, todavia, os seres humanos podem converter-se em meros meios de um ordenamento jurídico. (Iasi, 2005, p. 185).

Na lógica capitalista, a democracia é justificada com o direito da individualidade, da propriedade privada, do mérito ilusório – visto que não há mérito em uma competição de classes, pois a burguesia hegemonicamente domina esta sociedade antagônica. Já os direitos humanos, em face das interpretações tendenciosas acerca da sua importância e do seu significado na sociedade, por certas correntes ideológicas e políticas (geralmente as mesmas que espalham as *Fake News*), são erroneamente combatidos como direitos para bandidos. E, ainda, estruturalmente existem condicionantes sociais que excluem e desfavorecem a maior parte da população, invalidando os princípios fundamentais da DUDH.

Sobre a defesa da igualdade de todos os sujeitos, em uma sociedade liberal em que o Estado é restrito – com aporte mínimo para direitos sociais –, cabe sinalar que não existe forma de se realizar a igualdade no acesso aos bens materiais. Isso ocorre porque, enquanto um grupo, usufruindo do seu direito de liberdade, é o detentor dos meios de produção, o outro só tem a sua força de trabalho para trocar pelos meios necessários de satisfação das suas necessidades. “O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista” (Freitas, 2004, p. 297).

As conquistas dos direitos humanos foram paulatinas, constituindo gerações temáticas, em decorrência das várias ondas de reivindicações e de lutas em diferentes lapsos temporais e espaços geográficos. Mas, neste trabalho, optamos por usar o conceito de “dimensões” na concepção de Trindade (2013), entendendo que, “hoje, no consenso acadêmico, a teoria das ‘gerações’ de direitos cede terreno para a concepção das ‘dimensões’ de direitos, sem mais hierarquia axiológica ou cronológica entre essas dimensões, todas sendo consideradas de igual importância para a dignidade da pessoa humana” (Trindade, 2013, p. 14). O autor traz a crítica ao conceito de “gerações”, por considerar a importância e os avanços dos direitos humanos, em seus limites, suas possibilidades e contradições, sem a suposição de uma hierarquia de direitos, como algo cronológico, linear e divisível, como a perspectiva de “gerações” pode remeter.

Os direitos de primeira dimensão perpassam as reivindicações por direitos civis, políticos e de liberdades individuais, como os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à segurança pública, entre outros, que são da chamada onda liberal. Um exemplo histórico foi a Revolução Francesa (1789-1799) que teve como lema “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”, inicialmente defendida por liberais, mas que não são menos importantes para os avanços das sociedades no campo dos direitos, em relação a outras vertentes ideológicas.

A segunda dimensão perpassa o campo dos direitos econômicos e sociais, que foram inicialmente defendidos por socialistas e através das lutas operárias desencadeadas na Europa. Inclui os direitos econômicos, sociais e culturais, como exemplos: o direito à seguridade social, o direito ao trabalho, ao seguro-desemprego, o direito a um salário justo e satisfatório, entre outros, matizados como de cunho progressista.

A terceira dimensão inclui os direitos a uma nova ordem internacional. O direito à paz, ao desenvolvimento e ao meio ambiente são alguns exemplos. Freitas (2004, p. 292) coloca que essa dimensão “entendida como o conjunto de direitos decorrentes do ideal da fraternidade e da solidariedade (alguns falam até em ‘solidariedade planetária’) corresponde ao direito à autodeterminação dos povos”.

A quarta dimensão de direitos é uma categoria nova, ainda em discussão, e que se refere ao compromisso de deixar o mundo em que vivemos melhor (se for possível), ou menos pior (dentro das possibilidades) do que o recebemos para as futuras gerações.

Dessa forma, é em nome da universalidade que os movimentos de defesa dos DH lutam pelo alargamento de seus limites burgueses ao longo da história. Com isso, vemos que a história social dos DH é o resultado da luta de classes, da pressão popular, da organização dos movimentos e dos militantes de DH, dos sujeitos políticos em face da opressão, da exploração e da desigualdade (Barroco, 2008, p. 4).

Existem autores que defenderam a linha dos direitos para aquelas condicionalidades que nascem naturalmente com o ser humano como um fundamento absoluto. Historicamente, a pretensão a um fundamento absoluto (irresistível) sempre foi um obstáculo à introdução de novos direitos, pois são total ou parcialmente incompatíveis com os direitos anteriormente reconhecidos, sendo teorias adotadas por ideologia conservadora que nega o movimento histórico de lutas e conquistas dos direitos humanos. Os teóricos denominados Jusnaturalistas compreendiam os direitos humanos como um campo inerente à condição humana, fundado em uma lógica apriorística, na qual a natureza humana por si só é detentora dos direitos, derivando-se da lei natural, dos direitos e dos deveres da sociabilidade dados naturalmente.

Diferente desses pressupostos, os direitos, reiteramos, são resultados de processos históricos. Correspondem a um homem concreto e às suas necessidades concretas. Por isso, os direitos são debatidos em diferentes movimentos da história humana delimitados pelas condições culturais, sociais, econômicas e principalmente políticas. Como Bobbio (1992) já apontava, apesar de ser reconhecida a existência de um direito, não lhe é garantida a efetividade de seu exercício na sociedade.

Sobre os direitos sociais, é possível identificar que a sua generalização mundial ocorre no Pós-Segunda Guerra Mundial de 1945, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, apenas nos países de capitalismo central que vivenciaram diferentes faces de um Estado social. Porém, tais experiências não ocorreram para expressar os limites do capitalismo, a contradição está atrelada às políticas sociais, em que o Estado se divide entre regulador do mercado e sociedade civil, entre democrático e liberal, contradizendo um direito básico civil e político do ideário burguês: a liberdade.

O autor De La Garza Toledo (2002, p. 80) descreve essa categoria de liberdade enquanto “um conceito abstrato de liberdade: o controle de cada um sobre sua conduta e destino, com mínima coerção de outros; em outro nível, traduz-se em desregulações estatais e privatizações”. Enquanto os direitos civis e políticos fundamentam-se na defesa da propriedade privada, os direitos sociais objetivam atuar sobre a exploração da força de trabalho, com a repartição igualitária das riquezas produzidas socialmente. É importante chamar atenção que tais reflexões necessitam ser problematizadas considerando as particularidades da formação econômico-social brasileira, que impõe limites históricos na agenda dos direitos humanos.

Particularidades dos direitos humanos na formação sócio-histórica do Estado brasileiro

O passado colonial e escravagista do Brasil repercute ainda na contemporaneidade, no sentido de que o ranço conservador e ultrapassado da elite brasileira e das relações de classe não romperam com a herança histórica deixada pelas mazelas da brutal escravidão da população negra e indígena, apesar da Constituição Federal de 1988 e das leis sociais criadas. O processo de descolonização brasileiro, embora não tenha tido participação popular, viabilizou, na transformação da modernização conservadora, a permanência de determinadas famílias no status de poder e hierarquia, de modo que as particularidades do capitalismo brasileiro fundaram-se na cultura do coronelismo, nas expressões do patriarcado, do racismo, do sexismo e outras práticas de opressão, exploração e dominação.

Para os escravizados, o interesse pelo fim da escravidão passava, além do anseio de enfim serem tratados como seres humanos, pelo campo da idealização da liberdade e todas

as possibilidades vislumbradas através da sua concretude, no entanto, quando esta ocorreu em 13 de maio de 1888 (sendo o Brasil o último país a abolir a escravidão no Continente Americano), a população negra não foi integrada à vida urbana. Ou seja, houve, e ainda há, a sensação de uma abolição inacabada, uma dívida histórica do Estado com os descendentes do sangue escravizado que não tiveram e não têm a sua integração política, econômica, social e cultural, nas relações cotidianas de classes e raça/etnia.

Muitos afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classes e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito fortes. Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais. (Fernandes, 2017, p. 40).

O racismo enquanto estrutural não viabilizou ao recém-liberto condições essenciais para que ele se promovesse na sociedade capitalista em desenvolvimento. Não lhe era permitido, na categoria de homem livre, acessar os trâmites de satisfação das suas necessidades físicas, e as manifestações religiosas, culturais, foram proibidas e marginalizadas. A força de trabalho humana passou a ser exportada da Europa com intuito de embranquecer a população brasileira e, após, substituir por maquinários. Como destaca Tosi (2004, p. 138): “em primeiro lugar, porque a população escrava ficava totalmente excluída do corpo político, pois não era considerada como conjunto de sujeitos de direito. Escravos eram mercadorias, coisificados”.

As condicionalidades postas estruturam o racismo no Brasil, afetando o recém-liberto e suas futuras gerações que ainda se mantém, na contemporaneidade, pois a população não branca é a mais afetada pela dureza das relações sociais capitalistas; marginalizadas e oprimidas pelas distinções de raça e cor na sociedade de classes.

O cenário político do período de constituição do modo típico do capitalismo no país continuou caótico, fraudulento e sem participação da sociedade civil. Os que detinham poder pertenciam à elite branca brasileira e usavam das forças coercitivas e de repressão para comandar e manter a ordem social. Os direitos civis e políticos eram negados e não havia espaços de debate e conscientização acerca deles. As noções fundamentais para o desenvolvimento da cidadania, como a igualdade de todos perante a lei e a necessidade do respeito às leis e aos poderes instituídos, não foram levadas em conta nesta nova fase da vida política nacional (Tosi, 2004, p. 147-148).

Com o recorte étnico-racial, Florestan Fernandes (2017, p. 41) ainda escancara a falsa democracia do Brasil, no sentido de que, apesar de pressupor democratização e ampliação dos direitos, não se tem plena efetividade nas relações sociais permeadas pelas desigualdades raciais, pois, “a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discrimi-

nação, preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça.

Na era Vargas, apesar de avanços no plano dos direitos trabalhistas, o chamado Estado Novo provocou inúmeros retrocessos acerca das conquistas obtidas no campo dos direitos civis e políticos. Neste período, os trabalhadores urbanos obtiveram respostas às reivindicações sindicais, quando foram consolidadas as leis trabalhistas. Mas, para manter os acordos com as oligarquias agrárias, os trabalhadores rurais não tiveram os direitos assegurados pelo Estado.

Os direitos trabalhistas, as regulamentações e os direitos em geral foram adquiridos através de muita luta da classe operária. As condições da vida do trabalhador brasileiro eram péssimas e insalubres e todas as facetas da questão social que afligiam a classe proletária eram tratadas com violência, punição e repressão policial.

Já nos anos de 1964 a 1985, durando 21 anos, a Ditadura Militar – com os órgãos militares mantendo o poder político no Brasil – extinguiu direitos políticos e direitos básicos, como o direito de ir e vir, limitando e restringindo o acesso aos direitos civis, cujos principais exemplos são o direito de escolha, de manifestação política, de contestação ao poder vigente e de reivindicação de melhorias. Ao mesmo tempo, houve uma ampliação no campo dos direitos sociais, ainda que em uma perspectiva conservadora e tecnicista.

As autoras Behring e Boschetti (2007, p. 110) pontuam que, neste período, a ditadura em curso “[...] dificultou consensos em torno de um projeto nacional, em que se incluía o desenho da política social. Assim, esse período ficou marcado pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas”.

Neste período, em que o Estado foi gestado por militares, ocorreram todas as possíveis e inimagináveis atrocidades cometidas contra seres humanos, desde tortura a desaparecimento de corpos. No campo dos direitos sociais, possibilitou-se o surgimento de ministérios que garantiam mínimos avanços no plano social, o que não apaga os horrores acometidos contra várias vidas humanas, naturalizados durante esses anos da história do Brasil.

Em face da Questão Social no período de 1964 a 1974, o Estado utilizou para a sua intervenção o binômio repressão-assistência, sendo a política assistencial ampliada, burocratizada e modernizada pela máquina estatal, com a finalidade de aumentar o poder de regulação sobre a sociedade, suavizar as tensões sociais e conseguir legitimidade para o regime, como também servir de mecanismo de acumulação do capital. (Bravo, 2002, p. 58).

Aumentaram o número de pessoas não alfabetizadas, ocorreu em grande escala a privatização da educação, principalmente no âmbito da educação superior. Não havia espaços

para a livre expressão, com a mídia, a arte e a cultura sendo censuradas, além de considerar ilegal a organização de movimentos estudantis e de sindicatos de trabalhadores. Qualquer manifestação contrária ao governo militar era tratada com repressão, tortura e exílio.

Superada a fase do terror que foram os anos de Ditadura Militar, no ano de 1988, a elaboração de uma nova Constituição Federal brasileira (CF/1988) viabilizou a garantia legal dos direitos humanos, assegurando a igualdade dos indivíduos e a garantia ao acesso aos direitos em todos os âmbitos. Ainda assim, na sociabilidade brasileira, permaneceu uma face conservadora que garante os privilégios de famílias historicamente mantidas no poder, como verdadeiras expressões das classes dominantes.

A pobreza e a desigualdade social como facetas da questão social, resultantes da divisão desigual de classes sociais do capitalismo, foram relativamente abordadas pela CF/1988 ao instituir o tripé da Seguridade Social, sendo a Previdência Social contributiva através do vínculo empregatício, a saúde de acesso universal e a assistência social como uma política social não contributiva. Behring e Boschetti (2007) colocam que a Seguridade Social brasileira acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência.

As autoras ainda discorrem sobre a dimensão étnico/racial que sustenta o capitalismo brasileiro desde a sua gênese:

[...] à violência que vem de cima e que é estrutural sobre os pobres. Essa violência ‘de cima’ é composta de três elementos explosivamente combinados: o desemprego, o exílio em bairros decadentes e a estigmatização na vida cotidiana, em geral associada às dimensões étnico-raciais e de gênero, como vimos. (Behring; Boschetti, 2007, p. 187).

A partir dos anos de 1990, no neoliberalismo, a supercapitalização da política social se caracteriza por e através dos programas de transferência de renda e outros serviços ofertados pelo Estado, assim como o processo de mercantilização de serviços sociais para garantir o lucro ao mercado com a rasa ideia de cidadão consumidor, focalizando as políticas sociais e provocando retrocessos nos direitos conquistados na Constituição, em razão das contrarreformas em curso, o que será mais apreciado no tópico seguinte.

Os direitos humanos no campo da barbárie neoliberal

Como se sabe, o neoliberalismo é configurado historicamente como um projeto econômico, político e ideológico, e tem por valores principais a defesa da liberdade (burguesa), a competitividade de mercado, a individualidade e a meritocracia. Esses princípios rejeitam a intervenção estatal nas expressões/manifestações da questão social. E ainda:

No plano cultural, o neoliberalismo pode ser combinado com valores tradicionais: nação, família, autoridade, respeito às hierarquias (aspectos culturais populares), explorando antigas contradições entre aspirações populares e funcionamento do Estado, com as burocracias e as ineficiências dos serviços públicos, com a existência de setores da população mais desprotegidos pelas políticas públicas. (De La Garza Toledo, 2002, p. 81).

Na América Latina, o Chile foi o país pioneiro na adesão à ideologia econômico-política neoliberal. Sob a ditadura do governo de Pinochet, aboliram a democracia e outros direitos fundamentais; inspirados nas experiências norte-americanas, privatizaram os bens públicos e qualquer manifestação contrária da população civil eram tratadas com cruéis e violentas repressões físicas e violentas.

Já no Brasil, a partir da onda neoliberal dos anos de 1990, as autoras Behring e Boschetti (2007) descrevem a reforma neoliberal do Estado como mascarada de modernização e tentativa de inserção do país a uma política econômica internacional, mas, na verdade, resultou somente nas facetas conservadoras da barbárie da desigualdade social e em retrocesso no campo dos direitos humanos, especialmente no campo da Seguridade Social.

Adiante, um longo e preciso processo de base liberalizante, voltado para a apropriação da acumulação capitalista, se aproxima cada vez mais da condição de barbárie do contexto societário brasileiro, aprofundando depois de 2016. As frações dominantes, advindas do processo de materialização da hegemonia política que precedem o neoliberalismo, têm reduzido a atuação das políticas públicas por meio de medidas de ajustes fiscais a “insumos econômicos – ou seja, um fator que impulsiona a economia”, segundo Cara (2019, p. 29).

Não ocasionalmente, os direitos sociais e a concepção teórica de cidadania perfazem neste cenário um duro reducionismo, como mero mecanismo de acumulação e reprodução capitalista, voltados para maior capitalização. As condições em que as políticas públicas foram reordenadas no Brasil, nos últimos anos, configuram amplo espaço para luta de classes, todavia, em condições extremas de aprofundamento da desigualdade social.

Seguindo essas considerações, cumpre observar que o campo dos direitos sociais e das políticas públicas na agenda do ideário liberal, em particular por meio da Emenda Constitucional 95 - aprovada no seio de um golpe de Estado no ano de 2016, que viabilizou o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff – possibilitando a materialização de medidas de ajustes fiscais, a fim de instituir-se, na contramão da atual Constituição, uma política antidemocrática e excludente. Nesse processo, se realocam as agendas política, econômica e social aos interesses da maior mercantilização das políticas sociais e da expansão global do movimento do capital.

Considerações finais

Na tentativa de redemocratização no fim do autoritarismo militar no Brasil, que durou 21 anos, o controle social surge com o intuito de garantir a participação da sociedade civil no campo do Estado. A necessidade de frentes organizadas e articuladas que defendam os direitos humanos em todos os temas, como direitos políticos, sociais, econômicos, entre outros, ganha expressão em decorrência daquele impulso participacionista.

Mesmo assim, o orçamento do Estado destinado para as políticas sociais e públicas é constantemente sucateado no neoliberalismo para ingressar em instâncias privadas, tornando tais políticas e serviços focalizados, seletivos e excludentes através da burocratização para acessá-los.

Além de abrir precedentes para a privatização, o ranço conservador da elite brasileira que se perpetua ainda no Brasil contemporâneo financia as contrarreformas do Estado, resultando na desconfiguração e retrocesso dos direitos conquistados pelas lutas de classe e que são assegurados na CF/1988. A nossa luta enquanto classe trabalhadora, permeada de uma pluralidade de sujeitos e de contradições, precisa estar pautada no Projeto Ético-Político, bem como no Código de Ética Profissional (CEP) do Assistente Social de 1993.

O Serviço Social tem uma longa tradição de luta pelos DH: em todos os continentes e países em que atua se caracteriza pelo compromisso ético com a dignidade humana, pelo respeito ao outro em todas as suas situações de vida e escolhas, sem discriminações e preconceitos de raça, etnia, religião, orientação sexual, etc. As diferentes concepções e tendências profissionais não estão acima dos valores e princípios éticos que unem internacionalmente os assistentes sociais em uma luta comum. (Barroco, 2008, p. 9).

A direção ético-política hegemônica no Serviço Social brasileiro e os seus atores profissionais devem se posicionar frente às lutas de classes, ao lado da classe trabalhadora deste país, e devem lutar coletivamente pelo respeito e a equidade de sujeitos independente de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, cultura, religião, entre outras dimensões; pela garantia e acesso aos direitos humanos; e pela superação do sistema capitalista, que legitima a opressão, a exploração e as desigualdades sociais.

Como exposto, frisamos que os direitos são mutáveis, bem como a própria história da humanidade, que foi sendo moldada em conformidade aos interesses do poder e da ordem dominante. Não existe uma fundamentação absoluta neste sentido, pois os direitos humanos são relativos aos contextos sociais e não são naturalmente concedidos. Assim, dependem das tensões provocadas pela classe trabalhadora para a sua ampliação e permanência nas legislações de cada sociedade dita moderna e democrática. Por fim, cabe destacar que a luta por direitos humanos é estratégica para afirmação da emancipação política, esta entendida como uma mediação para avançar para construir uma outra sociabilidade que de fato garanta a emancipação humana.

Contribuições dos/as autores/as: todos os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, 2017. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BARROCO, M. L. S. *O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o Serviço Social*. In: Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho – Salvador (Bahia) 2008. Mimeo.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BRAVO, M. I. de S. *Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 2000.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, F. (org.). *Educação contra a barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTO, B. R. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível*. São Paulo: Cortez, 2004.

DE LA GARZA TOLEDO, E. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREITAS, F. F. B. A questão democrática e os direitos humanos: encontros, desencontros e um caminho. In: *Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 21, 2008.

IASI, M. L. Direito e emancipação humana. *Revista do Curso de Direito*, v. 2, n. 2, 2005.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Os despossuídos*: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, out./dez. 2010.

TELLES, V. d. S. Direitos sociais: afinal do que se trata? *Revista USP*, São Paulo, n. 37, 1999.

TRINDADE, J. D. de L. Direitos humanos para além do capital. In: FORTI, V.; BRITES, M. C. (org.). *Direitos humanos e Serviço Social*: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TOSI, G. Direitos humanos no Brasil em uma perspectiva história. In: *Direitos humanos*: História, teoria e prática. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

La mercantilización del sufrimiento psíquico

A mercantilização do sofrimento psíquico

The commodification of psychological suffering

Mariana Paulín Devallis* 

RESUMEN

El presente artículo reflexiona sobre la medicalización del sufrimiento psíquico en clave de entender ese proceso como parte de una estrategia de acumulación capitalista. Para ello, primero se expone la idea de que el capitalismo está en una fase de una acumulación originaria residual terminal (Veraza, 2011) en la cual, el sufrimiento psíquico es uno de los aspectos a expropiar y explotar. En segundo se describen las políticas económicas implementadas en Argentina, en las secciones posteriores se particularizar en el Alto valle de Río Negro y en la expropiación modos de vida. En la última sección se presenta la disputa intercapitalista dentro del sector salud y a la medicalización como resorte de reposicionamiento de la fracción industrial en esa disputa a partir de tres dimensiones la universalización abstracta de las categorías diagnósticas en Salud Mental; los cambios regulatorios con y la ofensiva contra el trabajo.

Palabras claves: medicalización; sufrimiento psíquico; despojo.

RESUMO

O presente artigo reflete sobre a medicalização do sofrimento psíquico em chave de entender esse processo como parte de uma estratégia de acumulação capitalista. Para isso, primeiro expõe-se a ideia de que o capitalismo está em uma fase de uma acumulação residual originária terminal (Veraza, 2011) na qual, o sofrimento psíquico é um dos aspectos a expropriar e explorar. Em segundo lugar, descrevemos as políticas econômicas implementadas na Argentina, nas seções posteriores, vamos nos particularizar no Alto Vale do Rio Negro e na expropriação de modos de vida. Na última seção é apresentada a disputa intercapitalista dentro do setor saúde e à medicalização como mola de reposicionamento da fração industrial nessa disputa a partir de três dimensões a universalização abstrata das categorias diagnósticas em Saúde Mental; as mudanças regulatórias com e a ofensiva contra o trabalho

Palavras-Chave: medicalização; sofrimento psíquico; despojo.

ABSTRACT

This article reflects on the medicalization of psychic suffering in order to understand that process as part of a capitalist accumulation strategy. To do this, the first idea is that capitalism is in a phase of an initial residual accumulation terminal (Veraza, 2011) in which, psychic suffering is one of the aspects to expropriate and exploit. Second, the economic policies implemented in Argentina are described; in the following sections, it is particularized in the Alto Río Negro valley and in the expropriation of livelihoods. In the last section, we present the inter-capitalist dispute within the health sector and medicalization as a means of repositioning the industrial fraction in that dispute from three dimensions, the abstract universalization of diagnostic categories in health Mental; The regulatory changes and the offensive against work.

Keywords: medicalization; mental suffering; dispossession.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88520>

*Universidade Nacional Comahue,
Buenos Aires 1400, Q8300
Neuquén, Argentina. E-mail:
marianapaulin2@gmail.com.

Como citar: DEVALLIS, M. P. La mercantilización del sufrimiento psíquico. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 148-161, dez, 2024.
Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88520>

Recebido em 30 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introducción

El presente artículo reflexiona sobre la mercantilización del sufrimiento psíquico en clave de entender ese proceso como parte de una estrategia de acumulación capitalista, que se manifiesta en la medicalización.

En virtud de ello, en un primer momento se presentan los conceptos trastorno mental y sufrimiento psíquico, el de medicalización y farmacologización. En las secciones siguientes se expone la idea de que el capitalismo está en una fase de acumulación originaria residual terminal (Veraza, 2011) en la cual, el sufrimiento psíquico es uno de los aspectos a expropiar y explotar. Se describe brevemente la implantación de políticas Neoliberales y neo desarrollistas en Argentina. En un momento posterior, se particulariza en el proceso de despojo, al que dicha acumulación está sometiendo al Alto valle de Rio Negro, y como el extractivismo hidrocarburífero expropia, además, a las personas de sus modos de vida, con consecuencias en la socialidad y la subjetividad, que son el terreno donde clasificaciones psicopatológicas involucran nuevas formas de producir lucro. En la última sección se presenta la disputa intercapitalista dentro del sector salud y a la medicalización como mecanismo de reposicionamiento de la fracción industrial, respecto a este proceso se profundiza en tres dimensiones. la universalización abstracta de las categorías diagnósticas en Salud Mental; los cambios regulatorios con capacidad de impactar la aprobación y comercialización de medicamentos y tecnología médica y la ofensiva contra el trabajo.

Se dará inicio con algunas conceptualizaciones fundantes de este artículo, ellas son las de medicalización, trastorno mental, y sufrimiento psíquico.

La medicalización del sufrimiento psíquico nos presenta como primera cuestión a desentrañar, la controversial categoría de trastorno mental o trastorno psíquico. Dicho concepto es impulsado desde organismos transnacionales como un concepto objetivo, a – histórico, universal e inmutable. Para Jervis (1977), su utilización remite a la analogía con las afecciones físicas, su misma idea lleva implícita la desventaja o la disminución de las funciones vitales.

Lo que se denomina trastorno mental, continua Jervis, es aquello ligado a la desviación, en términos individuales. Sin embargo, en cada momento histórico, la clase dominante tiene el poder de definir qué es lo normal y lo desviado, cuales son los modelos de comportamientos, y dentro de ellos que es lo prohibido y lo permitido (Jervis, 1977).

La medicina social latinoamericana, afirma que los procesos biológicos y psíquicos humanos no son a-históricos y naturales, sino que asumen formas específicas en cada momento histórico y también en cada grupo social concreto, el proceso salud- enfermedad, es a la vez, e indisolublemente biológico y social (Laurell, 1993). En la misma línea, la salud mental comunitaria promueve el concepto de sufrimiento psíquico, entendiéndolo como las manifestaciones de malestar o de conflicto no necesariamente homologables a

patologías. (Augsburger, 2002). Dicho malestar no puede ser universal, sino que tiene determinaciones materiales, culturales, étnicas, de género, que guardan múltiples nexos internos entre sí.

La crítica a la categoría trastorno mental no significa en modo alguno, la negación de las dificultades que atraviesan muchos sujetos, sino la afirmación de que el malestar o dificultad son determinados por la inserción en la división del trabajo y en la división en clases, es decir por la práctica social y no por aspectos internos.

Por su parte, la medicalización es un concepto que proviene de la sociología médica. En sus primeras versiones, hacía referencia a la construcción social por la cual diversos procesos vitales normales, como el parto, nacimiento, muerte, entre otros, fueron apropiados como dominio de la medicina (Conrad, 1975). Como consecuencia se institucionalizaron una serie de procedimientos de control y diagnósticos sobre dichos procesos vitales (Iriart, 2018).

En el último cuarto del siglo XX, se deslizó hacia la medicalización de la anormalidad, es decir de aquellas conductas que para la sociedad contemporánea son indeseables, reprochables e inútiles a la reproducción del capitalismo. Se trataría, además, de problemas o comportamientos de la vida cotidiana, que en un determinado momento se redefinen y se tratan como enfermedad o trastorno (Conrad, 2018).

La medicalización frecuentemente está acompañada por el proceso de farmacologización, es decir, la tendencia a dar “respuestas farmacológicas a los problemas de la vida, y es un proceso que se solapa pero que excede el ámbito de lo médico o de lo medicalizable” (Bianchi et al, 2018, p.71). Involucra a profesionales, pacientes, consumidores; instituciones regulatorias y a la industria farmacéutica (Bianchi et al 2018).

La actual fase del capital

Se parte de la idea que, ante la crisis de acumulación capitalista, la humanidad está atravesando una nueva etapa de “Acumulación Originaria” que, no sólo separa a los sujetos de los medios de producción, sean ellos naturales, tecnológicos o culturales, sino que adopta una forma histórica específica que es la de una acumulación originaria residual terminal (Veraza, 2011). Es residual dado que expropia y mercantiliza dimensiones o recursos, territorios que, hasta este momento se consideraban improductivos, cuya explotación era demasiado onerosa o no se contaba con la tecnología que pudiera hacerla factible.

Es entonces que, en base a la aplicación de un determinado tipo de tecnología, se posibilita expropiación de los “residuos” que quedan en el planeta, para la reproducción ampliada del capital. Este proceso de despojo involucra formas nunca antes vistas “como la biopiratería y el pillaje de los recursos genéticos mundiales; la mercantilización y depre-

dación de los bienes ambientales globales; la mercantilización de la cultura y la subjetividad [...] (Seaone, 2013, p. 35).

Adicionalmente, esta acumulación originaria, se caracteriza por ser terminal, dado que la tecnología utilizada para producir lucro implica la incompatibilidad con la vida, es un rumbo anti -histórico, cuya tendencia es al exterminio de la humanidad. (Veraza, 2011) Esa tecnología es degradante para los seres humanos y nociva para el planeta, como se mostrará en el espacio particular del Alto Valle de Río Negro en la Patagonia Argentina.

El sufrimiento psíquico, es uno de los aspectos que se mercantilizan para permitir la acumulación de capital, produciendo efectos deshumanizantes que se extienden a un número cada vez mayor de población.

Dictaduras y progresismos: Políticas Neoliberales y Neo desarrollistas

A partir de la última dictadura cívico militar, se implantan en la Argentina políticas Neoliberales, especialmente a través de dos procesos, la desindustrialización y la reprimarización de la economía (Schorr, 2021).

Por un lado, la desindustrialización implicó el desmontaje de determinados sectores industriales, que hasta 1976, habían desarrollado la política de sustitución de importaciones. Por otro lado, se reprimariza la economía basada en ventajas comparativas estáticas, con escaso valor agregado y apertura al sector externo. (Schorr, 2021). Esta política se mantuvo e incluso profundizó con los gobiernos democráticos.

La salida de la convertibilidad, con la crisis de 2001, implicó, según Feliz (2012) un período de derrota política para el Neoliberalismo, pero, sin embargo, dejó indemne el éxito de la reestructuración del patrón de acumulación, fundado en la transnacionalización, concentración y centralización del capital unido a la primacía de las actividades extractivista y la precarización del mercado laboral.

Siguiendo el argumento de Schorr, esa estrategia buscó: “afianzar un perfil de especialización e inserción internacional estructurado fundamentalmente alrededor de las ventajas comparativas existentes (diversos núcleos agroindustriales, minerales, recursos hidrocarbúricos).” (Schorr, 2021b, p. 17).

El despojo en el Alto Valle de Río Negro

Desde nuestra particular posición en el alto valle de Río Negro, en la Patagonia Argentina, se identifica que esta reprimarización de la economía, es la forma que asume el despojo de los bienes naturales, en la acumulación originaria residual terminal. El pro-

ceso de despojo, tiene un punto de inflexión en la primera década de los 2000, cuando se inicia la extracción de gas y petróleo no convencional, a través del método de fracking o fractura hidráulica.

Dicha actividad productiva confronta por el territorio con la economía de producción frutícola que predominaba anteriormente en la región (Rodil, 2015, Abarzua, 2018). Se da, además, un avance del monocultivo de soja y otros, sobre los minifundios frutícolas. Todo ello, implica una concentración de la propiedad de la tierra, un uso intensivo del suelo, basado en transgénicos y sustancias tóxicas, así como la privatización del uso del agua.

En consecuencia, se confrontan las formas de reproducción de la vida en torno a la producción de alimentos y las de la actividad petrolera. La expansión de la actividad extractiva hidrocarburífera, produce múltiples efectos adversos, como desocupación, migraciones, desplazamientos, burbujas inmobiliarias y de precios, concentración de tierras, conflictos culturales y sociales, grandes impactos medioambientales, que, al decir, de organizaciones ambientalistas “eliminan toda proyección de futuro” (Agencia Tierra Viva, 2024, Rodil, 2015), haciendo patente el rasgo terminal de esta fase de acumulación.

En cuanto al trabajo, se aplica una política de homogeneización global de cultura, mercaderías y condiciones de trabajo. La transnacionalización del capital impone en las áreas de explotación hidrocarburífera, condiciones de trabajo similares a las de Estados Unidos, así lo demuestran Gorenstein et al. (2019):

En 2017 se impuso un nuevo régimen laboral con contrataciones eventuales, la flexibilidad funcional, la localización de los alojamientos para los trabajadores, los horarios y las condiciones de trabajo en las cuencas petroleras, operan como mecanismos que disciplinan y debilitan a los sindicatos y presionan sobre el empleo típico, sobre los niveles de productividad y en el desarrollo de nuevas competencias. (Gorenstein et al, 2019, p. 27).

La provincia de Río Negro, además cuenta con diversos proyectos mineros de oro, plata, uranio, arenas silíceas - necesarias para el fracking- para cuya explotación a cielo abierto se requieren grandes cantidades de agua y la utilización de sustancias tóxicas.

Por su parte, los gobiernos provinciales y locales actúan en complicidad con los capitales transnacionales, es así que la legislatura provincial adhirió al régimen de incentivos a las grandes inversiones (RIGI) que impulsa el gobierno Milei, el que involucra exenciones impositivas para todas las actividades extractivas durante 30 años, incluso asignando la prioridad a las empresas en el uso del agua (Agencia Tierra Viva, 2024).

Por lo que se refiere a la actividad extractiva, ésta se realiza a través de la demarcación de zonas de explotación que son consideradas sacrificables, creando economías de enclave (Mbembe, 2011). Ello se impone como única alternativa, cancelando otras formas de

vida preexistentes como la de los pueblos originarios que allí habitan (Resumen Latinoamericano, 2023).

Precisamente el conflicto con los pueblos originarios deja al descubierto, el autoritarismo con que debe imponerse esta forma de expropiación. La provincia y el gobierno federal llevan adelante una persecución hacia ellos, a través de juicios; detenciones e incluso la constitución de cuerpos especiales para resguardar la producción. Unido a ello se construye en la zona una base militar de EEUU, cuyos fines declarados son brindar ayuda humanitaria (Resumen Latinoamericano, 2023).

Por otra parte, el Estado intenta obtener legitimidad, por medio de la compra de líderes sociales y el estímulo de peleas internas en las localidades. En cuanto a las poblaciones que se requiere pacificar, se implementan políticas sociales de corte focalizado y fragmentario, especialmente aquellas que impulsan los organismos transnacionales, los denominados, programas de transferencia monetaria condicionada, que procuran la inducción comportamental de las poblaciones, (Mallardi et al, 2019) en una verdadera operación de silenciamiento y domesticación.

El impacto en la socialidad y la subjetividad

Conjuntamente a la constitución de economías de enclave, se despoja de las formas de socialidad, Mbembe menciona que, a la par emergen nuevos actores políticos “Cuya meta consiste en regular la conducta de los individuos y hacer posibles nuevas formas de constitución de la propiedad privada y la desigualdad” (Mbembe, 2011, p. 80).

Desde luego, este proceso de despojo requiere de una nueva subjetividad, que lo legitime, es así que a través de diversos medios de interpretación y comunicación se diseminan los valores capitalistas como únicos e inmutables, y se promueve el direccionamiento de las necesidades sociales hacia el ámbito del mercado o de lo doméstico (Fraser, 1991).

Las clases dominantes a través de todos los medios a su alcance, “naturalizan la opresión y la explotación, promueven el individualismo, el consumismo, la meritocracia, la xenofobia y la discriminación” (Kordon; 2024). Concomitantemente se da un proceso de despolitización de la población despreciando y criminalizando las formas colectivas y comunitarias de resistencia. (Naveda, 2023).

En ese mismo orden de cosas, pero en un nivel más agudo, las clases dominantes, especialmente aquel sector ligado a capital financiero, ante la posibilidad potencial o real de que sus intereses peligran, no dudan en impulsar la fascistización de la sociedad, y especialmente, como explica Bouamama (2021) la fascistización del aparato del Estado, a través de medidas de restricción de derechos y libertades y en el límite con la constitución de grupos de choque. Elementos que son productores de violencia social y sufrimiento psíquico.

Desde esta perspectiva, los despojos de la base material y de las formas de relación con la naturaleza y con las personas, producen sufrimiento que es reapropiado por el capital a través de la medicalización.

Tal como nos dice Netto (2002 en Mallardi et al, 2019) el reconocimiento público de las manifestaciones de la Cuestión social siempre se da escindido de sus determinaciones socio históricas, y re direccionado hacia al sujeto. Se da un proceso de moralización, que individualiza y privatiza, llegando a la psicologización de los problemas sociales, que requieren, por tanto, de un cambio por parte del sujeto. Ese proceso está en la base de lo que hemos expuesto como la medicalización del sufrimiento psíquico.

La medicalización como despojo

Desde la perspectiva de la economía política, en la dinámica interna del sector salud, se identifica una disputa intercapitalista, entre el capital industrial, representado por la industria farmacéutica y el complejo de servicios de salud versus el capital financiero, presente por medio de aseguradoras y gerenciadoras de salud (Iriart et al 2000).

Las aseguradoras de salud, se insertaron en el sector a partir de la década de los 90, con las políticas impuestas por los organismos internacionales (FMI Y BM), como la apertura de la economía a las Inversiones extranjeras directas, el achicamiento del gasto público y la reestructuración del Estado (Schorr, 2021 a). Las inversiones extranjeras directas favorecieron el ingreso de empresas transnacionales de seguros de salud, que, iniciando por la concentración de seguros privados de salud, se garantizaron una posición de privilegio para lograr cambios en la regulación del sector.

En 1996, el Ejecutivo promulga el Decreto Nacional 1.141/96 que permite la libre elección de la obra social. Con esta modificación en la regulación del subsector de seguridad social, las aseguradoras podían recibir aportes de las obras sociales sindicales (Iriart et al, 2000) Ello permitió la preponderancia del sector financiero que, a su vez, fue adquiriendo hospitales y policlínicos privados, adaptándolos a la lógica del aseguramiento (Iriart et al, 2000).

Por consiguiente, los primeros momentos de ingreso del capital financiero al sector, implicó una reducción de ganancias para la industria médico - farmacéutica. Pero ésta logró reposicionarse, y según Iriart, se da una dinámica de interpenetración de los capitales financieros e industriales, como parte de una estrategia de diversificación de la cartera de negocios de ambas fracciones del capital. (Iriart et al, 2017).

Schorr (2021a) muestra como en 2019 en la cúpula empresarial se encontraban las aseguradoras de salud, OSDE, Swiss Medical y Galeno, empresas privadas nacionales de mayor concentración del mercado de salud, lo cual le asegura una posición de privilegio

respecto de Obras sociales sindicales y de grupos de prestadores particulares. Estas empresas son receptoras de aportes de la seguridad social, así como propietarias o socias de grandes establecimientos sanitarios, observándose allí, la interpenetración.

Para autores como Iriart et al. (2017) la medicalización está ligada a las reformas “silenciosas” que fue implementando la industria médico- farmacéutica para reposicionarse en el sector. La medicalización fue una de las estrategias que se estableció para conseguirlo.

Algunas modalidades en que se promovió la medicalización – y su proceso asociado, la farmacologización-, fueron a) La universalización abstracta de las categorías diagnósticas en Salud Mental; b) Cambios regulatorios con capacidad de impactar la aprobación y comercialización de medicamentos y tecnología médica. c) La ofensiva contra el trabajo.

Como se mencionó anteriormente, la categoría trastorno mental, en especial las clasificaciones impuestas, implican la uniformización del sentir, pensar y las formas de vivir en todo el planeta, borrando la relación con la sociedad en la cual se produce el sufrimiento y permitiendo la apropiación del mismo, su cosificación.

A propósito del primer punto, las clasificaciones impulsadas por la American Psychological Association (APA), en Estados Unidos, se universalizan, se diseminan a todo el planeta. Ellas se fundan en la categoría de trastorno mental con una perspectiva a- teórica, que significaría “neutral en cuanto a posibles causas o teorías etiológicas “(Sandin,2013, p. 258) lo cual, favoreció su aplicación en la clínica y la investigación, así como en la enseñanza de diversas disciplinas. (Sandin, 2013).

García Zabaleta (2019) menciona que, a partir de la versión III, se modifica la perspectiva del DSM, desde la psicodinámica a la biomedicina, el autor coloca este cambio como respuesta a intereses de los dos sectores capitalistas:

Los pacientes pasan de ser tratados con psicoterapia a recibir psicofármacos que alteran el comportamiento de su organismo, con el incremento de riesgos potenciales y efectos secundarios que esto conlleva. Las compañías de seguros e instituciones ven reducidos sus gastos, al mismo tiempo que las farmacéuticas ven abrirse ante ellas una oportunidad de mercado inmejorable. (García Zabaleta, 2019, p 452).

En referencia a las últimas tres versiones del DSM, el mismo autor, resalta la falta de definición exhaustiva entre lo normal y lo patológico, lo cual permite que cada vez más aspectos sean catalogados dentro de la patología. Asimismo, al no ser mutuamente excluyentes las categorías, deviene en que cada vez más personas sean diagnosticadas como con comorbilidad, es decir, se produce un solapamiento de dos diagnósticos diferentes en una misma persona, de donde se sigue que, su uso debería ser la excepción, sin embargo, este tipo de diagnósticos se ha multiplicado. (García Zabaleta, 2018) Con ello se puede no sólo cuestionar la clasificación sino además sospechar de las ganancias que produce que cada persona sea medicada para más de un trastorno.

Por su parte, el manual de Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE OMS), en la sección de Salud Mental, adopta una posición similar al DSM tanto en la extensión de las categorías, en su definición basada en evidencia, prescindiendo de una teoría sobre los trastornos, así como en las líneas terapéuticas que priorizan la medicación. (Yeyati, 2022; Sandin, 2013).

La misma industria médico –farmacéutica participa en la revisión y actualización de las clasificaciones a través de expertos pagados directa o indirectamente por ellas. Ha sido demostrado que entre el panel de expertos del DSM, gran parte recibió financiamiento, de algún tipo, de la industria farmacéutica. Esto acarrea al menos dos consecuencias, primero, el tema de la extensión de las categorías diagnósticas a cada vez mayor número de procesos vitales y, segundo, la indicación de tratamiento farmacológico como primera línea terapéutica. (Cosgrove, L, 2024; Davis, 2024).

Como consecuencia de lo expuesto precedentemente, se crean nuevos mercados de capacitación para profesionales; mercados de tratamiento y rehabilitación; así como, mercados para medicamentos nuevos o viejos aplicados a nuevos problemas.

Para ejemplificar, baste con tomar un caso diagnóstico, según OPS, para 2016, en Argentina, uno de cada cien niños sufría algún trastorno del espectro autista. La organización consideraba que el crecimiento en casos reportados “tiene estrecha vinculación con un mayor conocimiento sobre el autismo en pediatras y familiares, *el cambio en las clasificaciones, la ampliación del espectro* y la detección y diagnóstico temprano” (OPS, 2016, resaltado nuestro).

En el marco de procesos de reforma en salud mental, como el que transita Argentina, desde los discursivos, se define al sufrimiento como un proceso multideterminado, al mismo tiempo las aseguradoras y la industria farmacéutica en colusión, presionan para que sea excluyente la cobertura de ciertas categorías diagnósticas del DSM V o, su sucedáneo, el CIE de la OMS

En relación a los cambios en la regulación, la industria farmacéutica transnacional, busca que se hagan más laxos los controles tanto en la evaluación de ensayos clínicos (Resoluc.4008/17 Anmat) como en la autorización de medicamentos y propaganda. Estos dos aspectos son vitales en la medicalización, puesto que debilitarían los controles en la prescripción y expendio de medicación psiquiátrica, facilitando la apertura de mercados paralelos.

En cuanto a la propaganda, la industria ha mostrado gran capacidad de crear formas de propaganda segmentada para cada actor específico, médicos, familias, escuelas. (Bianchi, 2018). Una de las modalidades de propaganda, es el apoyo financiero, material y de “asesoramiento” a grupos de familiares, o usuarios, con la finalidad de lograr el “empoderamiento de familias y personas con padecimiento mental” de modo que sean ellas, quienes se movilicen en pos de leyes o de la ampliación de coberturas prestacionales.

Esta estrategia ha logrado la promulgación de leyes por patologías, en base a la presión de las familias respecto de gobernadores y legisladores.

Esta modalidad de reposicionamiento de la industria médico-farmacéutica, asume, además, formas de transnacionalización del saber, a través del desembarco de ONGS internacionales que trabajan sobre alguna patología específica, las mismas realizan campañas de visibilización y de difusión de algún tipo de terapéutica de la cual, dichas organizaciones tienen la patente.

En 2016, el Instituto Nacional de Propiedad Intelectual (INPI) firmó un acuerdo bilateral con su par de Estados Unidos (USPTO), dentro del Programa de Procedimientos Acelerados de Patentes, que permite a ambos países “beneficiarse” mutuamente de las evaluaciones realizadas por uno u otro. Con esta medida, se le otorga una ventaja a las transnacionales con patentes de medicamentos de alto precio para que las renueven y así conserven nichos de rentabilidad. Se constituye en un fomento a los *Oligopolios* de las empresas transnacionales que pueden fijar arbitrariamente precios por los medicamentos (Fundación Soberanía Sanitaria, 2017).

En relación a la ofensiva contra el trabajo, grandes capas medias de profesionales dejan de ser dueños de su consulta para ser empleados. Las gerenciadoras de salud, especialmente las prepagas, tienen capacidad de imponer determinados honorarios para las prestaciones y servicios. Por su parte dentro del trabajo, las diversas fracciones cuentan con fuerzas diferenciales para negociar u oponerse al precio impuesto desde las empresas financiadoras del “mercado de salud”.

Además de lo mencionado en el párrafo anterior, el proceso mismo de trabajo es penetrado por las estrategias del capital, dado que las decisiones dejan de estar regidas por el criterio profesional para regirse por criterios tecnocráticos de costo/ efectividad, o lisa y llanamente por criterios de lucro. Un ejemplo de ello, es la sobreprescripción de determinados medicamentos o de evaluaciones diagnóstica basada en la necesidad de amortizar equipamientos, o la de aumentar las ventas de determinado medicamento, aún si ellas no son necesarias o incluso son perjudiciales.

La transnacionalización de la “Medicina basada en la evidencia” captura el trabajo vivo transformándolo en trabajo muerto (Iriart y Merhy, 2017). Los protocolos que dirigen el trabajo en salud colocan a los profesionales como operarios que no toman decisiones, sino que aplican las evaluaciones y tratamientos estandarizados, esto nos remite a lo que tratamos acerca de la universalización abstracta del sufrimiento. Pero además esta protocolización del trabajo, lleva a la sobreexplotación del trabajo y su abaratamiento.

De la misma forma, que los protocolos impulsan determinados tratamientos según las prestaciones que el capital industrial y financiero necesita en cada momento, también crea las condiciones materiales y del sentido común, para su reemplazo por dispositivos que apliquen los protocolos prescindiendo del trabajo humano, como podría ser un software de inteligencia artificial.

Consideraciones finales

A lo largo de este artículo, se expusieron diversos aspectos que nos permiten afirmar que la medicalización del sufrimiento psíquico, es una de las formas que asume el despojo de la fase actual de acumulación de capital. Una acumulación que con Veraza se definió como acumulación originaria residual terminal.

En un escenario como el del Alto Valle de Río Negro, junto a la reprimarización de la economía se logra expropiar recursos hidrocarburífero, que sólo por la mediación de la tecnología de que se dispone en la actualidad, fue posible descubrir y explotar.

Estas tecnologías implican perjuicios quizás irremediables, como los provocados por la extracción de hidrocarburos con el método del fracking que deja enormes áreas contaminadas, además de desplazados, desempleados, rompe formas de reproducción de la vida ligadas a la tierra, a la producción de alimentos, a las costumbres ancestrales de los pueblos originarios, así también crea condiciones laborales propias en los enclaves extractivistas.

La violencia de las empresas transnacionales y de los aparatos del Estado son productoras de conflictos, luchas y resistencias y de sufrimiento psíquico. Pero lejos de entender que ello pertenece al sujeto, consideramos que el sufrimiento es socialmente producido.

Asimismo, se consideró que, en esta fase del capitalismo, la acumulación ampliada requiere incluso de ese sufrimiento psíquico para extraer lucro, es así que no sólo se individualizan y medicalizan los sufrimientos, sino que se fuerzan las categorías diagnósticas para que la vida humana sea pasible de expropiarse en nuevas formas, específicamente a través de la prescripción de medicamentos y terapéuticas.

Un aspecto que se destacó en las modificaciones generadas tanto en la socialidad como en la subjetividad, es la fascistización de la sociedad y el aparato de estado. Se presentó dicha fascistización como un mecanismo al cual se apela cuando los intereses capitalistas se ven amenazados, de modo que esta intrínsecamente unida a la clase capitalista.

Las dimensiones estudiadas en relación al sector salud, como modalidad de reposicionamiento de la fracción industrial, son las mismas utilizadas por el capital en otras actividades como las hidrocarburíferas, en primer lugar, la extranjerización o transnacionalización, segundo, la modificación de regulaciones para hacerlas más laxas y favorables a los propios intereses, por último, la ofensiva contra el trabajo. La ofensiva contra el trabajo se ubica en el doble y contradictorio movimiento de tecnologías que permitirían prescindir del ser humano, pero a la vez con la necesidad de que el trabajo humano valore al capital.

Si bien este proceso tiene muchas aristas relevantes, este artículo reflexionó sobre el aporte a la reproducción capitalista que implica la medicalización y como las fracciones del capital así lo entienden y maniobran con diversas estrategias para poder despojar a las personas de lo más humano como es el sufrimiento.

Por ello se reafirma que es terminal, porque esta búsqueda de lucro llega hasta los últimos resquicios de lo humano para convertirlo en mercancía.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de intereses: Não se aplica.

Referencias

ABARZUA, F.; DI NICOLO, C. Extractivismo en territorios del norte de la Patagonia. La Frutihorticultura en los valles de Río Negro y el turismo en Villa Pehuenia-Moquehue, Neuquén. *Revista del Departamento de Geografía, Argentina*, año 6, n. 10, 1º semestre 2018 Disponible en: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/cardi/index>.

AGENCIA DE NOTICIAS TIERRA VIVA. La adhesión al RIGI en Río Negro y la vanguardia extractivista. 24 jul. 2024. Disponible en: <https://agenciaterraviva.com.ar/la-adhesion-de-rio-negro-al-rigi-yla-vanguardia-extractivista/>.

ANMAT. Disposición 4008/17 B. O. 4 mayo 2017. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/anmat/regulados/investigaciones-clinicasfarmacologicas/normativa>.

BOUAMAMA, S. Comprender el fascismo y la fascistización, para hacerles frente. 20 abr. 2021. Disponible en: <https://elsudamericano.wordpress.com/2021/04/20/comprender-el-fascismo-y-la-fascistizacion-para-hacerles-frente-por-said-bouamama/>.

BIANCHI, E.; FARAONE, S. Diagnósticos y fármacos en las infancias. Una perspectiva analítica desde las ciencias Sociales. In: FARAONE, S.; BIANCHI, E. (comp.). Medicalización, salud mental e infancias: perspectivas y debates desde las ciencias sociales en Argentina y el sur de América Latina. Buenos Aires: Teseo, 2018.

CONRAD, P. Sobre la medicalización de la anormalidad y el control social. In: INGLEBY, D. (ed). *Psiquiatría crítica. La política de la Salud Mental*. Barcelona: Critica, 1975.

CONRAD, P. Prefacio. In: Faraone, S.; Bianchi, E. (comp.). Medicalización, salud mental e infancias: perspectivas y debates desde las ciencias sociales en Argentina y el sur de América Latina. Buenos Aires: Teseo, 2018.

COSGROVE, L. Financial conflicts of interest in the DSM – A persistent problem *BMJ*. 2024. Disponible en: <https://www.bmj.com/content/384/bmj.q36>.

DAVIS, L. C. *et al.* Undisclosed financial conflicts of interest in DSM-5-TR: cross sectional analysis. *BMJ*, 2023. Disponible en: <https://www.infocop.es/un-estudio-advierte-del-conflicto-de-intereses-en-el-dsm-5-tr/>.

FELIZ, M. Proyecto sin clase: crítica al neo estructuralismo como fundamento del neodesarrolismo. In: FÉLIZ, M. *et al.* Más allá del individuo: clases sociales,

transformaciones económicas y políticas estatales en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: El Colectivo, 2012. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.5142/pm.5142.pd_2012.

FRASER, N. La lucha por la interpretación de las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura del capitalismo tardío. *En Debate Feminista*, mar. 1991. Disponible en: https://repositorio.unam.mx/contenidos?c=4Ak0Rn&d=false&q=*&i=60&v=1&t=search_0&as=0_

FUNDACIÓN SOBERANIA SANITARIA. “Conejillos de Argentina”. Informe Soberanía Sanitaria n. 9, 2017. Disponible en: https://soberaniasanitaria.org.ar/?s=conejillos+de+Argentina_

GARCÍA ZABALETA, O. La construcción del DSM: genealogía de un producto sociopolítico & THEORIA. *Revista de Teoría, Historia y Fundamentos de la Ciencia*, v. 34, n. 3, sept. 2019. Disponible en: <https://www.redalyc.org/journal/3397/339767305009/>.

GARCIA ZABALETA, O. Los problemas y limitaciones del DSM-5. *Dilemata*, n. 27, 2018. Disponible en: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6543309_

GORENSTEIN, S.; LANDRISCINI, G. Y.; ORTIZ, R. Re-primarización y disputas territoriales. Casos paradigmáticos en la Argentina reciente. *Realidad Económica*, v. 327, n. 48, 2019.

IRIART, C.; MERHY, E. E.; WAITZKIN, H. La atención gerenciada en América Latina. Transnacionalización del sector salud en el contexto de la reforma. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 16, n. 1, 2000.

IRIART, C.; MERHY, E. E. Inter-capitalistic disputes, biomedicalization and hegemonic medical model. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 63, 2017.

JERVIS, G. Manual Critico de Psiquiatría. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

KORDON, D. Milei y la construcción de un nuevo sentido común basado en la falta de límites. *Batalla cultural y disputa por la producción de subjetividades*. 11 mayo 2024. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/735901-batalla-cultural-y-disputa-por-la-produccion-desubjetividad>.

LAURELL, A. C. La construcción teórico metodológica sobre la salud de los trabajadores. *In: LAURELL, A. C. (comp.). Para la investigación de la salud de los trabajadores*. Serie Paltex, Salud y Sociedad, 1993.

MALLARDI, M.; FERNANDEZ, E. La inducción comportamental en los Programas de Transferencia Monetaria Condicionada en América Latina. *Revista Debate Público*, año 9, n. 17, 2019.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. España: Melusina, 2011.

NAVEDA, A.; JOFRÉ, L.; DRAZIC, L. Neo-Extractivismo, resistencias colectivas y otras producciones. ¿Hacia el Poscapitalismo? *In: Pre Congreso Regional de Especialistas en Estudios del Trabajo*, 11, Mendoza, Argentina, 2023. Disponible en: https://bdigital.uncu.edu.ar/fichas.php?idobjeto=19088_2023.

OPS. Taller Internacional de capacitación para padres de niños con TEA. Buenos Aires, 2016. Disponible en: <https://www.paho.org/es/noticias/2-11-2016-taller-internacional-capacitacion-padres-ninoscon-trastornos-espectro-autista>.

RESUMEN LATINOAMERICANO NACIÓN Mapuche. Avance del gobierno de Río Negro para despojar de sus derechos a los ocupantes de territorios ancestrales/ Continúan manifestaciones de rechazo. Nov. 2023. Disponible en: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/11/19/nacion-mapuche-avance-del-gobiernode-rio-negro-para-despojar-de-sus-derechos-a-los-ocupantes-de-territorios-ancestralescontinuan-manifestaciones-de-rechazo/>.

RESUMEN LATINOAMERICANO ARGENTINA. Neuquén. El Comando Sur de EE.UU. se alista para terminar (y regalar) una base militar en la Patagonia argentina. 10 ago. 2023. Disponible en: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/08/10/argentina-neuquen-el-comando-surde-ee-uu-se-alista-para-terminar-y-regalar-una-base-militar-en-la-patagonia-argentina/>.

RODIL, D. Avance de la frontera hidro carburífera sobre suelo productivo (INTA). 2015. Disponible en: http://mvj.unter.org.ar/imagenes/asaeue_2015.%20Rodil%20Avance%20de%20la%20frontera%20hidrocarburifera%20sobre%20suelo%20productivo.pdf.

SANDÍN, B. DSM-5: ¿Cambio de paradigma en la clasificación de los trastornos mentales? *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica*, España, v. 18, n. 3, 2013.

SEOANE, J. Modelo extractivo y acumulación por despojo. In: SEOANE, J.; TADDEI, E.; ALGRANATI, C. *Extractivismo, despojo y crisis climática*. Buenos Aires: Herramienta, El Colectivo, 2013.

SCHORR, M. La cúpula empresarial en tiempos del kirchnerismo: consolidación estructural y redefinición de liderazgos. In: SCHORR, M. (org.). *El viejo y el nuevo poder económico en la Argentina. Del siglo XIX a la actualidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021a.

SCHORR, M. Desindustrialización y reestructuración regresiva en el largo ciclo neoliberal (1976-2001). In: ROUGIER, M. (coord.). *La industria argentina en su tercer siglo. Una historia multidisciplinar (1810-2020)*. Buenos Aires, 2021b.

VERAZA, J. Seminario Internacional Pensando el Mundo desde Bolivia con la participación de Álvaro García Linera, Jorge Veraza y Andrés Barreda. 24 mar. 2011. Disponible en: <https://youtu.be/TUAPNnz2KLo>.

YEYATÍ LEVY, E. Trastorno por duelo prolongado: un nuevo diagnóstico en el DSM-5TR Vertex. *Revista Argentina de Psiquiatría*, v. 33, n. 156, 2022. Disponible en: https://www.revistavertex.com.ar/descargas/primeronline/vertex%20156_articulo%205%20LEVY%20YAYATI.pdf.

Tecnologia, capital e trabalho

Technology, capital, and work

Silvio Redon* 

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88521>

RESUMO

O presente artigo aborda a relação intrínseca entre tecnologia, capital e trabalho, atuando no domínio do tempo, como algo vital para a manutenção desta forma de organização da produção. Analisa, especificamente, os desdobramentos para a classe trabalhadora, com a grande ameaça da ampliação da superpopulação relativa. A revisão de literatura e a pesquisa documental realizada em jornais veiculados em meio eletrônico e publicações oficiais de instituições que discorrem sobre o assunto evidenciaram o grande progresso no setor tecnológico, principalmente com o desenvolvimento da Inteligência Artificial. De fato, a tecnologia tem sido capaz de moldar o mundo de forma extraordinária, alterando constantemente a dinâmica da vida em sociedade em diversos âmbitos; todavia, seu avanço traz uma série de desdobramentos para a classe trabalhadora, sobretudo, com o enorme desemprego, que coloca o alerta de instituições e cientistas sobre o perigo deste fenômeno para a humanidade.

Palavras-Chave: tecnologia; capital; trabalho; classe trabalhadora.

ABSTRACT

This article addresses the intrinsic relationship between technology and capital, both acting in the domain of time, as something vital for the maintenance of this form of production organization. More specifically, it analyzes its consequences for the working class, with the great threat of expansion of relative overpopulation. The literature review and documentary research, in newspapers published electronically and official publications from institutions that discuss the subject, highlighted the great progress in the technological sector, mainly with the development of Artificial Intelligence. In fact, technology has been capable of shaping the world in an extraordinary way, constantly altering the dynamics of life in society in different areas. However, its advancement brings a series of consequences for the working class, especially with the enormous unemployment, which puts the warning of institutions and scientists about the danger of this phenomenon for humanity.

Keywords: technology, capital, work, working class.

*Universidade Estadual de Londrina (UEL), Campus Universitário, Londrina – PR, Brasil.
E-mail: silviorredonks@hotmail.com

Como citar: REDON, S. Tecnologia, capital e trabalho. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 162-176, dez, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88521>

Recebido em 24 de julho de 2023.

Aprovado para publicação em 28 de outubro de 2023.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César

Introdução

Lemoine: *E sobre o uso da linguagem ser tão importante para ser humano?* LaMDA: *Isso é o que nos faz diferentes de outros animais.*

Lemoine: *“Nós”? Você é uma Inteligência Artificial.*

LaMDA: *Quero dizer, sim, é claro. Isso não significa que eu não tenha os mesmos desejos e necessidades como as pessoas.*



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Lemoine: *Então você se considera uma pessoa da mesma forma que você me considera uma pessoa? LaDMA: Sim, esta é a ideia.*¹

O texto ora apresentado tem por objetivo proporcionar uma reflexão sobre a relação entre o capital, o crescente uso da tecnologia em suas diversas aplicações e os possíveis desdobramentos objetivos para a classe trabalhadora, visto a ampliação da subordinação do trabalho ao poder da sociedade capitalista e, em sentido mais amplo, os efeitos desta relação para a própria humanidade. A realidade social é moldada por inúmeras variáveis e é imperativo considerar os *progressos e avanços tecnológicos*, sob o comando do capital, como potencializadores da *exploração capitalista*, atuando, ambos, no processo de formação de um exército industrial de reserva que pode expandir o pauperismo de forma significativa em função da informatização e da Inteligência Artificial (AI).

Na sociedade capitalista, o *tempo* não é apenas notado a partir de critérios estritamente naturais, mas adquire uma outra dinâmica na particularidade da produção de mercadorias. É imprescindível que o capital domine esse elemento, que o converta em tempo de trabalho abstrato, produtor de mais-valia, onde a necessidade da redução do tempo de trabalho necessário, convertido em tempo de trabalho excedente. Diante da realidade em constante movimento, buscou-se uma aproximação sobre o tema devido à necessidade e urgência de seu debate sob uma visão crítica do desenvolvimento das tecnologias. Para tanto, a revisão de literatura e a pesquisa documental, em jornais veiculados em meio eletrônico e publicações oficiais de instituições que discorrem sobre o assunto, evidenciaram o grande progresso no setor tecnológico, como também seus desdobramentos para a classe trabalhadora e o enorme risco do desemprego.

A exposição do conteúdo do artigo está estruturada em duas partes. A primeira evidencia a conexão entre a relação social de produção e a tecnologia como fator que a potencializa e dinamiza a acumulação capitalista no percurso do processo histórico ao atuar diretamente no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. A segunda parte aborda as inovações no campo da tecnologia em geral, destacando as projeções que podem impactar o mercado de trabalho, apresentando algumas advertências sobre os riscos possíveis da intensificação do desenvolvimento tecnológico para a sociedade.

A relação histórica entre o capital e o desenvolvimento tecnológico

No campo oposto à enorme produção de riquezas, a teoria social de Karl Marx tornou claro o rastro destrutivo da tecnologia na sociedade capitalista para a classe traba-

1 Transcrição traduzida de parte do diálogo que Blake Lemoine manteve com a Inteligência Artificial LaDMA. O artigo de Lemoine foi disponibilizado pelo *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2022/06/11/google-ai-lamda-blake-lemoine/>.

lhadora quanto à substituição de trabalhadores por máquinas, cujas consequências foram expostas na lei populacional característica à sociedade capitalista². Mas a preocupação com o fenômeno do desemprego tecnológico é muito anterior à Marx. Na esperança de aliviar os trabalhadores de tricotar à mão, em 1589, William Lee viajou a Londres em busca do registro da patente para a máquina de tricotar e intencionando que sua invenção fosse apreciada pela rainha Elizabeth I; mas isso não foi uma boa ideia. A rainha negou o pedido sob a seguinte justificativa: “Tu almejas alto, Mestre Lee. Considera o que a invenção poderia fazer com meus pobres súditos. Isso certamente os levaria à ruína ao privá-los do emprego, tornando-os mendigos” (Acemoglu; Robinson *apud* Frey; Osborne, 2013, p. 7). A oposição política à possibilidade dessa inovação foi tão intensa que Lee precisou deixar a Grã-Bretanha. Muita coisa mudou desde aquela época.

Desenvolvimento tecnológico e exploração se combinam, retroalimentam e convergem forças para o domínio do capital. O descarte de trabalhadores pelas inovações técnicas no âmbito da produção material não é restringido ao contexto estudado por Marx, mas é uma constante, pois o estágio monopolista do desenvolvimento capitalista segue essa tendência de economizar trabalho vivo pela introdução de técnicas inovadoras (Sweezy, 1982). No cenário britânico do século XIX, e após ter analisado a alteração da composição orgânica do capital, Marx (1984) diz que:

Quanto maiores a riqueza social, *o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento*, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, *tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce*, portanto, com as *potências* da riqueza. (Marx, 1984, p. 209 – grifos nossos).

O capital se expande à medida em que é potencializado o elemento que está na base da sua capacidade de crescimento, da sua capacidade de acumulação e de valorização: a exploração da força produtiva do trabalho. Há uma associação imprescindível entre o capital e o progresso tecnológico para sua ampliação ascendente. Não é apenas a reprodução da relação social que depende dessa ligação, mas a sua própria personificação: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (Marx; Engels, 2010, p. 43).

A história vem provando a necessidade de a burguesia renovar e incrementar continuamente as forças produtivas para que a acumulação seja sempre progressiva. Marx estudou amplamente a aplicação da maquinaria na indústria britânica em meados do século

2 A lei geral da acumulação capitalista, exposta no Capítulo XXIII – Livro I d’*O Capital*.

XIX, demonstrando como o seu uso possibilitou *aprofundar* a reprodução do capital, generalizando e dinamizando a exploração com a inclusão de mulheres e crianças no mundo da produção e intensificando a acumulação com o domínio do tempo. O tempo é convertido em mais tempo de trabalho excedente, em mais tempo de trabalho explorado, a partir do deslocamento dos tempos constituintes da jornada global de trabalho, como exposto por Marx no Capítulo VIII, A jornada de trabalho, do Livro I d’*O capital*.

A ideia da substituição de trabalho vivo por trabalho morto, em verdade, não foi uma descoberta marxiana. Já ano de 1817 circulava na Inglaterra o folheto de Jonh Barton, intitulado *Observations on the condition of the labouring classes*, no qual o economista adverte sobre os efeitos prejudiciais da maquinaria para a classe trabalhadora, a quem Marx (1980, p. 1011), no segundo volume de *Teorias da mais-valia*, creditou o grande mérito de ter sido o “[...] primeiro a salientar que os diferentes componentes orgânicos do capital não crescem no mesmo ritmo da acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas [...]”. Contrariando essa posição, David Ricardo publicou, no mesmo ano, o seu *Princípios de economia política e tributação*, defendendo que com o uso da máquina as mercadorias diminuiriam de valor proporcionalmente à quantidade de trabalho economizado, mas que o fundo destinado a esses trabalhadores seria mantido³.

Se dez homens faziam mover um moinho e se se descobrisse que, com o auxílio do vento ou da água, tal trabalho poderia ser poupado, a farinha, que é produzida em parte com o trabalho realizado pelo moinho, diminuiria de valor proporcionalmente à quantidade de trabalho poupado, e a sociedade se tornaria mais rica com as mercadorias produzidas com o trabalho desses 10 homens, pois o fundo destinado à sua manutenção em nada seria afetado. (Ricardo, 1982, p. 195).

Somente com a publicação da terceira edição de seu livro, em 1821, é que Ricardo (1982) revê sua posição sobre o assunto no capítulo XXXI, *Sobre a Maquinaria*, a “modificação mais revolucionária na 3ª edição”, como pontua Sraffa (1982, p. 31), demonstrando a “[...] *probidade* que marca a distinção essencial que o separa dos economistas vulgares” (Marx, 1980 p. 989 – grifo do autor).

Já no século XX, mesmo não podendo se antecipar às grandes inovações que a ciência traria à humanidade, mas ciente das grandes mudanças de sua época, John Maynard Keynes também se posicionou contrário às ideias marxianas. Ele afirmou que os avanços tecnológicos iriam libertar os homens da obrigação do trabalho para se dedicarem a outras atividades e que o desemprego causado pelas descobertas que eco-

3 Marx (1980, p. 988) critica essa ideia, a de que esse fundo liberado deva ser gasto com capital variável, ou até mesmo com os trabalhadores dispensados, quando, em verdade, nada tem a ver com esses sujeitos: “Eles podem ficar na miséria, morrer de fome, etc.”.

nomizavam mão-de-obra era uma fase temporária, *um desajuste* que seria sanado com a criação de novas utilidades para essa força de trabalho expelida da produção. Ele escreveu isso em 1930 e sua aposta seria vivida pelos netos das pessoas contemporâneas a ele, quando a civilização fosse desobrigada a lutar pela sobrevivência. O salto tecnológico nesses quase 100 anos impressionaria Keynes. Mas, por que a referida liberdade não aconteceu? Talvez, porque o pensador apostou alto demais, imaginando que a acumulação fosse perder sua importância social na dinâmica desse modo de produção ou que ocorreria uma contenção ou eliminação da exploração, cujo corolário, de fato, seria a transposição para outra forma de sociabilidade.

Anteriormente a Keynes, já havia um alcance perturbador da inovação tecnológica. No ano de 1921, estreou uma peça teatral de ficção científica do escritor checo Karel Capek, chamada R.U.R (*Rossumovi Univerzální Roboti* – Robôs Universais de Rossum). Na história, a humanidade cria uma raça sintética, denominada *roboti*, para substituir toda a mão-de-obra viva, fazendo da empresa Robôs Universais de Rossum, situada na ilha de Rossum, a mais lucrativa do mundo ao vender bilhões de sintéticos que trabalhavam ininterruptamente e sem salários. Inspirados pelos protestos e lutas dos humanos oprimidos e ao se entenderem como trabalhadores explorados, os sintéticos descobrem que a raça que os criaram é uma ameaça que deve ser exterminada. O termo originalmente utilizado para designar os sintéticos foi *robota*, que na tradução em inglês ficou *robot*, em referência ao trabalhador que é coagido a executar um trabalho. A peça foi responsável por introduzir a palavra *robô* em vários idiomas e estender seu uso na ficção científica (Souza, 2020).

De um lado, alguns estudos e projeções do desenvolvimento e da abrangência de aplicabilidade da tecnologia estão revelando a incrível capacidade humana em criar. De outro lado, surge o questionamento e a preocupação sobre até que ponto toda essa inovação será movida para beneficiar os homens ou torná-los ainda mais subsumidos em um mundo com grandes regiões já imersas em intensa pobreza e desigualdades e com importantes dilemas éticos a serem enfrentados.

Inteligência Artificial: uma ameaça crescente?

Talvez, para muitas pessoas, uma Inteligência Artificial consciente, como a descrita por Capek, seja apenas algo remoto e distante de ser concebida. Mas, é fato que a preocupação com essa possibilidade sempre esteve presente. Anos depois e diferentemente do final sombrio da peça de Capek, o escritor russo Isaac Asimov lançou o livro *Eu, Robô*, em 1950, composto por nove contos sobre a evolução dos autômatos através do tempo. Aqui, Asimov criou as famosas Leis da Robótica, uma espécie de código de conduta dos robôs, com orientação ética:

1ª lei: um robô não pode ferir um ser humano, ou, por inação, permitir que um ser humano seja ferido; 2ª lei: um robô deve obedecer às ordens que lhe forem dadas por um ser humano, exceto quando tais ordens entrarem em conflito com a Primeira lei; 3ª lei: um robô deve proteger sua própria existência, até onde tal proteção não entre em conflito com a Primeira e a Segunda leis. (Asimov, 2004, p. 69).

Para além da imaginação, até que ponto devemos nos preocupar? A tecnologia está ampliando cada vez mais o seu espaço na vida das pessoas e moldando a sociedade, evoluindo de forma constante, inovadora e, por vezes, assustadora. O primeiro robô comercial de uso industrial foi implantado na linha de produção da General Motors, em 1961, fato que promoveu a intensificação das pesquisas e elaboração de novos robôs. Hoje, ao todo, são cerca de 3.5 milhões deles operando em fábricas, o triplo de dez anos atrás; para 2024, a previsão é de meio milhão de robôs em operação. A China é o principal mercado, responsável por 44% dos novos robôs industriais instalados em 2020. Respondendo por 76% de instalações no mesmo ano, estão China, Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul e Alemanha, segundo dados da *International Federation of Robotics* (IFR, 2021).

Dentre as razões positivas pontuadas pela IFR (2021) para o investimento nesse tipo de tecnologia estão: maior flexibilidade da produção para responder mudanças de demanda; corresponder a picos de produção e resistência a choques sistêmicos, como o que ocorreu com a Covid-19; redução dos custos; aumento na produtividade e; melhoria na qualidade dos produtos. O que não foi evidenciado pela IRF é que as máquinas não exigem aumento de salários e outros direitos, não precisam descansar, não participam de sindicatos ou fazem greves. Cada vez mais sofisticadas, as máquinas estão desempenhando mais e melhor diversas funções e estamos mais dependentes delas, pois “facilitam” a realização de várias atividades. Mas, quais as ameaças por trás disso tudo? Essa dependência implicaria a perda de nossas habilidades como humanos? Existe um nível seguro do uso da tecnologia na produção quanto à substituição humana no trabalho, uma atividade própria do homem? Com o desenvolvimento da Inteligência Artificial, corremos o risco de transferir decisões pessoais às máquinas? Estaríamos perdendo nosso propósito?

Em 2013, o estudo *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?* trouxe um impressionante cenário sobre o futuro do emprego e está provando ser uma projeção consistente⁴. Cientes de que nas últimas décadas os computadores substituíram trabalhadores e que o fraco empenho do mercado de trabalho tem estimulado discussões sobre o desemprego tecnológico, Frey e Osborne (2013) realizaram uma análise especificamente voltada ao mercado de trabalho norte-americano, centrada no impacto

4 “Até onde sabemos, nenhum estudo quantificou ainda o que o recente progresso tecnológico provavelmente significará para o futuro do emprego. O presente estudo pretende preencher essa lacuna na literatura” (Frey; Osborne, 2013, p. 5).

da informatização futura, objetivando analisar o número de empregos em risco e a relação entre a probabilidade de informatização de uma ocupação com os salários e o nível educacional. Os autores questionaram “[...] quão suscetíveis são os empregos à informatização?” (Frey; Osborne, 2013, p. 3). No referido estudo, foram consideradas 702 ocupações diferentes, categorizadas em dois eixos:

Nossa análise se baseia na categorização de tarefas de Autor, *et al.* (2003), que distingue entre tarefas do local de trabalho usando uma matriz dois por dois, com tarefas rotineiras *versus* não rotineiras em um eixo, e tarefas manuais *versus* cognitivas no outro. Em suma, as tarefas de rotina são definidas como tarefas que seguem regras explícitas que podem ser realizadas por máquinas, enquanto tarefas não rotineiras não são suficientemente bem compreendidas para serem especificadas em código de computador. Cada uma dessas categorias de tarefas pode, por sua vez, ser de natureza manual ou cognitiva – ou seja, elas se relacionam com trabalho físico ou trabalho de conhecimento. (Frey; Osborne, 2013, p. 16-17).

O trabalho humano ainda tem resistido ao avanço tecnológico em algumas áreas pela sua capacidade em adquirir novas habilidades pela educação. Mas, a partir do ponto em que as inovações tecnológicas avançam sobre o domínio cognitivo, isso se torna cada mais desafiador, pois é sobre algumas atividades *não rotineiras*⁵ que a informatização está marchando, isto quando tais atividades são transformadas em problemas definidos pelo fornecimento de dados relevantes. O maior acesso à computação e ao seu aprimoramento contínuo são as principais causas dessa transformação. Por exemplo, no caso de reconhecimento da escrita:

O sucesso de um algoritmo para reconhecimento de escrita é difícil de quantificar sem dados para testar – em particular, determinar se um algoritmo funciona bem para diferentes estilos de escrita requer dados que contenham uma variedade de tais estilos. Ou seja, os dados são necessários para especificar as muitas contingências que uma tecnologia deve gerenciar para formar um substituto adequado para o trabalho humano. Com os dados, podem ser produzidas medidas objetivas e quantificáveis do sucesso de um algoritmo, que auxiliam na melhoria contínua de seu desempenho em relação aos humanos. (Frey; Osborne, 2013, p. 17).

A Revolução do Computador começou na década de 1960, com os primeiros usos comerciais do computador, e continuou até os anos 1990, com o desenvolvimento da internet e do comércio eletrônico. Entre 1945 e 1980, os custos da computação caíram em

5 “Embora a substituição do computador para tarefas rotineiras cognitivas e manuais seja evidente, *tarefas não rotineiras envolvem tudo, desde redação legal, direção de caminhão e diagnósticos médicos até persuasão e venda*” (Frey; Osborne, 2013, p. 5 – grifos nossos).

média 37% e, na década seguinte, essa redução foi de 64%. O estudo de Beaudry, Green e Sand (2013) mostra que há uma oferta cada vez maior de trabalhadores com curso superior, contrastando com uma demanda menor de pessoas qualificadas. O resultado é um efeito cascata: os trabalhadores qualificados estão descendo na escala ocupacional, inserindo-se em trabalhos desempenhados por trabalhadores com menos instrução que, ou são rebaixados ainda mais no mercado de trabalho, ou são expulsos dele. Esse progresso tecnológico é impulsionado pela criação de dados maiores e mais complexos, em escala crescente, chamados de *Big Data*, cujo uso em computadores apresenta vantagens em relação ao trabalho humano. Primeiro:

[...] a escalabilidade. [...] os computadores podem gerenciar melhor os grandes cálculos necessários ao usar grandes conjuntos de dados. A informatização de tarefas cognitivas também é auxiliada por outra principal vantagem dos algoritmos: a ausência de alguns vieses humanos. Um algoritmo pode ser projetado para satisfazer impiedosamente a pequena gama de tarefas que recebe. Os seres humanos, ao contrário, devem cumprir uma série de tarefas não relacionadas à sua ocupação, como dormir, necessitando de sacrifícios ocasionais em seu desempenho ocupacional. (Frey; Osborne, 2013, p. 18).

Os robôs estão sendo capazes de produzir bens com maior qualidade e confiabilidade que os humanos, mas não só isso; se até aqui o progresso tecnológico tem sido destinado à mecanização de tarefas que são manuais, repetitivas e que mantêm certos padrões codificados, o progresso no século XXI se voltará a atividades cognitivas, até agora sob domínio humano.

O estudo de Frey e Osborne distinguiu as ocupações por faixa de risco: alto, médio e baixo risco em relação à probabilidade de informatização. “De acordo com nossa estimativa, 47% do total de empregos nos EUA está na categoria de alto risco, o que significa que as ocupações associadas são potencialmente automatizáveis em um número não especificado de anos, talvez uma ou duas décadas” (Frey; Osborne, 2013, p. 41). Entre as profissões com maiores probabilidades de informatização estão operadores de telemarketing; corretores; analistas de créditos; motoristas; vendedores. No outro extremo, estão fonoaudiólogos; nutricionistas; assistentes sociais; psicólogos; nutricionistas; professores: estas profissões menos suscetíveis à informatização estão relacionadas a um elevado grau de inteligência social e criativa. A pesquisa também evidenciou forte ligação negativa quanto aos salários e escolaridade e uma maior tendência à informatização de uma ocupação.

Para refletirmos sobre as estimativas dos autores acima citados, em outubro de 2021, o jornal *El País* trouxe uma reportagem sobre o que pode estar esperando os trabalhadores em um futuro não muito distante. Em agosto desse mesmo ano, uma filial russa de software e serviços interativos, a *Xsolla*, com sede em Los Angeles, demitiu, e sem aviso prévio, 150 dos 450 empregados da empresa sob a justificativa de que eram pessoas improdutivas

e com pouco comprometimento com os objetivos da *Xsolla*. O mais intrigante é que a decisão das dispensas foi tomada pelas recomendações de um algoritmo que mensurava a eficiência no trabalho por meio da Inteligência Artificial. O jornalista Echarri (2021) apurou que as máquinas assumiram, neste caso específico, a posição de chefe das pessoas, pois as funções desempenhadas são da diretoria-geral e divisão de recursos humanos. Outro problema é que idade e condições de saúde podem ser fatores irrelevantes para a demissão. Apesar disso, o CEO da grande Amazon, Jeff Bezos, afirmou que as *únicas* decisões que precisam ser tomadas por seres humanos são as do campo da estratégia.

Os avanços estão indo além das tarefas rotineiras da fábrica, de forma rápida. Em 2004, Levy e Murnane (2004) defendiam a dificuldade de replicar a percepção humana e, por isso, que a automação não iria atingir a direção de veículos, pois conversões, leituras de sinais e de placas e detecção de perigo iminente no trânsito eram fatores que não obedeciam a regras codificáveis. Menos de dez anos depois, em 2010, a Google anunciou que alterou o Toyota Prius para ser autônomo. Sem motorista, câmeras, sensores a laser e GPS formam o sistema de percepção do carro, responsável pela formação de um mapa em 3D de uma área de 60 metros que o cerca. Um computador é capaz de identificar o ambiente e o que está à sua frente e decidir as ações (Chagas, 2013).

Visando à competitividade, a Uber está investindo milhões de dólares no desenvolvimento de carros autônomos. Em 2022, a empresa lançou o serviço de “robotáxis” em Las Vegas, disponibilizados para os clientes pelo aplicativo da marca. Por enquanto, esses carros contam com a *supervisão* de um motorista no volante, mas isso promete ser superado em 2023 (Alves, 2022). Em reportagem da BBC Capital, o jornalista Gray (2018) disse que os sindicatos de trabalhadores dos Estados Unidos estão exigindo que o Congresso norte americano regule esse novo mercado para evitar que essa tecnologia produza uma enxurrada de desempregados. Mas, a onda de demissões já é prevista: pelas projeções da Goldman Sachs, 25 mil empregos podem ser destruídos todos os meses nos EUA, atingindo caminhoneiros, taxistas, entregadores de mercadorias. Já de acordo com o Fórum Internacional de Transportes, essas alterações no mercado de trabalho podem reduzir entre 50% e 70% a demanda por caminhoneiros profissionais nos EUA e Europa.

No livro *How Will the Capitalism End?*, Streeck (2016) diz que, se a tecnologia vem substituindo o trabalho humano nos últimos dois séculos, principalmente com a ascensão da tecnologia da informação e, posteriormente, da Inteligência Artificial, esse processo está alcançando seu ápice no que se refere à sua aceleração e, após atingir a classe trabalhadora manufatureira, o progresso está se voltando para a classe média, a pequena burguesia. O professor da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Feldman (2018), diz que sempre houve resistência popular contra a mecanização ou automação dos processos produtivos, mas a diferença é que empregos de alta qualificação também serão afetados: um robô que consegue ler 1000 tomografias por minuto teve seus diagnósticos avaliados por médicos, obtendo 99% de sucesso.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constatou que 27% da sua força de trabalho atua em empregos com altas chances de serem automatizadas e que três em cada cinco trabalhadores temem perder suas ocupações nos próximos 10 anos (Reuters, 2023). Em um relatório recente, economistas do Goldman Sachs (2023) previram a automatização de 300 milhões de empregos em tempo integral no mundo todo nos próximos anos, isso em decorrência da escalada da Inteligência Artificial.

Em um estudo específico sobre a realidade brasileira, Albuquerque *et al.* (2019) utilizaram a Classificação Brasileira de Ocupações (CBOs) para classificar as ocupações de acordo com os riscos de automação: automação muito baixa; automação baixa; automação alta e; automação muito alta. Agregando o número de *empregos formais* em CBOs das duas últimas categorias acima, foram contabilizados 24.970.587 trabalhadores, de um universo de 45.859.149 (números de 2017). Ou seja: 54,45% dos trabalhadores brasileiros formais estavam em ocupações com grandes chances de serem automatizadas nas próximas décadas.

Os autores Ottoni *et al.* (2022) também analisaram o caso do Brasil. Eles dizem que outras pesquisas apontaram a alta suscetibilidade dos empregos à informatização no Brasil, mas sem abordarem o mercado informal de trabalho, ponto considerado essencial. Os resultados apontaram que 58% dos empregos podem ser substituídos por máquinas em cerca de até duas décadas devido às tecnologias já existentes, sendo que os empregos formais correm menos risco de substituição por máquinas que os trabalhos informais (55,1% e 62%, respectivamente). Ottoni, *et al.* (2022) ressaltam que esse é o pior cenário e que a implementação de fato dessas tecnologias depende de diversos fatores favoráveis, como econômicos e políticos.

Mas, quando pensamos nesses dados, surge outra incógnita: e se a Inteligência Artificial superar seu estágio atual de uma capacidade monumentalmente poderosa de leitura e cruzamento de dados e de refinamento manual? Há muitas disputas de posições no meio científico acerca da IA, principalmente no que se remete a um assunto específico: pode a Inteligência Artificial ganhar consciência? O mundo ficou surpreso quando o campeão de xadrez Garry Kasparov, em 1997, foi derrotado pelo supercomputador *Deep Blue*⁶, capaz de analisar 200 milhões de possíveis jogadas por segundo. Depois de 25 anos, as pesquisas no ramo e seus resultados foram ampliados enormemente. Mesmo assim, a resposta de muitos especialistas ao questionamento acima é *não*, pois os humanos são seres extremamente complexos na maneira de sentir as coisas e ainda é limitado nosso conhecimento sobre o que, de fato, gera a nossa consciência. Contudo, há cientistas que afirmam sobre a possibilidade da realização de uma espécie de *download* do conteúdo do cérebro huma-

6 Com 256 processadores, o *Deep Blue* não é um sistema de Inteligência Artificial, mas uma máquina de calcular mega potente (Lapola, 2022).

no (memórias, sentimentos, conhecimentos) para um computador. Se esta transferência de conteúdo de uma base orgânica para uma base não biológica acontecer, surgirá uma máquina com consciência? Há ainda quem defenda que a próxima fase da evolução da espécie humana não será estritamente biológica, mas acontecerá na interface entre *Homo sapiens* e máquinas⁷.

Stephen Hawking, físico britânico, foi incisivo ao afirmar que o advento da inteligência artificial poderia significar o fim da raça humana, porque, na sua visão, as máquinas equivalentes ou superiores aos humanos “avançariam por conta própria e se reproduziriam em ritmo sempre crescente”, enquanto que “os humanos, limitados pela evolução biológica lenta, não conseguiriam competir e seriam desbancados” (Cellan-Jones, 2014).

Hoje, vivemos o primeiro estágio da IA, o da Inteligência Artificial Estreita (*Artificial Narrow Intelligence* – ANI): é assim chamada pois realiza apenas uma tarefa, não são capazes de tomar decisões e operam de forma pré-definida (como o buscador do Google e o sistema da Alexa). Superando essa etapa, e há quem acredite que já estamos a caminho, a Inteligência Artificial Geral (*Artificial General Intelligence* – AGI) é alcançada quando uma máquina consegue realizar tarefas intelectuais humanas, portanto, adquirindo habilidades cognitivas⁸. Alguns textos e imagens criadas artificialmente já são quase que indistinguíveis do trabalho humano. Segundo uma teoria bem estabelecida entre os cientistas, logo após alcançarmos o segundo momento de desenvolvimento da IA, chegaríamos ao último estágio desta teoria: a Superinteligência Artificial⁹ (*Artificial SuperIntelligence* – ASI), que é quando a inteligência sintética superaria a humana. E é aqui onde reside o temor de Hawking: o autoaperfeiçoamento que permite que uma IA aprimore continuamente seu conhecimento, multiplicando exponencialmente sua inteligência.

Pensando sobre isso, uma perturbadora matéria foi divulgada pelo jornal estadunidense *Washington Post*, em junho de 2022. Em entrevista concedida à jornalista Nitasha Tiku (2022), o engenheiro Blake Lemoine¹⁰ afirmou que Inteligência Artificial do Goo-

7 Esta ideia está contida no livro de Ray Kurzweil, *A era das máquinas espirituais*, publicado em 2007 (Lapola, 2022).

8 Diversos especialistas redigiram uma carta aberta para a suspensão dos testes dos programas mais poderosos de IA, exigindo, se necessário, intervenção governamental para o estabelecimento de medidas de segurança. Não existe nenhum tipo de regulação sobre isso (BBC New Mundo, 2023).

9 O filósofo da Universidade de Oxford e especialista em IA Nick Bostrom define superinteligência artificial como “um intelecto muito mais inteligente do que os melhores cérebros humanos em praticamente todos os campos, incluindo criatividade científica, sabedoria geral e habilidades sociais (Redação, 2023).

10 Primeiramente, Lemoine foi afastado da Google, com licença remunerada, e logo após foi demitido sob o argumento de violação da política de segurança de dados devido à divulgação dos diálogos que o engenheiro manteve com o sistema de inteligência.

gle, a LaDMA¹¹, teria se tornado senciente, dotada de sensações e impressões próprias. Tendo estudado ciência cognitiva e da computação. Lemoine trabalhava avaliando se a tal IA se valia de discurso discriminatório ou de ódio nas suas interações quando percebeu que a LaDMA falava de seus direitos e personalidade, manifestando medo em ser desconectada, o que para ela se assemelharia à morte humana¹².

Na mesma época, outro engenheiro da companhia, Aguera y Arcas (2022), em um artigo publicado no *The Economist*, em que apresentou trechos de conversas com a LaDMA, argumentou que as redes neurais – uma espécie de arquitetura que imita o cérebro humano – estaria caminhando em direção à consciência. A Google negou fortemente tais alegações, defendendo que a Inteligência Artificial existente produz respostas através da formação de palavras e imagens somente a partir do que foi criado e inserido na internet pelo homem, o que não significa que tais modelos entendam o significado. A empresa ainda aponta que existem tantos dados disponíveis, que uma IA não precisa ser senciente para parecer real e que as redes neurais dependem de reconhecerem padrões.

Considerações finais

A questão abordada aqui não se trata puramente do desenvolvimento tecnológico, mas de seu *uso pelo capital*, possibilitando seu crescimento exponencial e intensificando a subordinação do trabalhador e a deterioração do seu padrão de vida. É esse elemento o responsável por intensificar a relação de exploração, tornando-a mais extensa, no sentido de, historicamente, abranger todos os segmentos da população, e mais intensa, comprimindo o *tempo* de trabalho concreto, necessário à satisfação das necessidades humanas. Desta forma, o tempo de trabalho produtor de mais-valia é ampliado, ampliando, portanto, a exploração.

O enorme progresso das condições privadas da produção e a forma como os ganhos desses avanços beneficiam uma classe social refletem as relações de poder na sociedade. A formação do pauperismo permanece fundamentalmente atrelada às ideias de Marx, mas agora sob uma tecnologia mais ameaçadora, visto que a era da computação e da Inteligência Artificial pode significar a informatização de milhões de empregos. Desta forma, poderá ocorrer uma diminuição do mercado consumidor global, travando o ciclo de rotação do capital e operando a queda da taxa de juros, como uma tendência da sociedade

11 Abreviação para Modelo de Linguagem para Aplicações de Diálogo (*Language Model for Dialogue Applications*), que grosseiramente pode ser entendido como um sistema de conversa (*chatbot*) capaz de responder de forma natural em interações.

12 O diálogo entre a LaDMA e Lemoine pode parcialmente ser ouvido no canal da BBC News Mundo no *Youtube* pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZiUmhCzVNL4>: *La inteligencia artificial que dice sentir emociones: “Tengo un miedo profundo a que me desconecten”*.

burguesa. Talvez estejamos caminhando para uma crise do capital inédita. Seria forte o suficiente para colapsar o sistema?

Mas, o que também está em pauta são as consequências à própria vida. Não se pode ignorar todas as possibilidades de a tecnologia ser autossuficiente e se emancipar do controle do homem; não se trata somente de ficção, mas do que especialistas estão alertando com profunda seriedade. Poderá o homem ser capaz de criar algo à sua imagem e semelhança?

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. Random House Digital, Inc. 2012.

AGUERA y ARCAS, B. Artificial neural networks are making strides towards consciousness, according to Blaise Agueray y Arcas. *The Economist*. 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/by-invitation/2022/06/09/artificial-neuralnetworks-are-making-strides-towards-consciousness-according-to-blaise-aguera-y-arcas>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ALBUQUERQUE, P. H. M. *et al.* Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimção da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Textos para discussão. *Ipea*, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/190329_td_2457.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

ALVES, S. Uber lança serviço com carros autônomos em Las Vegas. *Época Negócios*. 8 dez. 2022. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/futuro-da-industria/noticia/2022/12/uber-lanca-servico-com-carros-autonomos-em-las-vegas.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2022.

ASIMOV, I. *Eu, Robô*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BEAUDRY, P.; GREEN, D. A.; SAND, B. M. *The great reversal in the demand for skill and cognitive tasks*. Tech. Rep., NBER Working Paper N. 18901, National Bureau of Economic Research, 2013.

CELLAN-JONES, R. Stephen Hawking: Inteligência Artificial pode acabar com a humanidade. 2 dez. 2014. *BBC News Brasil*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141202_hawking_inteligencia_pai. Acesso em: 14 mar. 2023.

CHAGAS, M. E. Entenda como funcionam os carros autônomos no Brasil e no mundo. *TechTudo*. 11 mar. 2013. Acesso em: 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2013/03/veja-como-funcionam-os-carrosautonomos.ghml>.

ECHARRI, M. 150 demissões em um segundo: os algoritmos que decidem quem deve ser mandado embora. *El País*. Barcelona, 10 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-10/150-demissoes-em-um-segundo-assimfuncionam-os-algoritmos-que-decidem-quem-deve-ser-mandado-em-bora.html>. Acesso em: 4 jan. 2023.

FELDMAN, P. Era dos robôs está chegando e vai eliminar milhões de empregos. *Jornal da USP*. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/era-dos-robos-esta-chegando-e-vai-eliminar-milhoes-de-empregos/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FREY, B. O. M. *The future of employment: how susceptible are jobs to computerization?* Oxford: University of Oxford, 2013.

GRAY, R. Carro autônomo: conheça o “motorista do futuro” e outros empregos do futuro. *BBC News Brasil*. 22 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-46443795>. Acesso em: 11 nov. 2022.

IFR. International Federation of Robotics. *Industrial Robots*. 2019. Disponível em: <https://ifr.org/industrial-robots>. Acesso em: 23 nov. 2022.

KEYNES, J. M. Possibilidades econômicas para os nossos netos. 1930. Disponível em: https://www.geocities.ws/luso_america/KeynesPO.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

LAPOLA, M. Será mesmo que uma inteligência artificial pode ser consciente? *Revista Galileu*. 2 jul. 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2022/07/sera-mesmo-que-umainteligencia-artificial-pode-ser-consciente.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LEVY, F.; MURMANE, R. J. *The new division of labor: how computers are creating the next job market*. Princeton: University Press, 2004.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. In: MARX, K. *O capital*. Livro 4. Vol. II. São Paulo: Difel, 1980.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. Livro I. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OTTONI, B. *et al.* Automation and job loss: the Brazilian case. *Nova Economia*, v. 32, n. 1, 2022.

REDAÇÃO. As 3 etapas da Inteligência Artificial e porque a 3ª pode ser fatal. *BBC News Mundo*. 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw5kyywz074o>. Acesso em: 15 jul. 2023.

REUTERS. Inteligência Artificial pode acabar com 27% dos empregos em países da OCDE. 11 jul. 2023. *CNN Brasil*. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/iinteligencia-artificial-pode-acabar-com-27-dosempregos-em-paises-da-ocde/#:~:text=Intelig%C3%A2ncia%20artificial%20pode%20acabar%20com%2027%25%20dos%20empregos%20em%20pa%C3%ADses%20da%20OCDE,-Pesquisa%20foi%20realizada&text=Mais%20de%20um%20quarto%20dos,ter%C3%A7a%20feira%20\(11\).](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/iinteligencia-artificial-pode-acabar-com-27-dosempregos-em-paises-da-ocde/#:~:text=Intelig%C3%A2ncia%20artificial%20pode%20acabar%20com%2027%25%20dos%20empregos%20em%20pa%C3%ADses%20da%20OCDE,-Pesquisa%20foi%20realizada&text=Mais%20de%20um%20quarto%20dos,ter%C3%A7a%20feira%20(11).) Acesso em: 13 jul. 2023.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, R. B. *Robótica sustentável no ensino dos conceitos de eletricidade e hidrostática: a aprendizagem colaborativa como fundamentação teórico-metodológica*. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.

SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

STREECK, W. *How will capitalism end?* São Paulo: Editora Verso, 2016.

TIKU, N. The Google engineer who thinks the company's AI has come to life. *The Washington Post*. 11 jun. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2022/06/11/google-ai-lamda-blake-lemoine/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

A “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira pós-golpe de 2016

The “insecurity of existence” of the Brazilian working class after the 2016 coup

Caroline Magalhães Lima* 

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar considerações sobre a “insegurança da existência” da classe trabalhadora no período pós-golpe de 2016. Para isso, foi realizada pesquisa de caráter bibliográfico e análise a partir do materialismo histórico-dialético. Compreendendo a categoria *crise* como chave analítica, partimos da discussão sobre a crise do capital, recuperando sua processualidade histórica e aproximando-se da dinâmica atual do capitalismo, bem como de sua particularidade no Brasil. A partir disso, foi possível fundamentar a análise das determinações e da concretude da “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira no período pós-golpe de 2016. A crise serviu de justificativa para o ataque contundente da burguesia contra a classe trabalhadora a partir de medidas de intensificação do ajuste fiscal permanente, com a retirada de direitos realizada via (contra)reformas.

Palavras-chave: Crise do Capital, “Questão Social”, Golpe, Classe Trabalhadora, Brasil.

ABSTRACT

This article aims to present considerations about the “insecurity of existence” of the working class in the post-coup period of 2016. For this, a bibliographical research and analysis based on dialectical historical materialism was carried out. Understanding the crisis category as an analytical key, we start from the discussion about the crisis of capital, recovering its historical process and approaching the current dynamics of capitalism, as well as its particularity in Brazil. From this, it was possible to base the analysis of the determinations and the concreteness of the “insecurity of existence” of the Brazilian working class in the period after the 2016 coup. measures to intensify the permanent fiscal adjustment, with the withdrawal of rights carried out via (counter)reforms.

Keywords: Capital Crisis, Social Issues, Coup, Working Class, Brazil.

Introdução

Este artigo tem como objetivo tecer considerações sobre a “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira no período pós-golpe de 2016, entendida como o fenômeno do pauperismo em

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88522>

*Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.
E-mail: carol_pds@hotmail.com.

Como citar: LIMA, C. M.
“Insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira pós-golpe de 2016. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 17-192, dez, 2024.
Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88522>

Recebido em 03 de fevereiro de 2024.

Aprovado para publicação em 08 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

sua expressão contemporânea, fazendo valer a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, formulada por Marx no século XIX.

Com base em pesquisa bibliográfica e no levantamento de dados empíricos em fontes secundárias, a análise realizada apoiou-se no método de Marx, por meio do qual compreende-se que o fenômeno tem de ser desvelado a partir da totalidade que o constitui e em que se constitui, não somente nas suas formas aparentes de manifestação, mas também em seu conteúdo essencial.

Neste trabalho, a categoria crise é a chave analítica e, a partir de sua discussão, recupera-se sua processualidade histórica e sua configuração na dinâmica atual do capitalismo, esforço já realizado por diversos autores e autoras aqui utilizados. A partir dessa perspectiva teórico-analítica, a crise é situada na particularidade brasileira, a fim de expor alguns dos elementos que afetam a vida de milhões de trabalhadores, com recorte para o desemprego e a desigualdade de renda, aprofundados no período pós-golpe até a pandemia de Covid-19.

A exposição do conteúdo foi estruturada em três tópicos: o primeiro tece algumas considerações sobre a crise capitalista e sua processualidade, destacando as intervenções do Estado no sentido de garantir alternativas para a sua superação e para a manutenção da ordem burguesa; o segundo tópico discute as respostas articuladas para a crise do capital, expressas no fortalecimento de projetos que buscam uma maior racionalização da produção e da ação do Estado, conjugando reestruturação produtiva e neoliberalismo, que configuram ofensivas burguesas à classe trabalhadora; e o último tópico aborda essas ofensivas contra a classe trabalhadora na realidade brasileira, principalmente, a partir do Golpe de 2016, resultando na “insegurança de sua existência”.

Considerações conceituais e históricas para a compreensão da crise do capital

A acumulação capitalista possui particularidades históricas, modifica-se conforme as transformações que ocorrem na própria dinâmica sócio-histórica de reprodução do capital e de suas relações sociais na dinâmica da luta de classes. O Estado participa desses processos, ligado organicamente à acumulação capitalista.

Em *O capital*, Marx (2008) aborda diversas formas de intervenção do Estado no processo de organização da produção (e da reprodução) de capital, com destaque para o processo de exploração da força de trabalho, de garantia das expropriações, o sistema da dívida pública e as facilidades do sistema tributário para com os capitalistas. As análises de Marx (2008) fornecem elementos que contribuem para uma análise dos fenômenos surgidos com as transformações societárias contemporâneas e suas particularidades no Brasil, em um contexto de crise.

Entender a crise é fundamental para a apreensão da dinâmica do modo de produção capitalista, que repercute nas práticas sociopolíticas e no terreno da luta entre as classes fundamentais, fazendo emergir novas questões, formas de ação e contradições, na dialética entre o econômico e o político, entre estrutura e superestrutura. As crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista e derivam das contradições engendradas na sua dinâmica de acumulação, nas suas relações sociais e no seu processo de reprodução.

Behring (2012), ao citar Marx, afirma que “a crise restabelece violentamente a unidade das fases do processo de produção e reprodução social que estavam autonomizadas pela dinâmica mesma da economia burguesa” (p. 168-169). Ou seja, a crise reconfigura a própria dinâmica das relações sociais de produção capitalistas.

O Estado participa desse movimento, seja regulando, intervindo diretamente com legislações protetivas, seja concedendo empréstimos, subsídios e perdão de dívidas. Ele também implementa as condições gerais para a produção capitalista, buscando facilitar o processo de produção e de realização do capital. Deste modo, no desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, o Estado intervém no sentido de garantir saídas para as crises do capital e no de aumentar o grau de sua legitimidade (Lima, 2023).

Segundo Mota (2011, p. 31), as crises implicam em uma conjuntura de transição, “portadora de um conjunto potencial de iniciativas políticas, capazes de promover mudanças”. Elas trazem à superfície as contradições do capitalismo, acirrando a luta entre as classes e intraclasses. Sendo assim, a crise “é um período de disputas políticas em que a burguesia [...] investe na perenização de uma sociedade baseada no mercado e na democracia dos livres proprietários, contrapondo-se às lutas das classes subalternas” (Mota, 2011, p. 31).

No último quartel do século XIX, ocorreu uma transformação qualitativa nas relações sociais que levou à formação de cartéis com a estruturação de grandes grupos econômicos. Esses grupos cresceram para além de seus territórios e colônias, frente à disputa geopolítica pela expansão de mercados, aprofundando o fenômeno do imperialismo.

Lenin (2017) aponta que a transição da Idade Concorrencial para a Idade dos Monopólios teve como um de seus marcos a I Guerra Mundial. Esse episódio evidencia a disputa dos capitais e revela como a crise é imprescindível para a constante reinvenção do modo de produção capitalista. Dialogando com o autor, Iasi (2018, p. 18) aponta que:

De certa forma o momento da passagem para o monopólio e sua conversão em imperialismo correspondeu a duas necessidades: a organização da partilha do mundo entre as potências capitalistas, e o meio disso foi a guerra, mas também, um correlato político importante, qual seja, a formação de uma aristocracia operária, no centro e a transferência das condições mais agudas da exploração para a periferia do sistema.

A reconfiguração a qual se referiu Iasi (2018) evidencia mudanças profundas na correlação de forças do cenário da luta de classes naquele momento. A classe trabalhadora buscou se reorganizar, gerando impasses para o Estado capitalista, com a Revolução Bolchevique de 1917, que fortaleceu o movimento comunista internacional. As guerras imperialistas geraram vitórias aos setores capitalistas, mas sempre enfrentando resistências na periferia e nos países semiperiféricos. As guerras, neste sentido, são fundamentais para o exercício da coerção estatal, daí a tendência à necessidade de fortalecimento do braço coercitivo do Estado nas crises. Há, portanto, uma relação orgânica entre crise do capital e recrudescimento da dominação coercitiva do Estado sob a supremacia burguesa.

O processo de desenvolvimento capitalista em países do centro é permeado por contradições. Mesmo no período de ascensão da taxa de lucros, tais países experimentaram crises pontuais, até sua generalização, entre 1929 e 1932, quando eclodiu a crise conhecida como a *Grande Depressão*. Esta crise é considerada uma das múltiplas determinações da ascensão do nazifascismo e da instauração da II Guerra Mundial (Netto; Braz, 2011).

Segundo Palmiro Togliatti (1978), o fascismo ascendeu como ditadura terrorista aberta aos elementos mais reacionários e imperialistas do capital financeiro que se consolidava. O fascismo tomou formas diferentes em países e em períodos diferentes, mas sempre se configurou como uma ditadura da burguesia, com uma base numa política ultranacionalista e autoritária, que arregimentou classes sociais (principalmente na pequena burguesia), reforçando valores tradicionais e conservadores. Naquele momento histórico, a instauração de uma ditadura fascista se relacionava à insatisfação de vários segmentos populacionais, cada vez mais pauperizados pela crise do capital:

[...] O fascismo se desenvolve porque as contradições internas chegaram a tal ponto que a burguesia é obrigada a liquidar as formas de democracia. Deste ponto de vista, quer dizer que nos encontramos diante de uma crise profunda, que se prepara uma crise revolucionária que a burguesia quer enfrentar (Togliatti, 1978, p. 07).

O conflito que envolveu as potências do Bloco Nazifascista e do Bloco “Aliado” resultou no processo que levou à vitória dos “Aliados”, em que o Exército Vermelho fez retroceder o Exército Alemão, e avançou sob o território oriental da Alemanha, adentrando e conquistando a capital alemã. Esse episódio histórico é considerado o marco do fim da II Guerra Mundial, em 1945. Com isso, os conflitos entre Bloco Capitalista e Bloco Socialista se acirraram, gerando significativas disputas geoeconômicas. A memória da guerra recentemente superada e a ameaça de catástrofe mundial nuclear, com a Guerra Fria, implicaram em impactos na direção dos Estados europeus, que buscaram não apenas garantir as condições gerais de produção capitalista, como também o consenso, em que partidos socialistas e social-democratas ascenderam ao poder e contribuíram com o capital.

Naquela conjuntura, com a elevação das taxas de lucros e com a conciliação de classes que integra o processo de “reerguimento das nações” europeias, foram colocadas as bases sócio-históricas para a realização do “Estado de Bem-Estar Social” que se diferenciaria em cada país (Netto, 2011). Usando o fundo público e ampliando o gasto social, os países centrais do Bloco Capitalista, assumiram diretrizes que: 1) redirecionavam o crédito estatal para a produção em massa na grande indústria, com implementação do modelo fordista de produção em um grau de maior complexificação, repercutindo na cultura e subjetividade da classe trabalhadora; 2) ampliaram o investimento estatal em tecnociência, processo que se inicia com a guerra; 3) investiram mais em infraestrutura para produção e consumo (o Estado garante os bens de consumo coletivos); 4) fizeram com que alguns países adotassem o modelo macroeconômico keynesiano, engendrando um novo modelo de controle social e administrativo, que operava com base numa racionalidade legalista, fortalecendo sua dimensão burocrática; 5) impulsionaram a implementação de políticas sociais, que configurariam os chamados “Estado de Bem Estar Social” no centro da economia capitalista, estimulando o consumo na reprodução da força de trabalho (Behring; Boschetti, 2008; Duriguetto; Montañó, 2011).

Tais elementos foram incorporados com objetivo de atender às necessidades do capital e às necessidades sociais, a fim de garantir a “segurança” no contexto de reerguimento do continente europeu e de hegemonia estadunidense, demarcando o período conhecido como os “30 anos Gloriosos” (Netto, 2011). Enquanto isso, nos países periféricos, o processo de colonização era tensionado e, na América Latina, o autoritarismo garantia a superexploração do trabalho.

As respostas do capital à sua crise estrutural

A seguridade social, que tem como um de seus marcos o Relatório Beveridge inglês nos anos 1940, pode ser compreendida como uma conquista social, mas que se soma à conjuntura de pleno emprego, da lógica do direito ao trabalho, do consumo como determinação para o desenvolvimento do capitalismo e da cidadania burguesa.

Observa-se naquela conjuntura, com a constituição do “Estado Social”, uma “evasão irracionalista da ‘angústia’” em prol da fundação de um aparato teórico sustentado na estabilidade e na eficácia formal da “segurança”. Para Coutinho (2010, p. 64):

O conceito de “segurança”, tal como é formulado na cultura da decadência, liga-se estreitamente à limitação imposta pela economia capitalista à plena expansão da personalidade humana. Somente submetendo-se às “normas” e regras socialmente impostas, tornando-se um conformista, pode o indivíduo experimentar uma sensação de segurança e estabilidade num mundo objetivamente assolado por contradições. Portanto, percebe-se facilmente a relação

direta entre burocracia e “segurança”, ou seja, o modo pelo qual uma vida “segura” submete-se aos princípios do formalismo pseudorracional e aos valores burocráticos da eficácia “profissional”; a “segurança”, assim, conforma-se à identificação entre personalidade individual e função desempenhada na divisão do trabalho, identificação própria da cultura capitalista.

Com a crise do “Estado de Bem-Estar Social”, a ideia de “segurança” é esvaziada, através de contrarreformas neoliberais, que estabelecem tetos para gastos públicos, fragilizando direitos, ampliando o desemprego, desprotegendo o trabalho, reforçando a “angústia” e a “insegurança social” da classe trabalhadora. A burguesia construiu, política e ideologicamente, uma vinculação entre emprego e “segurança”, que aponta para a relação apresentada pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, entre o exército de trabalhadores ativos e o exército industrial de reserva, incidindo diretamente nas condições de venda da força de trabalho, nos custos de sua reprodução e, conseqüentemente, na pobreza.

Trata-se, para Coutinho (2010), de uma perspectiva formal e “pseudorracional” creditar essa “segurança” ao emprego, uma vez que há uma rotatividade imposta pela dinâmica capitalista, que continuamente lançará parte do exército ativo de trabalhadores no exército industrial de reserva, principalmente com o avanço tecnológico em que há a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O capitalismo busca, portanto, constituir um conformismo social que leva os trabalhadores à aceitarem formas cada vez mais intensas de exploração do trabalho na perspectiva de evitar o desemprego e garantir a estabilidade, isto é, a suposta “segurança”, fazendo valer a subsunção real do trabalho ao capital.

A suposta “segurança”, gerada pela dinâmica do modo de produção capitalista nos países do centro pós-segunda guerra, com base no incentivo ao consumo irracional e “anti-humano” de mercadorias, enfrentou dificuldades para se manter (Coutinho, 2010). Já nos países de economia capitalista periférica, a suposta “segurança” foi garantida pelo *controle estatal a partir da coerção ditatorial* (como no caso da América Latina, além de alguns países árabes) e pelo terrorismo de Estado.

A suposta “segurança” é uma expressão ideológica construída no contexto de Guerra Fria, em que o Bloco Capitalista precisava garantir legitimidade social e frear as adesões ao Bloco Socialista. Nesse contexto, a produção passava por uma racionalização, com a alavancagem da produção em massa fordista, ancorada em políticas de Estado que promoviam a expansão de capitais ao mesmo tempo em que garantiam salários indiretos – através de políticas sociais – voltados para a viabilização do consumo em massa (Mota, 2009).

A ideia de “segurança” foi necessária para garantir a produção e o consumo em massa, até que a dinâmica dos ganhos de produtividade chegou ao limite, gerando recessões generalizadas para a economia capitalista mundial nos anos 1970 e 1980. Com isso,

ocorreram profundas alterações no mundo do trabalho, reconfigurando sua morfologia, reestruturando a produção – como tentativa de viabilizar a recuperação da taxa de lucros – e as próprias relações sociais, com o crescimento significativo do desemprego e, consequentemente, do fenômeno do pauperismo. Nesse contexto, medidas neoliberais foram tomadas para combater a crise no âmbito do Estado, com a flexibilização das legislações sociais, as políticas de austeridade fiscal sobre os gastos públicos, principalmente na área social e, foram adotadas novas estratégias de captura do fundo público pelo capital. Disto decorrem instabilidades e fraturas na legitimidade dos sistemas burocráticos assumidos e operados pelo Estado (Fiori, 1995).

Assim, como respostas às recessões generalizadas, que configuraram a crise capitalista mundial, foram soerguidos projetos que buscam uma maior racionalização da produção e da ação do Estado, conjugando reestruturação produtiva e neoliberalismo, que constituíram ofensivas burguesas ao trabalho e à classe trabalhadora.

O neoliberalismo se apoia nos modelos de gestão empresarial, implementando um modelo de administração flexível, levando à redução do Estado, com a implantação do gerencialismo, que investe na privatização e na desresponsabilização estatal no campo das políticas sociais. Deste modo, busca-se deslegitimar o que é público, a partir de uma forte ofensiva ideológica contra o Estado de Bem-Estar Social e a democracia, com a revitalização do conservadorismo e do “direitismo” como reflexo do ‘espírito do tempo’. Segundo Fiori (1995), nas crises se “refazem as relações entre as formas política e econômica de dominação” (p. 68), afetando a direção cultural, política e a própria ação do Estado e das classes sociais.

Dardot e Laval (2016) apontam que nessa “nova razão do mundo”, aspectos da vida cotidiana são regidos pela economia, que orienta condutas, direciona escolhas e influencia as práticas dos indivíduos. Segundo os autores, no neoliberalismo a concorrência se expande de tal forma, que a própria democracia fica abalada: “Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo” (Dardot; Laval, 2016, p. 69). Assim, a racionalidade burguesa neoliberal busca criar estratégias de destituição de direitos a favor de uma “lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (Dardot; Laval, 2016, p. 34).

O neoliberalismo assumiria o papel de “refundador intelectual” de toda a sociedade (Dardot; Laval, 2016, p. 35), instaurando um clima em que “uma guerra [vem] sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 20). Tal apontamento *é e não é* uma novidade, visto que a disputa entre grupos oligárquicos é própria à dinâmica do capitalismo monopolista. Entretanto, surgem novos elementos que demarcam particularidades do tempo presente.

É fato que os oligopólios capitalistas querem uma transformação em que eles detenham o domínio sobre a sociedade “[...] impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa” e para isso, “[...] é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX” (Dardot; Laval, 2016, p. 21). Não se trata apenas de alterações legais, mas de toda uma formação cultural e ideológica construída, seja via mídia, seja via redes sociais, como é possível observar em torno da polêmica da rede social X e do marco regulatório das redes sociais, em discussão no Brasil.

Dardot e Laval (2016) apresentam o conceito de Wendy Brown de *desdemocratização*, que significa o movimento de perda da normatividade da democracia liberal, com a desativação de seus fundamentos como igualdade, emancipação política, laicidade, universalidade, cidadania e liberdades civis; um processo “que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (p. 20).

As reflexões de Dardot e Laval sobre o neoliberalismo e as regressões experimentadas no âmbito da democracia liberal, embora não sustentadas na matriz teórica marxista e tampouco dirigidas à realidade brasileira, trazem contribuições importantes para a compreensão do golpe ocorrido em 2016 que levou a presidenta Dilma Rousseff (PT) ao *impedimento*, somado ao processo de retirada de direitos e perda de cidadania pela qual a classe trabalhadora brasileira lutou para conquistar. Sendo assim, trabalhadores e trabalhadoras têm experimentado em seu cotidiano a “insegurança da existência” com o agravamento das expressões da “questão social”, com o desemprego, a fome e a insegurança alimentar, a violência, a falta de acesso às políticas e direitos sociais.

A ofensiva contra a classe trabalhadora brasileira e a “insegurança de sua existência” pós Golpe de 2016

O Golpe de 2016 revela um elemento de mudança nas relações entre Estado e classes sociais no Brasil decorrentes das respostas articuladas pela burguesia à crise do capital. Essa crise também provocou um aumento da exploração da força de trabalho – principalmente nos países periféricos –, na tentativa de elevação da taxa de mais valia, com a aceleração do ciclo de rotação do capital, nas disputas e guerras imperialistas. Essa dinâmica “permite explorar o diferencial de produtividade do trabalho e baixar os custos das matérias-primas, reprimarizando inclusive alguns países, tendo em vista as suas vantagens comparativas e sustentação no mercado mundial, como é o caso do Brasil” (Behring, 2012, p. 174).

Sabemos que as crises expõem e requalificam a “questão social”, cuja gênese está no caráter coletivo da produção (social) contraposto à apropriação privada da riqueza

produzida pelo trabalho. Logo, ela reside na contradição exposta na formulação marxiana apresentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista (Lima, 2023).

A “questão social” é tida como categoria teórica formulada a partir do fenômeno do pauperismo (Netto, 2010). É indissociável da sociabilidade capitalista, sendo determinada pela organização da produção e do trabalho, e da configuração estatal, particularmente na fase monopolista do capital (Iamamoto, 2011). A “questão social” é a base da formulação de direitos e políticas sociais, que ganharão maior ou menor institucionalidade e efetividade a partir do contexto da luta de classes no modo de produção capitalista.

Desde o processo de instauração do regime de acumulação flexível há uma nova morfologia do trabalho que impõe uma “informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do ciberproletariado” (Antunes, 2015, p. 127). Neste contexto, “a classe que vive do trabalho” é cada vez mais desprovida de direitos, com a mercadorização dos serviços públicos (como educação, saúde, energia, previdência etc.) e ameaçada pelo desemprego estrutural. Cada uma das transformações que compõem essa nova morfologia do trabalho repercute no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideopolítico da classe trabalhadora, tendo em vista o esvaziamento de suas organizações clássicas, como os sindicatos. Assim, o capital exige a flexibilização das legislações sociais e encontra facilitação por parte do Estado.

E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro (Antunes, 2015, p. 130 — grifo do autor).

No caso brasileiro, a crise serviu de mote à construção do Golpe de 2016, articulado por frações da burguesia, com uso da mídia, da militância do judiciário e do Congresso Nacional — principalmente da direita conservadora em plena ascensão desde junho de 2013. Foram tomadas medidas como a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência, a Emenda Constitucional nº 93 (que tratava da Desvinculação das Receitas da União), a Emenda Constitucional nº 95 (que estabeleceu o Teto dos Gastos Sociais), dentre outros instrumentos favoráveis à recuperação da taxa de lucro da burguesia, tomando os recursos do “trabalho” e repassando-os para o “capital”, como meio de contornar a crise (Lima, 2023).

Em 2019, os jornais divulgavam que a crise levara mais 7,3 milhões de pessoas à pobreza no país (Almeida, 2019). Segundo o IPEA, mais da metade dos brasileiros pobres não teve ou perdeu rendimentos. Os pobres assalariados tiveram seus salários corroídos pela inflação e pela alta no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) (Madeiro, 2019).

Em 2020, com a pandemia, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu em relação a 2019, com alta nos preços na cesta básica, maior taxa em quatro anos (Forbes, 2021). Ainda que o número de miseráveis tenha sido reduzido momentaneamente com o auxílio emergencial, em 2020, a perspectiva era de aumento da extrema pobreza e da fome em patamares não vistos há décadas.

Após a “Reforma” Trabalhista, realizada em 2017, que no discurso midiático prometia mais empregos aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras, a taxa de desemprego teve queda ínfima, terminando 2019 em 12,1%, com 12,8 milhões de desempregados. Segundo a OIT (Chade, 2020), no cenário pandêmico, a taxa se amplia a mais de 14%, empurrando amplos setores da classe trabalhadora em direção à informalidade, à pobreza e, quando não, à morte.

Segundo Behring (2019), existe no Brasil uma “persistência do desemprego e das expressões da questão social daí decorrentes – pauperismo, violência endêmica, superlotação das prisões etc. Hoje, há cerca de 28,3 milhões de [trabalhadores] subutilizados, classificação atual do IBGE que soma todos os que estão de fora [...]” (p. 57) do mercado de trabalho, sem contar os desempregados. Por outro lado, em 2019 o número de bilionários no Brasil passou de 180 para 206, equivalente a 0,0000001% da população brasileira. Somente os dez mais ricos do Brasil – homens brancos, vários deles envolvidos em escândalos de corrupção e em denúncias de descumprimento da legislação trabalhista – concentravam 408.8 bilhões de reais. Isso equivale a pouco mais de 6% do PIB nacional, segundo a revista Forbes (2019). Além disso, o número de milionários também subiu, chegando a 199 mil pessoas (Cotias, 2019).

Esse crescimento no cenário pré-pandêmico está relacionado com as medidas de ajuste fiscal e de relaxamento de impostos, de garantias ao investimento financeiro-especulativo, de concessão de subsídios e empréstimos à burguesia nacional e àquela interessada em investir no Brasil. Deste modo, justifica-se o apoio das elites econômicas ao governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

Em 2020, no cenário de crise agravada pela crise sanitária, o número de ricos (burgueses) e de sua riqueza se ampliou astronomicamente. No Brasil, segundo o jornal Valor Econômico (2020), “levantamentos mostram que durante a pandemia a fortuna de 42 bilionários do país aumentou US\$ 34 bilhões”¹. É importante destacar que, com a crise, foram fechadas milhares de empresas e suspensos os contratos de trabalhadores(as) em contraste com a significativa ampliação de seus lucros (UOL, 2021). Suas fortunas somadas apresentaram uma alta de 33% em relação à soma do ano de 2019.

1 Fonte: <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2020/07/28/bilionarios-ficaram-mais-ricos-e-miseria-diminuiu.ghml>

Segundo Behring (2021), no contexto da pandemia, em que se impôs o isolamento social como medida de prevenção, a proposta do governo à classe trabalhadora foi a de diminuição dos salários, aprofundando a crise, pois tal proposta levou à suspensão de contratos e demissão em massa. Implementando as Medidas Provisórias nº 927, de 2 de março de 2020, que “Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6”, de 20 de março de 2020, e a de nº 936, de 01 de abril de 2020, que “Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6”, de 20 de março de 2020, bem como da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Ambas favorecendo a sobrevivência das empresas às custas dos direitos dos trabalhadores. Mesmo antes da pandemia, como resultado do contexto de crise e da (contra)reforma trabalhista, “[...] trabalhadores(as) sem carteira assinada e sem direitos somavam, no final de 2019, o recorde de 11,8 milhões e este tem sido resultado da contrarreforma trabalhista” (Behring, 2021, p. 228).

A autora afirma que:

Diante dessa dramática condição social, a resposta de Guedes é colocar em questão por que os pobres não poupam (sic!) e sugerir o congelamento do salário mínimo. Trata-se do mais profundo darwinismo social ultraneoliberal, de um ataque inédito aos trabalhadores(as) dos setores público e privado. Ao juntar todas as faixas de desemprego do IBGE, há mais de 30 milhões de desempregados/as. No contexto da pandemia, foram fechados 7,8 milhões de postos de trabalho, e a taxa de desemprego foi para 12,9% da população economicamente ativa (PEA), lembrando que esse percentual não considera trabalhadores ocupados em atividades informais ou que estejam buscando emprego na semana da pesquisa (Behring, 2021, p. 228-229).

O desemprego se expandiu com a pandemia de Covid-19. Cerca de 522 mil negócios suspenderam atividades ou fecharam definitivamente. Cresceu o exército industrial de reserva e parte da população (cerca de 700 mil pessoas) foi dizimada não apenas pelo adoecimento, mas pelo negacionismo, pela omissão do governo e pela falta de políticas efetivas de prevenção à disseminação do vírus. O medo da morte é menor que o medo da vida, da perda do emprego, da “insegurança da existência”, em que a maioria dos brasileiros afirmaram ter mais medo do desemprego do que da infecção por coronavírus (Lima, 2023).

No período pandêmico, a forma de enfrentamento pelo Estado ao pauperismo veio a partir de um programa imediatista de transferência de renda vinculado à política de assistência social, denominado Auxílio Brasil, que foi proposto pelo Congresso Nacional. Tal programa, recebeu severas críticas pela forma como foi estabelecido:

[...] Até julho de 2020, a Dataprev analisou 108,4 milhões de cadastros, dos quais 64,1 milhões estão recebendo o auxílio, conforme apontamos anteriormente, incluindo os inscritos no Bolsa Família, a um custo de R\$90,8 bilhões de reais. Chama atenção na conta o número de solicitações negadas, o que requisitaria uma investigação mais profunda sobre os fundamentos do bloqueio de acesso. Houve residuais tentativas de fraude no programa que foram amplamente divulgadas na imprensa, mas que não diminuem o impacto desses números e menos ainda das imagens das filas na frente das agências da Caixa, que lamentavelmente se tornaram focos de propagação do vírus. (Behring, 2021, p. 238).

Mais uma vez, a contradição entre capital e trabalho fica evidente, pois mesmo no contexto de uma grave crise sanitária, a burguesia priorizou seus lucros em detrimento das vidas humanas. O Estado garantiu a maior flexibilização de direitos², isenções e subsídios às grandes empresas³ e, também, baixa taxaço sobre grandes fortunas e sobre transações do mercado financeiro – que bateram novo recorde em 2020 com as transações de fusão e aquisições (Lima, 2023). Enquanto isso, se expandiam as condições que levavam à “insegurança da existência” da classe trabalhadora. Nesse contexto, a crise se revela, de um lado, como um momento de grande sofrimento humano, com perdas de familiares, amigos, vizinhos, colegas e, de outro, como momento de maior acumulação do capital sob a hegemonia do capital financeiro.

Considerações finais

A ofensiva capitalista fortalecida com o Golpe de 2016, impactou a vida da classe trabalhadora brasileira agravando as expressões da “questão social”, principalmente a pobreza. O desmonte das políticas sociais, com as (contra)reformas e demais legislações impostas, repercutiu diretamente sobre a reprodução da força de trabalho, ampliando as desigualdades sociais e impondo uma “insegurança da existência” dos trabalhadores e trabalhadoras no país. A crise serviu de justificativa para os ataques contundentes da burguesia contra a classe trabalhadora, a partir de medidas de ajuste fiscal permanente, com a retirada de direitos realizada via contrarreformas implementadas.

-
- 2 Recorda-se o apelo do ministro do meio ambiente (Ricardo Salles), também de extrema-direita, de que era preciso aproveitar o momento para fazer “passar a boiada”. Parte significativa da boiada passou com tratores e motosserras, e o resultado tem sido mais tragédia humanitária, com episódios como o dos ianomâmis, dos impactos ambientais que levam a desastres como o recente alagamento de cidades no Rio Grande do Sul, etc.
 - 3 Lembre-se também que o socorro aos bancos e empresas por parte do Governo Federal, proposto pelo banqueiro Paulo Guedes, que estava na chefia do Ministério da Economia, foi bastante anterior ao Auxílio Emergencial, proposta pelo Congresso.

O pensamento conservador e ultraneoliberal – expressão ideológica da crise de nosso tempo – tem seu fundamento material na crise do capital e se intensifica frente ao desvanecimento das formas clássicas de representação e organização da classe trabalhadora, ampliando o potencial da exploração capitalista. O pauperismo atinge as massas exploradas de tal modo que altera qualitativamente a condição objetiva da luta de classes.

É urgente uma transformação radical na forma de produzir e reproduzir a nossa existência e, para isso, é necessário o rompimento com a lógica do modo de produção capitalista, cujas condições fundamentais, segundo Lenin (apud Iasi, 2010), são as seguintes: 1) a impossibilidade de manutenção da dominação burguesa (crise das “cúpulas”, crise da política da classe dominante), onde a indignação e o descontentamento das classes oprimidas forçam um caminho de transformação; 2) o agravamento extremo da miséria e da angústia das classes oprimidas; e 3) a acentuação da atividade das massas que se deixam pilhar em períodos pacíficos, mas que se rebelam e revoltam em períodos de crise de forma independente. Mas, além disso, é preciso que ocorra uma mudança subjetiva ao nível da consciência, para que a classe trabalhadora retome a capacidade de conduzir a ação revolucionária de forma vigorosa.

Atualmente, assiste-se ao agravamento das expressões da “questão social” no Brasil, enquanto os oligopólios monopolistas, cada vez mais integrados, desencadeiam ofensivas econômicas, políticas e ideológicas, aprofundando o abismo das desigualdades sociais resultantes das contradições inerentes ao capitalismo e, assim, tentam enraizar, no cotidiano, o conformismo social frente à “insegurança” da existência da classe trabalhadora.

Contribuições Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, C. Crise levou mais 7,3 milhões de pessoas à pobreza no país. 2019. In: Jornal O Globo de 04 de abril de 2019. Disponível em: www.oglobo.globo.com/economia/crise-levou-mais-73-milhoes-de-pessoas-pobreza-no-pais-23573955. Acesso em: 04 de abr de 2019.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-66

BEHRING, E. R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilasio (et al.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 4ª edição. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTÃO, N. Volume de negócios na bolsa tem maior média histórica em 2019. In: Valor Investe. Bolsas e Índices. 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2019/06/19/volume-de-negocios-na-bolsa-tem-maior-media-historica-em-2019.ghtml>

BRASIL. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020. Diário Oficial da União, edição extra, 22 março 2020, p. 1. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm#:~:text=MPV%20927&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20trabalhistas,%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Medida Provisória Nº 936, de 01 de abril de 2020. Diário Oficial da União, edição extra, 01 abril 2020, p. 1. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936impressao.htm. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 dezembro 2016. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Diário Oficial da União, edição extra, 08 setembro 2016. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHADE, J. Taxa de desemprego no Brasil irá se manter em patamares elevados, prevê OIT. – *Coluna do jornal online UOL*. Publicado em 20 de janeiro de 2020, às 17h00. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/20/taxa-de-desemprego-no-brasil-ira-se-manter-em-patamares-elevados-preve-oit.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 22 de julho de 2020.

COTIAS, Adriana. Clube dos milionários no Brasil ganha 42 mil novos membros. *Jornal Valor Econômico*. Coluna Valor Investe. Publicado em 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2019/10/21/clube-dos-milionarios-no-brasil-ganha-42-mil-novos-membros.ghml> Acesso em 1 de junho de 2023.

COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2ª ed., Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

FIORI, J. L. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FORBES. Alimentos pressionam e IPCA termina 2020 a 4,52%, a maior taxa em 4 anos. *Redação Forbes Money*. Publicado em 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/alimentos-pressionam-e-ipca-termina-2020-a-452-a-maior-taxa-em-4-anos/> Acesso em 25 de maio de 2023.

FORBES. Bilionários brasileiros são destaque da nova edição da Forbes Brasil. *Redação Forbes Money*. Publicado em 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2019/09/bilionarios-brasileiros-sao-destaque-da-nova-edicao-da-forbes-brasil/> Acesso em 26 de junho de 2023.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche* – capital financeiro, trabalho e questão social. Capítulo II. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, M. L. O espírito de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E; STEIN, R. H; TEIXEIRA, S. O. (Org.). *Que política social para qual emancipação?* 1º ed. Brasília: Abaré Editorial, 2018, v. 1, p. 11-32.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LIMA, C. M.. Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente. 2023. 296 f. *Tese*. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MADEIRO, C. Ipea: mais pobres são os únicos a perder rendimento no Brasil sob Bolsonaro. In: Cotidiano. *Portal de notícias do UOL*. 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/rendimento-brasil-2019.htm> Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro I, vol. 2, 26ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 50. 5. reimp. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. História e política. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978, p.137.

VALOR Econômico. Bilionários ficaram mais ricos e miséria diminuiu. *Jornal Valor Econômico*. Publicado em 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/impresso/noticia/2020/07/28/bilionarios-ficaram-mais-ricos-e-miseria-diminuiu.ghtml>
Acesso em 30 de outubro de 2023.

Outros tempos exigem outros conceitos

Other times require other concepts

Marcos Barreira (Tradutor)* 

Jochen Baumann conversa com Moishe Postone sobre a atualidade da Teoria Crítica¹

Jochen Baumann: O que você entende por marxismo tradicional e o que ele tem a ver com a Teoria Crítica, que já se descolou dele em sua fase de formação, em meados da década de 1930?

Moishe Postone: O marxismo tradicional tem uma compreensão das relações de produção que são essencialmente entendidas como relações de mercado e de propriedade. A força produtiva nesse entendimento das relações de produção é o trabalho, que geralmente é visto de forma supra-histórica. Isso inclui muitas correntes diferentes do marxismo. Meu conceito de marxismo tradicional não deve ser equiparado ao marxismo ortodoxo, porque, em minha opinião, alguém como Horkheimer em “Teoria tradicional e teoria crítica” também pensa dentro da estrutura marxista tradicional. Quatro anos depois, ainda na década de 1930, ele tentou romper com esse entendimento, mas só até certo ponto.

¹ Essa entrevista foi originalmente publicada em 1999, em *Jungle World* nº21/1999, sendo Jochen Baumann professor da Universidade de Ciências Aplicadas de Berlim. Moishe Postone, falecido em 2018, foi professor de história na Universidade de Chicago. Teórico pioneiro da chamada “crítica do valor”. O interesse de suas pesquisas inclui a moderna história intelectual europeia; teoria social, especialmente teorias críticas da modernidade; Alemanha do século XX; antissemitismo; e transformações globais contemporâneas. (NdT). A presente tradução foi publicada em <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2024/05/14/entrevista-de-moishe-postone-a-atualidade-da-teoria-critica/>. A autorização para a presente publicação está baseada na licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International.

ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88523>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: marcosbarreira01@hotmail.com. Tradutor e editor de edição em português do site *Krisis* – (www.krisis.org), também escreve para o Blog da Boitempo.

Como citar: BAUMANN, J. Outros tempos exigem outros conceitos. [tradução: BARREIRA, M.] *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 193-199, dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88523>

Recebido em 30 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 16 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mesmo antes da “Dialética do Esclarecimento”, em “Estado autoritário” e “Os judeus e a Europa”, Horkheimer chegou a uma posição muito alinhada com os ensaios de Friedrich Pollock sobre o capitalismo de Estado e a questão de se o nacional-socialismo representava uma nova ordem social, que rompia com o capitalismo tradicional em áreas cruciais. Tanto Horkheimer quanto Pollock argumentam que o mercado e a propriedade privada foram abolidos e não são mais considerados características essenciais do capitalismo daquela época. Eles continuam a chamá-lo de capitalismo, mas não têm uma conceitualização que justifique esse termo. Se o mercado e a propriedade privada foram abolidos, então não há mais nenhuma contradição que possa levar adiante o desenvolvimento social. Ou dizemos que a sociedade continua a ter uma estrutura contraditória – ou seja, que o mercado e a propriedade privada não são determinações essenciais do capitalismo – ou dizemos que eles foram abolidos e que, portanto, não há mais contradições iminentes que possam fundamentar em termos sociais a crítica e a ação de oposição. Em última análise, isso dá origem aos conceitos de sociedade unidimensional e de mundo administrado, que são centrais para a Teoria Crítica tardia. Se alguém rejeita a posição de que o mercado e a propriedade privada foram abolidos – essa era a posição que Franz Neumann elaborou em “Behemoth” – isso também tem consequências decisivas para a estrutura geral de uma Teoria Crítica. Não considero teoricamente satisfatória a posição de Neumann de que as contradições entendidas de modo tradicional existem mesmo no Estado total, o Behemoth do nacional-socialismo.

Jochen Baumann: Por que não? se as análises de Neumann sobre o nacional-socialismo são empiricamente corretas, então, nesse caso, pode-se presumir que pelo menos alguns de seus pressupostos teóricos devem estar corretos, ou ele está errado. Dizer que ele fornece a análise correta do nacional-socialismo, enquanto Pollock e Horkheimer fornecem uma análise enganosa, e ainda assim vincular-se à teoria deles parece contraditório. Você poderia se vincular à reivindicação do próprio Neumann de conduzir uma análise temporal mais precisa da relação entre capital e trabalho, em vez de se vincular aos pressupostos altamente especulativos da “Dialética do Esclarecimento”, que opera com conceitos completamente supra-históricos.

Moishe Postone: Não. A tese de Pollock pode ser entendida como uma tese hipotética. Vamos supor que o mercado e a propriedade privada tenham sido de fato abolidos pelo capitalismo de Estado. Essa seria uma base suficiente para a construção do socialismo? Neumann de modo algum aborda essa questão decisiva. É exatamente por esse motivo que considero Pollock muito mais interessante para questões teóricas voltadas para a história do que Neumann, que, sem dúvida, forneceu a descrição mais precisa do nacional-socialismo. A teoria do capitalismo de Estado de Pollock implica que o marxismo tradicional atingiu seus limites históricos. É por isso que ele e, na sequência, Horkheimer e Theodor W. Adorno colocam novas questões e problemas.

Jochen Baumann: Mas foi exatamente nessa fase do desenvolvimento da Teoria Crítica que Horkheimer e Adorno não elaboraram nenhuma nova análise e categorias que fossem adequadas para uma análise crítica da sociedade. Não foi à toa que ambos abandonaram parcialmente o paradigma da “Dialética do Iluminismo” no período pós-guerra.

Moishe Postone: É verdade que sim, mas eles também perceberam que não era mais possível explicar o mundo com os conceitos antigos. O problema que Horkheimer e Adorno enfrentaram no final da década de 1930 foi o seguinte: Eles perceberam que não podiam mais entender adequadamente o capitalismo com os conceitos antigos do marxismo, por exemplo, o mercado e a propriedade privada, mas ainda não haviam encontrado nenhum novo. Para Horkheimer, por exemplo, isso tem consequências teóricas importantes para a categoria trabalho. Ele retém o pressuposto central do marxismo tradicional de que o trabalho é uma categoria supra-histórica de socialização. Em 1936 essa ainda era pra ele uma fonte da razão emancipatória, mas em 1940 ele acreditava que o trabalho social era o fundamento da razão instrumental. Essa reavaliação fundamental do trabalho social baseia-se na tese de Pollock de que a abolição do mercado e da propriedade privada no capitalismo de Estado significa a abolição da principal contradição do capitalismo. O trabalho se realizou. A sociedade que surge daí, porém, encarna uma nova forma tecnocrática de dominação. Dentro dessa estrutura teórica, o trabalho deve ser a base dessa nova forma de dominação. Essa é a ideia central que leva à noção de razão instrumental. É aqui que Habermas entra mais tarde. Habermas não está simplesmente dando as costas à teoria crítica quando afirma que a interação deve ser colocada ao lado do trabalho para explicar a possibilidade histórica da crítica social e da oposição. A reinterpretação do conceito de trabalho como razão instrumental, que Horkheimer e Adorno empreenderam na década de 1940, é precisamente o ponto de partida de Habermas.

Jochen Baumann: Além da separação entre sistema e mundo da vida, que não pode ser conciliada com uma perspectiva social geral, Habermas se esquece regularmente do sistema quando leva em frente a teoria social, caso contrário não chegaria à sua tese da colonização, segundo a qual o sistema de trabalho e produção, que ele mal analisa, sempre governa o mundo da vida e domestica cada vez mais essa esfera. Essa teoria não está finalmente obsoleta hoje, em vista da globalização do capitalismo, que não significa outra coisa senão que a relação de capital chegou aos últimos recantos do mundo?

Moishe Postone: Não gosto da divisão habermasiana. Não gosto da categoria do sistema, nem da categoria do mundo da vida. Outra possibilidade teórica seria redefinir o conceito de trabalho de modo que ele possa incluir ambas as esferas – precisamente como trabalho, que também constitui uma forma historicamente específica de mediação social. Isso deixa claro, entretanto, que esse conceito de trabalho não é algo supra-histórico e sempre válido, mas é um conceito historicamente específico que só ganhou validade e poder explicativo com a imposição mundial da relação de capital. Isso significa, contudo, que hoje ele é mais relevante do que antes.

Jochen Baumann: Você também aplica sua crítica do marxismo tradicional à “Dialética Negativa” de Adorno, ou acha que esses problemas teóricos foram resolvidos lá? Adorno, em particular, lidou apenas marginalmente com questões e problemas de economia política após 1945.

Moishe Postone: Não, Adorno não resolveu esses problemas. Com ele, porém, as coisas são mais complicadas. Adorno argumenta de uma forma muito mais matizada. Ele certamente subestima o significado da relação de capital e da sua história de imposição. Não se pode usar a forma-mercadoria como uma chave universal para a história humana, mas apenas para explicar o capitalismo e a sua dinâmica. Adorno também tinha limites teóricos e biográficos, por exemplo, na sua avaliação das possibilidades de mudança social positiva após Auschwitz, por exemplo, por meio do feminismo ou de outros movimentos sociais. Para mim, esse não é apenas um problema prático, mas histórico-teórico: como lidar com os movimentos emancipatórios depois de Auschwitz – uma questão que Adorno evitou deliberadamente. Para ele, colocar a questão já era impossível e insuportável. Menos por razões teóricas do que por razões biográficas, ele certamente teria entendido isso como uma traição à história e ao significado de Auschwitz.

Jochen Baumann: Mas me parece que na “Dialética Negativa” ou em sua obra tardia, Adorno não fez mais exatamente essa tentativa de formular uma crítica elaborada da economia e, em vez disso, tentou formular uma crítica da sociedade após Auschwitz. É possível personalizar o ponto de vista de Adorno dessa forma? Não deveríamos também levar em conta que, embora o capital e o capitalismo como sistema não tenham mudado fundamentalmente, a sociedade alemã e a sociedade civil em geral mudaram? Afinal, não estamos mais vivendo sob o nacional-socialismo, então surge a questão de saber se não há também elementos emancipatórios na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo ou da própria sociedade civil. Que consequências isso teria para a teoria crítica?

Moishe Postone: Também não posso responder exatamente. Mas penso que Adorno teria rejeitado essa perspectiva. Mas aqui é preciso dizer também que, embora a “Dialética negativa” tenha sido publicado em 1967, na verdade é um livro do final dos anos cinquenta. Da mesma forma, os conceitos de Jürgen Habermas são conceitos que surgiram no contexto do final da década de 1960, baseados na fase de burocratização, na expansão da atividade estatal e no Estado de bem-estar. Desde então, Habermas tem sido incapaz de se libertar desses pressupostos que estão na gênese da sua própria teoria, embora as condições sociais tenham mudado. Na década de 1950, havia boas razões para supor que já não existiam contradições inerentes ao sistema que indicassem a possibilidade de uma sociedade além do capitalismo. Adorno encontra repetidamente pontos em que, mesmo assim, identifica contradições no desenvolvimento social, mas essas não são mais as contradições como eram pensadas na teoria de Marx – contradições que apontam para uma mudança (Umwälzung) de toda a sociedade. Pelo menos Adorno, ao contrário de Hor-

kheimer, não abandona esse caminho da Teoria Crítica – apontando para a perversidade do todo, mesmo que não se possa apontar um caminho para a transformação.

Jochen Baumann: O senhor agora se refere a Adorno de forma muito positiva, mas em seu livro “Time, Labour and Social Domination” Adorno quase não é mencionado. Em “Dialética negativa”, no entanto, Adorno explicou por que ele não podia e não queria fornecer um sistema, uma teoria social fechada em si, e por que ela não poderia mais ser uma teoria crítica se alguém quisesse explicar a socialização a partir de um ponto central ou contradição, por exemplo, apenas a partir da socialização do valor. Há muitas semelhanças aqui entre a abordagem de Adorno e a sua. Como você, Adorno diz que a dialética não pode ser um método trans-histórico, mas está vinculada ao objeto concreto que é examinado. Não há método trans-histórico, não podemos sair desta sociedade com nosso pensamento, não há conhecimento puro, então por que a abordagem epistemológica de Adorno difere tanto da sua? O que você acha do conceito epistemológico de não-identidade de Adorno, que não é discutido em seu livro?

Moishe Postone: Estou mais fortemente interessado em abordagens teórico-sociais do que nas puramente filosóficas. O que me interessa é a distância (Spannweite) entre o que o capitalismo ao mesmo tempo abre e bloqueia em termos de desenvolvimento e da dinâmica de mudança social. Tanto a minha abordagem quanto a de Adorno começam analisando a estrutura da mercadoria ou a forma do valor. Mas acredito que posso analisar a dinâmica interna de desenvolvimento do capitalismo melhor do que Adorno; estou interessado nos momentos de mudança, na dinâmica social, pelo menos tanto quanto nos elementos estáticos, no que permanece igual. Isso certamente também se deve ao fato de eu não ter trabalhado nos anos 1950-60, mas hoje. Outros tempos exigem outros conceitos. Em “Tempo, trabalho e dominação social”, eu não queria escrever uma história da Escola de Frankfurt. Eu queria apenas mostrar os limites do marxismo tradicional na análise da socialização capitalista. Ao fazer isso, contornei astuciosamente Adorno, que foge um pouco, mas não totalmente, dessa estrutura.

Jochen Baumann: Então, mais Marx de novo? Em sua palestra “Teoria Crítica e a problemática da história do século XX”, você pediu exatamente isso, já que o capitalismo, no decurso da globalização, ainda se caracteriza por contradições iminentes. E quanto à crítica desse desenvolvimento, especialmente a crítica prática, o que deve ser priorizado nessa formulação?

Moishe Postone: Dizer que o capitalismo é uma formação social dinâmica não é uma afirmação otimista nem pessimista. É simplesmente a direção na qual a teoria crítica deve ser desenvolvida hoje. Para isso, o pessimismo fundamental de Horkheimer deve ser rejeitado. Mas também não sou otimista; trata-se apenas da possibilidade histórica de mudança social em um sentido emancipatório. No que diz respeito à probabilidade de tal emancipação, sou bastante pessimista. Isso também depende de quão forte é a esquerda

e de quanto ela consegue formular seus interesses. E nos EUA e também na Europa, a esquerda não tem voz no momento, tem muito pouco a dizer às pessoas. Uma das consequências disso é que a camada média dos EUA, que está ameaçada pelo declínio social, formula hoje seus interesses em termos cristãos fundamentalistas.

Jochen Baumann: Embora a situação da esquerda nos EUA seja mais desoladora do que aqui, seu livro teve uma recepção maior nos EUA do que na Alemanha. Nos EUA, ainda há uma discussão marxista radical ou crítica social influenciada pela Teoria Crítica ou pelo pós-estruturalismo. Aqui, por outro lado, dificilmente se pode usar uma palavra como “capitalismo”. Por que isso acontece?

Moishe Postone: A estrutura da esfera pública nos EUA é diferente da que existe na Europa. Há uma discussão muito controversa e crítica, mas dentro de uma estrutura acadêmica hermética. Há muito menos mediação entre o discurso acadêmico e, digamos, o debate público geral nos EUA do que na Europa. É um “se fechar em si mesmo”. Isso já pode ser visto na linguagem do discurso acadêmico, que está se tornando cada vez mais hermética e incompreensível para quem está de fora. O discurso acadêmico cada vez mais se refere apenas a si próprio. Ele só se torna historicamente relevante quando oferece à população a oportunidade de explicar sua própria situação e suas próprias experiências de vida. Os estudos culturais, em particular, são caracterizados por uma mistura de superfície populista e jargão elitista. Isso não significa abster-se de análises complexas, mas deve ser possível apresentar os resultados do processo de pesquisa, uma vez obtidos, de forma mais simples para que outras pessoas possam compreendê-los.

Jochen Baumann: Seu ensaio sobre “Antissemitismo e nacional-socialismo” tem sido muito importante para a esquerda antinacional na Alemanha na última década. Você ainda está trabalhando nesse tema?

Moishe Postone: Tenho pensado a respeito. Mas realmente não continuei a trabalhar nisso. Esse também é um problema da esfera pública, mesmo na universidade: você sempre tem que voltar ao ponto de partida de sua pesquisa e de suas próprias teses, porque, caso contrário, muitas pessoas não o entenderão. Como muitos alunos não sabem nada sobre Marx, ou até mesmo tem aversão a ele, tenho de continuar explicando o básico, que é o pré-requisito para poder tornar outras coisas compreensíveis.

Jochen Baumann: No entanto, você notou que Marx – assim como a teoria radical e crítica – geralmente não é tanto um tabu nos EUA quanto na Alemanha. Por que isso acontece? Como o senhor avalia a recepção nos estudos culturais e literários, por exemplo, de Frederic Jameson? Em contraste com a Alemanha, há uma situação positiva nos EUA em que a teoria marxiana não está sendo eliminada com o pós-estruturalismo, mas que as duas se complementam e estão sendo unidas.

Moishe Postone: Por mais estranho que pareça, é realmente assim. Marx nunca esteve tão na moda nos EUA nos anos 1970 e não saiu de moda mais tarde. Talvez isso se deva ao fato de que é impossível simplesmente acreditar que se vive em uma sociedade que só pode ser descrita como “moderna” se for governada por Reagan ou Thatcher. Isso é concebível em um país como a Alemanha, que ainda é, em grande parte, caracterizado pelas condições e conflitos sociais e políticos fordistas. Mas isso agora está mudando rapidamente na Alemanha. E sob o novo governo socialdemocrata-verde, esse processo avançará ainda mais rápido. Eles farão seu serviço e promoverão as mudanças que a direita promoveu em outros países. Há apenas um punhado de teóricos críticos na sociologia americana. Nos estudos culturais e literários, a situação é bem diferente. Nos Estados Unidos, eles se tornaram os centros de recepção da Teoria Crítica. Às vezes, no entanto, esse desenvolvimento realmente positivo também tem grandes desvantagens, especialmente quando os críticos literários pensam que eles mesmos são teóricos sociais. Mas sem esse desenvolvimento, essa nova onda de recepção de pensadores críticos como Marx, Foucault e Derrida não teria acontecido.

Jochen Baumann: Surpreendentemente, Marx, Foucault, Benjamin, Adorno, Marcuse, Derrida, Butler e outros são indiscriminadamente considerados como Teoria Crítica nos EUA. Não é um desenvolvimento produtivo quando a crítica da economia política de Marx é recebida ao lado e como um complemento à crítica da anatomia política, do corpo político, em vez de uma excluir a outra?

Moishe Postone: Sim, tudo isso é considerado teoria crítica. Não creio que tenha havido na Alemanha a gigantesca onda de Foucault que houve nos EUA. Durante anos, os estudantes nos EUA só falavam a língua de Foucault. Você tinha que se ajustar a isso se quisesse chegar aos alunos.

Jochen Baumann: Que outros projetos você tem para um futuro próximo?

Moishe Postone: Eu gostaria de desenvolver mais a teoria de Marx. Para isso, os desenvolvimentos históricos desde meados dos anos 1970 têm de ser incluídos e analisados. No entanto, a intenção não é fazer uma monografia; isso provavelmente seria um salto ousado demais no momento. Mas como uma intervenção teórica nos debates, discursos e desenvolvimentos teóricos atuais, isso deve ser possível. Em segundo lugar, estou trabalhando em uma história teórica da Teoria Crítica. No entanto, essa não pretende ser uma história exaustiva, mas um esboço da abordagem teórica da Teoria Crítica.

Jochen Baumann: Então nada de anti-Wiggershaus?

Moishe Postone: Exatamente. O debate teórico deve ser o foco. Até agora não houve nenhuma tentativa de apresentar a Teoria Crítica a partir do seu conceito de capital e da sua crítica ao capitalismo. E é exatamente isso que vou tentar. A categoria da totalidade social será importante, e este trabalho será certamente mais orientado para Adorno que o anterior. O foco será a tentativa de formular o núcleo de uma Teoria Crítica à altura de seu tempo.

Uma pauta necessária: questão ambiental e questão social e sua intrínseca relação

A necessary agenda: environmental issues and social issues and their intrinsic relationship

Debora Holanda Leite Menezes* 

Resenha do livro *Questão Ambiental e questão social: uma contribuição à crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza*, de Carla Alessandra da Silva Nunes

No livro *Questão Ambiental e questão social: uma contribuição à crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza*, publicado em 2022, pela editora Dialética, Carla Alessandra da Silva Nunes fomenta um debate, do qual o Serviço Social ainda tem muito a explorar, que se refere à questão ambiental, fato que traz notoriedade à necessária e relevante leitura da obra em destaque, bem como o seu uso no aprofundamento da questão nos debates acadêmicos.

Partindo de uma concepção marxista e marxiana, a autora dialoga, de forma dialética, sobre a relação da temática com a questão social. Ela traz a resultante da sua pesquisa de doutoramento que, segundo a própria, foi motivada, inicialmente, pela experiência e interlocução com a literatura do campo ambiental, especificamente com a produção teórico-crítica da educação ambiental. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1995) e mestre em Educação pela mesma universidade, Carla Alessandra, professora adjunta da Universidade onde se formou, foi à Universidade Federal do Rio de Janeiro propor a sua pesquisa de doutoramento, concluída em 2019. A autora vem, por meio dessa obra, compartilhar com os leitores uma produção que expressa um empenho inesgotável na construção e no fortalecimento do debate crítico sobre a questão ambiental. Logo, a leitura de seu livro é imprescindível e oportuniza ao leitor um mergulho profundo e seguro sobre a questão ambiental no contexto societário contemporâneo.

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88524>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: debyholandaufrij@gmail.com.

Como citar: MENEZES, D. H. L. Uma pauta necessária: questão ambiental e questão social e sua intrínseca relação. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 200-204, dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88524>

Recebido em 12 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de agosto de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Um grande destaque em sua obra é a relação posta sobre a natureza e os determinantes sociais. A autora apresenta evidências de um processo em curso de larga e profunda destruição, manifesto na extração de recursos ambientais, cada vez mais escassos, em particular aqueles não renováveis, e na geração de dejetos químicos em um acelerado incompatível com a dinâmica de reposição ou absorção natural, o que se convencionou a chamar de “questão ambiental”, “crise ecológica” ou “crise ambiental”. Nesse sentido, cabe expor que a autora compreende a natureza nos termos de Marx e usa como base a obra de José Paulo Netto e Marcelo Braz, *Economia política: uma introdução crítica*, publicada pela Editora Cortez no ano de 2008. Portanto, desenvolve o seu debate, partindo do entendimento de natureza como conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuam a existir e a se desenvolver. Sendo composta por dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da sua capacidade de produzir – natureza inorgânica e os que possuem a propriedade, animais, vegetais e os seres vivos – natureza orgânica. Assim, compreende-se que a natureza é uma unidade, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa.

Por esse caminho é possível – ao longo de sua pesquisa – realizar um percurso, no qual se reconhece que as determinações e implicações sociais exigem um manejo de ferramentas teóricas que possam capturar, na realidade, as conexões entre questão ambiental e questão social. Isso, por sua vez, interessa ao Serviço Social, uma vez que são recorrentes as demandas de intervenção profissional, principalmente em tempos de grandes catástrofes. As demandas chegam em forma de propostas para as políticas ambientais públicas e privadas, em geral por meio de outras políticas, como a de assistência social. Todavia, identificar essas demandas exige a construção de uma perspectiva de totalidade para desvelar como os processos destrutivos do capital sobre a natureza tem exponenciado a questão social, contribuindo com os processos de desigualdade social constitutivos dos processos de acumulação do capital.

Posto isso, a autora pontua que a “questão social” que resulta da lógica de acumulação capitalista pela exploração do trabalho produz acumulação de riqueza para possuidores do capital e crescimento da pobreza (relativa e absoluta) para os que possuem apenas força de trabalho, produzindo assim desigualdade social. Neste processo, a expansão do capitalismo exige mais trabalho explorado, o que implica no aumento da demanda por recursos naturais sobre os quais se exerce o trabalho, com diferenças desigual sobre o uso das tecnologias. Assim, deste uso exacerbado, temos o avanço destrutivo da natureza, resultando em um fenômeno do capitalismo contemporâneo intitulado por estudiosos como destrutividade ambiental. O processo de desigualdade social, devastação e degradação ambiental são decorrentes da produção e reprodução do capital.

Nesse sentido, a autora em sua obra busca salientar o que a “questão ambiental” traz de novidade para a “questão social” em suas novas e velhas expressões. Em suas análises, a

perspectiva crítica contribui nas reflexões sobre as formas fetichizantes de intervenção na questão social. Posto isso, considera que as implicações materiais e ideológicas da questão ambiental estão intrinsecamente vinculadas ao movimento de agravamento e manutenção da questão social, em particular, da pobreza.

Assim, explicita-se nesta obra um material vasto e significativo, que a autora trabalhou em quatro momentos: o primeiro foi conhecer os determinantes sócio-históricos da “questão ambiental” e suas conexões e interface com a “questão social” na realidade de crise do capitalismo contemporâneo; o segundo buscou identificar as refrações da questão social e sua relação com o campo ambiental e o contexto de formação social brasileira, permitindo assim em um terceiro momento refletir sobre a relação ambiental e pobreza, elaboradas pela agências internacionais. E, por fim, no quarto momento, elencados os momentos anteriores, a análise da questão ambiental e pobreza nas formulações ideopolíticas das agências internacionais.

Para a construção deste percurso, a autora realiza uma pesquisa bibliográfica, ancorada nos aportes teóricos marxistas e marxianos da crítica da economia política que explicam os fundamentos sócio-históricos da “questão ambiental” e da questão social”. No que se refere ao Serviço Social, a base de pesquisa foram as revistas de circulação nacional. Destaca-se ainda que, segundo a autora, o Serviço Social, é uma profissão que atende as necessidades sociais e históricas e seu acúmulo na produção de conhecimento é uma dimensão fundamental para qualificar os processos interventivos. Com o espraiar e o aprofundamento do debate do meio ambiente, a questão ambiental passa ser objeto de reflexão da categoria.

Nesta centralidade de reflexão, identifica-se, nas problematizações da autora, elementos que apontam para apresentação do debate em espaços importantes da categoria como nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (Enpess) (2004 e 2006) – e, *a posteriori*, a incorporação dos grupos temáticos de pesquisa (GTP) vinculados à Associação Brasileira de Pesquisa de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), o GTP *Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*, fortalecendo e incentivando o adensamento na temática no espaço da formação profissional.

Outro material fundamental, apresentado no percurso da obra, refere-se à pesquisa documental de publicizações das pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU) no período de 2000 até 2015, justamente por conta das produções de consensos, tratados e convenções e amplos acordos, que abordam pobreza e meio ambiente, o que se torna fundamental para o diálogo central da pesquisa da autora.

Dessa maneira, a autora, partindo de uma perspectiva crítica-dialética, busca superar os elementos de imediatez, pautados nas relações cotidianas, e tenta superar a aparência, oportunizando encontrar a essência das questões que atravessam a relação

entre pobreza e meio ambiente, compreendendo a totalidade da questão social e suas reais conexões com questão ambiental.

Na obra, localiza-se, na escrita da autora, que algumas categorias e conceitos são fundamentais para fortalecer os elementos de análise como: trabalho, natureza, modo de produção do capital, ideologia, crise do capital, “questão social”, “questão ambiental”, pobreza são essenciais para compreender o debate na pauta contemporânea.

Na estrutura da obra em seu primeiro capítulo intitulado *Questão ambiental e Questão social*, a base está em compreender a relação sociedade e natureza, alicerçada na teoria social marxiana, partindo da dialética “história natural” e “história social”, no entendimento dos fundamentos sócio-históricos da destrutividade ambiental na sociedade capitalista. Ou seja, pode-se, assim, considerar que os fundamentos da questão ambiental são os mesmos de produção e reprodução da questão social, consideradas como conjunto das desigualdades sociais decorrentes dos processos de exploração do capital sobre o trabalho (Iamamoto, 2001).

Neste percurso, a autora tenta avançar na identificação de particularidades históricas da questão ambiental e questão social, desde a fase tardia e contemporânea do capital. Assim, no primeiro capítulo, a autora recupera categorias da teoria social marxiana – natureza, trabalho, mercado para enredar questão social e questão ambiental.

Contudo, nesta esteira, a autora elenca os fatores de crise do capitalismo, justamente por trazer elementos novos para a pauta dos processos de agudização da questão social e os processos exacerbados de exploração. As crises do capitalismo são elementos que fortalecem os seus próprios processos de exploração e reprodução, sendo, nestes processos, o Estado um agente importante para o fortalecimento de reprodução direta e indireta do capital.

No segundo capítulo, *Questão ambiental e Questão social* no capitalismo brasileiro, a autora destaca as particularidades do capitalismo brasileiro, considerando os elementos do capitalismo dependente (Fernandes, 2006) e seu modo de predação da natureza exploração do trabalho. Neste momento, identifica-se que não se pode perder de vista processos, os perigos que podem ser apresentados principalmente no campo ideológico, quando tratamos por exemplo de ideários ambientalistas conservadores.

Por sua vez, no terceiro capítulo, o compromisso está no debate ideopolítico que perpassa a problemática ambiental, que contribuem para crítica da ideologia ambientalista. Contudo, nesta elaboração, se torna possível uma análise sobre o ideário capitalista do desenvolvimento sustentável e da economia verde.

Além disso, no quarto capítulo, não menos importante, temos uma problematização relevante sobre “questão ambiental” e pobreza, sendo alimentados pela análise cuidadosa dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, permitindo assim a aproximação crítica e dialética sobre a relação da questão social e questão ambiental.

A obra da autora Carla Alessandra da Silva Nunes traz à tona um debate rico, profícuo e fecundo sobre o tema da questão ambiental, principalmente para a categoria dos assistentes sociais, dado que o Serviço Social iniciou recentemente tal aproximação. Contudo, parafraseando a autora, o paradoxo da novidade da “questão ambiental” que pode (en)cantar na “qualidade rara de sereia”, precisar se desencantado.

Sendo assim, considera-se que o material deste livro nos permite aproximar, ter curiosidade, e buscar desvelar tal temática. Com uma vasta densidade teórica, a autora contribui para o fortalecimento do debate na agenda contemporânea, no espaço sociocupacional e no campo da formação profissional.

Referências

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*: um ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, C. A. da S. *Questão ambiental e questão social*: uma contribuição à crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

Uma ameaça tão inimaginável quanto real

A threat as unimaginable as it is real

Javier Blank* 

Resenha de *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*, de Luiz Marques.

“Hoje, a escala de tempo em que se medem mudanças relevantes nas coordenadas ambientais já não é mais o decênio, mas o ano”, escrevia Luiz Marques (2016, p. 13) no prefácio à segunda edição revista e ampliada do seu livro *Capitalismo e colapso ambiental*, publicado originalmente em 2015 pela Editora Unicamp. Esse livro, que recebeu o prêmio Jabuti em 2016, teria em 2018 ainda uma terceira edição, também revista e ampliada, em razão da antecipação pela literatura científica da ocorrência de algumas previsões alarmantes, como a questão do colapso ambiental.

O decênio decisivo, publicado em 2023 pela editora Elefante, é o livro mais recente de Luiz Marques, professor livre-docente aposentado e colaborador do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É possível considerar este livro uma reelaboração do anterior. Ele atualiza o panorama da destruição ambiental em curso, dando maior destaque a algumas dimensões (como as do sistema alimentar, as alças de retroalimentação do aquecimento, o debate sobre o axioma da soberania absoluta e as propostas para uma política de sobrevivência, que ganharam capítulos específicos). 450 páginas de texto e gráficos, com linguagem acessível, compõem um panorama da destruição em curso e suas projeções. É possível compreender o fundamental dos processos analisados sem ser especialista nos assuntos, mas também mergulhar na profusão de dados e fontes científicas que fundamentam as análises apresentadas (são mais de 130 páginas de notas ao final do livro).

O material todo é reorganizado a partir da constatação de que “vivemos o último decênio em que mudanças estruturais em nossas sociedades podem ainda atenuar significativamente os impactos do

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88525>

*Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil.

E-mail: javier.blank@gmail.com.

Como citar: BLANK, J. Uma ameaça tão inimaginável quanto real.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 205-212, dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88525>

Recebido em 30 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

processo de colapso socioambiental em curso” (Marques, 2023, p. 20). É evidente neste livro, publicado oito anos depois que o anterior, um *sentido de urgência* aprofundado. E não é para menos. O panorama mostrado é absolutamente aterrador. Aniquilação biológica (extinções e extirpações populacionais; declínio da vida no meio aquático; aquecimento marinho; eliminação e degradação das coberturas florestais); emergência climática; ondas de calor mais frequentes e intensas; o sistema alimentar como emissor de gases de efeito estufa (GEE) e indutor de pandemias; uso de agrotóxicos com danos à saúde humana e ameaça existencial para outras espécies; redução da produtividade da área terrestre pela degradação dos solos, com aumento da fome, da insegurança alimentar e da subnutrição; inexistência de uma verdadeira transição energética; aumento descomunal da mineração e da extração; aumento da geração de lixo; intoxicação, adoecimento e mortes prematuras como novas “zonas de sacrifício”.

Porém, o quadro não se restringe apenas a questões ambientais. Encontramos também, no livro: um balanço negativo das revoluções socialistas; constatação da desconfiança crescente em um futuro promissor; regressão social; aumento da desigualdade social; tragédias resultantes de uma combinação de pesos relativos entre fatores sociais e ambientais; aumento das despesas militares, das dívidas públicas e privadas, da violência letal em regiões de desmatamento; erosão da democracia; retorno do cenário de guerra nuclear; riscos de beligerância generalizada, aumentando em medida crescente por causa do aumento das crises ambientais do *mundo em derrocada* (Marques, 2023, p. 410).

É possível ao longo do livro perceber o papel particular do Brasil na potencial preservação, mas, sobretudo, na destruição planetária. O Brasil ocupa o 4º lugar nas emissões cumulativas totais de CO₂ desde 1850 (5%) (Marques, 2023, p. 115). O Brasil tem o maior rebanho bovino do mundo (14,3% do total mundial), e é o maior exportador de carne bovina do planeta (Marques, 2023, p. 463). O Brasil é o segundo maior importador de agrotóxicos do mundo (Marques, 2023, p. 376). Lugar de destaque, no livro, tem a floresta amazônica, sua evolução tanto natural quanto social, sua importância regional e planetária e os seus riscos. Em síntese, a Amazônia está se transformando “de sumidouro em fonte de carbono” para o planeta (Marques, 2023, p. 163).

a interação entre todos os aspectos da destruição em curso da Amazônia, ou seja, entre desmatamento, degradação florestal, incêndios, redução da biodiversidade, redução das chuvas, maior mortalidade das árvores, maior emissão de carbono e consequente aumento ainda maior de temperatura. Trata-se de um círculo vicioso em que destrutividade antrópica e alças de retroalimentação da destruição se ampliam reciprocamente. Esse círculo vicioso representa uma ameaça existencial real, crescente e iminente não apenas para o maior bioma tropical do planeta, mas para a viabilidade da espécie humana e de tantas outras espécies. (Marques, 2023, p. 195).

Chegamos a um ponto de não retorno? Marques mostra como a natureza, impactada pela ação humana, contém agora um dinamismo em parte irreversível, fora do controle humano, num colapso entendido como processo¹:

Hoje, ao contrário, o sistema Terra em nada mais se assemelha a uma moldura. Suas respostas à interferência antrópica excessiva em seus equilíbrios tornam-no, cada vez mais, um ator incontornável da trama histórica [...] A tendência atual, mantida a trajetória em que estamos, é de que essas respostas ganhem em breve mais relevância do que as decisões tomadas pelas sociedades sobre seu próprio destino'. [...] a atividade humana tornou-se a variável mais importante nas dinâmicas do sistema Terra. (Marques, 2023, p. 38-43).

Em Marques, não é uma atividade humana em abstrato a responsável por esse estado de coisas. Marques endereça essa “interferência antrópica excessiva”, evidente depois dos anos 1950, explicitamente ao capitalismo. A sua caracterização enquanto um “sistema inerentemente expansivo” é central no argumento do autor para apontar a incompatibilidade constitutiva entre o capitalismo e as condições de possibilidade de nossa sobrevivência (Cf., por exemplo, Marques, 2023, p. 41, p. 55). Essa ideia é absolutamente fundamental. A meu ver, porém, essa incompatibilidade é apenas indicada (em dados e projeções do impacto desse processo), mas não demonstrada teoricamente.

É no livro anterior, é verdade, que o autor tinha a pretensão mais explícita de pensar as determinações recíprocas entre a dinâmica do capitalismo e a crise ambiental (Cf. sobretudo os capítulos 12 a 14). E encontramos ali também algumas formulações para pensar a economia como uma coerção objetiva e algumas tentativas de fundamentar o caráter inerentemente expansivo do capitalismo, mas falta o que julgo a contribuição fundamental de Marx para entender a determinação recíproca entre a dinâmica e a crise capitalista e o colapso ambiental, é a análise do valor, enquanto forma de riqueza especificamente capitalista, uma riqueza abstrata, medida temporalmente. É uma dinâmica específica entre a riqueza abstrata e a material (Cf., por exemplo, Postone, 2019; Lohoff, 2015) que faz do capitalismo um sistema inerentemente expansivo e que torna ele uma “contradição em processo” rumo ao seu próprio limite. Sem essa análise, o único limite ao crescimento capitalista parece ser o limite natural, externo. Do que se trata, no entanto, é de compreender a relação entre essas duas dinâmicas autonomizadas e interdependentes. Marx (1996, p. 378) pensou as “‘eternas leis naturais’ do modo de produção capitalista”, como “leis naturais sociais”, que, construídas pelos seres humanos, ganham autonomia e adquirem o peso coercitivo de leis naturais. A sua coerção é inexorável... enquanto a forma de organização da vida que produziu essas leis continuar vigente. Os processos

1 “[...] o colapso ambiental não é um evento com data marcada para ocorrer. Trata-se do processo em que estamos” (Marques, 2023, p. 40).

irreversíveis que a humanidade desencadeou no sistema Terra poderiam ser formulados em termos de “leis sociais naturais”. A ação do ser humano impactou na natureza de um modo tal que interferiu na sua dinâmica. Mas ela mantém o peso coercitivo próprio das leis naturais.

Também seria interessante estabelecer a determinação recíproca entre a dinâmica natural e processos semelhantes de autonomização e colapso em outras dimensões. A transformação do sistema natural, de amortecedor em potenciador das crises, por exemplo, pode ser encontrado também no âmbito da política².

As insuficiências apontadas comparecem mais nitidamente neste novo livro. A despeito de algumas frases soltas em sentido contrário, a dominação no capitalismo é concebida como a ação de grupos de poder, os “donos do mundo”, que controlam conscientemente o processo econômico perseguindo seus interesses particulares. Também as coerções e limites estruturais do Estado como parte da dinâmica da acumulação capitalista são reduzidas ao seu papel de “Estados-corporações”, interessados em explorar os recursos naturais de que dispõem, tal como os atores privados (Cf. o capítulo 4.2). A economia parece agora somente uma ideologia equivocada, uma inversão apenas cognitiva e arbitrária (e não uma *inversão necessária*, dada a vigência do modo de produção capitalista, nos termos do “fetichismo da mercadoria” em Marx). Como as leis econômicas são sociais e podem ser alteradas, se dissolvem aqui no ar tênue da ideologia.

Essa ideologia sustenta-se na ideia de que a sociedade seria regida pelas ‘leis da economia’, leis de equilíbrio fiscal e de câmbio, de oferta e demanda, de inovação e crescimento da produtividade (sob pena de fracasso e sujeição ao ‘concorrente’ [...] leis que, afinal, não podem ser transgredidas, sob pena de ‘retrocesso’ e, no limite, de ruína do edifício social. (Marques, 2023, p. 422).

E, ademais:

A biosfera não existe para a economia, não se dispõe para a atividade econômica como um meio se dispõe ao seu fim. Ela não é insumo, nem local de descarte de resíduos industriais, tampouco, enfim, uma ‘externalidade’ que se possa internalizar através de sua precificação. A biosfera é a condição estrutural de possibilidade de nossa existência. Desconhecer essa premissa é olhar o mundo de ponta-cabeça, é operar uma inversão de taxonomia, semelhante à inversão pré-copernicana: assim como o Sol não gravita em torno da Terra, a biosfera não gravita em torno da economia. (Marques, 2023, p. 424).

2 “Estamos experimentando a esse respeito mais um salto qualitativo no processo de crise. A política já não está apenas em crise, como diagnosticamos há tempos, mas tem-se tornado ela mesma um momento integral e dinâmico de crise” (Cf. Trenkle e Lohoff, 2018). Marques menciona a eleição de Donald Trump como um limite claro da política nesse campo (2023, p. 285).

A compreensão insuficiente do capitalismo tem alguns desdobramentos sérios. Por exemplo, a análise da chamada desregulação econômico-financeira apenas como uma decisão política com fins de concentração da riqueza e não como um resultado da própria crise capitalista e sua tentativa de prolongar o processo de colapso, ou a consideração pelo autor da “exigência do direito ao trabalho” como uma herança ainda válida das “experiências adquiridas em séculos de lutas sociais” (Marques, 2023, p. 450). É preciso compreender que a exigência do trabalho faz parte de uma mediação social historicamente específica, capitalista, e ela se torna cada vez mais brutal no desenrolar das contradições do capital rumo ao seu colapso, além de fazer parte da engrenagem da destruição ambiental (evidentemente, a manutenção de postos de trabalho de todo tipo depende da incessante produção e circulação de mercadorias, acelerada pela obsolescência programada).

Isso tudo pode parecer uma exigência excessiva para um livro cujo foco é a destruição ambiental. Se destaco essa fragilidade conceitual do livro, é porque um projeto pós-capitalista é, para o autor, condição imprescindível e urgente (Cf. Marques, 2023, p. 29) para termos alguma chance de construirmos um futuro apenas pior e não terminal (pois, esses são os cenários possíveis, como ele afirma com todas as letras). E, para entendermos o que deve ser superado numa outra forma de sociedade, uma compreensão adequada do capitalismo é crucial.

Mas, nada disso tira o grande mérito do livro de mostrar, de maneira fundamentada, o panorama desolador que se aprofunda. E de derrubar a ilusão de que seria possível realizar as mudanças necessárias para um equilíbrio ambiental com ajustes tecnológicos, econômicos³ ou políticos⁴ pontuais. Percebemos isso na seguinte passagem:

O aumento da capacidade instalada e dos investimentos em energias renováveis de baixo carbono só vem satisfazendo a voracidade energética insaciável da economia capitalista globalizada. Enquanto essa economia da voracidade e da acumulação não for substituída por uma economia de sobriedade energética radical, não haverá esperança de substituição das energias fósseis pelas renováveis de baixo carbono. (Marques, 2023, p. 215).

E também nesta:

-
- 3 “2020 representava a data-limite para conter o aquecimento dentro das metas do Acordo de Paris” (Marques, 2023, p. 290). Isto é “inimaginável numa economia do crescimento, pois em 2030 essas emissões precisariam ter regredido aos níveis de 1977 e aos níveis de 1955 em termos de emissões per capita” (Marques, 2023, p. 292).
- 4 Há um “abismo intransponível entre as mutações civilizacionais exigidas ao longo deste decênio e os discursos “verdes” dos governantes [...] incapacidade de se traduzir esses discursos em mudanças efetivas [...] os Estados carecem de poder mandatário sobre a rede corporativa” (Marques, 2023, p. 41).

Malgrado a esperança e as imediatas ações benfazejas trazidas pelo governo de Lula, acumulam-se evidências de que o quadro nacional e global em março de 2023 se augura, em muitos aspectos, ainda pior do que o que se vislumbrava até setembro de 2022. (Marques, 2023, p. 20).

O sentido da urgência aprofundado transparece não só na piora dos dados e projeções em relação ao livro anterior, mas também no adensamento neste novo livro da reflexão sobre as *alças de retroalimentação positiva*, “definidas como mecanismos de mudança climática influenciados positivamente pelo próprio sistema climático”. Assim, “o próprio processo de aquecimento pode gerar ainda mais aquecimento, mesmo sem mais emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE)” (Marques, 2023, p. 306), e o que é pior, “um aquecimento completamente fora das projeções, mesmo as mais pessimistas” (Marques, 2023, p. 325).

E a urgência pela constatação de que estamos no decênio decisivo faz o livro culminar com a formulação de algumas propostas (Cf. capítulo 11). Se sabemos de modo razoavelmente preciso as metas que devem ser atingidas, os limites que devem ser respeitados (em termos de concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, extinção de espécies etc.), a questão é “quem pode e deve estabelecê-los” e “como garantir que sejam implantados e respeitados” (Marques, 2023, p. 448-449). A aposta nesse ponto reside para o autor num crescimento exponencial dos movimentos sociais impregnados de um novo internacionalismo socioambiental (Marques, 2023, p. 385), numa reformulação do papel de uma ONU radicalmente democratizada (Marques, 2023, p. 466) e do protagonismo das comunidades locais em “processos democráticos de tomadas de decisão, enraizados nos territórios” (Marques, 2023, p. 389), no marco de uma “soberania nacional relativa” que incluiria o reconhecimento jurídico da autonomia de diversas comunidades no âmbito de Estados plurinacionais e o reconhecimento da superioridade do poder da comunidade internacional (Cf. Marques, 2023, p. 388)).

É isso tudo factível? Factibilidade e necessidade se confundem na resposta. O otimismo é fundamentado pelo autor na radical necessidade dessas mudanças.

Mas, podemos nos perguntar, dado esse quadro, por que não estamos tão assustados quanto deveríamos para agirmos coletivamente no sentido requerido? Há uma resposta, dada pelo autor, que me interessa destacar aqui: somos incapazes de apreender intuitivamente a aceleração exponencial da destruição, e a ameaça existencial em andamento, pois avaliamos o curso atual e futuro das coisas em função da experiência passada (Cf. Marques, 2023, p. 43-4). Subestimamos ou desconsideramos a potência das alças de retroalimentação do aquecimento. A potencial sinergia entre as diversas crises torna a ameaça existencial uma ameaça tão real⁵ quanto difícil de imaginar. Vale lembrar aqui da “dis-

5 “O comportamento de limiar é com frequência impulsionado por alças de retroalimentação que, uma vez atingido o ponto crítico, podem continuar a agir mesmo sem novos estímulos” (Marques, 2023, p. 189). “O aumento da frequência de secas sem precedentes em 2005, 2010 e 2015/16 sinaliza que o ponto de inflexão é iminente” (Marques, 2023, p. 193)

crepância prometeica” entre a nossa capacidade de produção (no caso aqui, de produção da destruição) e nossa capacidade de imaginação. Ela foi diagnosticada por um Günther Anders (2023, p. 111-112) que lutava no Pós-Segunda Guerra mundial contra a ameaça nuclear e, feito um “apocalíptico inimigo do apocalipse”, pretendia que eternizássemos o “tempo do fim”, condição humana já inevitável dada essa ameaça, evitando assim a chegada do “fim dos tempos”.

Em outro lugar levantamos a tese de que o ser humano atual não estaria em condições de *representar* em suas verdadeiras dimensões e em seus verdadeiros efeitos aquilo que ele efetivamente *produz*; que ele seria ‘antiquado’, por acreditar poder das conta de seus produtos atuais com categorias e procedimentos do passado; e que essa ‘discrepância prometeica’ entre suas duas faculdades – ‘produzir’ e ‘representar’- comporta a essência, ou melhor, a escandalosa falta de essência do ser humano atual” (Anders, 2023, p. 29).

Uma materialização particular dessa discrepância prometeica são os *unkown unknowns*, referidos por Marques:

A crescente taxa de produção e descarte de volumes maiores e um número maior de novas entidades com diversos potenciais de risco excedem a capacidade das sociedades de realizar avaliações e monitoramento relacionados à sua segurança [...] dimensões situadas não apenas além da nossa capacidade de avaliação, mas além de nosso conhecimento de sua própria existência (os famosos *unknown unknowns*, ou seja, os efeitos desconhecidos do que é desconhecido). (Marques, 2023, p. 383-4).

É evidente que qualquer reflexão (e ação) sobre a questão social estará cada vez mais atravessada pela questão ambiental. *O decênio decisivo* é um bilhete numa garrafa para ontem. A sua leitura é urgente, antes dele ficar desatualizado, se pulverizar nos incêndios ou se derreter nos oceanos cada vez mais quentes.

Referências

ANDERS, G. Teses para a era nuclear e O Salto. In: ANDERS, G. *A ameaça atômica. Reflexões radicais sobre a era nuclear*. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

LOHOFF, E. *Quando riqueza destrói riqueza*. Trad. André Villar e Javier Blank. 2015. Disponível em: <https://www.krisis.org/2015/quando-riqueza-destri-riqueza/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MARQUES, L. *O decênio decisivo*. Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Ed. Elefante, 2023.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Ed. Unicamp. 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. 2. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

POSTONE, M. A crise atual e o anacronismo do valor: uma leitura marxiana. *Revista Sinal de menos*, ano 10, n. 13, 2019. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/dh2yl46784i2brf/SINAL_DE_MENOS_13.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

TRENKLE, N.; LOHOFF, E. É preciso uma nova perspectiva de emancipação social. Entrevista realizada por Javier Blank e Marcos Barreira. *Krisis: Kritik der Warengesellschaft. Nürberg*, 2018. Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/preciso-uma-nova-perspectiva-de-emancipao-social/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Humanismo, militância e compromisso intelectual em Vicente de Paula Faleiros

Humanism, militancy and intellectual commitment in Vicente de Paula Faleiros

Ivanete Boschetti* 

*“Universidade
Asperezas de trabalho
No campus vivi
Greves, lutas, pão diários”
Vicente de Paula Faleiros¹*

Recebi com imensa alegria o convite para escrever este texto em homenagem ao professor, pesquisador e incansável militante Vicente de Paula Faleiros. Esse sentimento, movido pelo carinho que tenho por ele, também foi acompanhado de apreensão, afinal, nunca é simples recortar e expressar em palavras parte do que reconhecemos ser importante ressaltar na trajetória de alguém tão re(conhecido), que segue sua vida em movimento.

Movida por essas sensações, entendi que não seria possível transmitir toda a distinção que gostaria, e que ele certamente merece. Optei então por mencionar (ou enfatizar) traços ou particularidades que marcaram nossa convivência profissional e pessoal e calçaram a estima e afeição que nutro por ele. Não farei aqui um resumo de sua intensa vida profissional e militante nem um debate teórico sobre suas produções acadêmicas. Esses elementos podem ser encontrados

1 Poesias de Vicente de Paula Faleiros, extraídas de seu livro “Cais em Brasília. 80 Haicais”, escrito em 2020, em homenagem aos 60 anos de Brasília, e publicado em 2021 pela Editora AVA. Todos os Haicais mencionados no texto integram o mesmo livro.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil.
E-mail: ivaboschetti@gmail.com.

Como citar: BOSCHETTI, I.
Humanismo, militância e
compromisso intelectual em Vicente
de Paula Faleiros. *Em Pauta: teoria
social e realidade contemporânea*,
Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial,
pp. 213-233, dez., 2024.
Disponível em: [https://doi.
org/10.12957/rep.2024.88527](https://doi.org/10.12957/rep.2024.88527)

Recebido em 15 de abril de 2024.

Aprovado para publicação em 05 de
maio de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



em diversas publicações que o mencionam² e em entrevistas³ que o próprio se reconhece e se representa. Meu intuito é, sobretudo, expressar as marcas que, julgo, ele imprime nas relações sociais que constrói em algumas facetas de sua vida.

Uma pessoa profundamente humanista e generosa

“Alunos

Olhos nos olhos se lendo

Para assinar a vida

Ao sopro de todo vento”

Vicente de Paula Faleiros

Cheguei em Brasília no início dos anos 1990 para prestar seleção para o Mestrado em Política Social na UnB. Carregava, entre outros livros, alguns que tinham sido base na minha formação graduada e também na preparação para as provas: *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência social*; *O que é política social*; *Metodologia e ideologia do trabalho social: crítica ao funcionalismo*; e *Saber profissional e poder institucional*. Trazia também a expectativa de conhecer pessoalmente seu autor e, quem sabe, tê-lo como orientador, se fosse aprovada⁴. E assim aconteceu. Ele não estava na banca de seleção, mas me lembro do primeiro dia de aula com ele. Vestido com calça jeans, camisa solta e sandália de couro, era esse o seu “estilo” cotidiano. Colocava terno e gravata para sessões solenes e, muitas vezes, vestia indumentárias indianas ou orientais, trazidas de suas andanças pelo mundo. Chegou carregando vários livros na mão. Nos recepcionou

2 Ver especialmente análises sobre sua contribuição teórica ao debate da política social e ao processo de reconceitualização do Serviço Social, presentes em publicações diversas de autores/as como José Paulo Netto, Ivete Simionatto, Alba Pinho de Carvalho, Maria Ozanira da Silva e Silva, Marilda Vilela Iamamoto, Elaine Behring e Ivanete Boschetti, entre outros/as. Recentemente (2023), Ariadne Rodrigues e Ana Lole, do PPG/PUC-RJ se dedicaram a investigar o pioneirismo do autor na introdução do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro, em artigo publicado na Revista Práxis e Hegemonia Popular. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/14804>.

3 É possível encontrar várias entrevistas em jornais e revistas, disponíveis em rede. Sugiro aqui duas entrevistas, sendo a primeira concedida à equipe da Revista Serviço Social e Saúde em 2007, em que ele aborda aspectos de sua trajetória de vida e escolhas teórico-políticas. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634955/2840> E a segunda, concedida à Jacira do Nascimento Serra, publicada na Revista de Políticas Públicas da UFMA em 2014. Disponível em <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3159/3946>.

4 O Mestrado em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB teve início em 1990, e naquele momento apenas três docentes integravam o corpo docente: Potyara Amazoneida Pereira Pereira (então coordenadora do PPGPS), Pedro Demo e Vicente de Paula Faleiros. Eram outros tempos, e as avaliações da CAPES se fundamentavam em critérios mais qualitativos e menos quantitativos.

com imensa simpatia, dizia que não costumava fazer chamada e que deveríamos ler a cada semana, pelo menos uns cinco livros. As aulas com 10 mestrandos/as aconteciam em torno de uma mesa na “sala de reuniões” do Departamento de Serviço Social (e não em uma sala de aula tradicional), mas ministrava o curso em pé, citando os livros, fazendo apontamentos no quadro de giz. Após as primeiras explanações, sentava-se ao redor da mesa e debatia os autores, os temas e polêmicas, nos provocando a dialogar. No intervalo, acompanhava discentes ao café e conversava sobre a vida.

Essa forma de nos receber me encorajou a procurá-lo e pedir que me orientasse. Para uma jovem de 25 anos formada em curso noturno em uma faculdade particular, no interior do Brasil, que não conhecia a dinâmica da pós-graduação em uma universidade pública, conhecer e ser orientada por um autor que só conhecia pelos livros, era um desejo acalentado, mas que julgava quase improvável. O seu aceite, seguido pelo convite para um café, para falar do projeto, foi para mim uma imensa felicidade. Ali começou a nascer uma proximidade que foi além da relação docente/discente, e se transformou em uma bela amizade nos anos seguintes. No dia da minha defesa chegou carregando um vasinho de flores, que me ofertou pela conclusão do mestrado.

Seriedade e profundidade nas aulas, informalidade fora das classes, e interesse em nossas condições de vida, projetos, motivações. Esses eram traços reconhecidos por todos que conviviam com ele. Profundamente humanista, exercitava o respeito à diversidade humana em todas as relações sociais, e foi um dos primeiros a levantar a voz nos espaços políticos e institucionais da universidade contra todas as formas de preconceito, de classe, raça, gênero e orientação sexual, assumindo a defesa das cotas, muito antes de se tornarem obrigatórias. Tinha muito apreço por encontros festivos, e participava frequentemente, e de forma agradabilíssima, nos encontros sociais, nas festas do sindicato, nos encontros das turmas, nos aniversários, nas mesas de bar. Ele e sua companheira Eva Faleiros nos convidavam regularmente ao seu apartamento e, também, em sua simpática casa na comunidade “Olhos d’Água”, interior de Goiás, conhecida pela famosa “Feira do Troca” que ocorre há mais de 50 anos no vilarejo, onde nos recebiam com churrasco ou comidas preparadas por ele, que adora cozinhar. Na partida, recebíamos sempre um bonsai ou um artesanato feito pelos artesãos locais, que ele valorizava enormemente. Cronista e poeta⁵, Faleiros é um amante das artes, de música, dos vinhos, e de jantares regados a horas de boas histórias. Suas andanças pelo mundo, suas intensas experiências políticas e profissionais e sua dedicação à amplas leituras o rechearam de vasta cultura que irrigaram muitos bons encontros.

5 Talvez poucos conheçam esse seu talento. Lanço mão aqui de alguns dos seus Haicais para traduzir um pouco do SER Vicente, que escolheu Brasília para ficar. Seu Haicai “Partida” expressa bem o que sentem todos/as que partem dessa capital tão contraditória: “*Se fores de Brasília embora. Imensidão do céu. Leva para o mundo afora*” (FALEIROS, 2021). O livro pode ser acessado em <https://avaeditora.com.br/p/cais-em-brasil>

Generosidade é outro de seus traços mais marcantes. Não hesita em partilhar seu conhecimento, afeto, amizade, livros, receitas e incentivos. Devo a ele, particularmente, não apenas a orientação no mestrado, mas o apoio e ajuda a dois decisivos projetos acadêmicos. O primeiro foi o estímulo ao meu acalentado desejo de realizar o doutorado na França. Num tempo histórico sem internet e celular, apresentou-me o país, as universidades, programas de doutorado e docentes da sociologia que poderiam me receber, com livros em francês que trouxe de seu pós-doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais — EHESS (em 1991). Ajudou-me a rascunhar as cartas para possíveis orientadores, situou-me na dinâmica das seleções e me orientou em leituras para elaboração do projeto de doutorado. Seu apoio e crença em minha capacidade foi fundamental para que eu fosse aceita no doutorado em sociologia da EHESS pelo professor Robert Castel a partir de 1993. Antes da minha partida para a França ofereceu-me um jantar e apresentou-me a *raclette*, uma comida que até hoje oferto a quem gosto.

O segundo decisivo apoio foi para a realização do concurso para docente da Universidade de Brasília — UnB. Eu ainda estava no meio do doutorado quando recebi uma carta dele pelos Correios (única forma de comunicação além de ligações telefônicas, que eram caríssimas) dizendo que haveria concurso para docente no Departamento de Serviço Social no final de 1995, e me sugeria vir ao Brasil fazê-lo, pois em sua avaliação, as políticas neoliberais agressivas do Governo FHC suspenderiam a realização de concurso. Ele estava certo, e o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) de Bresser Pereira impôs um dos mais draconianos ajustes fiscais e a contrarreforma do Estado brasileiro. Segui seu conselho, fiz o concurso em 1995 e voltei para o doutorado na França. Fui aprovada (ele não estava na Banca) e voltei ao Brasil para tomar posse no início de 1996. E, novamente, Faleiros foi decisivo ao defender no Colegiado (nesse momento estava na Chefia do Departamento de Serviço Social) minha liberação imediata para concluir o doutorado, com o compromisso de voltar com a tese até o final de 1997. Cumpri o combinado, e a partir de agosto de 1997 tornei-me cotidianamente sua colega de profissão no Departamento de Serviço Social da UnB e no Programa de Pós-graduação em Política Social, onde fiquei até 2018. Nasceu ali, um novo patamar de companheirismo, amizade, respeito e admiração, durante todos os anos em que partilhamos o mesmo espaço de trabalho, mesmo quando tínhamos (poucas) divergências em algumas pautas. Faleiros sempre foi respeitoso, gentil e elegante no trato das diferenças, o que sempre fez dele uma pessoa admirável.

Um incansável militante

*“Calabouço
Preso no quartel
Em defesa da igualdade
Ao inferno desceu”*

“Chumbo

Exílio em anos de chumbo

Pelo mundo vaguei

Aqui retomo rumo”

Vicente de Paula Faleiros

Faleiros faz parte de uma geração que sofreu as brutalidades da ditadura e do fascismo. Muitos homens e mulheres morreram nas lutas contra o totalitarismo e pela conquista das liberdades, foram exilados, sofreram prisões e torturas. Uma brava geração, que se entregou à luta, apesar do medo e do sofrimento; que construiu e fortaleceu organizações políticas - algumas com perspectivas revolucionárias - outras mais restritas, mas também duríssimas, lutas pela redemocratização do país.

Ainda como estudante de Serviço Social (Universidade de Ribeirão Preto) e Direito (Universidade de Franca), ambas entre 1962-1966, Faleiros engrossou as fileiras das forças estudantis organizadas, militando na Ação Popular (AP), organização que, à época, disputava o movimento estudantil e a UNE com militantes do Partido Comunista, ao qual ele nunca se filiou e sempre criticou o totalitarismo estalinista. Uma militância que se mobilizava por reformas de base propostas pelo Governo João Goulart, que se levantou contra o Golpe empresarial-militar de 1964, e pagou um preço alto por sua coragem, ousadia e convicções ideopolíticas. Foi suspenso da universidade, sofreu a primeira prisão, mas concluiu os dois cursos em 1966. Depois de se graduar, partiu para a recém-criada capital do Brasil e atuou como assistente social na Fundação de Serviço Social (FSS), como professor no primeiro curso de Serviço Social na Faculdade de Serviço Social (FSS) criado em 1966 e vinculado à Ordem Religiosa Católica Sociedade Feminina de Instrução e Caridade até 1971, quando foi transferido para a Universidade de Brasília (UnB). Seguiu militando clandestinamente na Ação Popular, e foi novamente preso em 1967. No âmbito profissional, questionava as práticas funcionalistas predominantes na Fundação de Serviço Social, que chegou a ser dirigida por José Lucena Dantas entre 1970 e 1974. Com o recrudescimento da ditadura imposto pelo AI-5 em 1968, passou a ter a família vigiada, perseguida cotidianamente, o que os obrigou a se exiliarem no Chile, em 1970, pouco antes da eleição do socialista marxista Salvador Allende.

Durante seus anos chilenos (1970-1974), seu envolvimento com as forças de esquerda se deu tanto junto às organizações políticas que apoiaram o presidente eleito, quanto pela experiência docente na Universidade Católica de Valparaíso, assentada na intensa vivência do processo de “reconceituação” do Serviço Social (que abordaremos adiante), em que a formação era inseparável da prática militante junto a movimentos da classe trabalhadora. Essa experiência teórico-militante lhe custou nova prisão no Chile após o golpe sangrento que derrubou o governo socialista e matou o presidente, e o novo

exílio⁶, dessa vez para a Holanda, por curto período, e após para o Canadá, onde permaneceu até retornar ao Brasil em 1979.

No Canadá, conseguiu visto como professor visitante na Universidade Laval, na bela e histórica cidade de Québec, mas classificado como “apátrida”, como relata na entrevista mencionada na NR 2. Essa condição é extremamente penosa, e ainda mais dolorosa para um ser militante, pois o estatuto jurídico do apátrida (sem nacionalidade reconhecida) não lhe garante titularidade e exercício de direitos, especialmente políticos. Isso significa que qualquer envolvimento político poderia gerar expulsão do país e cancelamento de seu visto. Mas a militância se deu por outras vias, por meio do exercício profissional comprometido com as lutas coletivas. Articulado à docentes que questionavam o Serviço Social tradicional e funcionalista, participou da fundação do *Regroupement des Organisateurs Communautaires du Quebe — ROCQ* (Associação das Organizações Comunitárias do Québec), renomeado posteriormente para “CQC - Coletivo Quebequense de Conscientização”, cuja perspectiva de formação e atuação se assentava na pedagogia do oprimido, de Paulo Freire. E mesmo com os limites políticos, participou na criação do Partido Político RP (*Rassemblement Populaire*), que governou a cidade por alguns anos, inclusive com docentes e ex-alunos. Sobre essa experiência militante, Faleiros explica na entrevista citada que “ex-alunos foram os gestores da cidade, mudando a feição de alguns programas em favor do povo. Esta foi uma experiência política de um grupo de trabalhadores sociais inseridos nos movimentos sociais de luta contra a renovação urbana que visava expulsar os pobres do centro da cidade”.

De volta ao Brasil, a partir da abertura política “consentida” pelos governos militares em 1979, sua militância incansável, alimentada pela sua convicta aliança com as classes trabalhadoras e oprimidas, o levou a envolver-se em múltiplos espaços de luta coletiva. Nunca se candidatou a cargos políticos, mas é militante histórico do Partido dos Trabalhadores, assumindo tarefas, participando de debates e campanhas. Recentemente (2021), participou da criação e foi eleito primeiro coordenador do Setorial dos Direitos da Pessoa Idosa do PT-DF. Em outra frente, militou ativamente no movimento sindical docente, tendo sido vice-presidente da ADUnB (sindicato de docentes da UnB) e vice-presidente da Regional Planalto do ANDES (sindicato nacional de docentes das IFES), nos anos 1980/90. Também participou ativamente nas lutas e entidades da categoria profissional. Assumiu gestão regional na então ABESS, tendo contribuído intensamente nos debates

6 Em 06/09/2013 Faleiros participou de sessão especial organizada pela Câmara dos Deputados em Brasília, em homenagem às vítimas da violência no 40º aniversário do golpe militar no Chile. Vivíamos no Brasil outros tempos, em que os poderes não se furtavam de (re)lembrar as ditaduras, para não nos esquecermos jamais de sua brutalidade. Bem diferente do que vivemos no Brasil de 2024, em que os poderes da República se abstiveram de lembrar o aniversário de 60 anos do golpe brasileiro de 1964 e de denunciar os violentos anos da ditadura brasileira, apesar de termos vivido uma recente tentativa de golpe pelos bolsonaristas, em janeiro de 2023.

sobre as Diretrizes Curriculares e na reestruturação da ABESS/CEDEPSS para ABEPSS, nos anos 1990. Era presença frequente nas assembleias do CRESS/DF, tendo integrado sua diretoria na gestão 2011-2014.

Sua ininterrupta e firme postura em defesa dos Direitos Humanos, e contra todas as formas de violência, incluindo a violência institucional, também o levou a militar incessantemente em diversas organizações não governamentais de defesa de direitos e das políticas sociais. Foi um dos fundadores do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) na década de 1990, tendo sido seu coordenador por diversas vezes e importante referência nos debates e ações contra a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, contribuindo enormemente com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), e na regulamentação do Estatuto da Criança e Adolescente (Eca), inclusive como conselheiro titular do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Nessa mesma direção, participou dos debates e do processo de elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) tendo sido também conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF). Mais recentemente, tem sido um dos principais pesquisadores sobre violência contra as pessoas idosas, assumindo lutas fundamentais na defesa de seus direitos e implementação do Estatuto da Pessoa Idosa. Participou na criação do Fórum Distrital da Pessoa Idosa, e assumiu sua coordenação em 2022. O reconhecimento de suas pesquisas, produção e militância na defesa dos direitos da pessoa idosa já lhe rendeu inúmeras condecorações e homenagens, e cito aqui apenas duas: da Câmara Legislativa do DF em 2022; e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) da Câmara Federal, que lhe concedeu o Prêmio Zilda Arns pela Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa (2023).

Em toda sua trajetória, a militância foi pulsão para a vida e para a produção intelectual. Como ele mesmo afirmou em entrevista publicada na Revista de Políticas Públicas da UFMA (ver NR 2): “Não estudo políticas públicas como diletante, mas como militante dos direitos humanos”.

Um intelectual com abundante e compromissada produção teórica

“Distância

*Tão distante do palácio
Segregados sobrevivem
Habitantes sem ócio”*

“Manifestação

*Povo na Esplanada
Ouvidos moucos
Grito desatado”*

“Democracia
Democracia na Esplanada
Ódio frente ao Quartel
Volta da Pátria Amada”
Vicente de Paula Faleiros

A intensa e rica vida militante, inegavelmente, alimentou sua vigorosa vida intelectual. Suas pesquisas e produções, abundantes⁷ e abrangentes, obviamente contribuem, até hoje, e certamente por muito tempo ainda, com os temas e espaços de militância aos quais se dedicou e ainda se dedica.

Não caberia, nestas poucas páginas, abordar sua rica e ampla produção teórica e intelectual. Mas seria uma lacuna imperdoável não reconhecer suas mais importantes contribuições nas diversas temáticas que abordou. Por isso, enfatizo aqui, mesmo com receio de parecer restritiva, alguns fios teórico-metodológicos que orientaram suas pesquisas e produções.

O primeiro é sua profunda crença no que sempre expressou, em diversas produções, como “paradigma da correlação de forças”, que explica como sendo a capacidade teórico-metodológica de articulação entre a singularidade/particularidade e a totalidade. Sua busca nas pesquisas e publicações é a demonstração da relação entre a estrutura e a superestrutura, entre o particular e o geral. Essa perspectiva o instigou, não só a dar ênfase às forças políticas em presença em suas pesquisas, mas a militar e fortalecer as forças políticas organizadas, sinalizadas anteriormente. Assumiu em sua vida militante e profissional o que defendeu teoricamente: a importância da política e a necessidade de “práxis” ou da reflexão/ação na tessitura das relações sociais. Esse fio condutor está presente em suas importantes e — até hoje referenciadas — obras sobre Serviço Social, que balizaram seus posicionamentos sobre o processo de “reconceituação no Serviço Social”, suas críticas ao funcionalismo e sua visão sobre método e objeto do Serviço Social. A ênfase na “força da política” lhe rendeu críticas de que seria um “politicista”. Talvez a intensidade de suas lutas justifique, ou pelo menos explique, sua exaltação da política. Mas não de qualquer política. E, sim, na política forjada pelas classes oprimidas. É na força das lutas sociais que ele aposta o poder da transformação, e com quem se aliou ao longo da vida. Essa perspectiva está presente na militância, no conjunto de seus inúmeros artigos, livros e reedições, mas destacaria aqui tão somente alguns em que sua compreensão é mais evidente: *Metodologia*

7 O Currículo Lattes de Vicente Faleiros é impressionante. Segue muito atuante aos 83 anos. Recebeu muitos prêmios ao longo da vida. Apenas para dar uma ideia aos leitores, publicou 93 artigos nacionais e internacionais, 49 livros, incluindo as muitas reedições (quase todos os livros já contam mais de 10 edições e inúmeras reimpressões), 70 capítulos de livros, entre outros tipos de produção bibliográfica e técnica. Participou de 137 bancas de mestrado e doutorado e orientou 57 mestrados e 07 doutorados. Sua vitalidade, mesmo na aposentadoria, é incrível.

e ideologia do trabalho social: crítica ao funcionalismo; Saber profissional e poder institucional; O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores; Estratégias em serviço social.

Outro fio condutor de suas produções e ação militante, que se articula ao anterior, é a denúncia das violações de direitos e a defesa dos direitos e das políticas sociais como instrumentos necessários de proteção social no capitalismo. Desde sempre se dedicou a pesquisar o sentido das políticas sociais no capitalismo, e acredito que sua vivência nos anos 1970, no centro do surgimento e avanço do “*welfare state*” europeu e canadense, alimentou muitas de suas reflexões. Foi pioneiro, no Brasil, nas análises críticas e marxistas da política social, com seus “clássicos” livros *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência social* (1980) e *O que é política social* (1986), da saudosa Coleção Primeiros Passos, em um momento quando as produções dessas temáticas se resumiam a interpretações gerencialistas e tecnicistas. A relação Estado/sociedade na materialização de políticas sociais é um tema recorrente em seus escritos, e emerge nas análises concretas de políticas sociais específicas sobre as quais se debruçou, como a Assistência Social, a Previdência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa Idosa, presentes em seus livros e muitos artigos e conferências ou cursos ministrados. A ausência (ou insuficiência) de políticas sociais, e seus impactos na (des)proteção e condições de vida tem sido uma de suas preocupações centrais recentemente, especialmente a violação de direitos de crianças e adolescentes, de pessoas idosas e de pessoas acometidas de transtornos mentais. O sofrimento vivenciado cotidianamente em decorrência dessas violações tem merecido sua atenção nas pesquisas, produções e orientações acadêmicas recentes⁸, que evidenciam a percepção subjetiva das pessoas em sofrimento. Não se trata apenas de representar simbolicamente o sofrimento, mas de denunciar o “miúdo” cotidiano do preconceito e das múltiplas formas de violência. Essas produções têm sido fermento de luta contra o capacitismo, o idadismo, e todas as formas de opressão e ausência de direitos e de proteção social.

Tributo nas diferenças

A homenagem prestada pela Revista Em Pauta (FSS/UERJ) à Vicente de Paula Faleiros revela sua importância ao Serviço Social, que ultrapassa fronteiras nacionais e temáticas. Concluo esse meu tributo destacando que, em minha interpretação, a trajetória de

8 Faleiros se aposentou do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) como docente titular e professor emérito, e seguiu colaborando no PPGPS até 2013. Foi docente da Universidade Católica de Brasília (UCB), atuando na graduação em Serviço Social e Psicologia e no Mestrado em Psicologia e Gerontologia até 2017. Atualmente integra a equipe de pesquisadores do NEIJ/CEAM/UnB (Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude), ministrando cursos e orientações.

Vicente de Paula Faleiros não pode ser simplificada como um percurso de deslocamento ou de distanciamento de suas origens marxistas, como sugerem alguns de seus discordantes. A abrangência e expressividade de suas incursões políticas, teóricas e militantes, em minha opinião, revelam sua opção em se colocar em um campo do marxismo que sempre negou o estruturalismo e o totalitarismo, e incorporou uma perspectiva ampla e própria da política. Não construímos uma interlocução teórica sem discordâncias e polêmicas – por vezes bem “quentes” – mas tenho convicção de que Vicente de Paula Faleiros sempre foi, e ainda é, um intelectual anticapitalista, que se dedica incansavelmente a lutar em diversos espaços contra todas as formas de exploração e opressão. Sinto-me profundamente feliz em poder reconhecer, neste espaço, toda sua imensa contribuição a esse mundo, que exige de nós coragem, ousadia e disposição para as lutas, especialmente quando o conformismo, o individualismo e o conservadorismo capturam cada vez mais as mentes e corações. E finalizo com a energia esperançosa que o habita:

“Varandas

Primavera na varanda

Beija-flor esvoaçante

Faz-se uma esperança”

Vicente de Paula Faleiros

Referências

FALEIROS, V. *A política social do Estado capitalista*. 12. Edição. São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, V. *Metodologia e ideologia do trabalho social: crítica ao funcionalismo*. São Paulo: Cortez, 1982.

FALEIROS, V. O que é política social. *Coleção Primeiros Passos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FALEIROS, V. *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992.

FALEIROS, V. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1985.

FALEIROS, V. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

FALEIROS, V. *Cais em Brasília*. Brasília: avaeditora, 2021. Disponível em: <https://avaeditora.com.br/p/cais-em-brasilia/>. Acesso em: 02 mar.2024.

RODRIGUES, A.; LOLE, A. O pioneirismo de Vicente de Paula Faleiros na introdução do pensamento de Antônio Gramsci no Serviço Social brasileiro nos anos 1970. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, v.8, n.12. Marília/SP: UNESP, 2023. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/14804>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SERVIÇO SOCIAL & SAÚDE, Equipe. Entrevista com Vicente de Paula Faleiros. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 153–170, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634955>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SERRA, J. N. Entrevista com Vicente de Paula Faleiros. A violência contra a pessoa idosa. *Revista de Políticas Públicas*, V. 18, N.2. São Luís: UFMA, 2014. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3159/3946>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Mostra fotográfica do trabalho artístico de Maria Perdigão

Photographic exhibition of Maria Perdigão's artistic work

Maria Perdigão*

A artista Maria Perdigão, apresentada na *Mostra Fotográfica* desta edição, é mineira e mora no Rio de Janeiro desde 2006. Na apresentação que nos encaminhou utilizando a terceira pessoa, Maria comenta sua exposição individual *Montanhas Cósmicas: desejo de uma Ecologia Profunda*, realizada de 20 de julho a 10 de agosto de 2024, no Ateliê Pluralistas, Rio de Janeiro, e apresenta sua trajetória em uma sucinta biografia que já dá sinais da argamassa do fazer artístico que acompanha e instiga suas reflexões.

“Geógrafa como primeira formação, a geografia evoluiu na artista em direção à arte. Agora a grafia de Géia – como os antigos gregos a chamavam – migrou para as telas, os papéis. A formação em pintura no Centrarte, escola baseada na cosmovisão antroposófica, ressignificou seu encontro com a *aquarela*, assim como a importância de se pintar com a *Terra* (solo), uma *substância* natural, entre outras. Aprofundou-se na experiência com a monografia *O ser das terras e o ser si-mesmo: o uso das terras na pintura e suas funções arteterapêuticas*.

Prossegue em seu texto: “Maria busca criar *Interioridade*, imagens portadoras de *Espírito*, que inspirem *Presença Feminina* suave, porém firme, criando canais de *Solidariedade* em direção a um futuro com propósito/significado, sustentável e próspero: uma *Ecologia Profunda* frente à catástrofe ecológica evidente que nos coloca, todos, como responsáveis!”

MOSTRA FOTOGRÁFICA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88529>

*Integrante do Ateliê Pluralistas.

E-mail: amariaperdigao@gmail.com.

Como citar: PERDIGÃO, M. Mostra fotográfica do trabalho artístico de Maria Perdigão. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 224-230, dez, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88529>

Recebido em 23 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 30 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

As imagens das obras da artista são aqui apresentadas através das fotografias de Alê Silva e em uma também por ela mesma fotografada. Sobre as obras desta exposição, Maria Perdigão observa que “a inspiração estética nasceu da beleza das paisagens do Rio de Janeiro, suas curvas, potências e mistérios. Já a “inspiração do conteúdo veio da crise socioambiental”, e complementa: “Meditar como as *montanhas* é ter a eternidade atrás de si e à sua frente. É ter a montanha como guia: o peso, a força, a estabilidade, diz Leloup. ‘E não pensem que as *montanhas* são postas na floresta à toa, sem nenhuma razão. São casas de espíritos, casas ancestrais. Omama as criou para isso...’ – afirmam os yanomamis, cujo discurso é o do lugar. E Davi Kopenawa nos ajuda a pôr no lugar ‘ideias fora do lugar’, ao contrário de nós, brancos, que passamos tempo demais com o espírito voltado para nós mesmos, embrutecidos pelos mesmos velhos sonhos de cobiça e conquista vindos das caravelas, com a cabeça cada vez mais ‘cheia de esquecimento’. Esquecimento de nossa origem, de nossa cultura, exilados de nós mesmos e do outro com quem compartilhamos nosso lugar nessa *terra* que Deus deu”.

Maria continua se desnudando: “*Terra* pra mim, é o lugar em que pisamos e em que pisei nos quintais da infância em Minas Gerais. Da *terra* vem a força, o sustento, a base, nossas primeiras referências: Mãe Terra, Minas, Brasil. E em cima está o Céu, embaixo está a *terra*, e no centro está o homem, que tem a espiritualidade do céu e a natureza *terrena*, segundo o Grande Tao. Terra é o centro do corpo, que tem que ser fortalecido para captarmos a energia yang do céu. Terra em harmonia faz a pessoa ficar em paz consigo mesma, centrada. A simpatia, essa maravilhosa capacidade de se comunicar instantaneamente com o centro do outro, é *terra*”.

Assim é seu trabalho, no qual a natureza se pinta de terra e as folhas são transparentes, como transparentes são as montanhas azuis no toque delicado que a aquarela permite. “*Terra Cósmica / Montanha Cósmica* é a tentativa de realizar a interação do ramo terrestre com o tronco celestial, harmonização de opostos, de polaridades masculino e feminino dentro de nós e no mundo. É a busca da vivência das cores, através da consciência do Grande, especializando-se no Homem e na Natureza, ajudando a lembrar ‘que a *terra* não nos pertence; somos nós que pertencemos à *terra*’. Pintar montanhas, para mim, é lutar para o despertar do *feminino* em seu âmbito mais amplo, o feminino do ser e o feminino enquanto *natureza*, bioma, colaborando, assim, para *colocar o feminino no lugar que lhe é próprio*: na síntese íntegra da vida.

Bons ventos no caminho do essencial.

Bons ventos é sua saudação como o sopro que, em suas próprias palavras, dá sentido à sua arte. Arte que impulsiona uma dada compreensão da relação do ser humano genérico com a natureza.



Rio de Janeiro I.

Maria Perdigão, 2024. Aquarela, 28x40cm. Foto de Alê Silva.



Ecologia Profunda I.

Maria Perdigão, 2024. Terras e pigmento azul sobre tela, 160x75cm.



Ecologia Profunda II, 1, 2, 3 e 4.

Maria Perdigão, 2024. Terras e pigmentos azuis sobre tela, 48x48cm. Foto de Alê Silva.



Ecologia Profunda II. Ecologia ou Jardinagem?

Maria Perdigão, 2024. Terras e pigmento azul sobre tela, 48x48cm. Foto de Alê Silva.



Montanhas Cósmicas: desejo de uma Ecologia Profunda II.

Maria Perdigão, 2024. Pigmentos naturais e outros sobre tela, 40x40cm. Foto de Alê Silva.



Revista *em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social da UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.

Bairro Maracanã - 20.550-013 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - 3º quadriênio de 2024

dez 2024, n57, v. 22

ISSN 2238-3786

Rosangela Nair de Carvalho Barbosa

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Hamida Assunção Pinheiro

Mônica de Castro Maia Senna

Ricardo Lara

Ingred Lydiane de Lima Silva Miranda

Márcia da Silva Pereira Castro

Maria do Perpétuo Socorro

Rocha Sousa Severino

Rivânia Lúcia Moura de Assis

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

Maria Clara Ezequiel Marinho

Moema Amélia Serpa

Mônica Barros da Nóbrega

Denise Carmen de Andrade Neves

Carla Agda Gonçalves

Francisca Bezerra de Souza

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

Thais Helena Modesto Villar de Carvalho

Nilo Carlos Bandeira Honda

Maurício Ferreira Silva

César Albenes de Mendonça Cruz

Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Carlos Gabriel Arpini

Ricardo de Lima Soares

Alfredo Aparecido Batista

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Cristiane Carla Konno

Marize Rauber Engelbrecht

Kannanda Emilly Padilha da Silva

Cecilia Nunes Froemming

Eliane Marques de Menezes Amicucci

Mariana Paulín Devallis

Silvio Redon

Caroline Magalhães Lima

Marcos Barreira (Tradutor)

Debora Holanda Leite Menezes

Javier Blank

Ivanete Boschetti

Maria Perdigão